

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 3 n. 2 • Julho-Dezembro de 2013 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê Editorial: Richard Miskolci, Jorge Leite Júnior, Fábio José Bechara Sanchez, Danilo Moraes (editor assistente)

Conselho Editorial: Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalón (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 3, n. 2, jul-dez (2013) - , - São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2013.

Semestral

ISSN: 2236-532X

Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice e Latindex

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Apresentação	257
COMITÊ EDITORIAL	

Dossiê Fronteiras Urbanas

Apresentação do Dossiê	261
GABRIEL DE SANTIS FELTRAN E NEIVA VIEIRA DA CUNHA	
Grande exclusão e urgência social — Cuidar dos moradores de rua em Paris	265
DANIEL CEFAL	
Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana	287
TANIELE RUI	
O <i>domínio do mental</i> e a <i>vida loka</i> : uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo	311
PAULO ARTUR MALVASI	
Voz e silêncio: os sentidos da violência no Conselho Comunitário de Segurança	335
ANA PAULA GALDEANO	
Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica	359
VERA DA SILVA TELLES	

Artigos

Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil	377
ADRIANA PISCITELLI	
A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil	405
LEANDRO COLLING	
El monstruo en la política: defender la sociedad del hombre-lobo	429
ANDREA TORRANO	
Uma perspectiva Marginal	447
DEREK PARDUE	

A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia.....	467
GUSTAVO VILLELA LIMA DA COSTA	

Resenhas

Judith Butler e a Escrita Política	493
HENRIQUE YAGUI TAKAHASHI	

Contents

Foreword	257
EDITORIAL BOARD	

Dossier Urban Borders

Foreword about the dossier	261
GABRIEL DE SANTIS FELTRAN E NEIVA VIEIRA DA CUNHA	
Great exclusion and social urgency – taking care of homeless people in Paris	265
DANIEL CEFAL	
After “Sufoco Operation”: about police spectacle, media coverage and rights in the city of São Paulo’s “crackland”	287
TANIELE RUI	
The mental domain and the “vida loka” (tug life): analysis of the drug apparatus in São Paulo outskirts	311
PAULO ARTUR MALVASI	
Voice and silence: the meanings of violence in the Communitary Security Council	335
ANA PAULA GALDEANO	
Researching the city through its margins: unfinished notes on an ethnographic experience	359
VERA DA SILVA TELLES	

Articles

Crossing borders: post-colonial theories and anthropological readings on feminisms, gender, and sex markets in Brazil	377
ADRIANA PISCITELLI	
I’m not about equality – In defense of the politics of difference towards respect for sexual and gender diversity in Brazil.....	405
LEANDRO COLLING	
The monster in politics: society must be defended of the werewolf	429
ANDREA TORRANO	
A marginal perspective	447
DEREK PARDUE	

Bras-Bol fair in Corumbá (MS): notes on informal commerce in the border
Brazil-Bolivia 467
GUSTAVO VILLELA LIMA DA COSTA

Book Reviews

Judith Butler and the Political Writing 493
HENRIQUE YAGUI TAKAHASHI

Apresentação

A *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, abre seu volume 3, número 2 (julho a dezembro de 2013) com o dossiê “Fronteiras urbanas”, organizado por nosso colega Gabriel de Santis Feltran e por Neiva Vieira da Cunha. Em cinco densos artigos somos inseridos em reflexões atuais sobre as pesquisas que lidam com cidades a partir daqueles/as que habitam suas margens. O dossiê se inicia com a reflexão de Daniel Cefaï, diretor da Haute École en Sciences Sociales, sobre a população de rua de Paris, passando pela análise de Taniele Rui sobre a Cracolândia, pelo estudo de Paulo Malvasi sobre os jovens inseridos na Fundação Casa, pela análise de Ana Paula Galdeano sobre os Conselhos de Segurança até concluir com a reflexão sensível de Vera Telles sobre sua experiência como parte de uma rede de pesquisas etnográficas urbanas.

Adriana Piscitelli abre a seção Artigos com “Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil”, texto em que reconstitui e analisa vinte anos de diálogos entre a produção feminista brasileira e as vertentes pós-coloniais. A autora explora a tradução e a circulação dessa importante linha de pesquisas tomando como referência textos da antropologia feminista e, particularmente, estudos sobre os mercados do sexo publicados em dois importantes periódicos acadêmicos feministas brasileiros: *cadernos pagu* e *Revista Estudos Feministas*.

Em seguida, Leandro Colling apresenta um retrato da política sexual em nosso país sob o governo Dilma. Seu artigo “A igualdade não faz o meu gênero” expõe algumas das polêmicas dentro do movimento LGBT, em especial no Conselho Nacional, do qual participou até recentemente. De forma provocativa, Colling diagnostica as transformações que têm marcado também outros movimentos sociais brasileiros desde a chegada do PT ao governo. De forma geral, segundo o autor, os movimentos sociais foram “incorporados” pela agenda governamental no período Lula, e no governo Dilma tiveram sua atuação controlada e reduzida nos conselhos, os quais criam um verniz de democracia para decisões tomadas de forma autoritária.

Derek Pardue, em “Uma perspectiva marginal”, reflete sobre a margem como um centro de produção material e simbólica. A premissa do texto é que a margem não representa simplesmente os restos de arte, literatura, interação social, urbanização, desenvolvimento ou outras formas de produção humana. Ao contrário, a margem facilita a constituição de objetos cotidianos e noções de senso comum da vida humana. Por meio de uma síntese de documentos de

acervos e casos etnográficos de Cabo Verde, Brasil e dos Estados Unidos, Par-due demonstra que a margem cria uma gama de sentidos e, além disso, esses sentidos essencialmente constituem o fenômeno. Os exemplos analisados incluem bairros improvisados, arquitetura empresarial, histórias de emprego e movimentos sociais.

Andrea Torrano, em “El monstruo en la política: defender la sociedad del hombre-lobo”, busca problematizar a sentença *homo homini lupus* (o homem é o lobo do homem) na teoria do Estado de Hobbes de forma a explorar, por um lado, como o lobo se torna homem (cidadão) com a criação do Leviatã e, por outro, como o homem se torna lobo, ou seja, a constante ameaça de lupificação do ser humano. O homem-lobo habita a comunidade dos homens como a antítese da ordem social e, ao mesmo tempo, como o elemento necessário para justificar tal ordem.

Gustavo Villela Lima da Costa encerra a seção Artigos com “A feira Bras-Bol, Corumbá-MS: notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia”, no qual parte de uma pesquisa etnográfica para compreender alguns aspectos da dinâmica do comércio de roupas na fronteira Brasil-Bolívia, na cidade de Corumbá (MS), explicitando alguns dos conflitos entre o comércio formal local, apoiado por políticas federais de segurança na fronteira, e os trabalhadores da Feira Bras-Bol, em sua grande maioria composta por bolivianos.

Por fim, Henrique Yagui Takahashi resenha *Judith Butler e a teoria Queer*, de Sara Salih, obra recentemente traduzida por Guacira Lopes Louro, pioneira dos estudos *queer* brasileiros. Trata-se de um livro importante por aproximar-nos da vasta e sofisticada obra de Butler. Takahashi mostra como Salih auxilia seus leitores, com uma introdução ao mesmo tempo sofisticada e didática, a chegar aos meandros do pensamento de uma das mais importantes intelectuais da atualidade.

O Comitê Editorial agradece profundamente a Jacqueline Sinhoretto por seu trabalho desde a concepção da revista, que batizou e pela qual batalhou até o número passado. Sua dedicação, seu companheirismo e sua capacidade administrativa foram fundamentais para que nossa publicação tivesse êxito e alcançasse, já em sua primeira avaliação pela CAPES, o Qualis B1. Alcançando três anos de trabalho na revista, o Comitê inicia seu processo de renovação com as boas vindas a Fábio J. Bechara Sanchez, nosso novo colega no Departamento de Sociologia e agora também na *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar.

Boa leitura!

Comitê Editorial

Richard Miskolci, Jorge Leite Júnior e Fábio J. Bechara Sanchez

Dossiê Fronteiras Urbanas

Apresentação do Dossiê

Gabriel de Santis Feltran¹

Neiva Vieira da Cunha²

“Tomar a cidade como plano de referência”, como nos diz Vera Telles nesse dossiê. Não para produzir modelagem teórica ou mesmo “teoria urbana”, que pudesse ser convenientemente setorializada em alguma disciplina, ou em alguma área de governo, algum segmento de mercado. A cidade como referência implica a busca por um diagrama de *relações* pelo qual se possa vislumbrar como se monta o problema social contemporâneo, bem como suas implicações públicas, políticas. Problema que, por estar cruzado por temáticas as mais diversas, das mudanças no trabalho às moralidades que o atravessam, de efeitos de estado e dinâmicas de mercado às transições religiosas, dos modos de racialização dos corpos, territórios e coletivos às maneiras de se regular a violência e os mercados ilegais, mas também de distribuir programas e “direitos” sociais aos pobres, riquezas maiores aos ricos. Feixe de problemas que, por demasiado complexos, não pode ser apreendido senão no miúdo das situações empíricas, a partir de pesquisa de campo. Essa a aposta desse dossiê.

As relações traçadas entre essas diferentes temáticas, a princípio díspares mas aqui todas presentes, não são, assim, criadas pelos pesquisadores. É o mundo no qual fazem pesquisa que as conecta. O artigo de Daniel Cefaï abre o dossiê, por isso, perscrutando questões centrais ao fazer etnográfico, que sustenta os argumentos de todos os textos aqui reunidos. Demarcam-se ali fundamentos da virada empírica da sociologia contemporânea, que toca em problemas epistemológicos nada triviais, aqui trabalhados no convívio com moradores de rua de Paris e aqueles que os atendem. É nessa interface empírico-analítica que aparecem, inscritos na própria experiência metodológica, os conteúdos em pauta: modos como se monta o problema público da vida na rua, central para a montagem da questão social contemporânea, de amplitude internacional. Questões políticas e intelectuais, portanto, que se inscrevem no próprio problema empírico a analisar e, por isso, abrem novas formas de compreensão.

1 Departamento de Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil - gabrielfeltran@gmail.com

2 Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro – Brasil – neivavieiradacunha@gmail.com

Os três artigos que seguem analisam situações exemplares desses entrecruzamentos teóricos, analíticos, políticos. A “Operação Sufoco” na *cracolândia* paulista, descrita por Taniele Rui, gera controvérsia midiática e reflexões improváveis sobre saúde e assistência, política urbana e repressão, religiosidade e direitos humanos, conectadas como um único dispositivo de governo urbano. Franjas do conflito ali estabelecido se desdobram em diferentes escalas de publicização, modificando os circuitos cotidianos de sujeitos e territórios urbanos; o mercado imobiliário está aquecido, ademais, e sempre à espreita. Como pensar os usuários radicais do *crack* a partir desses entrecruzamentos, como nomeá-los a partir dos efeitos que produzem? O *choque de mentes* de que nos fala Paulo Malvasi, tratando das interações entre adolescentes inscritos no “crime” e os profissionais que os atendem na Fundação Casa, bem como das dinâmicas que eles consideram moralmente adequadas, politicamente relevantes, socialmente aceitáveis, também delinea os limites que a linguagem usual sobre os “marginais urbanos” enfrenta. Impossível compreender, com palavras obtidas em manuais psicológicos e compêndios psiquiátricos, a *vida loka* dos jovens metropolitanos inscritos no “crime”.

O mesmo conflito de mundos se mostra no trabalho minucioso de Ana Paula Galdeano nos Conselhos de Segurança; é nos cotidianos de sua operação burocrática, seus debates inflamados, bem como das agências públicas, não-governamentais e de mercado ali representadas, que se constrói a mediação e a plausibilidade da convivência incivil entre esses diferentes: plausibilidade de uma ordem securitária, desigual, realmente existente. “Qual a sua profissão?”, pergunta o delegado. “Prostituta”. Mas com essa profissão, ele pensa consigo, como exigir reparação de uma “ofensa moral”? É desses conflitos, e seus desdobramentos analíticos, que se desdobra a análise do texto.

Situações assim não falam apenas das franjas liminares do ordenamento social; seguindo a bibliografia contemporânea internacional, os autores aqui reunidos apontam para a centralidade com que esse debate se coloca nas universidades, mas também nos escritórios de governo e nas dinâmicas urbanas, intimamente tocadas pelos mercados e suas reconfigurações. Situações assim, por revelarem os pilares a partir dos quais se sustenta a ordem, a norma, o direito, os modos de conceber territórios sociais e físicos, sujeitos morais e seus corpos, fazem compreender também os nós centrais de operação do Estado e da economia contemporâneas. Situações que, portanto, ensejam conflito, reformulam o que se compreende por público, redefinem o que é plausível para uns, para outros, e nos levam a pensar o poder. Estas situações empíricas, não falam, ademais, de como as coisas deveriam ser, sob quaisquer pontos de vista. Falam

mais de um descompasso pragmático e situado entre o que a lei e a ordem social afirmam ser e aquilo que se constrói nas disputas travadas – e elas são travadas – a cada momento pesquisado.

Falam, portanto, daquilo que Vera Telles enuncia com precisão em seu artigo, o mais analítico do dossiê: de questões *politicamente sensíveis*. A autora nos mostra um texto denso em *insights*, como só ela pode produzir, mas também generoso o suficiente para ao mesmo tempo partir e se alimentar dos debates de uma já densa rede de pesquisadores de campo, tecida nacional e internacionalmente nos temas em questão aqui, que sempre teve em seu trabalho e sua trajetória uma referência fundamental. Rede que se amplia pela relevância das temáticas tratadas e pela tentativa de produzir um conhecimento que não se descole demasiadamente do mundo, que o capte em movimento.

A edição deste dossiê pretende contribuir, portanto, não para a síntese de um debate, mas para que sigamos ritualizando a co-produção intelectual entre diferentes disciplinas, instituições e formações, *entre* pessoas que, nos últimos anos, têm trabalhado com afinho e se encontrado frequentemente para discutir seus temas, produzindo-se nesse processo. É essa amizade intelectual, marcada por rigor acadêmico e compromisso com o mundo que está na base desse dossiê. O valor de cada um dos textos aqui reunidos é evidente, mas é em seu conjunto que seu potencial se apresenta com vida. Os organizadores agradecem a cada um dos autores, e também à edição criteriosa do Comitê Editorial da *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, composto por Richard Miskolci, Jorge Leite Jr., Fabio J. Bechara Sanchez e, em especial ao editor assistente, Danilo Moraes. Eles deram sentido ainda mais colaborativo ao que aqui se apresenta.

Grande exclusão e urgência social — Cuidar dos moradores de rua em Paris¹

Daniel Cefai²

Resumo: O artigo apresenta resultados de pesquisa de campo que se iniciou em um atendimento a moradores de rua por uma ONG, o Samusocial de Paris. As questões em pauta são de ordem metodológica: como observar e descrever práticas ordinárias e declarações públicas a respeito dos moradores de rua? Como desnaturalizar os dispositivos de intervenção sem tomar partido na controvérsia que eles apresentam? Mas ao mesmo tempo colocam a questão da formação de uma ordem política e moral: como o esquema de ação pública da “urgência social” foi inventado em resposta à definição do problema público da “grande exclusão” na França. A descrição minuciosa do trabalho de assistência social e enfermagem na rua, nos hospitais, em albergues noturnos e em instituições de assistência nos permite formular o que qualificamos de etnografia moral e política.

Palavras-chave: Moradores de rua; assistência social; urgência social; problema público; pesquisa de campo; etnografia moral e política.

Great exclusion and social urgency – taking care of homeless people in Paris

1 Este texto foi traduzido do francês para o português por Cristina Prado – a quem o autor agradece calorosamente.

2 École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) – Paris – França – daniel.cefai@ehess.fr

Abstract: *The article accounts for a fieldwork on outreach work with homeless people in a NGO, the Samusocial de Paris. The issues discussed are methodological: how to observe and describe ordinary practices with the homeless and public statements about them? How to denaturalize what is usually taken for granted in this kind of intervention, without taking part into the tough controversies concerning homelessness? Simultaneously, what is at stake in this research is the moral and political constitution of the public problem of “great exclusion” in France, at the core of the public policy of “social emergency”. An accurate description of the social and nursing work, down the street, in shelters, as well as in medical care and welfare institutions allows us to develop what we call a moral and political ethnography.*

Keywords: Homelessness; social service; social emergency; public problem; fieldwork; moral and political ethnography.

Como cuidar dos moradores de rua?

O que nos ensina a esse respeito uma pesquisa sobre as *maraudes*³ do Samusocial de Paris (Cefaï e Gardella, 2011)? Serão abordados aqui cinco pontos que, embora não sigam a ordem temporal da realização da pesquisa (Cefaï, 2012), levantam cinco dificuldades com as quais nos deparamos. 1. Sublinhamos, antes de tudo, a importância de manter o devido distanciamento diante dos posicionamentos públicos em relação à urgência social que se tornam, muitas vezes, apologia ou denúncia. Do ponto de vista da pesquisa, é necessário observar e descrever as atividades práticas do trabalho de rua em vez de se limitar às declarações verbais. 2. Esta pesquisa, feita de perto, sobre um dispositivo de intervenção junto aos moradores de rua nos levou a fazer um desvio histórico. A etnografia amplificou-se com a investigação do processo de constituição do problema público da “grande exclusão”. 3. Desnaturalizar um dispositivo de intervenção significa reabrir um campo de possibilidades, o que fizemos ao comparar a *maraude* do Samusocial com outras rondas, levando em conta a multiplicidade de mobilizações e controvérsias que, na arena política, problematizaram nosso objeto de pesquisa. 4. Progressivamente, a descrição minuciosa do trabalho de assistência social e médica, em campo, pelos agentes do Samusocial nos permite formular indagações que qualificamos de etnografia moral e política, além de promover uma reflexão sobre a ação pública. 5. Para

3 Nota da tradutora: *maraude* poderia ser traduzido por “ronda”, mas aqui se trata de uma ronda especial, sem destino fixo, uma perambulação, por exemplo dos taxistas à procura de clientes.

concluir, formulamos duas ou três reflexões a respeito da utilidade das pesquisas sobre os moradores de rua. Por que descrever? Para que serve a etnografia?

Nem a favor, nem contra: manter distanciamento diante das controvérsias públicas

Nem a favor, nem contra. A maior dificuldade quando empreendemos uma pesquisa sobre a urgência social é, antes de tudo, a de manter um distanciamento diante dos posicionamentos que já estão em confronto nas controvérsias públicas. O terreno é minado, dividido entre os “a favor” e os “contra”. Cada campo tem as suas próprias modalidades de definição e de resolução dessa “situação problemática” que costumou-se qualificar, em francês, de “*question SDF*” (Damon, 2002). Na verdade, de 1993 até hoje a urgência social esteve em primeiro plano entre as políticas públicas de assistência à população em situação de rua na França. Ela circunscreveu, à sua maneira, o “problema do morador de rua” e determinou seus desafios, encontrou seus apoios políticos e os recursos materiais para controlá-lo, focalizou a atenção pública, notadamente graças a um trabalho contínuo de comunicação junto à mídia, e já deixou sua marca indelével na esfera da ação pública com a invenção do Samusocial de Paris, que serviu de modelo a todos os Samusociais de toda a França. O que significa, se nos referirmos a uma concepção pragmatista (Dewey, 1927), que conseguiu impor uma certa definição do problema público e que conduziu os dispositivos de regulação e de intervenção do Estado numa certa direção – o Samusocial, apresentando-se, aliás, como um quase serviço público. O que fez que a urgência social polarizasse em torno de si o conjunto das pessoas, organizações e instituições direta ou indiretamente implicadas na percepção controversa das consequências desejáveis ou indesejáveis de suas intervenções. Foi criada uma verdadeira arena pública, interessada na questão do morador de rua, em torno do Samusocial de Paris, onde ele foi alvo de críticas e de contraproposições. Em outras palavras, a urgência social tornou-se tema de um debate controvertido, e boa parte das discussões a respeito da questão do morador de rua se concentra, hoje em dia, no dispositivo, nos recursos e nos procedimentos empreendidos para combatê-la.

Uma das primeiras tarefas de uma pesquisa, tendo essa pluralidade de perspectiva sido registrada, é a de esquadrinhá-la e mapeá-la, tomando o cuidado de não tomar partido, sobretudo em relação a questões tão conflitantes. É difícil não se deixar levar por um lado ou por outro e, no entanto, isso é fundamental: para uma boa análise, continua válido o preceito weberiano de se abster, tanto

quanto possível, de todo julgamento de valor (*Wertfreiheit*), ao mesmo tempo em que se esclarece sua própria relação com os valores (*Wertbeziehung*). Mas isso requer um verdadeiro exercício de reflexão sobre os preconceitos dos atores tanto quanto sobre seus próprios preconceitos – exercício solicitado pela observação, assim como pela descrição e que, em troca, é aprimorado por elas. A pesquisa permite que se retome pontos de vista – que a enquadram e que ela tematiza – ao mesmo tempo em que dá acesso a atividades práticas tais como são realizadas e das quais nunca se liberta totalmente, condenada a seguir em ziguezague com maior ou menor lucidez por diferentes perspectivas, “visões” ou “vozes”.

Nesta pesquisa fomos, de início, massivamente expostos ao campo dos que são “a favor”. O canto da sereia é muito forte, primeiramente por parte do Samusocial, que desenvolve uma intensa atividade de explicação e de justificação, sobretudo através das palavras de seu presidente-fundador, Xavier Emmanuelli. De fato, uma primeira compilação literária foi constituída pela série de livros que ele publicou, que vão desde sua visão metafísica da *caritas* até uma concepção médico-humanitária da assistência social, passando pela prática do corpo a corpo no trabalho clínico e pela defesa, meio católica, meio republicana, do combate à pobreza. Esta é a face mais pública da organização, muitas vezes confundida com seu criador. Outra grande fonte de informações, que fornece todo tipo de escritos e vídeos, vem dos percursos no caminhão organizados para os “observadores”, título oficial que designa, no dispositivo de enunciação da organização, estudantes de medicina, jornalistas ou sociólogos autorizados a seguir as *maraudes*. Por detrás dessa camada de visibilidade, na qual se detêm, muitas vezes, os comentadores, encontramos os relatórios destinados às autoridades tutelares e aos financiadores nos quais o Samusocial faz uma apresentação dos balancetes de sua atividade para fins de justificativa – sendo essa uma outra dimensão do trabalho de publicização, no sentido de Joseph Gusfield, que se dirige a outros auditórios (Gusfield, 1981). Além disso, quem quiser detalhar a ação do Samusocial tem a seu dispor estudos do Observatório em epidemiologia e ciências sociais, alguns testemunhos de funcionários e reportagens midiáticas. Ou seja, ao mesmo tempo muito pouco e demais.

No campo dos “contra” encontramos sobretudo uma literatura ultracrítica que visa, como não podia deixar de ser, à dimensão caritativa da empresa, que contesta a problematização em termos de urgência e pede a volta ao direito comum, que questiona o desperdício de dinheiro com quartos de hotel e vê os CHUs como os herdeiros dos asilos de antigamente, que acusa a urgência social de ser *charity business* e de infligir maus-tratos institucionais a seus usuários e a

seus funcionários. Alguns vão mais longe na generalização e fazem da urgência social: um novo instrumento de gestão de um subproletariado de mão de obra barata para a economia capitalista; uma armação, menos violenta que a *Brigade d'assistance aux personnes sans-abri* (BAPSA), destinada a fazer desaparecer os moradores de rua fazendo-os circular; um dispositivo biopolítico de gestão de uma população em estado de abandono e, sob o pretexto de ajuda, o seu controle; ou, mais interessante ainda, como sendo uma das peças centrais de uma “razão humanitária” (Fassin, 2010). Do ponto de vista de Didier Fassin, o Samusocial estaria contribuindo para uma despolitização do problema público ao tratar os moradores de rua como “vítimas”. Ele seria um vetor da passagem de uma política social fundada sobre direitos e organizada pelo Estado-providência para uma política da compaixão, confiada à competência de uma ONG. Ele confirmaria o advento de uma nova “economia moral” em que a batalha contra as desigualdades e as injustiças teria recuado, diante de um esforço de sanitização do social, e o tratamento dos traumatismos das pessoas doentes teria substituído a luta contra as injustiças. Um ponto de vista pertinente, sob vários aspectos, mas que a pesquisa de campo nos levou a nuançar.

Voltar às origens: grande exclusão + urgência social

Suspendemos, portanto, nosso juízo, ao nos colocarmos um certo número de questões. Primeiro, em que consiste, mais precisamente, a ação do Samusocial de Paris? E, antes de tudo, como é que ela se formou? Uma rápida conferida na literatura internacional sobre o morador de rua (Pichon, Francq, Firdion, Marpsat, Roy e Soulet, 2008) nos mostrou a singularidade da situação francesa e nos levou a pesquisar o momento de sua gestação.

A missão oficial dessa organização é clara: ajudar as pessoas sem moradia, sobretudo os “grandes excluídos”. A categoria da “grande exclusão” aparece num contexto que vale a pena ser lembrado. Ela não tem nada de necessária mas tampouco é arbitrária⁴ O início dos anos 1990 vê o aumento dramático do número de pessoas que recorrem aos serviços das associações caritativas, além da diversificação do público da ação social, até então recenseado, e uma complicação da gama de patologias até então tratadas. Fora dos meios profissionais, a figura do morador de rua se impõe na imprensa – a categoria de SDF (*sans domicile fixe*) conquista a mídia a partir de 1993. De modo geral o número de “novos pobres”⁵ nas ruas de Paris explode; a recessão econômica provoca uma

4 Sobre essa fundamentação na experiência ver Cefai e Terzi, 2012.

5 Uma categoria de Paugam (1991) que acabou sendo difundida no discurso público.

queda do ânimo coletivo. Dois invernos rigorosos se sucedem e provocam um grande número de mortes nas ruas; a venda dos jornais *Macadam*, *La Rue* e *Le Réverbère* aumenta a visibilidade do fenômeno... A categoria faz sentido porque tem uma raiz afetiva e experiencial. O projeto do Samusocial surge num momento em que a sensibilidade coletiva em relação ao morador de rua é forte, suscitando tanto medo quanto indignação e compaixão. Coincide também com a descriminalização do estatuto de vagabundo e de mendigo⁶. Ele consegue o apoio de Chirac, então prefeito de Paris, que põe à sua disposição o hospício Saint-Michel e financia sua logística. Chirac também amplia e legitima o projeto em nível nacional, em 1995, ao nomear Emmanuelli secretário de Estado junto ao primeiro-ministro, encarregado da ação humanitária de urgência. A urgência social torna-se a matriz experiencial e institucional da ação pública com os moradores de rua. A história do Samusocial poderia ser contada como uma *success story*, que inventa uma fórmula inédita de intervenção, para responder a uma crise de envergadura nacional, e que traz os recursos e os apoios políticos necessários para se estabelecer.

Mas a história da definição e da administração de um problema público e da institucionalização do dispositivo que dela resulta não se atém a esses ingredientes. A categoria de “*grande exclusão*” emerge no confluente da experiência clínica acumulada pelos médicos do *Centre d'accueil et de soins hospitaliers* (CHAPSA) de Nanterre – Emmanuelli, Patrick Declerck, Michel Henry, Jacques Hassin⁷... – e de um trabalho de reflexão em torno de uma enfermeira da cidade de Paris, Madeleine Obry. O saber prático, acumulado em campo, encontra um esquema interpretativo no trabalho de Alexandre Vexliard (1998), mais precisamente em sua teoria da dessocialização dos “*clochards*”. O “grande excluído” é um morador de rua em fase 4 que perdeu a vontade de lutar e a força de se revoltar, “que não pede mais nada” a ninguém. Como é incapaz de se locomover até os serviços disponíveis e está em situação de perigo, é preciso que as instituições cheguem até ele. O alvo da ação é designado. Mas o que fazer? Emmanuelli teve a ideia de transpor um modelo que ele conhecia muito bem – mais do que o de São Vicente de Paula ou do Abade Pierre –, o da medicina humanitária posta em prática pelos Médecins sans frontières, acrescido da medicina de urgência, aprendida com o Samu 94. Aparelhar caminhões, transportando equipes móveis de socorro para “*ir em direção*” (*aller vers*) a estes potenciais beneficiários, equipes compostas, sistematicamente, por representantes de três

6 Sobre a tensão entre criminalização e caridade ver Geremek, 1994.

7 Eles escreveram para contar sua experiência – ver o sucesso de vendagem de Declerck, 2001.

grupos de ofício: um motorista-atendente, uma enfermeira graduada e um assistente-educador social. Esse contingente oferece cuidados médicos elementares e faz um levantamento socioadministrativo das pessoas encontradas na rua. Adiantam um primeiro diagnóstico, em função do qual serão encaminhados requerimentos de obtenção de direitos e de orientação das pessoas na rede de instituições de ajuda social, médica e psicológica. Na prática, os caminhões transportam os moradores de rua, se necessário, para albergues noturnos, centros de acolhimento e leitos de enfermaria do Samusocial, ou, durante o dia, para consultas com médicos hospitalares, psiquiatras, assistentes sociais ou cuidadores familiares. Neste quadro, os “grandes excluídos” tornam-se “vítimas”, embora não sejam atribuídas causas nem imputadas responsabilidades a essa situação de vítima. Segundo Emmanuelli, são “vítimas” análogas às de conflitos de guerra ou de catástrofes naturais. Mais tarde será elaborada a descrição nosológica de um processo de “asfaltização” cuja culpa seria de uma “*síndrome de estresse pós-traumático*”. Chegaremos, praticamente, à naturalização de uma patologia para justificar a situação de vítima do morador de rua e conceder ao dispositivo de urgência social o mesmo *status* das células de urgência médico-psicológica, criadas para atender às situações de crise provocadas por desastres ou atentados terroristas.

Esse arranjo institucional é interessante e, sem negligenciar o fato de que uma ação pública só é implementada via estratégias políticas, cálculos econômicos e reorganizações administrativas, onde interesses divergentes vão entrar em conflito, vale a pena considerá-lo por si só. Totalmente experimental no início, ele fixou maneiras de encarar, dizer e fazer que o Samusocial explorou e valorizou num espectro de realidades possíveis. Ele impôs uma forma de experiência pública cuja pregnância fez que fosse difícil, por uns quinze anos, imaginar outras alternativas. Ele cristalizou-se num discurso oficial do Samusocial e foi retomado como óbvio pelos jornalistas e pelos representantes do Estado. Ele foi traduzido, em campo, pelo olhar e pela prática dos trabalhadores da *ma-raude*, que reconhecem, enquanto casos singulares de “grande exclusão”, os moradores de rua que têm “muito tempo de rua”, “forte alteração do estado geral”, “frequente recusa a ir aos albergues” e “muitas vezes dificuldade de mobilidade”. Em suma, o problema público da grande exclusão “pegou”, transformando-se em crença prática, alimentando visões profissionais e institucionais e materializando-se no dispositivo da urgência social.

Desnaturalizar um dispositivo de intervenção: reabrir o campo dos possíveis

Para entender a urgência social era preciso, então, dar um passo para trás e voltar às origens. Perceber novamente, sob as camadas de institucionalização, como o dispositivo foi inventado. Era preciso fazer pesquisas no terreno: acompanhar as *maraudes* de noite e de dia, as rondas de clínica geral e as dedicadas aos casos de psiquiatria ou de tuberculose; seguir a formação reservada aos telefonistas/recepcionistas do 115 e aos *maraudeurs* nos caminhões; conversar com encarregados de todos os postos da organização. Algumas dessas operações de pesquisa nos foram autorizadas e outras – como o acompanhamento das reuniões dos funcionários, com a exceção do *briefing* antes das *maraudes* noturnas – nos foram vedadas. Cada instituição delimita, assim, um perímetro aberto à investigação: em nosso caso, uma decisão vinda da direção tornou possível esta pesquisa, mas foram estabelecidos limites por causa de microrresistências de quadros intermediários.

Para continuar a desnaturalizar esse dispositivo de intervenção, paralelamente à pesquisa histórica, começamos por recorrer a um procedimento de comparação. Com Gardella e Le Méner (doutorandos EHESS-ENS Cachan), seguimos as *maraudes* pedestres ou motorizadas da Cruz Vermelha, dos *Camions du Coeur*, dos *Médecins du Monde*, da *Protection civile*, do *Recueil social*, da BAPSA, do *Emmaüs*, do *Aux Captifs la libération ou do Coeur des Haltes*, além das de pequenas associações como Robin des rues (laica), Chorba pour tous (muçulmana) ou Antigél 75 (católica)... Esse percurso comparativo nos permitiu compreender várias coisas. 1. Primeiro, tivemos acesso à variedade de concepções da *maraude* – assalariadas ou voluntárias, religiosas ou laicas, financiadas pelos poderes públicos ou estritamente associativas, com ou sem programa de formação dos agentes, centradas na ajuda material ou trabalhando “com as próprias mãos”, restritas a certos territórios, circulando de ônibus, de van, de bicicleta ou a pé – e até mesmo a cavalo, se incluirmos a Guarda republicana no Bois de Vincennes! Para além dessas múltiplas variantes com seus objetivos, suas formas de atividade e seus estilos de intervenção, um núcleo comum pôde ser descoberto: o fato de “*ir em direção*”. 2. Em seguida, detectamos uma tensão de todas essas *maraudes* entre um polo pessoal e um polo institucional (Cefai, Gardella e Le Méner, 2009) da qual resulta a diferença entre os tipos de bens e de serviços que elas fornecem. E notamos o problema de sua cooperação, no espaço e no tempo – todos os membros afirmando trabalhar complementarmente ao 115 e ao Samusocial, reconhecendo a utilidade de um “serviço público” mas, na maioria, recusando as tentativas da Direction des Affaires Sanitaires et

Sociales de Paris de colocar um pouco de ordem nessas ações dispersas. 3. Finalmente, tivemos acesso, em campo, às *críticas do dispositivo pelas enfermeiras e pelos trabalhadores sociais* – uma visão diferenciada, ancorada na prática, do serviço permanente de atendimento telefônico, dos albergues diurnos e noturnos ou dos leitos de enfermagem... Críticas, no final das contas, bem mais ricas e nuançadas do que tudo o que encontramos na literatura, de dentro ou de fora do Samusocial. Todas essas experiências de pesquisa nos permitiram relativizar a *maraude* do Samusocial e captar, novamente, seu caráter ao mesmo tempo singular e típico.

E depois, como uma bênção para o pesquisador, surgimos bem num momento de turbulência social: a distribuição de tendas pelos Médecins du Monde durante o verão de 2006 e a instalação do acampamento do canal pelos Enfants de Don Quichotte em 2007 coincidiram com o questionamento incisivo do projeto de urgência social. O problema público, cuja definição e cujo tratamento haviam mais ou menos se estabilizado por uns quinze anos, “colocou-se em movimento” novamente. A arena pública em torno da questão do morador de rua começou a se recompor. Essa mobilização coletiva, que comoveu a opinião pública, levou a um realinhamento das organizações que cuidavam dos moradores de rua. Disso resultou todo um processo, que ainda não está terminado, de questionamento do dispositivo do Samusocial e de interrogação jurídica, administrativa e financeira sobre a urgência social – que, evidentemente, repercutiu em nossa maneira de pesquisar e de analisar. Essa mobilização também ocasionou uma conferência de consenso organizada pela FNARS (Fédération nationale des associations d'accueil et de réinsertion sociale) e uma série de relatórios, entre os quais o do senador Étienne Pinte, que resultou na criação do PARSA (*Plan d'action renforcé en direction des personnes sans abri*). O presidente Chirac, antes de deixar o governo, apoiou a promulgação da lei sobre o direito à moradia (DALO: *Droit au logement*). Esse conjunto de processos transformou os termos do debate público ao conectar claramente os problemas públicos de ausência de moradia (*sans-logement*) e de moradia em péssimas condições (*mal-logement*) e levando à busca de soluções alternativas em outros países, como o *Housing first*, importado do Canadá. Ele acelerou o processo de racionalização e de regionalização dos serviços de acolhimento e de orientação, de perenização de lugares de estabilização em albergues e de criação de pequenas estruturas de *maisons-relais*.

Consequentemente, nossa pesquisa também migrou para outros lugares, tanto para entender a elaboração de uma Carta ética das diferentes associações de intervenção na rua quanto para seguir a reflexão sobre a questão da

coordenação dos objetivos, das agendas e dos territórios das *maraudes* parisienses, assim como a questão da profissionalização, através de cursos específicos de ofícios da urgência social. Gardella tornou-se parte da equipe do prefeito Régnier, delegado geral no comitê interministerial do alojamento e da habitação. Aí, neste novo terreno, teve uma visão privilegiada para observar o esforço de redefinição dos termos do problema público (a combinação de falta de moradia com péssimas condições de habitação: luta contra os *marchands de sommeil*⁸, mobilização da oferta de locação privada e social, experimentação do programa *Logement d'abord*, homogeneização das normas do alojamento e da habitação), adoção de investimentos (construção de alojamentos sociais, “humanização” dos albergues, apoio à coordenação das diferentes *maraudes*) e organização (criação do SIAO, o *Service d'Intégration de l'Accueil et de l'Orientation*, mutualização da gestão das estadias nos hotéis de Paris e de sua periferia, ampliação do 115 a toda a região da Île de France)... Essa modificação territorial e institucional teria como objetivo a criação de um serviço público de alojamento e de acesso à moradia. E, por fim, a recomposição da arena pública do “sem-moradia” teve também consequências em termos de protesto e de mobilização coletiva pelo pessoal do Samusocial, sobretudo em Lyon e Paris: começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, a criticar seu *status* instável e a exigir que leis fossem aplicadas, a reclamar que as instituições de acolhimento fossem decentes e que ninguém mais ficasse na rua.

Em suma, todas essas transformações do debate e da ação pública repercutiram fortemente em nossas perspectivas de pesquisa: funcionaram para nós como agentes de desnaturalização do dispositivo do Samusocial e nos incentivaram a repensá-lo.

Cuidar: o trabalho social e médico como exercício moral e político

Agora, vamos ao coração da pesquisa, que se centrou no “acompanhamento personalizado” da *maraude*: uma *etnografia moral* acabou por desenhar-se. Por *moral* entendemos todos os problemas enfrentados no coração das atividades e que levam todos os escalões da instituição, mas sobretudo os da “linha de frente”, da “vanguarda”, a se questionar sobre o bem fazer, o mal fazer e suas consequências. O termo “moral” tem três fontes: 1. Ele vem da redescoberta pelas ciências sociais da questão dos comportamentos, da razão prática e da ética situada – o programa de pesquisa sobre *o senso comum do bem, do direito*

8 Nota da tradutora: nome dado às pessoas que alugam imóveis insalubres e perigosamente deteriorados a preços altos.

e do *justo* que emergiu na França no fim dos anos 1970, mas que tem raízes mais antigas dentro da história da sociologia – citemos apenas Durkheim e Sumner sobre os costumes (*mores*). 2. Mas ele também provém de uma tradição etnográfica de Chicago que remonta a Park, quando este mostrava que a ordem social é uma ordem moral, e que os estudantes pesquisavam os *neighborhoods* como sendo áreas morais. Reencontramos essa noção de ordem moral, recentemente, no *Sidewalk* de Mitch Duneier (1999)⁹, depois de ter sido explorada em vários trabalhos de Goffman. 3. Enfim, ele remete a uma concepção de pragmatismo da ação e da “valoração” (*valuation*) (Dewey, 1939) que não cumpre exatamente as expectativas das regras e dos valores formulados explicitamente pelas instituições e por seus membros. Em vez de estudar princípios éticos ou deontológicos, uma etnografia moral mergulha nos contextos de atividade, de ação e de interação para captar e mostrar uma *moralidade em atos*, tal como é feita – com suas dúvidas, seus paradoxos e suas ambiguidades.

- 1 - Essa moralidade está onipresente no trabalho da *maraude*. A partir do momento em que as pessoas começam a fazer confidências, elas expressam a necessidade de ser respeitadas, se revoltam contra o desprezo de que são vítimas, queixam-se das humilhações que sofreram, afirmam-se enquanto pessoas morais. Do outro lado, a parte muitas vezes invisível e “inestimável” do trabalho dos agentes da urgência social, sejam eles voluntários ou profissionais, e dificilmente codificável nas planilhas de análise ou no curso de formação, é o que há de mais precioso para eles. *Fazer bem* o seu trabalho é, evidentemente, respeitar normas de qualidade de cuidados e “ser profissional”, mas também significa ser capaz de ouvir, deixar-se comover por uma situação, dar de si e ir em direção ao outro, *fazer bem*. Para tanto, a descrição etnográfica do cuidado social médico consegue mostrar o espaço da comunicação corporal e verbal, em diferentes situações de interação, na presença ou não de uma terceira pessoa: os rituais de cortesia e civilidade, o respeito e a gentileza na abordagem, o movimento do olhar e das mãos, o riso e as emoções compartilhadas, mesmo correndo o risco de se envolver afetivamente. Combinamos assim, novamente, maneiras de descrever do âmbito da “proxêmica” de E. T. Hall ou da “kinésica” de R. Birdwhistell, além de uma análise das interações à maneira de Goffman – nas versões da análise ritual e da análise de quadros – e uma fenomenologia da experiência dos sentidos, especialmente

9 Com Hakim Hasan e fotografias de Ovie Carter.

a do tato e do olfato que se inspira tanto em Merleau-Ponty quanto em E. Straus, L. Binswanger ou H. Tellenbach. Chloé Mondémé (doutoranda ENS Lyon) transcreveu algumas sequências de conversa mostrando de que maneira os *maraudeurs* identificam e abordam as pessoas que estão na rua e como os protagonistas criam laços, manifestam simpatia uns pelos outros, analisam conjuntamente o que está bem e o que não está bem – o que permite aos *maraudeurs*, ao mesmo tempo, saber qual é o estado da pessoa e diagnosticar suas necessidades, além de eventualmente orientá-la para um albergue ou para a urgência no hospital, mas também fazer que se sinta legitimada e recupere sua autoconfiança.

- 2 - É claro que esse trabalho é permeado de todo tipo de tensão. Tomemos como exemplo os esforços dos *maraudeurs* em tratar dos “transtornos da personalidade” recolocando-a no caminho da autonomia. Essa autonomia não é a do sujeito kantiano, nem a do contrato de inserção, é aquela, bem mais elementar, de sua postura, da capacidade de cuidar de seu próprio corpo, de recuperar sua autoconfiança, de interagir, de cumprir promessas e de acreditar nas dos outros, de aceitar as limitações do espaço e do tempo (Breviglieri, 2005; Pattaroni e Stavo-Debaugé, 2003)... Para os agentes sociais do Samusocial, isso requer dar atenção, ter consideração, escutar, acalmar, tranquilizar, consolar... Cuidar no sentido do *cure* e do *care*, mas também fazer pequenas chantagens emocionais, lançar mão da astúcia e da sedução e, às vezes, ameaçar recorrer ou até mandar alguém recorrer à força para convencê-los de que sua autonomia depende de um vínculo, por menor que seja, com uma instituição. Outras tensões devem ser assumidas: é preciso, na situação de interação, manter uma relação pessoal e, ao mesmo tempo, guardar uma distância profissional e institucional; é preciso dar e receber afeto, se envolver e não se deixar invadir ou consumir por esses afetos; é preciso agir dentro da urgência para amparar essa pessoa e, ao mesmo tempo, trabalhar na temporalidade, que vai além do aqui e agora dessa urgência. É preciso também se aproximar sem ofender, fazer que falem sem pressionar, propor sem impor, servir sem se submeter, partir sem abandonar... Essas “máximas práticas”, que reunimos sob o título “código do *maraudeur*”¹⁰, não são nem *especulações axiológicas* de eticistas, nem *exigências normativas* fixadas pela regulamentação, nem *diretivas práticas* dadas por uma formatrix. Elas são formuladas pelos *maraudeurs* quando têm de enfrentar problemas de

10 Em referência ao “código do detento” de Wieder (1974), com comentário em francês de Terzi (2010).

interação com as pessoas de quem devem cuidar ou quando acontece um desentendimento entre eles a respeito de gestos profissionais. Trata-se de uma *ética de interação, encarnada e contextualizada*. É apenas ao acompanhar essas situações de interação que se pode ter uma ideia do que significam, concretamente, categorias tais como confiança, amor-próprio e reciprocidade, solicitude e solicitação, autonomia e dependência, complacência e responsabilização.

- 3 - O acompanhamento pessoal permite também captar a singularidade desse “*ofício público*” que é “*agir como maraudeur*” (Jeannot e Joseph, 1995): diferentemente do balcão de atendimento dos serviços públicos, é o agente que vai atrás do usuário, sem saber do que ele precisa e sem nem ao menos ter certeza de encontrá-lo; e o encontro não acontece num escritório fechado dos serviços públicos mas no espaço público da rua, aberto a qualquer um. Uma observação de perto mostra que os *maraudeurs* e moradores de rua combinam, continuamente, *quatro gramáticas de experiência e de ação*. a) Eles obedecem a uma gramática do espaço público urbano na medida em que agem como “transeuntes”, que transgridem a regra de indiferença civil (*civil indifference*) para entrar em contato visual ou vocal¹¹, e devem lidar com regras práticas de circulação e estacionamento na calçada. b) Os *maraudeurs* fazem uma visita privada num território de vida que ocorre na calçada e é materialmente balizado por objetos pessoais: devem recorrer aos rituais e aos procedimentos de interação que são aplicados nesse tipo de “visita domiciliar” entre “pessoas privadas”. c) Os *maraudeurs* vêm propor cuidados enquanto especialistas da assistência social ou médica: eles definem a situação como sendo uma intervenção de urgência em que lidam com “pacientes”. Suas atividades são inspiradas nos repertórios de conhecimentos e de convenções que são de ordem “profissional”. d) Os *maraudeurs* são representantes de um quase serviço público e lidam com “usuários” que são “beneficiários”: os moradores de rua têm acesso a serviços específicos e são mantidos sob cuidados em nome de uma concepção de cidadania republicana, não apenas do ponto de vista de uma perspectiva caritativa ou humanitária. Os *maraudeurs* não são, portanto, apenas “burocratas da rua” (Lipsky, 1980), nem exclusivamente agentes médico-sociais ou médico-psiquiátricos. Eles combinam, superpõem e encadeiam essas diferentes modalidades de engajamento na situação de intervenção. Daí os

11 Ver Erving Goffman, 1963, e Cefai, 2013.

dilemas nos quais *maraudeurs* e transeuntes-pessoas-pacientes-usuários são emaranhados.

- 4 - O exercício da *maraude* é de ordem interpessoal (a capacidade de empatia e de solicitude) ou profissional (a noção de trabalho bem feito), mas também é de ordem *institucional*. O cuidado, primeiramente, se apoia nas operações coordenadas de múltiplos atores. Ele é incorporado a situações feitas de objetos, de procedimentos e de regras. É amparado por diferentes arranjos técnicos, regulamentares ou organizacionais. A descrição minuciosa de situações de assistência mostra como a preocupação em fazer bem feito no trabalho de rua não se restringe a uma situação interpessoal e é *distribuída* pelos diferentes elementos do dispositivo. Isso significa que um verdadeiro processo de cooperação acontece diante dos casos-limite ou atípicos nos quais não é possível ater-se a hábitos ou aplicar procedimentos e é necessário usar a imaginação, ajustar-se ao caso dentro de sua singularidade, coordenar empenhos, achar uma solução sob medida. Mas isso significa também que as exigências de ordem institucional redobram as pressões morais da ordem da interação.

Esse ponto é importante. As questões morais são frequentemente estabelecidas por dilemas vividos por uma pessoa em seu foro íntimo ou em relação a uma outra pessoa. Aqui, as questões “o que fazer?” e “como fazê-lo corretamente?” concernem aos diferentes agentes implicados no atendimento e levam tanto os plantonistas do atendimento telefônico do 115 quanto os coordenadores noturnos, os representantes da categoria, os médicos baseados em Saint-Michel, os *maraudeurs* em suas equipes móveis e os monitores dos albergues a agir conjuntamente diante de questionamentos indissociavelmente morais, terapêuticos e organizacionais. Em seguida, reavaliam suas atividades em debates de diversos tamanhos ou *status* (as explicações entre *maraudeurs* dentro do caminhão, após uma intervenção; suas deliberações com o coordenador noturno; as arbitragens dos responsáveis do 115; as reuniões entre motoristas, enfermeiras ou trabalhadores sociais; o *briefing* de todas as noites...). A exigência do bem fazer no exercício de uma assistência social é uma incumbência coletiva que é demasiadamente negligenciada pelas etnografias críticas. Talvez por considerá-la evidente e por querer destacar o que não funciona, negligenciam, assim, e por bons motivos, a descrição densa das atividades profissionais, para se debruçar sobre análises estruturais ou funcionais; ou então isso acontece porque tratam esse sentido moral como sendo do âmbito de uma “ideologia profissional”, e consideram que

a sociologia deve dissipar as ilusões que resultam de processos de eufemização, de idealização ou de encantamento de práticas triviais de controle e de dominação. Acreditamos, pelo contrário, que uma etnografia moral é capaz de dar conta de uma dimensão capital do sentido coproduzido pelos participantes de dispositivos de ação pública. É preciso levar a sério a ética e o direito como estando contribuindo para a realização de um bem público – suas definições, os dispositivos destinados à sua execução e as regras normativas enunciadas para este fim permanecendo, é claro, questões polêmicas.

- 5 - Além dessa coordenação institucional da assistência, a *marau* preenche uma missão política. Sob vários aspectos. Ela trata um problema público em escala micropolítica. Ana Marques, que escreveu, no livro *L'urgence sociale en action*, o trecho sobre o Réseau Souffrances et précarité (Marques, 2010), defendeu uma bela tese na qual emprega o termo micropolítica no sentido da distribuição dos poderes, das prerrogativas e das responsabilidades entre os diferentes participantes do dispositivo – quem pode agir, para fazer o quê, como, a partir de quando e até onde. Esse caminho é pertinente, mas nossa concepção se inspira mais na “micropolítica da perturbação” de Emerson e Messinger (1977)¹². Os *marau* são encarregados de reparar, no sentido goffmaniano, perturbações da ordem pública: eles intervêm enquanto encarregados de uma missão que é a de *remediar* a presença perturbadora de moradores de rua e de *mediatizar* a relação com o público que os incumbiu dessa função. Os *marau* têm, portanto, uma função de manutenção ou de restauração da ordem pública, que os transeuntes ou cidadãos não podem ou não querem assumir (Gayet-Viaud, 2010), no exercício da qual aplicam sua competência profissional, dispondo, para tanto, de um certo número de prerrogativas. Aí também a pesquisa etnográfica mostra que essa função de reparação pode ser investida de múltiplos significados pelos mandatários, pelos agentes e pelos usuários. A perturbação pode ser definida de várias maneiras. Para a prefeitura, trata-se de assegurar a tranquilidade, a salubridade e a segurança públicas. Para um comerciante, trata-se de liberar seu trecho de calçada indevidamente obstruído – ver as interações telefônicas com o 115. A prefeitura de Paris pode ter de liberar um espaço prometido a um outro projeto urbano, por exemplo *Paris Plages* no verão.

12 Os remediadores (*troubleshooters*) são encarregados de dissipar os distúrbios criados pelos perturbadores da ordem pública (*troublemakers*), (comentário em Emerson e Messinger, 1977).

O caráter insuportável da vida na rua perturba muitos transeuntes comuns, enquanto para os profissionais isso significa a necessidade de dar, de maneira imperativa, uma assistência social, médica ou psiquiátrica...

- 6 - A *maraude* carrega um sentido político de uma outra maneira. Ela reintroduz “*a terceidade da sociedade e do Estado*” (Chave, 2010) no face a face entre agentes do Samusocial e moradores de rua. Poderíamos dizer, como Axel Honneth (2003), que os *maraudeurs*, para além da “solicitude pessoal”, reinjetam alguma “consideração legal” (recuperação de direitos sociais e cívicos) e manifestam “estima social” (superação do estigma e afirmação de igualdade). Eles cuidam e escutam, mas também se empenham em reconstruir uma pessoa social e legal. E o fazem em nome de uma política pública. Poderíamos ainda, assim como Isaac Joseph (2007), ao comentar Simmel (Simmel [1907], 1998), insistir no fato de que a *maraude* é uma “aplicação de meios públicos para fins públicos”, com a qual o Estado cumpre sua obrigação de assegurar o respeito e os direitos dos moradores de rua enquanto seres humanos e cidadãos. É bem verdade que ele o faz a pouco custo, como frequentemente o acusam, também é verdade que se livra da tarefa passando-a para uma organização não governamental, fato deplorado pelos defensores de um Estado social, mesmo assim não deixa de reinserir os moradores de rua numa “verdadeira comunidade cívica instituinte”; “uma *comunidade por vir*, sempre suscetível de ser ampliada, já que incluiria os que lhe são estranhos e ainda não fazem parte dela”. Há aí uma política pública, no sentido forte do termo, impulsionada pelo direito de reivindicar direitos, tanto aplicada quanto contestada por várias ONGs, idealmente orientada em direção à maximização das capacidades dos beneficiários, muito além da velha caridade ou da administração dos pobres. Desse ponto de vista, o Samusocial é uma instituição ambígua. Por um lado, ele exerce a responsabilidade, em nome do público, de cuidar e curar os moradores de rua – as reações de indignação que se seguiram à decisão do governo Sarkozy, em pleno verão 2011, de diminuir 10% das verbas destinadas aos moradores de rua foram um bom indicador da preocupação desse público. Por outro lado, ele o faz sob a dependência do governo e da administração do serviço social, diferentemente de outras organizações que estão igualmente preocupadas com o problema do morador de rua e o tratam tanto como cidadãos quanto como vítimas que necessitam de uma intervenção humanitária específica.

A etnografia moral é, portanto, indissociável de uma *etnografia da ação pública*, através da delegação de uma missão de serviço público a uma organização e a seus profissionais (Katz, 1975). Descrever como opera concretamente a urgência social, essa estranha síntese de diversas lógicas de ação e de justificação, que não existe em lugar nenhum além da França, abre uma discussão sobre o Estado, no concreto e em ação, em relação a uma certa concepção da humanidade e da cidadania. Ao mesmo tempo em que visa a proteger “vítimas” em nome da “urgência”, a urgência social abriu um novo espaço de direitos e uma nova política de solidariedade. Ao nosso ver, o trabalho de rua não se reduz à aplicação de uma política de compaixão, de um governo que ouve ou de uma sanitização do social, mesmo se às vezes ele assim se apresenta. A urgência social, com todas as suas ambiguidades e limitações, não deve ser, precipitadamente, restrita às perspectivas da caridade de conotação religiosa, do poder sobre os desgarrados e desclassificados, da microfísica do poder ou do governo dos comportamentos – a paleta comum das opções interpretativas.

Para que descrever? Ceder ao cansaço do ceticismo ou abrir-se novamente à ação?

É impossível manter-se insensível ao destino das pessoas pesquisadas quando estamos estudando tanto os moradores de rua quanto os que cuidam deles. Confrontamos situações, muitas vezes horríveis, que é preciso suportar para poder continuar. Fomos expostos à miséria de pessoas destruídas pela vida e que têm poucas chances de sair dessa situação. Pessoas que reencontramos noite após noite, à deriva – o dispositivo de apoio social mal consegue lhes dar sustentação, algumas vão desmoronando lentamente e acabam morrendo. Vemos motoristas, enfermeiras, educadores e agentes sociais que se consomem também, dando tudo de si, lutando por um caso, às vezes brigando para refazer um dossiê de *Revenu de solidarité active*¹³ (RSA) ou de *Couverture maladie universelle*¹⁴ (CMU) ou para encontrar um leito hospitalar – e que também levam uma vida precária fora do trabalho. Vemos instituições funcionando com meios insuficientes, albergues vetustos; até recentemente, um 115 com falta de vagas e de plantonistas, tendo de rejeitar gente em pleno inverno, com um nó no peito...

13 RSA: serviço que “traduz o direito fundamental, que todos os cidadãos têm, de ter acesso aos recursos necessários para viver de forma digna”. Ela visa a assegurar uma renda mínima às pessoas sem trabalho e sem recursos (cidadãos do espaço econômico europeu e da Suíça, residentes ou apátridas).

14 CMU: seguro que garante o acesso aos cuidados médicos e o reembolso do preço desses serviços e dos remédios a todos que residem na França e não são beneficiários de um outro plano obrigatório de seguro-saúde.

Se olhamos as coisas de perto, somos tomados pelo desespero e quase perdemos o chão. Então podemos até pensar: Para que descrever? Por que não denunciar e agir, simplesmente? Kim Hopper (2003), um dos etnógrafos norte-americanos mais engajados a favor dos moradores de rua, que foi presidente da National Coalition for the Homeless e é perito judicial no assunto, redator de revistas, defensor dos direitos dos *homeless* em várias arenas cívicas, clínico que coopera com psiquiatras e consultor de organizações não governamentais, questiona a utilidade da pesquisa... Como fazer que os trabalhos etnográficos não sejam lidos como relatos pitorescos que estimulam o voyeurismo ou transbordam com paixão? Histórias a ser lidas tranquilamente em casa sobre a engenhosidade e resiliência dos moradores de rua ou sobre as benfeitorias concedidas pelas organizações estatais ou associativas?

A visão de Hopper é um pouco pessimista e corre o risco de fazer que se deixe de lutar – o que ele não faz. Mas ele subscreveria, acreditamos, uma concepção pragmatista da pesquisa que vê nela uma *maneira de a coletividade refletir sobre si mesma a fim de se equipar para melhor agir sobre si mesma e sobre seu meio ambiente e para tentar controlar seu futuro*. A pesquisa forma novas maneiras de ver, dizer e fazer ao mesmo tempo em que arma novas capacidades de ação. Essa ideia era crucial para Dewey e para Mead: a pesquisa não deve nos encerrar no destino dos pacientes que suportam, impotentes, sua situação. Ela deve abrir novas perspectivas, dar motivação à ação, esboçar linhas de intervenção – se possível, fazer que os pacientes voltem a ser atores. Em vez de reduzir os indivíduos ao desespero ou de representar o *statu quo*, ela deve ajudar os indivíduos, a coletividade, as organizações ou instituições a entender melhor suas perspectivas e, eventualmente, a reorganizá-las, a apropriar-se de certos conjuntos de consequências para agir de maneira mais eficaz e mais pertinente e, sobretudo, mais reflexiva.

A pesquisa sobre a vida na rua pode ajudar, mesmo de maneira limitada. Sua força primeira consiste em fazer-se “*cooperação observadora*” (Cefaï, 2010). Observar já é participar e cooperar com os atores. É confrontar suas situações problemáticas, seus pontos de vista e entender – permanecendo no espaço em que vivem ou acompanhando suas histórias de vida – como é que eles saem dessa situação. Assim o fez Pascale Pichon, com Thierry Torche (Pichon e Torche, 2007), ao descrever os processos existenciais e institucionais que levam a “sair da rua” ou, com K. Choppin, E. Jouve e D. Grand (2010), ao falar sobre as modalidades de “morar em seu lar”. Ao ajudar a entender quais são os pontos de apoio, os suportes e os recursos dentro do ambiente de uma pessoa que acaba de passar meses ou anos na rua e que deve reacostumar-se com um lar, o objetivo é

conceber uma moradia que lhe seja praticável e acolhedora. Desse ponto de vista, a pesquisa de campo opera como *tradutor*: ela dá acesso aos sistemas de coordenadas dos pesquisados. Mas não se trata de uma tradução abstrata. Etnografar significa descrever como certos corpos são inseridos dentro de práticas precisas, como se apoiam em dispositivos que agem conjuntamente a eles e como é que formam coletivos de experiência, de juízo e de interação. Ela conta também ser um operador de *empowerment*: em vez de insistir exclusivamente no processo de reprodução, de bloqueio ou de derrota, ela permite descobrir possibilidades de ação na atual situação.

Desse ponto de vista, nossa pesquisa nos deixou com uma ponta de insatisfação: a restituição dos resultados junto ao Samusocial foi menos densa do que esperávamos, mesmo tendo obtido bastante retorno dos profissionais da urgência social. O trabalho de observação e de descrição do livro *L'Urgence sociale en action* tentou, sem caricaturas, mostrar a utilidade de certas partes do dispositivo, ao mesmo tempo em que apontou as dificuldades do serviço de telefone de emergência (115) ou dos albergues de dia e noite (CHUs). Ele mostrou a importância da *maraude* enquanto procedimento de vigília social (*veille sociale*), mostrando detalhadamente a experiência adquirida em campo pelos *maraudeurs*, o *savoir faire* que eles elaboraram no acompanhamento personalizado e as capacidades que adquiriram, antes de apontar os efeitos perversos de sua precarização e de questionar a legitimidade de uma formação específica. Ele expôs as reivindicações dos trabalhadores da urgência social, notadamente ao acompanhar a greve do Samusocial de abril de 2010 – muito reveladora dos problemas dos funcionários do dispositivo, através das propostas de organização por sua “mão de obra”. Se essa pesquisa mostrou a importância da urgência social para as pessoas designadas como “grandes excluídos”, não deixou de chamar a atenção para a necessidade de outros dispositivos mais ajustados para os jovens em situação marginal, os trabalhadores pobres, as famílias expulsas ou em situação irregular, os migrantes intracomunitários, entre os quais os Roms, os requerentes de asilo político ou os menores estrangeiros desacompanhados... Os “grandes excluídos”, se tomamos essa categoria em seu sentido estrito e procuramos uma que lhe corresponda empiricamente entre os usuários do Samusocial de Paris, formam uma pequena minoria. Essa pesquisa, enfim, confirmou a necessidade de elaborar, nos dispositivos de acompanhamento, as dimensões do direito e dos sentimentos morais, do cuidado como *care* e *cure*, das virtudes do profissionalismo e da proximidade nas intervenções que mantêm o quadro da política pública, sem deixar de considerar os pacientes-usuários enquanto pessoa, no singular (Ravon, 2008).

A pesquisa não deve, cedendo ao *pathos* da crítica radical, levar à paralisia, calar a voz ou reduzir à impotência. Ela deve nos convidar e nos incitar a nos mover para frente. Retomando uma velha lição pragmatista, saber deve se tornar uma fonte de esperança.

Referências

- BREVIGLIERI, Marc. Bienfaits et méfaits de la proximité dans le travail social. In: ION, J. (Dir.). *Le travail social en débat(s)*. Paris, La Découverte, 2005, p. 219-234.
- CEFAÏ, Daniel, GARDELLA, Edouard, e LE MÉNER, Erwan. Enquêter sur un dispositif d'urgence sociale. Les maraudes auprès des sans-abri à Paris. In: CANTELLI, F., ROCA, M., STAVO-DEBAUGE, J., e PATTARONI, L. (Dir.). *Sensibilités pragmatiques. Enquêter sur l'action publique*. Bruxelles, Peter Lang, 2009, p. 39-51.
- CEFAÏ, D. Un pragmatisme ethnographique. L'enquête coopérative et impliquée. In: CEFAÏ, D. et al. *L'Engagement ethnographique*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2010, cap. 8.
- CEFAÏ, Daniel, GARDELLA, Edouard. *L'Urgence sociale en action. Ethnographie du Samusocial de Paris*. Paris, La Découverte, 2011.
- CEFAÏ, Daniel. Comment généralise-t-on? Chronique d'une ethnographie de l'urgence sociale. In: DESVEAUX, E., e FORNEL, M. de (Eds.). *Faire des sciences sociales. Généraliser*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2012, p. 31-58.
- CEFAÏ, Daniel, TERZI, Cédric. Présentation. In: CEFAÏ, Daniel, e TERZI, Cédric. (Eds.). *L'Expérience des problèmes publics*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2012 (col. Raisons Pratiques n° 22).
- CEFAÏ, Daniel. L'ordre public. Micropolitique de Goffman. In: GOFFMAN, E. *Comment se conduire dans les lieux publics*. Paris, Économica, 2013, p. 209-290.
- CHAVE, Frédérique. Tiers en urgences. Les interactions de secours, de l'appel au 18 à l'accueil en service d'urgences pédiatriques. Contribution à une sociologie des tiers. Tese de doutorado, Sociologia, Paris X Nanterre, 2010.
- DAMON, Julien. *La question SDF. Critique d'une action publique*. Paris, PUF, 2002.
- DECLERCK, Patrick. *Les naufragés. Avec les clochards de Paris*. Paris, Plon, 2001.
- DEWEY, John. *The Public and its Problems*. New York, Henry Holt, 1927.
- DEWEY, John. *Theory of Valuation*. Chicago, University of Chicago Press, 1939.
- DUNEIER, Mitch. *Sidewalk*, New York, Farrar, Straus, and Giroux, 1999.
- EMERSON, Robert, e MESSINGER, Sheldon. Micropolitics of Trouble. *Social Problems*, 25, 2, 1977, p. 121-134.
- FASSIN, Didier. *La raison humanitaire*, Paris, Seuil/Gallimard, 2010.
- GAYET-VIAUD, Carole. Du passant ordinaire au Samusocial: la (bonne) mesure du don

- dans la rencontre avec les sans-abri. *Revue du Mauss semestrielle*, 35, 2010, p. 247-265.
- GEREMEK, Bronislaw. *Poverty: A History*. Cambridge (Mass.), Blackwell, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Behavior in Public Places*. New York, Free Press, 1963.
- GUSFIELD, Joseph. *The Culture of Public Problems: The Drinking-Driver Problem and the Production of the Symbolic Order*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.
- HOPPER, Kim. *Reckoning with Homelessness*. Ithaca, Cornell University Press, 2003.
- JEANNOT, Gilles, e JOSEPH, Isaac. (Eds.). *Métiers du public*. Paris, Éditions du CNRS, 1995.
- JOSEPH, Isaac. Le ressort politique de l'assistance, l'expérience de l'induction morale. Sur l'ethnographie des SDF. In: JOSEPH, I. *L'Athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris, Economica, 2007, p. 413-436.
- KATZ, Jack. Essences as Moral Identities: Verifiability and Responsibility in Imputations of Deviance and Charisma. *American Journal of Sociology*, 80, 6, 1975, p. 1369-1390.
- LIPSKY, Michael. *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. New York, Russell Sage Foundation, 1980.
- MARQUES, Ana. Construire sa légitimité au quotidien. Le travail micropolitique autour d'une Équipe mobile de psychiatrie-précarité. Doctorat EHESS, Paris, 2010.
- PATTARONI, Luca, e STAVO-DEBAUGE, Joan. Quelques effets de l'idée de proximité sur la conduite et le devenir du travail social. *Revue suisse de sociologie*, 29, 1, 2003, p. 141-157.
- PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris, PUF, 1991.
- PICHON, Pascale, e TORCHE, Thierry. *S'en sortir... Accompagnement sociologique à l'autobiographie d'un ancien sans domicile fixe*. Saint-Étienne, Presses Universitaires de Saint-Étienne, 2007.
- PICHON, Pascale, FRANCO, B., FIRDION, J.-M., MARPSAT, M., ROY, S., e SOULET, M.-H. *SDF, sans-abri, itinérant. Oser la comparaison*. Louvain, Presses Universitaires de Louvain, 2008.
- PICHON, Pascale, CHOPPIN, K., GRAND, D., e JOUVE, É. *Sortir de la rue: les conditions de l'accès au "chez soi"*. Saint-Étienne, Relatório para a DGAS, 2010.
- RAVON, Bertrand. Souci du social et action publique sur mesure. L'expérience publique, singulière et critique des problèmes sociaux. *SociologieS*; disponível *on line* desde 30 de outubro de 2008: <<http://sociologies.revues.org/2713>>.

SIMMEL, Georg. *Les pauvres* [1907]. Paris, PUF, 1998.

TERZI, Cédric. Dire le code du détenu. In: CEFAÏ, D. et al. *L'Engagement ethnographique*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2010, p. 183-216.

VEXLIARD, Alexandre. *Le Clochard. Étude de psychologie sociale* [1957]. Paris, Desclée de Brouwer, 1998.

WIEDER, D. Lawrence. *Language and Social Reality: The Case of Telling the Convict Code*. La Haye, Mouton, 1974.

Recebido em: 03/04/2013

Aceito em: 03/06/2013

Como citar este artigo:

CEFAÏ, Daniel. Grande exclusão e urgência social — Cuidar dos moradores de rua em Paris. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 265-286.

Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana

Taniele Rui¹

Resumo: Neste texto retomo o episódio da “Operação Sufoco”, idealizada e levada a cabo pela Polícia Militar na região conhecida como crackolândia, no centro de São Paulo, em janeiro de 2012. A partir dos seus desdobramentos em uma ação civil pública movida contra o Estado e à luz de depoimento reflexivo de uma jornalista sobre a cobertura midiática durante o episódio, traço inter-relações entre espetáculo policial, mídia e direitos. Aponto ainda a emergência de novos atores mediadores das relações entre os usuários de *crack*, a “cracolândia” e o “mundo público”.

Palavras-chave: crackolândia; operações policiais; mídia; direitos.

After “Sufoco Operation”: about police spectacle, media coverage and rights in the city of São Paulo’s “crackland”

Abstract: In this paper I point out the episode known as “Operação Sufoco”, that was an action performed by the military police in the city of São Paulo, Brazil in January 2012. Given the analysis of a civil action against the government of state and the observation of the inflections in media during this episode, it is of

1 Professora visitante do IFCH – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – Brasil/ Pesquisadora pós-doutoranda do Social Science Research Council (Drugs, Security and Democracy Fellowship) – New York – Estados Unidos da América – tanielerui@yahoo.com.br

interest to explore the relationship between police, media and rights. I also propose the analysis of new social actors, such as mediators between crack users, “cracolândia” and “public sphere”.

Keywords: cracolândia; military police; media; rights.

Na manhã do dia 3 de janeiro de 2012, grande contingente de policiais militares adentraram a área conhecida como “cracolândia”, no centro de São Paulo, impelindo os usuários de *crack* a deixar o local, intentando o esvaziamento da área. Nesse dia e sobre o episódio, os jornais *Folha de S.Paulo* e *Estado de S.Paulo* noticiaram, respectivamente e em coro com a versão policial: “PM faz operação contra o tráfico na região da cracolândia em SP”²; “PM prende três em operação na cracolândia, em SP”³. Era o início dos acontecimentos e manchetes que se proliferariam e se desdobrariam em torno da operação que se estendeu por cerca de pelo menos um mês e que foi nomeada, pela própria Polícia Militar, “Operação sufoco”. De grande vulto e repercussão, essa operação materializou aquilo que já vinha ficando evidente: a área se tornou um dos grandes centros da questão social brasileira contemporânea.

Eu, que exatamente no dia anterior tinha terminado o quarto capítulo da minha tese de doutorado (Rui, 2012: 167-230) – que consistiu, entre outras coisas, em descrever essa região da “cracolândia” tendo em perspectiva a desocupação de um prédio na Vila Industrial, na cidade de Campinas (SP), para compor uma argumentação mais geral acerca das tentativas de gestão e controle desses territórios e dessa *população* –, paralisei a escrita da tese por todo janeiro e acompanhei muito atentamente todas as informações que apareciam nos noticiários e, sobretudo, nas redes sociais. Durante o correr dos acontecimentos, contribuí ao máximo com os jornalistas que me contataram, falando sobre a história e a dinâmica locais, criticando a ação policial.

No texto final da tese, concluído em abril de 2012, escrevi uma página explicitando a deliberada decisão de não analisar essa operação (Rui, 2012: 14-15). Eu o fiz para preservar a historicidade da pesquisa e, mais importante, para não ceder às declarações oficiais de que a “cracolândia” seria “página virada” na história de São Paulo até o final de 2012. Optei por descrever: ela, seus usuários e

2 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1029307-pm-faz-operacao-contr-o-traffic-na-regiao-da-cracolandia-em-sp.shtml>; acesso em 29 jul. 2013.

3 Cf. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pm-prende-tres-em-operacao-na-cracolandia-em-sp,8180-41,o.htm>; acesso em 29 jul. 2013.

outros espaços de consumo de *crack*, em toda a vivacidade observada ao longo de dois anos e meio de trabalho de campo.

Em julho de 2013, passados agora ano e meio da *operação* e mais de um da defesa da tese, volto ao episódio, de modo talvez mais ensaístico e descritivo que propriamente analítico. De partida, anuncio que ter escrito aquele capítulo, mesmo a tese, me auxiliou e me atrapalhou na reflexão sobre esse evento. Por várias razões.

Ao já ter avaliado a desocupação do prédio da Vila Industrial e, para tanto, ao já ter cotejado o fato à luz do exame de Sidney Chalhoub (2006) sobre a demolição do cortiço “Cabeça de porco” no Rio de Janeiro da virada do século XX – essa espécie de mito de origem brasileiro de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade –, conjecturei que a operação poderia ser tudo, menos um fenômeno inédito. Embora não se tratasse de uma “novidade”, era preciso considerar que, num cenário crescente de demandas difusas que pedem o fim das “cracolândias”, intervenções como essa têm reaparecido com grande vigor e violência nos centros urbanos. Por ter observado o que se passara com o prédio da Vila Industrial, tinha claro que as ações públicas destinadas ao combate ao uso de *crack* ignoravam qualquer tipo de preocupação com tais usuários e tinha clareza ainda que, do ponto de vista das ações estatais, a intervenção sobre uma população considerada “indesejável” viria quase sempre acompanhada da intromissão nos territórios que ela ocupa.

Além disso, a literatura específica, nacional e internacional (Manning, 2001; Wacquant, 2001; Misse, 2007; Pinheiro-Machado, 2008; Galdeano, 2009; Feltran, 2010), há tempos vem mostrando que tais ingerências e confrontos estão submetidos a, pelo menos, dois tipos de temporalidade e visibilidade, manifestos em *ações performáticas*, de caráter público e espetacular, e em *ações cotidianas*, de caráter privado e rotineiro. Se o poder estatal se materializa nessas operações midiaticizadas, há uma série de interações cotidianas que escapam da visibilidade e do conhecimento públicos, conformando, assim, não uma oposição, mas uma complementaridade lógica de atuação. Ter em conta esse *background* teórico foi útil para explicitar o caráter efêmero da operação e identificar, outra vez, a “*mise-en-scène* da segurança”, para usar uma expressão tantas vezes proferida por Loic Wacquant.

Por último, não podia deixar de considerar que a própria história da “cracolândia” é, toda ela e desde seu princípio, constituída de intervenções estatais violentas. Inclusive sua acepção enquanto “territorialidade itinerante” (Frúgoli Jr. e Spaggiari, 2010) é, principalmente, decorrência dos deslocamentos sucessivos em razão da repressão e da intervenção exercidas, que, sem dúvida, superam

as mobilidades decorrentes de dinâmicas internas. “A cracolândia anda, não adianta maquiá”, avisava uma pichação no muro durante essa última operação.

Selma Silva (2000), por exemplo, fez sua pesquisa de mestrado na sequência de uma dessas operações, a “Operação Dignidade”, realizada em 1997, que, tal qual descrita por Frúgoli Jr. (2006), iniciou-se como um cerco aos camelôs e foi depois se estendendo a outros segmentos, dando início ao que se chamou na ocasião de “guerra no centro”. Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) também já haviam recuperado trechos jornalísticos para discorrer acerca da “Operação Limpa”, de 2005, realizada pelo poder público, envolvendo polícia, vigilância sanitária e setores ligados ao assistencialismo e à saúde. *Dignidade, Limpeza, Sufoco*. O re-crudescimento das atuações é explícito.

No mesmo passo, o histórico local adianta tanto para a repetição desse tipo de ação quanto para a dispersão dos usuários seguida da reocupação de outros espaços da cidade. Em comum a todas elas estavam ainda a cobertura midiática, a performance policial e o anúncio público do “balanço” das operações: número de presos, número de encaminhados para serviços de saúde e assistência, números da apreensão de drogas e objetos “suspeitos”.

Reunidos, os aspectos abordados só me permitiam corroborar a hipótese de mais uma grande operação da Polícia Militar, diretamente dependente da exposição midiática, realizada para teatralizar o poder e o controle estatais sob tal área. Se todos esses dados estivessem corretos, passado um tempo, tudo tenderia a se recomodar – para não dizer que tudo voltaria a ser como antes.

Entretanto e ao mesmo tempo, era preciso reconhecer o grau de violência e arbitrariedade ao qual os usuários de *crack* estavam sendo expostos pela enésima vez, indagar sobre o acontecimento em si, sua publicização e, ainda, perceber elementos novos; pois, como escreveu o sociólogo Herbert de Souza (1984), em um texto hoje considerado clássico, fazer análise de conjuntura tem necessariamente que implicar uma mistura de conhecimento e descoberta, isto é, levar em conta as informações existentes, mas também estar atento à contínua busca por dados originais, num incessante esforço de reavaliação de hipóteses.

De um misto de “conhecimento e descoberta” surge este texto – uma tentativa de explicitar (e com isso também entender) de que modo questões locais antigas puderam adquirir novos e inesperados contornos com esta “Operação”.

Entre muitas possibilidades de recorte e encaminhamento dessa questão mais geral⁴, selecionei duas fontes para aprofundar a descrição e, portanto, a

4 Heitor Frúgoli Jr. (2012) elenca novos temas que adquiriram crescentes realces com as ações de janeiro. Vale a pena enumerá-los: “a polêmica das internações involuntárias (almejadas pelo poder público e

reflexão deste artigo: 1) o texto da ação civil pública proposta pelo Ministério Público estadual contra o Governo do Estado de São Paulo⁵ e 2) o depoimento da jornalista Laura Capriglione, da *Folha de S.Paulo*, num debate promovido pelo Centro de Convivência É de Lei, em setembro de 2012, posteriormente transcrito e disponibilizado no *site* do *Observatório da Imprensa*⁶ que, por sua vez, me fez recorrer às matérias veiculadas no *site* daquele jornal durante o episódio. Tais fontes foram selecionadas porque, a meu ver, apresentam a emergência de novos atores mediadores das relações entre usuários de *crack*, a “cracolândia” e o “mundo público” (Feltran, 2011), bem como apontam para suas potencialidades e seus limites.

Esta proposição é derivada do fato de que, se havia uma repetição histórica que permitia antever um *modus operandi* da ação policial, seu caráter de espetáculo e, passado um tempo, uma readequação do cotidiano, era desconhecida a transformação dessa sequência em uma ação civil pública que se voltaria contra o próprio Estado⁷. Igualmente, se parte significativa da performance bem-sucedida desse tipo de ação garante-se por uma cúmplice vinculação com a exposição midiática (Manning, 2001), não era óbvio que uma personalidade importante da chamada “grande mídia” iniciasse um movimento analítico sobre a própria prática – o que não implica uma generalização dessa inflexão para toda a imprensa.

Convido à leitura de detalhes dessa argumentação na exposição dos tópicos subsequentes: o primeiro enfoca a “linguagem de coerência” (Geertz, 1997) que

obstadas por profissionais da saúde); novas dispersões territoriais dos usuários de *crack* por diversos bairros (com prejuízo para o atendimento feito por distintas entidades locais, sobretudo ONGs); comportamentos defensivos das populações locais (alvos de fiscalizações e novas demolições pela prefeitura); articulações de ativistas contra a violência policial e pelos direitos humanos; investigações do Ministério Público estadual sobre critérios e práticas das operações policiais em andamento; caracterizações mais precisas sobre os usuários de *crack* pela imprensa (incluindo mulheres grávidas, ou então parentes em busca de usuários na área em questão); ações diversificadas e capilares do tráfico”.

5 O texto completo da ação, composto de 150 páginas, pode ser acessado em http://www.mp.sp.gov.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2349505.PDF; acesso em 30 jul. 2013.

6 O texto pode ser acessado em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed721_o_cultivo_cientifico_da_ignorancia; acesso em 31 jul. 2013.

7 Desde a sinopse estão adscritos, item por item, o conteúdo, as razões e os pleitos da ação em tela: “Ação Civil Pública contra o Governo do Estado de São Paulo. Vias Públicas dos bairros da Luz e Campos Elíseos, a denominada ‘Cracolândia’, na cidade de São Paulo. Operação Policial contra dependentes químicos em situação de rua. Violência e truculência. Dispersão de usuários para outros logradouros da Capital. Embaraços para o trabalho de agentes de saúde e assistência social. Ausência de resultados efetivos quanto ao enfrentamento do tráfico. Ofensa a direitos humanos fundamentais e prejuízos às políticas públicas municipais de saúde e assistência social. Grave ofensa ao princípio da dignidade humana. Violação ao princípio da eficiência, aplicável a todas as ações da Administração Pública. Dano moral coletivo; tutela de interesses individuais homogêneos e de interesses difusos. Pleito indenizatório. Obrigação de não fazer. Pedido liminar” (op. cit.: 2).

permitiu ao Ministério Público construir a tese de *ineficiência* dessa operação; o segundo confere atenção ao depoimento da jornalista acerca de uma inflexão na cobertura, acrescido de matérias veiculadas durante o período – que nos permitem observar, por outro ângulo, um tipo específico de *eficiência* envolvido nessas ações. Ambos me permitirão descrever e tecer considerações acerca da inter-relação entre espetáculo policial, mídia e direitos nessa região.

Entretanto e desde já, aviso ao leitor que não está no escopo deste texto questionar, com descobertas etnográficas, as fontes jurídicas, o depoimento da jornalista ou as reportagens veiculadas. Minha intenção, como dito, é outra. Interessada no aspecto dramático das ações policiais, que talvez tenha tido dos maiores rendimentos analíticos nas penas de Peter Manning (2001), corroboro proposições de que tais “cenas” são capazes de revelar contradições e tensões latentes, bem como de apresentar outras novas.

Dito isso, enfatizo que as fontes selecionadas me parecem excelentes entradas para, de um lado, explicitar a exibição, as incoerências e, principalmente, a falta de coordenação das ações policiais nesta “Operação Sufoco” – algo, aliás, não muito distinto do que se passa longe dos olhos dessas ações performativas – e, de outro, para revelar que um dos grandes desdobramentos dessa operação de 2012, certamente a contrapelo das intenções de seus mandatários, foi a denúncia dos abusos da corporação levada a cabo por defensores e promotores públicos, bem como uma tensão na cobertura midiática, configurando tipos de mediação inéditos para a área e, por sua vez, conformando novas arenas de disputas.

A ineficiência da “Operação” materializada numa ação civil pública

Em meados de 2012, promotores do Ministério Público estadual redigiram e moveram uma ação civil pública contra o Governo do Estado de São Paulo. A ação foi construída a partir da tese de *ineficiência* da “Operação Sufoco”, com fins de notar a concretização da ideia de que *dependentes químicos em situação de rua*⁸ têm direito a ter direitos.

Ao reconstruir esta tese, saliento que não estou reconstruindo os fatos, e sim (como ensinou Geertz aos antropólogos que se aventuram pelo estudo do direito) o modo como os fatos foram construídos socialmente por elementos jurídicos, desde os regulamentos sobre a evidência, a tradição retórica de escrita de um relatório jurídico, até o academicismo ensinado nas faculdades

8 Essa a terminologia da ação para se referir às pessoas que usam *crack* e que sofreram diretamente os impactos dessa operação.

de direito – elementos que implicam que a representação jurídica do fato seja normativa por princípio mas que, por sua vez e por isso mesmo, permite também, nas suas palavras,

a descrição de um fato de tal forma que possibilite aos advogados defendê-lo, aos juízes ouvi-lo e aos jurados solucioná-lo. [...] Trata-se basicamente não do que aconteceu, e sim do que aconteceu aos olhos do direito. [...] Esses sistemas descrevem o mundo e o que nele acontece em termos explicitamente judiciosos, e essa técnica nada mais é que um esforço organizado para que a operação esteja correta (Geertz, 1997: 258).

Estou interessada, portanto, na construção dessa “linguagem de coerência” que, penso, me possibilita observar o encadeamento discursivo de um tipo de pressão pela efetivação de direitos, inédito na história da “cracolândia”.

Num esforço antecipado de síntese, o argumento principal da ação traça o seguinte caminho: o local onde hoje se encontra a “cracolândia” é resultado de um de abandono longínquo. As “soluções” propostas para a área estiveram sempre mais no âmbito do urbanismo que no da saúde e assistência. As poucas iniciativas de articulação, em gestação e aprimoramento, foram prejudicadas pela “Operação Sufoco”. Nem o objetivo declarado pela PM de “quebrar a logística do tráfico”, nem a premissa de impelir, por meio de “dor e sofrimento”, a busca por tratamento⁹ foram alcançados. Em suma, a operação gastou dinheiro, obrigou os usuários de *crack* a vagar pelas ruas do centro, atrapalhou a rotina dos moradores do entorno, usou de violência gratuita para nada. Num Estado democrático de direito, ações desse tipo e com tais consequências deveriam ser inaceitáveis.

Passo aos detalhes. A partir de recuperação rápida do histórico da Luz, o esforço primeiro foi o de expor que o Estado deixou o bairro se deteriorar. Assim, mostrou-se o que é relativamente consensual entre os conhecedores da área: que ela já foi uma das mais antigas e tradicionais da cidade de São Paulo, e desde 1950 viu progredir o número de cortiços como residência de muitos migrantes pobres que chegavam à metrópole. Nos anos 1960, a região tornou-se

9 A fala do coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira, no dia seguinte ao início da operação, ecoou em todos os jornais. Transcrevo-a contextualizada, fiando-me em uma reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*: “A falta da droga e a dificuldade de fixação vão fazer com que as pessoas busquem o tratamento. Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. A *dor e o sofrimento* fazem a pessoa pedir ajuda”. Cf. <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,governo-quer-acabar-com-cracolandia-pela-estrategia-de-dor-e-sofrimento,818643,o.htm>; acesso em 14 ago. 2013.

conhecida como Boca do Lixo e seguiu se deteriorando pelas décadas seguintes. Prédios governamentais foram abandonados, a sede do governo transferida, o principal terminal rodoviário da cidade, que ali se localizava, migrou para a zona norte. Esse histórico, consequência de uma série contínua de abandono, possibilitou que muitos dos hotéis e pensões que hospedavam viajantes e prostitutas passassem a receber também *dependentes químicos*, que ali encontraram privacidade para o consumo de drogas. Ao recontar essa progressiva história de decadência, o ponto do documento do MP, como anunciado, é revelar que o poder público assistiu a tudo passivamente.

Na continuidade do argumento, o texto mostra, sobretudo a partir de referências bibliográficas igualmente partilhadas entre os estudiosos locais, que sempre que se tentou “recuperar” a área a perspectiva era de uma “solução urbanística”. Da proposta de construção de grandes avenidas durante a administração de Jânio Quadros em meados dos anos 1980, passando pelas iniciativas de requalificação dos grandes edifícios (convertendo-os em equipamentos culturais), até chegar ao mais recente debate em torno do projeto “Nova Luz”, que trouxe um controverso modelo de parceria público-privada de concessão urbana, o que se pretendeu foi estimular a valorização imobiliária.

Quanto aos projetos de acolhimento, assistência e atenção, tentou-se implantar alguns. Entre eles, é destacado na ação o projeto “Centro Legal” da prefeitura municipal de São Paulo, que consistiu numa tentativa de articulação e atuação conjunta da saúde e assistência social com vistas a ofertar atenção ao *dependente químico em situação de rua* naquela região da cidade, objetivando encaminhá-lo, sobretudo, para a rede de serviços de saúde. Entretanto, na prática o projeto enfrentou muitas dificuldades: as vagas não eram suficientes, havia enormes dificuldades de articulação entre as secretarias, não havia órgãos de saúde especializados em dependência química que funcionassem 24 horas por dia e, talvez mais relevante, a municipalidade não fazia muita questão de levar adiante o projeto. Havia, porém, um saldo positivo nele: as abordagens de rua se aprimoravam, as equipes ganhavam experiência e credibilidade junto aos que estavam nessa situação. Ou seja, ainda que o projeto estivesse em estágio embrionário, a ação dos agentes na rua evoluía de modo satisfatório.

“Outra esperança no horizonte” (op. cit.: 37), o “Complexo Prates” foi anunciado no último trimestre de 2011, com previsão de ser aberto em janeiro de 2012. Entretanto, ele só foi de fato inaugurado em março (dois meses após a “Operação”). O complexo, localizado na rua Prates, cerca de 1 km da área da “cracolândia”, contaria com uma inédita articulação entre saúde e assistência, funcionaria 24 horas por dia e teria capacidade de ofertar 1.200 atendimentos

diários. Desde que em funcionamento, era, segundo a ação civil pública, “uma possível capacidade de proporcionar um substancial salto de qualidade no atendimento sócio-assistencial [sic] e sanitário aos dependentes químicos da região” (op. cit.: 38).

Os promotores autores da ação, entretanto, observam que, em depoimento, oficiais da PM declararam desconhecer que esse complexo estava para ser inaugurado – indicando, assim, falta de comunicação e de articulação entre o topo e a base da PM e entre ambos e outras secretarias. Entretanto, através de apurações, a ação civil pública conseguiu apontar também que ao longo de 2011 houve várias reuniões com representantes de diversos órgãos implicados no projeto “Centro Legal”. Entre esses sempre houve representantes do Governo estadual, especialmente oficiais da PM. De acordo com as atas, em nenhuma das reuniões, cuja pauta era a região da “cracolândia”, se discutiu a operação policial de janeiro – o que permitiu ao MP concluir que a “Operação” foi exclusivamente concebida e planejada no âmbito do Governo estadual pela PM (quicá em obediência a ordem superior – o que não pôde ser verificado). Além disso, a apuração do MP sugere ainda que os órgãos assistenciais e de saúde não foram consultados em momento algum sobre a pertinência ou a conveniência de se promover uma forte ação repressiva contra os *dependentes químicos* da região. A secretária de Assistência Social disse que não foi avisada da operação e que dela só soube quando os policiais estavam nas ruas. O secretário de Saúde também declarou que ignorava a operação. Estava, inclusive, de férias.

Na falta de articulação dos equipamentos públicos, não havia como acolher os que necessitavam de tratamento e refúgio. Ao ocupar a região da “cracolândia” com efetivo maciço, impelindo a saída dos que estavam no local com ameaças, golpes de cassetetes e ronda contínua de viaturas e motocicletas, a iniciativa isolada da PM promoveu, na sequência, “uma procura desesperada por acolhimento e abrigo por pessoas que fugiam da violência policial. [...] Houve até mesmo tentativas de invasão a tais equipamentos sociais” (op. cit.: 42). Desse modo, a “violenta e truculenta” ação de 3 de janeiro (como foi adjetivada pelo texto do MP) aconteceu atropelando as expectativas e os esforços em gestação.

Como consequência dessa desarticulação, o resultado foi a dispersão. Aos poucos os usuários de *crack* foram sendo vistos em ruas da Bela Vista e de Santa Cecília. Consta no texto da ação que “os relatos e as imagens evidenciam pessoas cercadas e encurraladas, empurradas e tangidas como gado, num clima de tensão que não se coaduna com um Estado de direito” (op. cit.: 46). Nesse ponto, o texto é enfático:

Quanto ao sagrado direito de ir, vir e ficar, as pessoas o perderam quanto ao vir e ao ficar; só podiam ir. Não lhes era possível permanecer nas vias públicas; tinham que circular, ainda que a esmo e sem destino, dando voltas nos quarteirões, em bizarros movimentos que a imprensa denominou procições¹⁰ (op. cit.: 45).

Diante do que se passava e noticiava, a Defensoria Pública do estado de São Paulo para lá se deslocou e começou a colher relatos de agressão e violência. No total, foram 79 ocorrências em 11 dias. Depois de tanta dispersão, moradores do centro reclamando, imprensa denunciando a falta de profissionais da assistência e da saúde na operação, a Defensoria distribuindo aos usuários informes sobre direitos e relatando ocorrências, logo os usuários de *crack* começaram a retornar, “como se voltassem para casa” (op. cit.: 49). Dez dias depois do início da “Operação”, a volta da “cracolândia” já começava a ser destacada nos noticiários, liberada inclusive pela polícia¹¹. “Enfim, depois de tanta violência e truculência, o tráfico e o consumo de *crack* na região continuavam ativos e perenes” (op. cit.: 50).

Diante da prova cabal daquilo que seria a gratuidade da “Operação”, da perspectiva do MP, o próximo movimento do texto é desconstruir as justificativas apresentadas pela PM.

- 1 - Se o objetivo declarado da ação era prender “traficantes” e “quebrar a logística do tráfico”, ela não o fez. “Não se conseguiu a prisão de nenhum traficante de algum vulto ou importância. [...] Foram apenas presos usuários que também vendem migalhas de *crack*” (op. cit.: 52). Ouvido pela Promotoria, o psiquiatra e professor da Unifesp Dartiu Xavier expressou: “A operação militar foi buscar o traficante onde sabia que ele não estava. [...] Esses dependentes sairão na foto para mostrar a eficiência da polícia” (op. cit.: 53).

Se o que se pretendia era “quebrar a logística do tráfico”, a operação deveria ter sido feita em consistente diálogo e planejamento com a Polícia Civil (de

10 Alguns exemplos dessa nomeação, os títulos das reportagens: “PM escolta ‘procição do crack’ no 1º fim de semana de ocupação no centro” e “Ministério Público quer proibir que polícia realize ‘procições do crack’”; cf., respectivamente; <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,pm-escolta-prociacao-do-crack-no-1-fim-de-semana-de-ocupacao-do-centro,820171,o.htm>; acesso em 1º ago. 2013; e <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/ministerio-publico-quer-proibir-que-policia-realize-procissoes-do-crack-20120613.html>; acesso 1º ago. 2013.

11 Cf., por exemplo, reportagem de O Estado de S.Paulo de 13 jan. 2012: “Desgaste faz polícia liberar volta da cracolândia a 50 metros da original”; disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,desgaste-faz-policia-liberar-volta-da-cracolandia-a-50-metros-da-original,822048,o.htm>; acesso em 1º ago. 2013.

quem é a prerrogativa de investigações dessa natureza). Relatórios referentes ao trimestre janeiro/fevereiro/março de 2012 apontam a irrelevância da operação para a realidade criminal como um todo (“as polícias não perceberam ligação importante entre aquela grandiosa operação policial e as estatísticas de ocorrência criminal” [op.cit.: 54]).

Mais interessante, o DENARC enviou quadros demonstrativos a respeito da apreensão de drogas na “cracolândia” no período entre os anos de 2011 e 2012. O cálculo total da apreensão das três substâncias (*crack*, cocaína e maconha) mostra uma apreensão menor em 2012 que em 2011¹². Igualmente, fornecidos pelo JECRIM central, os dados dos termos circunstanciados por porte de droga para uso próprio da região do centro mostram que em janeiro, no auge da “Operação”, foram lavrados apenas 14 TCs, enquanto em fevereiro foram 151. Segundo a ação, “portanto, também para a apreensão de usuários, sob a ótica criminal, a operação policial não se mostrou eficiente”¹³.

2 - Igualmente, se o intuito da ação era gerar desconforto (“dor e sofrimento”) para que os usuários buscassem tratamento, essa estratégia foi, sentença o MP, “lastimável sob todos os aspectos” (op. cit.: 60). Não havia

12 Creio que vale a pena reproduzi-los aqui: “a) apreensão de cocaína: jan/fev/2011, 858,4 g; jan/fev/2012: 16.087,5 g; b) apreensão de crack: jan/fev/2011: 22.174,87 g; jan/fev/2012: 3.197,10 g; c) apreensão de maconha: jan/fev/2011: 1.188,6 g; jan/fev/2012: 43.665,9 g (op. cit.: 55). O MP, entretanto, não se pergunta por que durante a operação foram apreendidas mais cocaína e maconha do que crack. Questão que, certamente, renderia muita discussão e que, embora eu não tenha condições de responder, penso que vale a pena indicar para investigações futuras.

13 Apenas para fins de esclarecimento: no Brasil está vigente a Lei n. 11.343/06, sancionada em 2006. Seguindo tendências internacionais, essa Lei teve como principal mudança em relação à anterior a instituição de penas mais brandas para usuários e mais duras para traficantes. A despeito do seu caráter aparentemente liberalizante (posto que extinguiu a pena de prisão para usuários), a Lei ainda considera o uso como *crime* e mantém todos os procedimentos legais para seu tratamento. Ou seja, usuários de drogas surpreendidos devem ser direcionados à delegacia mais próxima, assinar termo circunstanciado e comprometer-se a comparecer em audiências judiciais. Os efeitos práticos desta nova Lei foram tema de Grillo, Policarpo e Veríssimo (2011). Os autores notaram, a partir de pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, que está em curso uma queda nos registros de ocorrência por flagrante de uso de droga e um aumento nos casos registrados como tráfico. A hipótese dos autores é que o abrandamento para a pena de usuários teria sido acompanhado de um descaso do judiciário em tratar a questão, por a considerarem agora fora da competência da justiça criminal. Contudo, eles mostram como a diminuição dos processos legais parece ter aumentado o poder de policiais em negociar os flagrantes de consumo de drogas (por exemplo, pedindo suborno para usuários com maior poder aquisitivo e agindo com mais violência em relação aos usuários mais pobres). Como notam os autores, a grande negociação em jogo não é apenas registrar ou não o flagrante, mas tipificá-lo em tráfico ou uso. A barganha é, então, sobre o tipo penal. Ainda, contribui para tal a própria ausência de critérios objetivos na Lei para distinguir esses crimes. Não é difícil então concluir que a polícia, de posse do poder de classificar, opera a partir de estereótipos. Ainda para mais comentários críticos sobre a nova lei de drogas, recomendo o texto de Maria Lucia Karan (in Labate et al., 2008). E para pensar alternativas legais ao paradigma proibicionista, sugiro o texto opinativo de Fiore (2012).

evidência teórica ou empírica de que isso aconteceria e, se houvesse, deveria ser legalmente impedido, porque fere princípios constitucionais.

Observando a rede de serviços existentes e seu efetivo de instalação e recursos humanos, a ação civil pública mostra ainda que, se todos os *dependentes químicos* procurassem atendimento, não haveria como atendê-los. Além disso, de acordo com apuração, os que conseguiram ser internados durante o episódio podiam ser encontrados nas ruas nas semanas seguintes. Os que se mantinham em tratamento (que apareciam nas estatísticas públicas), quando contatados, disseram não possuir relação com a “cracolândia”. Daí, novamente, a “inutilidade da operação sob o ponto de vista da recuperação clínica do paciente” (op. cit.: 68).

A operação, ainda, teria ferido ditames constitucionais. Sobretudo no caso de crianças e adolescentes, que devem ter direitos fundamentais priorizados, segundo o artigo 227 da Constituição federal. Diante deles, o Estado teria falhado duas vezes: pela omissão (que permitiu que eles chegassem à “cracolândia”) e pela ação, já que, tal como os adultos, eles foram impelidos a caminhar sem rumo por dias pela cidade.

E, como já sinalizado, a “Operação” igualmente teria interrompido o trabalho nas áreas da assistência social e da saúde, bem como abalou vínculos de confiança entre os serviços e os *dependentes químicos*, o que gerou um processo de mimese, posto que, tal qual os usuários, os profissionais desses equipamentos passaram a vagar pelo centro da cidade (o mesmo, como veremos no próximo tópico, se passou com os jornalistas) e teriam sido impedidos de agir diante da presença constante da polícia.

Enfim, a operação não teria alcançado nenhum dos objetivos a que se propusera e não teria contribuído para o eficiente enfrentamento da questão. De maneira torpe, teria deslocado enorme contingente de policiais militares, viaturas, cães, cavalos, equipamentos e mesmo helicópteros para não chegar a lugar algum. Em suma, nos dizeres do MP, a ação “gerou graves violações aos direitos humanos, ofendeu princípios do Estado democrático de direito e desperdiçou vultosos recursos públicos” (op. cit.: 97)¹⁴.

14 Em tópicos, há na ação um esforço de síntese de todas as falhas que, acredito, importa indicar: “a operação policial em questão não quebrou a logística do tráfico, que continua operando nas mesmas ruas; espalhou a atuação dos traficantes para outros logradouros públicos da capital, na medida em que para lá dispersou os usuários; não gerou maior sensação de segurança à população paulistana, já que espalhou grupos de dependentes químicos para outros locais da cidade, aproximando-os de um contingente populacional muito maior do que antes da operação; não proporcionou tratamento médico eficaz aos dependentes químicos; não ampliou a atuação dos órgãos da assistência social em favor dos dependentes químicos; não soube respeitar as especificidades e particularidades da condição de adolescente de

Como os danos provenientes de atos praticados pela Polícia Militar são objetivamente imputáveis ao Governo do estado de São Paulo, “cabe ao governo estadual indeniz[ar] a sociedade paulistana pelo tanto de prejuízo ocasionado” (op. cit.: 109), sobretudo em dois enquadramentos: “dano moral coletivo em prejuízo dos dependentes químicos”, “dano moral difuso no que concerne à população de São Paulo como um todo” (op. cit.: 133). O texto ainda faz a ressalva de que essa reparação não exclui a responsabilização pessoal dos agentes públicos. Por fim, se chegou ao valor pleiteado de 40 milhões de reais¹⁵, num tipo de indenização exemplar “que contribua para a afirmação e construção dos direitos humanos” (op. cit.: 144).

* * *

Inédita na história da “cracolândia”, a denúncia da operação policial, construída para argumentar sua *ineficiência*, reforça o caráter de espetáculo, ao mesmo tempo em que fornece a “linguagem de coerência” jurídica que, no plano dos princípios, resguarda a ideia de direitos. A denúncia levada a cabo nesta ação civil pública nos permite, assim, observar a produção de um *acontecimento político*, no mesmo sentido apontado por Fábio Araujo em sua análise do caso das *mães de Acari*:

A fase de elaboração e construção da denúncia pública é um importante momento na produção de um acontecimento enquanto acontecimento político, ou seja, o fato ganha uma dimensão explicitamente política e se torna uma causa. O momento da denúncia pública aparece como “detonador” do acontecimento político, uma disputa e uma busca pela legitimação pública [...]. É neste processo de “justificação” da denúncia, de buscar provar que

alguns dependentes químicos; criou dificuldades para a atuação dos agentes sociais e sanitários, que se viram diante da dispersão, por vários pontos da cidade, dos dependentes químicos com quem tentavam, mediante duros esforços, criar vínculos de confiança; desprezou, na escolha do momento, a iminência da inauguração e funcionamento de um novo equipamento municipal, o Complexo Prates, o primeiro que, instalado nas proximidades da Cracolândia e funcionando 24 horas por dia, permitiria a atuação conjunta da Saúde e da Assistência Social; promoveu ações violentas e truculentas, com graves violações dos direitos humanos e ofensa a direitos fundamentais dos cidadãos; sinalizou para a população paulistana que dependentes químicos pobres e em situação de rua são inimigos do Poder Público, a quem a sociedade pode dispensar tratamento violento e humilhante; ofendeu gravemente o princípio constitucional maior da dignidade da pessoa humana; violou o princípio constitucional da eficiência, exigível em qualquer atividade da Administração Pública, na medida em que todos os recursos e esforços despendidos não propiciaram qualquer vantagem para a sociedade paulistana; despendeu vultosa importância de recursos públicos, não apurada, na realização da ineficiente operação; enfim, violou fundamentos do Estado Democrático de Direito e dos objetivos basilares da República Brasileira” (op. cit.: 97-99).

15 Para detalhes de como se chegou a esse montante basta consultar as páginas 141-144 da ação civil pública.

uma injustiça foi cometida e necessita ser reparada, que vão se constituindo os sujeitos políticos em todas as suas potencialidades e fragilidades (Araujo, 2008: 192).

Todos esses elementos permitem, portanto, observar a construção de um encadeamento narrativo que aponta, num plano normativo, não só a emergência dos atuais parâmetros do debate público e suas condições de possibilidade, como também a própria produção de um novo tipo de sujeito de direitos, *o dependente químico em situação de rua*.

A “Operação Sufoco”: flexões na cobertura midiática?

A fala de uma jornalista de um veículo de comunicação central, figura por si encarregada de relatar, comunicar, conferir visibilidade e, portanto, mediar planos privados e públicos, me parece outra boa via para verificar o que estou propondo como deslocamentos e tensões expressos no modo de se tematizar a questão da “cracolândia” e dos usuários de *crack* no mundo público, a partir da “Operação Sufoco”. Na medida em que parte importante do “sucesso” da encenação dessas operações policiais depende de que ela se ajuste ao modo como será veiculada pela mídia (Manning, 2001), penso ser correto afirmar também que quando isso não ocorre fica mais *possível* disputar politicamente o seu fracasso, a sua *ineficiência*.

Esta jornalista é Laura Capriglione, do jornal *Folha de S.Paulo*. Laura é consagrada entre os pares, premiada e, na condição de repórter especial do diário, usufrui de mais autonomia para eleger os eventos que cobrirá e para realizar reportagens que exigem apuração cautelosa e demorada. Tenho acompanhado o seu trabalho há alguns anos. É dela a reportagem que utilizei para abrir minha tese de doutorado, uma reportagem que condensava, de modo sequenciado e pejorativo, elementos da corporalidade dos usuários de *crack* e da reação moral a ela, os quais busquei complexificar, contextualizar, duvidar e entender ao longo de todo o trabalho¹⁶. Em razão desse retrospecto, observar transformações

16 A reportagem enfatizava tanto a descrição de traços e posturas corporais (como o caso de I, que era modelo, tinha “gestos nervosos”, o rosto cinza-escovado e feridas purulentas espalhadas pelas pernas e pelos pés, ou da agente bancária que falava japonês e era elegante) quanto os atos “incomuns” que os usuários de *crack* realizavam (perder o emprego; prostituir-se em hotéis imundos e “até debaixo de árvores”, cobrar cinco reais pelo programa sexual; pagar um real pela tragada em um cachimbo já preparado; defecar na frente de todo mundo e deixar fezes humanas espalhadas pela calçada; fazer sexo em qualquer lugar; atacar os reclamantes de forma repulsiva: escarrando, abrindo suas feridas e vomitando em cima destes; fumar em tom desafiador debaixo de um chuveiro criado para afastá-los). Enfim, uma série de elementos encadeados que concorriam para sentenciar o que de fato fora a frase final da reportagem, atribuída

em seu discurso me parece relevante para identificar também transformações e conflitos na fala pública sobre o tema.

Ofertando uma breve sinopse, a fala de Laura está estruturada a partir de dois enfoques: a inflexão da cobertura jornalística durante o acontecimento e a discussão acerca do tratamento das fontes. Aos dois pontos ela adicionou alguns exemplos da prática profissional. Trata-se, portanto, de uma reflexão analítica da própria atuação. Por se tratar de uma fala pública, não considero rentável questioná-la em termos de veracidade. Elaborada para ser publicizada, ela interessa pelo que diz sobre *o que se diz* do uso de *crack*. Na condição de analista me permito, entretanto, perspectivá-la a partir de outras reportagens.

Vamos, então, ao depoimento. Convidada a falar num evento sobre “mídias, drogas e HIV”, Laura se apresentou dizendo que falaria sobre “um lado delicado” da “Operação Sufoco”: o lado da cobertura da imprensa. Disse estar “muito ciente” de que a imprensa pode tanto dar visibilidade ao fenômeno quanto reforçar preconceitos. Refletindo acerca do estatuto das fontes, ela conta que, durante muito tempo, quem teve o monopólio da fala sobre o tema foi “exatamente a turma dos médicos, a turma dos psiquiatras, a turma das clínicas”, que tinha um “discurso interessado”, já que muitos eram “donos de clínicas”, “donos de entidade”, “contratados pelo poder”. Esse detalhe, segundo ela, passava totalmente despercebido da imprensa¹⁷. De acordo com a repórter, a “Operação Sufoco” teria obrigado o questionamento dessa naturalização. E de outras.

Um ponto que ela acha distintivo para a cobertura desse acontecimento foi o fato de o prédio da *Folha* estar localizado no centro de São Paulo, “quase mergulhado” na cracolândia. Devido à proximidade, os profissionais que estavam na redação e que ouviram tiros, balas de borracha e bombas de efeito moral tiveram que sair às ruas. Segundo Laura, isso possibilitou uma experiência “muito rica” porque obrigou os jornalistas que ficaram muito tempo “no conforto dessa conversa por telefone” a ir para a “cracolândia”. Ao ir, eles teriam “tomado um choque” com as situações que acabaram presenciando. Ao fazer isso, tudo aquilo que ouviam falar (e que repetiam) sobre os “craqueiros” teve de ser revisto.

Ela identifica que os jornalistas e a Defensoria eram, em alguns momentos, os únicos atores que estavam no local para observar e relatar o que se passava:

a um comerciante local: os usuários de *crack*, ao perder “todos os traços de humanidade”, tornam-se “a doença em pessoa”. Para mais detalhes, cf. Rui (2012: 1-8) e para consultar a reportagem original, ver *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 2009: “Nas ruas do centro de São Paulo, tragada custa R\$1”.

17 “Se você ligar para eles à meia-noite e meia, eles atendem o telefone e falam, olha, os efeitos são devastadores, e fazem aquela cara: *de-vas-ta-dores* [sic], e tudo bem, e a gente escreve, *devastadores*” (Laura).

[...] às vezes a gente era, junto com a Defensoria, os únicos que estavam ali, para falar com eles, para ouvir as reclamações deles, para flagrar a viatura da polícia passando duas vezes em cima da cabeça dum menino que foi atropelado numa dessas abordagens [...], de fato a gente teve de começar a se relacionar com uma gente que a gente desconhecia completamente.

O contato com a Defensoria foi importante para a equipe de repórteres aprender a reconhecer violações de direitos. Ela se pergunta: “como é que demoramos a perceber que a dispersão e a caminhada constante precisariam virar uma pauta jornalística?”. Quando perceberam, Laura conta que teve jornalista que saiu andando com “os meninos” para medir o quanto eles tinham que andar por dia em razão das abordagens policiais e do impedimento da polícia de que as pessoas se sentassem.

Cita a si mesmo para exemplificar como o contato face a face, informado por novas referências, contribuiu para suas reportagens sobre as usuárias de *crack* que eram mães ou estavam grávidas e, já concluindo, evidencia o aspecto de ruptura da operação:

Bom, quando a gente tava fazendo a matéria sobre as mães do *crack* eu fui até os conselhos tutelares. A pauta foi encaminhada com uma única razão: “coitadinhas das crianças que são geradas e nascem numa situação como essa. O poder público tem que tirar essas crianças das mães”. O objetivo da pauta era esse: “tem que tirar essas crianças dessa situação absurda e tal”. Fui lá no Conselho Tutelar. Qual a posição do Conselho Tutelar? “Tira, tira já, tira já!” A posição do Conselho Tutelar daqui, da Praça da República, é tirar já as crianças dessa situação de risco, que as crianças não têm nada a ver com a vida da mãe, não sei o quê. Eu vou falar francamente que achei que não era tão louco isso, não era tão louca essa posição, que de repente podia até ser. E de repente apareceu na minha frente uma mulher dependente de *crack*, que não era mais dependente de *crack*, que tava livre, e que disse: “Olha, eu só saí do *crack* por causa do meu filho. A minha única ponte com a vida foi meu filho. Se eu perdesse naquela hora o meu filho, eu provavelmente não saía nunca mais”. Bom, não sei se não saía mais ou não, mas tornou muito mais difícil aquela equação. Não podia ser mais simplesmente assim: a mulher tá no *crack*, arranca o filho dela. O caso dela, por mais que parecesse uma novela do SBT, mostrava uma outra coisa, que não era uma via de mão única, que precisa ser vista a situação particular de cada uma das mulheres. Não pode ser uma norma geral, você tinha que olhar praquele ser

humano, não podia ser uma norma extratudo, que se impusesse para supostamente salvar a criança¹⁸.

[...]

Se essa cobertura, se essa guerra insana que a polícia, que o Governo do estado, que a prefeitura moveram, insana mesmo porque a gente vê que os efeitos disso foram simplesmente uma espécie de castigo a essa população que já é tão castigada pela vida, mas um segundo efeito foi aproximar a gente de uma realidade que a gente ignorava solenemente.

O testemunho de Laura se revela como mais um ponto empírico para notar desdobramentos inesperados da “Operação Sufoco”, em especial no que diz respeito a uma *possibilidade* virtual nos modos de se fazer cobertura midiática de grandes operações policiais e, nesse sentido, de uma *eventual* via para quebrar a retroalimentação entre violência, publicização e espetáculo. Salta aos olhos, nesse sentido, a potência política desse tipo de narrativa (Polletta, 2006) e, a partir dela, a *probabilidade* de emergência de novas configurações de produção dos discursos mediadores das relações entre usuários de *crack* e imprensa, entre imprensa e polícia, entre usuários de *crack* e “mundo público”.

Nada, entretanto, pode ser generalizado. O testemunho individual da jornalista, pautado numa ideia de inflexão e ruptura, dada pela convivência tanto com os usuários, mas também com a Defensoria, revela o surgimento de tensões e de possibilidades particulares de mediação, mas isso não significa que se reflete em toda a cobertura ou que se estende à mudança de abordagem editorial¹⁹. Para qualificar esta proposição e tornar evidentes as potencialidades, mas também os limites, da suposta inflexão na cobertura, lanço mão de uma observação livre de quatro semanas das notícias sobre a operação veiculadas pelo jornal *Folha de S.Paulo* (para concentrar a atenção apenas no jornal para o qual Laura trabalha).

18 Essa reportagem pode ser conferida em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1033442-jovem-deixa-a-cracolandia-e-se-livra-da-droga-pela-filha.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

19 Seria preciso problematizar, nesse sentido, o fato de esta fala ter sido proferida num evento da ONG É de Lei, entidade notadamente conhecida pela atuação política na cracolândia. Mais importante ainda talvez seja observar o que sugeriu Sylvia Moretzohn, na introdução ao depoimento de Laura: “a melhor formação do mundo é impotente diante de determinada orientação editorial. E, mesmo que a orientação editorial seja crítica, será sempre preciso levar em conta os preconceitos do público, especialmente no caso de estigmas como o do consumo de drogas”.

Durante todo o mês de janeiro (a partir do dia 3), não passou um dia sem que o jornal abordasse a “Operação Sufoco”²⁰. Na primeira semana, como escrito, o anúncio da operação corroborou a versão policial de que se trataria de uma ação “contra o tráfico” e, uma vez que os usuários foram expulsos do local, foi grande o interesse em relatar e publicizar as “ruínas da crackolândia”²¹. Tal direcionamento já foi contrabalançado por reportagens que destacaram tanto a falta de profissionais da assistência social e da saúde na ação²² quanto o grande número de usuários de *crack* que, sem ter para onde ir, caminhavam a esmo pelo centro de São Paulo²³. Ainda nesses primeiros dias, as divulgações de que a PM lançou balas de borracha e bombas de efeito moral sobre os usuários²⁴ ocorreram ao mesmo tempo em que se visibilizou o drama das usuárias de *crack* grávidas²⁵.

Na segunda semana, a ROTA entrou na “Operação”²⁶, foram veiculados vídeos mostrando que o tráfico na região da crackolândia não cedeu e seguiu acontecendo, inclusive ao lado de delegacias policiais²⁷, e denúncias contra os abusos foram enfocadas através das primeiras 32 ocorrências registradas pela Defensoria Pública²⁸. O anúncio de que promotores públicos abriram inquérito para investigar a ação²⁹ se deu junto com o de que usuários começaram a voltar para a “cracolândia”³⁰. Diante desse retorno, e da liberação dele pela própria PM, o jornal noticiou que o secretário de Segurança Pública negou erro, afirmando que

20 Para se ter uma ideia, em uma busca do termo *crack* pelo site da Folha, abarcando apenas o mês da operação (de 3/1/2012 a 2/2/2012), foram registradas 130 entradas diferentes. O mesmo processo com a palavra-chave “cracolândia” registra 182 – o que resulta numa média de 4 a 5 reportagens por dia.

21 Cf. por exemplo: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1030768-ruinas-de-cortico-revelam-cotidiano-da-cracolandia-veja-galeria.shtml>; acesso em 2 ago. 2013.

22 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1030145-sem-centro-de-apoio-acao-da-pm-espalha-craqueiros-em-sao-paulo.shtml>; acesso em 2 ago. 2013.

23 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1030086-nao-temos-para-onde-ir-diz-viciado-expulso-da-cracolandia.shtml>; acesso em 2 ago. 2013.

24 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1031579-policia-usa-bombas-de-efeito-moral-e-balas-de-borracha-na-cracolandia-veja.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

25 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1033307-operacao-da-pm-escancara-drama-das-gravidas-do-crack-em-sp.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

26 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1032669-rota-entra-em-operacao-da-pm-na-cracolandia.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

27 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1032233-cracolandia-ainda-tem-trafico-a-luz-do-dia.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

28 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1033223-defensoria-ja-coletou-32-denuncias-de-abuso-em-acao-na-cracolandia.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

29 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1032475-promotores-abrem-inquerito-para-investigar-acao-na-cracolandia.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

30 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1033913-pm-dispersa-grupo-de-dependentes-na-cracolandia-em-sp.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

a operação seguiria, sem prazo para terminar³¹. Ainda no final dessa semana, ativistas realizaram um “churrascão” de protesto contra a operação³².

Na semana seguinte, o ocorrido, observado da perspectiva do jornal, tomou feição de disputa político-partidária e a questão da “cracolândia” adquiriu outra escala. Fernando Haddad (cujo nome era cogitado para concorrer à prefeitura) teria dito que operação fora desastrosa³³; o secretário estadual de Cultura do governo Alckmin, Andrea Matarazzo, teria falado que foi o PT quem consolidara o *crack* em São Paulo (em referência à gestão de Marta Suplicy)³⁴. Alckmin manteve a fala do secretário de Segurança Pública e anunciou que a “Operação” permaneceria sem data para acabar³⁵; e, ainda, o ministro da Saúde proclamou investimento de R\$ 6,4 milhões para programas de tratamento a *dependência química* em São Paulo³⁶.

Na quarta semana, Kassab anunciou que iria doar terreno desapropriado na área para o Instituto Lula³⁷, enquanto pesquisa do DataFolha “mostrou” que 82% da população de São Paulo aprovavam a presença da PM na crackolândia³⁸ e que 90% eram favoráveis à internação involuntária³⁹. Na semana seguinte, o tema já teve pouca repercussão. O conflito foi deslocado para as ações de despejo que o governo do estado promoveu no Pinheirinho, em São José dos Campos.

Quatro semanas durou a “Operação” nos jornais. O confronto que na primeira semana era localizado se espalhou por toda a cidade na segunda, alcançou questões de política institucional e partidária na terceira e, depois da quarta semana, foi deslocado para outra violação policial, não sem antes a produção de uma pesquisa que atestasse apoio popular à “Operação”.

31 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1033478-secretario-nega-erro-e-diz-que-acao-na-cracolandia-nao-tem-prazo.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

32 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1034496-churrascao-protesta-contra-acao-da-policia-na-cracolandia.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

33 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1034556-operacao-na-cracolandia-e-desastrosa-diz-haddad.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

34 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1035235-secretario-de-alkmin-diz-que-pt-consolidou-crack-em-sao-paulo.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

35 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1036245-pm-ficara-na-cracolandia-por-meses-diz-alkmin-em-video.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

36 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1036052-ministro-da-saude-anuncia-r-64-milhoes-para-tratar-viciados-em-sp.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

37 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1042413-kassab-planeja-doar-terreno-na-cracolandia-para-lula.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

38 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/22794-82-dos-paulistanos-apoiam-acao-policial-na-cracolandia.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

39 Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1039159-90-apoiam-internacao-involuntaria-de-viciados.shtml>; acesso em 3 ago. 2013.

Se foi possível verificar algum tipo de inflexão na cobertura, esse se deu na primeira semana, quando a atenção da imprensa se voltou para relatar *in loco* o evento. Foi nesse período que se publicizou o drama dos usuários que vagavam em “procissão” pela cidade, dos que foram violentados e das mulheres que estavam grávidas. Foi aí também que se denunciou a “Operação” como uma ação isolada da PM, sem a cooperação de outras secretarias (teriam sido outros os desdobramentos se se tratasse de uma ação conjunta?).

Quanto mais avançou no tempo, mais o interesse da imprensa se deslocou para a repercussão do ocorrido e, à medida que a atenção se voltou para diversas esferas da disputa PT/PSDB, mais importava o que pensava a chamada “opinião pública”. Esta, por sua vez, pareceu acenar positivamente para a ação policial e para as medidas de contenção forçada (como as internações compulsórias e voluntárias), que de fato vieram a ser sancionadas e implementadas pelo governador do Estado em janeiro do ano seguinte.

Diante desse quadro de avanços e recuos na cobertura, é forçoso observar, portanto, que, a despeito de inflexões individuais que dão base à veiculação das violações e do confronto entre as secretarias de segurança, de saúde e de assistência, a simples observação do desfecho jornalístico dessa operação aponta para um campo mais amplo de interesse e disputa que foi e está sendo tecido em torno do assunto. Nesse campo, até mesmo a ideia de ineficiência da ação pode ser questionada, pois o enredo sequencial desse mês de cobertura mostra, justamente, que a “Operação Sufoco” foi *eficiente* em demonstrar o controle e a atuação estatal sobre tal área e isso foi aparentemente legitimado por uma significativa parcela da “opinião pública”.

Assim, como um espetáculo dependente da exposição e da mediação midiática (em toda a sua heterogeneidade), também essa “Operação” pode ser vista, sentida, apreciada, disputada e interpretada por muitos lados. Os conflitos latentes estão todos aí, escancarados, potencializados.

O trabalho não para

Fora das manchetes diárias, a “cracolândia”, os usuários de *crack*, os policiais e os agentes mediadores retornaram todos a um cotidiano igualmente prenhe de conflitos e abusos.

Neste artigo, através de fontes de discursividades emergentes após a “Operação Sufoco”, eu quis sobretudo descrever o delineamento do que percebo como novas configurações políticas e novos atores mediadores da relação entre usuários de *crack* e o mundo público.

É agora tarefa de pesquisa seguir observando as capilaridades do evento e suas repercussões tanto na esfera pública quanto no dia a dia local. Penso ser desejável que tal esforço esteja acompanhado da análise contínua das políticas públicas anunciadas e implementadas para a área, dos discursos e práticas dos agentes públicos e dos distintos atores mediadores que compõem esse cotidiano; e todos devem ser interpelados a partir da enunciação e da experiência concreta dos usuários de *crack*. Há, assim, muito a questionar sobre como questões locais “antigas”, pinceladas com as novas cores desse episódio, podem se reconfigurar.

Nessa direção, acho que vale adensar algumas frentes de observação. Uma delas toca na questão dos confrontos e supostas desarticulações entre a Polícia Militar e as secretarias de Assistência e de Saúde. Tais esferas, em graus diferenciados de atuação e visibilidade, representam diariamente as atividades estatais na “cracolândia”, e é de longa data que, além de não atuar conjuntamente, parecem (e expressam publicamente) ter suas relações pautadas por desentendimentos, disputas e desacordos, tanto profissionais quanto políticos. Não foi à toa, portanto, que, enquanto jornalistas e defensores apareceram como novos atores de mediação entre usuários de *crack*, polícia e cena pública, os profissionais de saúde e assistência se retiraram de cena, justamente para não indicarem concordância com a “Operação”. A questão envolve, assim, qualificar melhor esses conflitos empiricamente, complexificar teoricamente essa suposta desarticulação, para, imagino, chegar a precisar, usando uma terminologia foucaultiana, as “práticas de Estado” — é disso que se trata, no fundo.

Igualmente, a disputa imobiliária pelo entorno da Luz, que se arrasta há pelo menos vinte anos, tendo se intensificado num período recente, merece especial atenção. A “Operação Sufoco” explicitou publicamente o fato de que propostas emergentes de intervenção urbana para a área estão articuladas ao afastamento da visibilidade pública dos usuários de *crack*, e isso sugere, na melhor das hipóteses, a iminência de novas contendidas. Se não foi a primeira vez que a Polícia Militar agiu com tamanho grau de violência e arbitrariedade no local, a evidência de estratégias securitárias e militares (Hirata, 2012) aplicadas a esse tipo de espaço urbano indica uma crescente articulação entre mercado imobiliário, violência policial e desrespeito aos direitos.

Creio, ainda, que vale a pena olhar com cuidado a produção do *dependente químico em situação de rua* como um novo *sujeito de direitos* — o que pode vir a ser um modo de configurá-lo como um novo tipo de *vítima*. A patologização da experiência do consumo de droga, aliada à condição situacional de vida nas ruas, está no bojo dos processos tanto de medicalização da vida social quanto

de deslocamentos políticos da tematização e gestão da “rua”⁴⁰. Tais processos não confluem para que os usuários de *crack* sejam alçados a se defender, se posicionar ou falar em nome próprio⁴¹. O que estou querendo argumentar é que, se de um lado a “Operação” impulsionou inovações nos termos de *dizibilidade* e de constituição de novos sujeitos políticos (numa configuração que não se apresentava desse modo três anos atrás, por exemplo), ela também expressou os limites para esse sujeito se (autor)representar na esfera pública.

Trabalhar e retrabalhar, analítica e empiricamente, em torno dessa e das outras facetas anunciadas está no rol de minhas preocupações.

Finalizando este artigo (para avançar no trabalho de investigação), retomo a ideia de espetáculo. Esther Hamburger (2007), numa interessante leitura do trabalho clássico e tão criticado de Debord (2002) para pensar as conexões entre imagem e violência, observa o que foi também o meu intuito ao perseguir interações entre espetáculo policial, mídia e direitos. Nessa leitura, a noção de espetáculo vem carregada de um tom de denúncia pelo que aparece como domínio das imagens, definindo o que é ou não notícia, o que merece e o que não merece ganhar visibilidade, e explicita a presença que o jogo midiático impõe para as relações sociais e políticas e, também, para a ação policial. Assim, diz ela, enquanto certos eventos, assuntos, cenários, movimentos e pessoas gozam de visibilidade pública, outros permanecem invisíveis.

O lado reverso desse mesmo processo, aquele que também ficou patente a partir dessa operação espetacular, é a constatação de que só a partir da irrupção da violência, publicamente sentida como “repentina” e “inexplicável” (Das, 1995), mas na verdade há muito em tensão (Feltran, 2011), o Estado pode ser interpelado pelas consequências da sua própria violação.

Referências

- ARAUJO, Fabio A. “Falta alguém na minha casa”: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: KANT DE LIMA, Roberto (Org.). *Antropologia e direitos humanos*, 5. Brasília/Rio de Janeiro, ABA/Booklink, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. 4ª ed. São Paulo, Cia. das Letras, 2006.
- DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi, Oxford University Press, 1995.

40 Para mais detalhes deste deslocamento, conferir o trabalho de Luciano Oliveira (2012).

41 O que é diferente, por exemplo, do que se passou após os “massacres de 2004”, o evento fundamental para o nascimento do Movimento Nacional da População de Rua. Tal história foi documentada por De Lucca (2010).

- DE LUCCA, Daniel. Morte e vida nas ruas: a biopolítica vista do centro. Mimeo, 2010.
- DEBORT, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002.
- FELTRAN, Gabriel. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo, Editora da Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.
- FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. Revista de Antropologia da USP, São Paulo, v. 53, n. 2, 2010.
- FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 92, mar. 2012.
- FRÚGOLI JR., Heitor (Org.). Dossiê Luz, São Paulo. Ponto Urbe, Nau-USP, ano 6, n. 11, dez. 2012.
- FRÚGOLI JR., Heitor, e SPAGGIARI, Enrico. Da “cracolândia” aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. Ponto Urbe, Nau-USP, ano 4, n. 6, ago. 2010.
- FRÚGOLI JR, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Edusp, 2006.
- GALDEANO, Ana Paula. Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos conselhos de segurança. Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, 2009.
- GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GRILLO, Carolina C., POLICARPO, Frederico, e VERISSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política, Rio de Janeiro, v.19, n. 40, 2011.
- HAMBURGUER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a idéia de espetáculo. Novos estudos – CEBRAP [online], n. 78, 2007.
- HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. Le Monde Diplomatique Brasil, 7 mar. 2012. Texto disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1123>; acesso em 3 ago. 2013.
- LABATE, Beatriz et al. Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador, EDUFBA, 2008.
- MANNING, Peter. Theorizing Policing: The Drama and Myth of Crime Control in the NYPD. Theoretical Criminology, London, Sage Publications, 5(3), ago. 2001, 283-314.
- MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. Revista de Estudos Avançados, USP, 21(61), 2007.
- OLIVEIRA, Luciano M. Freitas. Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, UFSCAR, 2012.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 67, 2008.

- POLLETTA, Francesca. *It Was Like a Fever – Storytelling in Protest and Politics*. Chicago, University of Chicago Press, 2006.
- RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado, PPGAS-Unicamp, 2012.
- SILVA, Selma Lima. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. Dissertação de Mestrado, FSP-USP, 2000.
- SOUZA, Hebert. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- SPAGGIARI, Enrico, RODRIGUES, Wesley E., e FONSECA, Isadora. *Etnografia de atuação de entidades sociais na região da Luz*. in: FRÚGOLI JR., Heitor (Org.). *Dossiê Luz*, São Paulo. Ponto Urbe, Nau-USP, ano 6, n. 11, dez. 2012.
- WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

Recebido em: 02/04/2013

Aceito em: 04/06/2013

Como citar este artigo:

- RUI, Taniele. Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, 2013, pp. 287-310.

O domínio do mental e a vida loka: uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo

Paulo Artur Malvasi¹

Resumo: O artigo discute dinâmicas e conflitos que emergem em torno do chamado “problema das drogas” em um bairro de periferia da região metropolitana de São Paulo. Baseada em pesquisa de campo realizada nos anos de 2009, 2010 e 2011, a etnografia voltou-se às dobraduras do comércio de drogas em contextos específicos e objetivou descrever e analisar a experiência dos jovens nele inscritos. Um conjunto de considerações sobre a *mente* revelou-se como o ponto de ancoragem analítico dos conflitos disparados pelo dispositivo das drogas, no qual se estabelecem zonas de contato entre diferentes modos de regulação do cotidiano de jovens.

Palavras-chave: jovens; drogas; periferias; mente; etnografia.

The mental domain and the “vida loka” (tug life): analysis of the drug apparatus in São Paulo outskirts

Abstract: The article discusses the dynamics and conflicts that emerge around the so-called “drug problem” in a neighborhood in the outskirts of metropolitan São Paulo. Based in field research conducted in 2009, 2010 and 2011, this

¹ Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei – Universidade Bandeirante Anhanguera (UNIBAN)/ Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – São Paulo – Brasil
- paulomalvasi@hotmail.com

ethnography returned to the folds of the drug trade in specific contexts and aimed to describe and analyze the experience of young people. A set of considerations about the mind revealed itself as the anchor analytical point of conflicts triggered by the drug apparatus, which sets the contact zones between different modes of regulation of everyday life of young people.

Keywords: young people; drugs; outskirts; mind; ethnography.

O trajeto labiríntico, característico de uma etnografia, já foi percorrido por muitos antropólogos: a experiência de campo transforma a proposta original da pesquisa. No caso da pesquisa que nutre o texto deste artigo, a “orientação” do campo levou à redefinição do recorte empírico, à ampliação da rede de interlocutores, à elaboração de outro modo de problematizar o trabalho no tráfico de drogas, não levando em conta apenas aqueles que nele trabalham. A tentativa de conhecer as *interfaces* que aproximam e tensionam na vida cotidiana três “pontos de observação” do tráfico de drogas – a *quebrada*, o *crime* e o *socioeducativo* – foi enunciada após doze meses do início da pesquisa de campo, em março de 2010.

O projeto de pesquisa inicial – Trabalho no tráfico de drogas: práticas sociais e representações coletivas entre jovens de periferias paulistas² – era o de conhecer e interpretar o cotidiano de jovens (adolescentes e jovens adultos entre 15 e 29 anos), moradores de periferias de cidades do Estado de São Paulo, que se ocupam com o tráfico de drogas, considerando uma questão de saúde pública essa participação de jovens no tráfico – e todas as implicações, enfim, na vida desses trabalhadores: a violência e os riscos associados à atividade. Iniciei a pesquisa de acordo com o que o projeto anunciava. Os jovens trabalhadores do tráfico acompanhados eram amigos ou parentes de pessoas minhas conhecidas, e aceitaram participar da empreitada por causa da confiança de relações interpessoais com os meus principais interlocutores. A mediação entre jovens moradores dos bairros pesquisados e profissionais com os quais me relaciono na área do “adolescente em conflito com a lei” ampliou a pesquisa e tornou-a mais complexa.

A análise inclui não só a perspectiva daqueles que se relacionam diretamente com o tráfico de drogas, mas também a de uma diversidade de jovens que

2 Projeto apresentado em março de 2008 junto ao Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno.

convivem com os traficantes e indiretamente se relacionam com o *crime* – via relações afetivas, profissionais e/ou comunitárias. Assim, o trabalho trata de práticas e teorias nativas no plural. Lidando com as “caminhadas” de meus interlocutores, não as considerei como histórias pessoais mas, antes, tomei as “caminhadas” a partir da perspectiva do “governo” (Foucault, 2008b): a relação de meus interlocutores consigo e com os outros foram vistas por mim como objeto de toda uma variedade de esquemas mais ou menos racionalizados (*quebrada, crime, socioeducativo*), que moldaram as formas de compreender e viver a existência em nome de certos objetivos – inteligência, sucesso, comportamento correto, superação.

Nas dobraduras do tráfico de drogas³ reconheci diferentes sistemas conceituais e modos de regulação: um ambiente de mercado – o *crime*, particularmente estudando o tráfico de drogas – disparador de práticas e, também, inserido em um “marco discursivo” – o “*mundo do crime*” (Feltran, 2011) — e um sistema político-estatal voltado para atender adolescentes “infratores”, organizador de discursos e de tecnologias sobre “crime” e “drogas” – o *socioeducativo*. Nas zonas de contato geradas a partir das dinâmicas do “problema das drogas”, as teias do poder se estendem até a dimensão territorial, simbólica e existencial denominada *quebrada* pelos meus interlocutores : um modelo de ação e representação da vida social caracterizado, de um lado, pela fragmentação gerada pelo efeito das ações estatais, descontínuas e contraditórias, voltadas para populações consideradas “vulneráveis”, e, por outro, pela afirmação de uma micro-política de relações entre “manos da periferia”.

Um conjunto de considerações sobre a *mente* revelou-se como o ponto de ancoragem simbólico dos conflitos disparados pelo *dispositivo das drogas*⁴ nos territórios estudados. Denomino *domínio do mental* a encruzilhada que encontrei nas dobraduras do tráfico de drogas: o *encontro de mentes* nas interfaces do *crime* com os “manos” da *quebrada* e o *choque de mentes* entre o *socioeducativo*

3 Por “dobraduras do tráfico de drogas” nomeio os “varejões” que se instalam predominantemente em áreas pobres das cidades paulistas, empregam milhares de jovens de baixa renda, colocando-os em pontos estratégicos aos quais têm acesso tanto o consumidor quanto a repressão policial. Nessas dobraduras, além do comércio varejista de drogas feito em suas ruas, há relações comuns de vizinhança e ações combinadas e intensivas das forças de repressão, aliadas às de assistência e às de atenção governamentais.

4 Este texto parte do pressuposto teórico-metodológico de que o “problema das drogas” se constitui em um *dispositivo das drogas* – um problema de repressão e incitação das dinâmicas de consumo e de comércio de drogas, e também de intervenções estatais. Uma economia política que, mais do que apenas coibir, classifica e difunde (Foucault, 2001); um conjunto heterogêneo (e não um objeto homogêneo) que estabelece as relações entre discursos, instituições, leis, linguagens, sujeitos, práticas; um “conjunto multilinear” que segue direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio (Deleuze, 2001).

e a perspectiva dos jovens atendidos. Em tal encruzilhada observo as zonas de contato entre diferentes modos de regulação do cotidiano de jovens das periferias de São Paulo.

Encontro de mentes – quebrada e crime nas dobraduras do tráfico de drogas

Em dezembro de 2009, com a presença de autoridades, políticos e representantes de ONGs, ocorreu um evento em um bairro periférico de uma cidade nas franjas da região metropolitana de São Paulo. No palco se apresentaram crianças e adolescentes de uma entidade convidada, tocando percussão – em seguida, houve a exibição do movimento *hip hop* local. No evento organizado por Thurma⁵, o palco foi armado perto de área muito precária, ao lado de uma estação de reciclagem de lixo, cercada de casas pré-construídas. Dezenas de jovens chegaram ao cair da noite, no momento em que as apresentações de *rap* começavam: uma delas foi a do grupo de Amendoim⁶ – *Antecedente criminal* – de estilo “*gangsta rap*”, com visual de banda norte-americana, caracterizado por blusas largas de moletom, bonés e correntes nos pescoços, entre outros adereços. A música de abertura foi o clássico dos *Racionais Mc’s* “Vida Loka”, parte II, e a segunda foi uma composição própria da banda, com título homônimo, “Antecedente criminal”:

Direto da *quebrada* para o mundo inteiro ouvir/prá quem desacreditou,
maluco, nós *tamo* aqui./Com mais sangue no olho do que você possa ima-
ginar/com muita ideia engatilhada, pronta pra descarregar./Antes criticava,

5 Thurma nasceu em 1983 e cresceu no bairro considerado mais “carente” e “vulnerável” de sua cidade (localizada nas franjas da região metropolitana de São Paulo). Passou a infância vivendo da coleta de bens no “lixão” da cidade, com sua mãe e seus sete irmãos. Na adolescência, ele utilizou substâncias psicoativas, cometeu pequenos furtos, pediu dinheiro em faróis junto com vizinhos até ingressar, aos 13 anos, em uma ONG da qual ele é hoje um dos diretores. Morando sempre na mesma casa, porém, Thurma continuou amigo e parceiro dos seus antigos companheiros de infância – os que juntos “abalavam” a cidade: alguns morreram, muitos viraram “trabalhadores”, outros ingressaram na “carreira do *crime*”. Com o passar dos anos, Thurma tornou-se uma referência em sua *quebrada*, tanto para os jovens quanto para as organizações e o poder público.

6 Amendoim nasceu em 1983 e mora na mesma casa desde então. Migrantes oriundos do norte do estado de Minas Gerais e do oeste do estado do Paraná, seus pais se separaram quando ele tinha 4 anos de idade: “Não sei, nem quero saber do meu pai” – respondeu quando perguntado. Aos 12 anos começou a vender balas nos faróis, até que um educador o encaminhou para a sede de uma ONG; sua mãe foi então conscientizada de que o Conselho Tutelar seria comunicado se ele fosse pego trabalhando. Por meio da lei do Aprendiz, no entanto, Amendoim conseguiu aos 14 anos iniciar atividades laborais, podendo legalmente ajudar sua família. Especializou-se em mecânica automotiva e, entre idas e vindas em trabalhos temporários, fixou-se em uma oficina mecânica em 2007, em bairro intermediário entre a periferia e o centro; o momento em que restabelecemos contato e eu o convidei a participar da pesquisa de campo foi quando ele perdeu esse emprego – exatamente em agosto de 2009.

duas vezes você não pensou/agora segura a bomba que em você estourou./
Falando a verdade, cem por cento é só maldade/som de terrorista, que *boy*
ouve e passa mal/nós tamos na cena, *Antecedente criminal*./Mostrando
tudo aquilo que a Globo não mostrou/a voz do mais sofrido que o sistema
censurou./Venho de um lugar que o *vida loka* faz a cena/você de BMW diz
que não é seu problema.

“Direto da *quebrada* para o mundo”, a banda de Amendoim se definiu como
“som de terrorista”, que mostra “tudo aquilo que a globo não mostrou” – “a voz
do mais sofrido que o sistema censurou”, um lugar em que “o *vida loka* faz a
cena”. Marca-se na letra da música uma oposição entre a *quebrada* e o “sistema”.
Em entrevista, Amendoim comentou a letra dessa canção:

A gente fala *boy*, mas o *boy* que a gente fala mesmo é isso daí mesmo, é o go-
verno, é o sistema. O *boy* é o próprio sistema mesmo. Aí a turma fala assim:
“Ah, o sistema ajuda todo mundo”. Não, não ajuda todo mundo, ajuda quem?
Os mais favorecidos. O cara que tem, os caras que têm Mercedes, os caras
que têm Audi, entendeu? Ajuda os caras que têm dinheiro. Agora o favelado
o sistema não ajuda não, aí os cara cata, os cara toma, os cara que sofreu
enchente aí, taca num barraco de lata lá, dá trezentos reais por mês ali pra
pessoa, como é que a pessoa vai sobreviver com trezentos reais por mês?

Outra apresentação de *rap* da noite, a de encerramento, foi a de um dueto
recém-formado por Thurma e Miguel⁷. A primeira canção foi feita em parceria.
“Dialeto” marcava, segundo Miguel, um novo estilo dele de compor. “Agora que
saí da cadeia pela segunda vez, não quero mais falar só de violência e crime.
Igual eu falo pra você, o sofrimento foi uma vitória, eu aprendi bastante com a

7 Miguel nasceu em São Paulo em 1982, no bairro do Tucuruvi, zona norte da capital, e seus pais são mi-
grantes do estado da Bahia e do norte do estado de Minas Gerais; descreve sua família como rígida: a
mãe trabalhou até se aposentar como merendeira de escola e o pai, eletricista, morreu quando ele tinha
12 anos. Estudou até a 8ª série (último ano do ensino fundamental, hoje 9.º ano) e casou-se aos 16 anos,
quando nasceu sua primeira filha. Quando isso ocorreu, em 1998, Miguel era “aprendiz” em uma fábrica
de tecidos e ganhava 1/3 do salário mínimo. Era “baladeiro”, como diz, e já tinha “conhecimento” com o
pessoal do “movimento”. O tráfico surgiu como uma “oportunidade”, em suas palavras: “Doze mesmo, eu
comecei cedo. Logo com dezessete mesmo, quando eu me casei, foi uma opção de vida... eu não posso
dizer pra você se era uma necessidade ou não, porque graças a Deus eu tenho saúde, sempre tive minhas
duas pernas, meus dois braços, força de vontade de trabalhar... Falar pra você.. necessidade é um pouco
também, mas eu vejo mais como uma oportunidade. Porque, já logo com dezessete anos, com dezesseis
eu já era pai, eu tinha que dar uma força pra criança, com o dinheiro de um salário mínimo não daria e
eu ganhava bem menos ainda... se eu não me engano ganhava trinta por cento do salário mínimo. Então,
não tinha como sustentar uma família. Aí peguei o ritmo, peguei o ritmo da favela... a maioria dos mo-
leque que eu conhecia vendia drogas”.

cadeia, tá ligado? Então eu saí falando mais o que, cara? Quando eu saí, eu falei um pouco mais de felicidade, da liberdade”.

Miguel entrou primeiro, tomando a frente do palco, camisa do Flamengo, boné preto, uma corrente dourada. Com energia violenta, voz aguda e rouca, gesticulando com veemência, cantou:

Não sou um mano esperto e sim um mano correto/estas palavras cê vai entender meu *dialeto*/chego na humilde “quebrada sul” pode colar/a paz e harmonia também está neste lugar/venho com os parceiros chega aqui, tira um barato/“quebrada leste” também tem vários aliados/não trago a dor comigo, ódio, matança/vim falar de um mundo novo que tá cheio de esperança/várias molecadinha que joga bola na quadrinha/da hora é ver o céu colorido pelos pipas/não quero para meu filho tudo que eu sofri/o possível e o impossível quero dar vida de rei/branco magrelo mas com sangue de negro/de zumbi a Mandela, eu sou afro-brasileiro/vem, vem, vem com nós, batendo na palma da mão/junto e misturado aqui só tem sangue bom/não, não diga que tá chateado, por quê?/a tristeza aqui não tem espaço/mano linha de frente com os ladrão a mais de mil/não deixo a bola cair, rimo samba com *rap*.

A posição no palco muda, Thurma dá um salto e assume a “linha de frente”, bermuda larga, camisa larga do Los Angeles Lakers, voz mais grave, menos violenta, seguindo o ritmo do colega:

No compasso, no balanço, no cortiço, no encanto/na favela, no barraco salve, salve geral/bate, bate coração, vivão para vivenciar/o pretinho aqui tá engatilhado pra cantar/de favela pra favela na balada eu escutei/e aí irmão canta aquele som que eu sei/de chinelo de bermuda bombeta cordão e blusa/samba *rock* samba *rap* bola e *brake*/somos os excluídos que a política esqueceu/na batida contra o tempo nosso aliado é Deus/enquanto tiver criança nas vielas da favelas haverá um odiado cantando as canções mais belas/e se no olhar de um guerreiro a tristeza ainda mora/no aperto de mão encontraremos a vitória/na favela é assim vivendo e sobrevivendo/falta comida na panela mas o samba tá fervendo/pode tentar se quiser/mas só consegue quem é *periferia*/a vida é loka, diferente da novela/latino-americano do fundão da favela descendente africano/samba *rap* de verdade/e aí finalizando favela do coração/pega a taça e o vinho/cola com nós sangue bom.

A música “Dialeto” é um documento interessante para pensar nas *zonas de contato* entre a *quebrada* e o *crime*. Miguel inicia diferenciando o “esperto” do “correto”. Atualmente na linguagem compartilhada no interior do “mundo do crime” o “malandrão” não “corre pelo certo”. Diferenciar o “esperto” do “correto” são as primeiras palavras para “entender o dialeto”, a segunda é chegar na humildade nas *quebradas*. Em “Dialeto”, Miguel, um “afro-brasileiro”, “branquelo, mas com sangue de negro”, está “junto e misturado” em um local (“aqui”) que só tem “sangue bom”. Ele, um “mano linha de frente”, está com “os ladrão a mais de mil”, a aliança com o *crime* está mantida. Não deixando a “bola cair”, rimando “samba com *rap*”, Miguel anuncia o seu parceiro, Thurma, que não é do *crime*, o que não quer dizer que não divida o mesmo “dialeto”.

Thurma inicia seus versos chamando o “salve”, “salve geral” – termo consagrado como comunicação do PCC via telefonia celular, e quando associado à palavra “geral” indica um tipo específico de “salve”, de grande amplitude e relevância – por exemplo, o “salve” que deflagrou os chamados “ataques do PCC” em 2006, que virou título de filme⁸. O *rapper* chama o seu “salve”, porém no contexto da “favela”, caracterizando para onde o “salve é enviado: do “cortiço”, do “barraco” – referências à *quebrada* –, e no contexto do “compasso”, do “balanço” – referências à música, ao *rap*. Termos que remetem a associações ao *crime*, à *quebrada* e ao *hip hop* formam o universo de seus interlocutores – “somos os excluídos que a política esqueceu”. Marca-se a visão do debate da “periferia” com o mundo público. O verso “na batida contra o tempo nosso aliado é Deus” chama para uma noção de “justiça divina”, recorrente para afirmar como a “vida é *loka*”⁹. Um “odiado” – que pode ser um “excluído”, um jovem morador da *quebrada* ou um traficante – cantará as “canções mais belas”, “enquanto tiver crianças nas velas das favelas”. A noção de “guerreiro” é eleita para falar de quem vive neste contexto, de “tristeza”, e o “aperto de mão” – parceria, cumplicidade, reciprocidade, sintonia, conexão – é onde encontrarão a “vitória”. Thurma especifica de quem está tratando, ao provocar: “pode tentar se quiser, mas só consegue quem é periferia”. Periferia, palavra que marca uma posição do *rap* e de outras expressões juvenis da *quebrada* no mundo público. Território existencial em que “a vida é *loka*”, “diferente da novela”; a expressão *vida loka* volta a ser usada – como na canção do *Antecedente criminal* – para marcar a oposição às imagens ilusórias, falsas, publicizadas pelo sistema, via telenovelas. Da mesma

8 *Salve geral*, filme dirigido por Sergio Rezende, lançado em 2009.

9 Na canção “Vida loka”, parte 2, o grupo de *rap* paulistano *Racionais MCs* elaboram a ideia de *vida loka* em torno do personagem “Dimas”, relacionando-a ao “bandido” que foi crucificado ao lado de Jesus e salvo por ele no momento mesmo da crucificação.

forma que Mano Brown – “sou apenas um rapaz latino-americano, apoiado por mais de cinquenta mil manos”¹⁰ –, Thurma se filia a um contexto global, como um “latino-americano do fundão da favela, descendente africano”, e se despede da “favela do coração”, chamando os “sangue bom” para celebrar com vinho.

Ao final da apresentação, Miguel, Thurma e eu sentamos em um bar e ficamos conversando sobre um CD que eles planejavam gravar. A música “Dialeto” seria a música de entrada, depois de uma introdução com um diálogo entre os dois, com a música “Vida loka”, parte II, dos Racionais Mc’s ao fundo. Enquanto eu os importunava com perguntas para saber mais sobre o CD que gravariam, chegou Amendoim, que, ao sentar-se conosco à mesa, se dirigiu a Miguel: “Você tá sabendo o que aconteceu com meu irmão?”. O irmão de Amendoim havia sido preso na semana anterior. A seguir, o diálogo que acompanhei e que depois, na mesma noite, reproduzi em meu diário de campo:

Amendoim relatou a história de seu irmão, Jair, mais ou menos assim: “Meu irmão ‘rodou’ como ‘laranja’; ele estava trabalhando em um parque de diversões, que ficara no bairro por dois meses, ele ajudou a montar o parque e ficou amigo dos trabalhadores do parque e passava parte de seus dias lá, embora não recebesse nada”. O dia em que ele “rodou” era o último dia do parque. Ele não ia mais ver os amigos que fizera. “Aí meu irmão, meu irmão foi e tava dando uma volta no parque... Aí tinha um indivíduo, do ‘movimento’, que correu porque os ‘homi’ estavam atrás dele; e meu irmão tava com quatro ou cinco meninas aqui da quebrada; as meninas falaram que queriam ir ao banheiro; o banheiro mais próximo era de um posto de conveniência lá; aí meu irmão foi com as meninas. Aí esse cara chegou correndo e falou para o Jair: ‘Pelo amor de Deus, segura porque se os polícia vai me pegá, os polícia vai me judiar, os polícia já tem raiva de mim, não sei o que tem’, aí meu irmão por boa fé, segurou a mercadoria”. Segundo a reconstituição minuciosa de Amendoim, seu irmão colocou os “pinos” no bolso e entrou no banheiro. No momento em que ele saiu, os policiais estavam o aguardando e o prenderam. “Cataram meu irmão, algemaram meu irmão, colocaram dentro da viatura e levou embora. Quer dizer... Meu irmão segurou uma coisa que não era dele, entendeu? Só que tipo assim, né, Miguel, se fosse o caso contrário, a gente teria atitude, estaria ali ó, dando uma assistência, ô, precisa de um pacote de cigarro, ô, precisa disso, precisa de dinheiro? Agora o cara disse que não foi ele e não vai auxiliar em nada o

10 Versículo 4, capítulo 3 do CD *Sobrevivendo no inferno* – Racionais Mc’s, 1997.

meu irmão”. Miguel interpelou Amendoim, questionando se ele havia conversado com o rapaz do “movimento” sobre o ocorrido. Minha impressão é a de que ele queria ter objetivamente todo o proceder do Amendoim para decidir se pediriam o “debate” ou não. Segundo Amendoim, o rapaz negou o ocorrido, disse que a mercadoria não era dele. Amendoim passou a falar com mais indignação, para convencer Miguel: “Tranquilo, beleza, de boa, meu irmão tá preso, mas não tá morto, não”. Miguel perguntou onde estava Jair e se ele estava bem. Amendoim disse que ele estava em Hortolândia, que ele “caiu” no sistema (penitenciário) com um “conceito bom”, pois havia segurado o “B.O.”, não caguetou. Mas Amendoim enfatizou que Jair e toda a família estão “num sofrimento danado”. “Tá aquele sofrimento, cê sabe. E pra mim que tô aqui fora também tá complicado. O cara (irmão) me chega essa semana e fala: ‘Porque eu preciso de um pacote de cigarro’, aí eu pego e levo pra ele. Minha família contava com o trampo do meu irmão, também, e a gente não tá recebendo nenhuma assistência. Troquei ideia duas vezes com ele; o ‘verme’ negou até a morte. Falei: não, beleza, quando meu irmão sair, a gente conversa, meu irmão passa um perrengue lá dentro, mas quando ele sair, a gente conversa. Entende, Miguel? Por isso, eu decidi tomar uma atitude” (diário de campo, 18 de dezembro de 2009).

Na entrevista, Amendoim tratou deste acontecimento e de suas consequências para a vida familiar:

Minha mãe ficou louca, ela não sabia o que fazer. Se eu não saio na correria, ajudar minha mãe aí, coitada dela. E eu fui demitido por causa disso, tá ligado? É *foda*. Não é nada, sabe, eu corro atrás. Mas a minha mãe... ela não tá podendo trabalhar porque ela não tem sossego. Toda vez que minha mãe chega lá na cadeia fica na incerteza, não sabe se vai encontrar meu irmão vivo, não sabe se meu irmão vai estar lá dentro, entendeu? A gente ouve umas histórias, de cara que morreu porque tinha gilete na comida, às vezes vem bicho morto, é tuberculose, é Aids, é leptospirose. Então, você nunca tem uma certeza, sabe, você nunca tem uma certeza. E a gente, hoje, aqui fora, quem dá assistência pra minha mãe sou eu. Sou eu que corro atrás, eu batalho, entendeu? Eu tava tramando aí, como mecânico, eu tive que sair do trampo pra poder pagar advogado, pagamo a advogada, a advogada só pisou na bola, tivemos que correr atrás de outro advogado, já desembolsamos uma merreca pro outro advogado, então a gente fica na correria até hoje.

Miguel se prontificou a conversar com o rapaz e com o seu “patrão”. Chamou um “debate” para tratar do assunto e convocou Amendoim para participar, como “denunciante”. Esta situação é exemplar do acionamento do “debate do PCC” para resolução de conflitos relacionados a questões do tráfico de drogas; tal “debate”, entretanto, extrapola o ambiente do tráfico, pois os envolvidos – a família de Amendoim – não participam do negócio, são moradores que foram envolvidos pelo fluxo arriscado do tráfico, que com frequência interfere no cotidiano do bairro. O pedido de Amendoim era que os responsáveis pelo negócio ajudassem a pagar o advogado, que mantivessem algumas das necessidades básicas e alguma ajuda para a sua mãe; incluía também o pedido de punição ao adolescente. Observei em Amendoim e em sua mãe um desejo de vingança, afinal o ocorrido foi considerado uma grande injustiça.

Amendoim pediu a Miguel para chamar um “debate”. Assim, ele acionou uma instância de decisão local, que é identificada de maneira geral com o PCC. O ato não era um pedido de ajuda apenas, mas um pedido de justiça. Pelo fato de Amendoim ter passado por violência policial e por discriminação no trabalho, ele próprio não cria na possibilidade de acionar o poder judiciário, muito menos de conversar com a polícia para esclarecer – temia a humilhação e a fadiga. Conversar com o amigo Miguel foi a saída mais viável para resolver objetivamente um problema prático e concreto. Além disso, tratava-se de um interlocutor com o qual ele poderia expressar seu ponto de vista, com sua linguagem, seus valores e sua visão de mundo, compartilhavam nesta situação um mesmo “dialetto”. Sabiam que pelo fato de Jair não ter denunciado, ter “segurado o B.O.”, estava com um “conceito bom” dentro da prisão. Ao pedir a convocação de um “debate”, Amendoim conhecia melhor as possibilidades de intervenção, pois a conversa se daria de igual para igual, mesmo sendo seus interlocutores traficantes e ele não. Um dos argumentos fortes que Miguel usou junto ao “patrão” da *biqueira* foi a de que Jair, ao ser preso, teria demonstrado “proceder”: ele não delatou, “segurou o B.O.”, e por isso merecia proteção e apoio do “comando” dentro do sistema carcerário, suporte material e, se possível, financeiro – estendido à família. A ênfase foi o reconhecimento por quem é do *crime* do “proceder” de alguém que, embora não seja praticante de ilícitos, “correu pelo certo”. Miguel pediu também punição ao adolescente que passou o “B.O.” para o irmão de Amendoim; neste aspecto, seu argumento foi o do risco que o próprio negócio sofreria ao gerar para as famílias da *quebrada* transtornos e desgostos, por causa de uma responsabilidade que é do *crime*. Miguel argumentou que se não fosse dado o exemplo fatos como esse poderiam se repetir, enfraquecendo o vínculo do *crime* com a *quebrada*. “Falei pro cara, tá ligado, hoje o crime tem

que procurar a sociedade, trazer um pouco pra perto, por causa disso aí mesmo: pra que ela não ache que o cara que tá ali, na rua, vendendo, conquistando o dinheiro, não é o inimigo, não tá deixando roubar na quebrada, nem nada. E mostrar o quê? Que quem devia de tá dando a proteção tá prendendo, humilhando. Agora se a gente, que é do crime, não correr pelo certo, aí a sociedade se volta contra nós”.

A sentença relatada pelos meus interlocutores (Thurma e Amendoim) foi a seguinte: o dono da *biqueira* (ponto de venda de drogas) exigiu que o jovem pagasse com o seu trabalho os custos com advogado e apoio para o irmão de Amendoim. Ele seria descontado de suas vendas. Os custos dos riscos foram assumidos pelo “vendedor”, afinal, segundo o argumento do “patrão”, ele próprio escolheu uma ação e tal ação teve uma consequência. Não é o caso de violentá-lo, não haveria motivo. Sua ação implicou um risco, escapou da lei do Estado, mas não da “lei do crime”, que, neste caso, respondeu a uma demanda de moradores da *quebrada*; a “lei” que foi acionada no “debate”. O assassinato do rapaz não foi mencionado como possibilidade, nem tortura ou espancamento. Ele simplesmente teve que pagar a conta: mostrar-se um *empreendedor de si mesmo*, correr os riscos inerentes à *vida loka* do trabalho no comércio varejista de drogas, responsabilizar-se pelos riscos, pelas perdas e pelas benesses de suas escolhas.

No caso do “debate” do irmão de Amendoim, o procedimento foi acionado por pessoas que não seguem a “lei do crime” e que não possuem relação direta com o PCC, uma vez que, independentemente dele, havia uma situação que chamava o *proceder* para além da sigla. A requisição de reparo ao problema econômico gerado pela ação do *crime* e o direito de reconhecimento da inocência de Jair são considerados justos pela maior parte dos moradores da *quebrada*, inclusive pelos traficantes. São problemas que, com alguma frequência, ocorrem com muitos moradores dos bairros onde existe a coincidência entre comércio ilícito, relações de vizinhança e repressão das forças de segurança. Os argumentos de Amendoim para o pedido de “justiça” se basearam na demonstração da *atitude* e do *proceder* de seu irmão no caso; ele teve a *atitude* de não esmorecer, avaliando a situação, agindo com o *proceder* – não “caguetou” o verdadeiro “dono” das drogas encontradas com ele pela polícia. Amendoim, representando a família, demonstrou *ter uma mente* ao enfrentar esta difícil situação: ele acionou a *sintonia* do *crime* para encaminhar o procedimento do “debate”, com o intuito de minimizar os prejuízos de seu irmão e de sua família. O *crime* pôde ser um interlocutor nesse caso, pois foi também o próprio campo de origem do

problema e, possivelmente, o único recurso para encaminhamento de respostas a este problema específico¹¹.

Miguel usou a *mente* no debate. O recurso à *mente* marca de forma precisa a característica diferenciadora do “ladrão considerado”. A palavra do “ladrão” é o instrumento mais importante da gestão de suas relações cotidianas. O que revela a inteligência é principalmente uma capacidade de articulação da fala, de mediação pela retórica e da habilidade de fazer o interlocutor cair em contradição. A noção de *mente* surgiu como um atributo dominante do ideal de “bandido”, com maior intensidade do que a ideia da “força bruta”, da “disposição para matar”¹². O assassinato foi recorrentemente identificado com a ideia de “verminagem”. “Verme” é o bandido que mantém a prática de violências, matando e aterrorizando as pessoas; é também o membro da comunidade que chama a atenção por abuso de drogas e furtos em casas de vizinhos¹³. O termo “verminagem” é o que indica, de forma geral, os comportamentos que vão contra a *sintonia* na *quebrada*. Para grande parte dos meus interlocutores – do *crime* ou não – o “verme” atrapalha os negócios e a vida comunitária.

A prisão de Jair e a ação de Amendoim para minimizar as perdas familiares é um exemplo de como os jovens moradores de *quebradas* são capturados no *dispositivo das drogas*, ficando entre as forças de segurança e o *crime*. O problema da família originou-se como um efeito das atividades do tráfico de drogas. A família passou a se inserir nas políticas estatais de “combate às drogas” e pouco pôde fazer junto às instituições públicas. A família do rapaz preso acionou o “debate do PCC” para a resolução do conflito e essa ação implicou a ampliação do ambiente do tráfico na *quebrada* – moradores do bairro foram envolvidos pelo fluxo arriscado do tráfico que, com frequência, interfere no cotidiano dos

11 Como demonstra Gabriel Feltran (2010) moradores das periferias de São Paulo podem recorrer a diferentes instâncias de autoridade em busca de justiça: justiça do trabalho, justiça civil, justiça do crime e, também, em casos onde o problema decorre das ações que envolvem o crime, a justiça pode ser requerida junto a uma autoridade do “mundo do crime” local.

12 Algumas características gerais de um “universo simbólico do crime”, definido por Alba Zaluar como *ethos* da masculinidade, seria a hierarquia – uma mistura de cálculo racional e emoção, a ambição de ganhar muito e ganhar fácil, a masculinidade reafirmada no uso de armas, na violência, na guerra de defesa de territórios (Zaluar, 2004). Segundo a autora, “a afirmação maior de um bandido é, inclusive, sua disposição em terminar de vez com a liberdade alheia – em suas palavras, ‘disposição para matar’” (Zaluar, 2004: 64).

13 A descrição de práticas de “verminagem” está nos seguintes versos de um *rap* de Miguel: “Noiado a noite inteira, roubando os faróis da nossa quebrada, são várias pegadinhas, são várias situações, ao invés de se atrasar faz a sua sangue bom, hã! sangue bom não, sangue bom tem respeito, você não passa de um pé de pato traiçoeiro, fazendo o terror, colocando o revólver na cabeça de criancinha, tá tirando?! tá fazendo hora extra nessa vida aqui, você tá levando... não vai levar a lugar nenhum, só vai ser mais um que morreu como um verme”.

bairros. A política de repressão, neste caso, acaba por gerar o efeito inverso do esperado: alargam-se as fronteiras do *crime* e multiplicam-se as estratégias entre os moradores para lidar com as consequências da difusão do “problema das drogas”.

Choque de mentes: crime e socioeducativo nas dobraduras do tráfico de drogas

No dia 20 de fevereiro, véspera de carnaval, Zezinho¹⁴ estava vendendo cocaína e *crack* em frente à sua casa. Eram mais ou menos 23 horas e ele já contabilizava cinco mil reais em vendas e mil e duzentos de lucro para si. Da frente de casa, com seu pai a aproximadamente trinta metros, ele viu a polícia chegando: “Eu fiquei olhando, olhando para ver se era a força [polícia]... aí quando eu vi era mesmo e já estava perto. Aí eu joguei do lado a mercadoria e fui para perto do meu pai, que estava na porta do bar”. A polícia o abordou, perguntou de quem eram a droga e o dinheiro, puxou seu braço, deu uma bronca em seu pai, que não entendia o que estava acontecendo. O pai o acompanhou até a delegacia. Durante o trajeto, uma série de xingamentos e provocações foi proferida contra ele pelos policiais. Zezinho foi encaminhado para a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fundação Casa), órgão do Estado de São Paulo responsável pela internação de adolescentes.

Em 2009, Thurma desenvolveu oficinas dentro da Fundação Casa, uma atividade de parceria entre a organização responsável pela gestão da unidade e a ONG em que o *rapper* trabalhava. Participei com Thurma em cinco oficinas, entre fevereiro e abril de 2009. O projeto tinha como “produto final” letras de *rap*; nas “Oficinas da palavra” Thurma e outros “oficineiros” realizavam audições de músicas, seções de filmes e colhiam depoimentos dos jovens para levantar ideias e palavras que servissem como matéria-prima para a composição de *raps*. Nos encontros Thurma lembrava que a composição de letras de *rap* demanda pesquisa. Os primeiros esboços de letras dos internos enfatizavam a experiência de participar do *crime*, crítica virulenta ao Centro de Internação e, também, a expressão do lugar afetivo e simbólico para o qual eles declaram fidelidade – suas *quebradas*. Tais conteúdos foram proibidos pela direção da unidade, que alegou que os conteúdos faziam “apologia ao crime”. Thurma insistiu na ideia de que eles deveriam se expressar livremente, mas se viu em uma “saia justa”: ou orientava para conteúdos mais “positivos” ou as oficinas teriam que parar. Houve uma censura da instituição, exigindo que as letras

14 Filho adotivo de dona Ivone (63) e de seu Patrício (61). Conversei com dona Ivone em 2009, após três anos sem nos vermos. Ela me contou, então, que o filho havia “virado traficante”.

falassem da “mudança” por que os adolescentes passavam na internação, do projeto de vida “positivo” elaborado a partir do cumprimento da medida, da importância da família, do trabalho, dos “valores sociais positivos” que deveriam guiar a vida dos jovens.

Zezinho foi um dos adolescentes mais participativos nas “oficinas da palavra”. Seu *rap* foi um dos mais elogiados pelos técnicos e pela direção da unidade. A psicóloga responsável teve em seu *rap* um dos elementos para escrever um relatório positivo para sua saída. Quando Zezinho apresentou o *rap*, em uma das oficinas, sua psicóloga chegou a chorar. Dizia gostar muito do Zezinho e de sua mãe, tida como um exemplo de comprometimento. A canção foi uma das “chaves” para a saída do garoto do centro de internação:

Quando se tem tudo ao mesmo tempo não tem nada, ó minha mãe, me desculpe minha amada; não soube aproveitar tudo o que eu tinha, e hoje eu me encontro longe da minha família, os dias aqui dentro eles são todos iguais, é aí que eu me lembro dos conselhos dos meus pais; penso a cada dia e penso a cada ano, penso em sair, continuar te amando, quando eu sair vou fazer tudo ao contrário, vou arrumar um “trampo” pra ganhar o meu salário; poucas pessoas conseguem me entender, e quem não me entende não sabe o que é sofrer; aí guerreiro, nunca deixe de sonhar quando o sonho é verdadeiro faz as algemas quebrar, vou reconstruir minha vida no mundo, detenção eu tô suave é só família sangue bom; vim de uma família toda trabalhadora guiada por 10 anjos e pela mãe protetora, deus tocou minha alma e mudou a minha vida, trouxe de volta toda a minha família, como ele é bom e trabalha com a verdade, obrigado meu deus por me livrar das maldades; pode ter certeza que eu vou mudar de vida, quero ficar ao lado de toda a minha família, não aguento mais ficar longe de ti, pois desde aquele dia eu nunca te esqueci, me desculpa mãe se um dia eu te fiz sofrer, hoje eu me encontro aqui no sofrimento, mas pra ficar ao seu lado eu caminho contra o vento; minha força está se esgotando, por isso eu desabafo e sigo cantando, vou me expressando da melhor maneira, pra que você me ouça e me compreenda, quando eu sair nós vamos bater uma bola, e não ficar aqui dentro contando as horas, ficar nesse lugar é muito difícil, onde a saudade se torna um vício; mas eu sou mais um com uma história triste, mas homem que é homem nunca desiste, eu vou mudar de vida porque eu sei que sou capaz, e dizer pra minha mãe: crime nunca mais.

Zezinho mostrou-se hábil nas relações institucionais e com os colegas de internação. Durante as oficinas observei seu papel de liderança. Ele era o “porta-voz” do grupo. Segundo Thurma, que acompanhou o garoto semanalmente e já o conhecia – são vizinhos –, Zezinho era um exemplo de *mente*: “boa conversa”, “sagacidade”, “humilde”. Zezinho é um “menor mente” – reconhecido pelos demais adolescentes internados como alguém que é “humilde”, “tranquilo”, justo e que “fortalece” os companheiros e consegue prestígio através do seu “papo” (Neri, 2009: 6). Zezinho tem o dom da palavra, me disse Thurma.

No início de abril Zezinho foi solto e iniciou o cumprimento da *medida de liberdade assistida* (LA). Encontrei-o na segunda semana de atividades da LA, quando foi para uma oficina de *rap* com Thurma, que já desenvolvia havia dois anos as oficinas em meio aberto. Também nestas atuei como facilitador, voluntariamente. A letra que escreveu nessa oficina realizada em meio aberto revela um conteúdo diverso da letra que fez na internação. Ele voltou a expressar críticas à “Fundação”, voltou a destacar o crime como uma possibilidade e em vez da mãe, a pessoa central em sua vida passou a ser a namorada:

Minha *quebrada*, *favela de mil grau*/barraco de madeira não tem nada a ver com a praia/ali mora um moleque com um sonho especial/fazer gol com a camisa nove de futebol/mas não tinha dinheiro nem para a chuteira/comenceu a roubar, dispensando a brincadeira/157 é embaçado, arrisca muito a vida/catou uns pacotinho pra ripar lá na *lojinha*/ aí moiô vamos dar fuga no meio da multidão/fui preso apreendido, jogado na Fundação/tanto a liberdade, firmão tranquilidade/mas eu nem respirei, voltei pra atividade/dois meses na rua, no corre de um dinheiro/simpatia e Zé povinho têm, mas tô ligeiro/mas bem diz o ditado se conhece sangue bom/quem entra para o *crime* mente sã corpo são/oportunidade pra mim no país do carnaval/só se for olhando carro, ou limpando vidro no farol/dois meses de cadeia saudades do meu amor/a guerreira princesa nunca me abandonou/sua pele macia eu até gosto de lembrar/me lembrando da sua voz me dá forças pra lutar/foi lendo uma carta dela foi aí que eu sorri outra vez/e na carta dizia que estava grávida de dois *mês*/agora corre atrás pra *nóis* três/aí que eu descobri que o *crime* é ilusão/quero estar com minha família no momento de emoção.

Nesta letra Zezinho muda o tom, deixando mais porosas as fronteiras entre participar do *crime* e desejar uma vida familiar sem os riscos pessoais envolvidos na participação de atividades ilícitas. Zezinho representa a (sonhada) relação com o filho que nascerá e a futura (pretensa) mulher como elementos

que fazem do *crime* uma “ilusão” – pois “quer estar com a família no momento de emoção”, isto é, não estar preso, foragido, afetado pela violência. Não há uma análise moralizante das atividades ilícitas em si, mas antes a identificação dos desassossegos e sofrimentos gerados pelas consequências de ser um “fora da lei”.

A psicóloga que fazia o acompanhamento de Zezinho no cumprimento da medida de liberdade assistida me disse certa vez que seu trabalho é tornar o adolescente consciente das próprias escolhas e suas respectivas consequências: “Se ele quer trabalhar no tráfico de drogas, tem que estar consciente de que provavelmente será preso e, talvez, até morto”. Embora se manifeste como uma preocupação profissional genuína, o efeito da relação estabelecida com os técnicos, mediante execução de *medidas socioeducativas*, é eleger a decisão individual do jovem como o *fiel da balança* para a construção de um “projeto de vida” e ter uma “vida saudável”.

O processo de individualização da responsabilidade se coaduna bem a noção corrente de *empreendedorismo* que se amplia para remotas fronteiras da vida social; o *empreendedorismo* é hoje uma palavra-chave nas estratégias *socioeducativas*. O *sistema socioeducativo* tem hoje um objetivo principal: evitar a *reincidência*. A “socioeducação” deve ser capaz de suprimir um nível do comportamento do indivíduo. No caso dos adolescentes que trabalham no tráfico de drogas, o sentido da ação *socioeducativa* é mudar o comportamento em seu elemento econômico, a atividade de vender drogas. Os critérios psicológicos para a caracterização do adolescente continuam recorrentes e atuantes: análise da memória pessoal, da trajetória de vida com o ambiente familiar, da capacidade de ver a realidade, da permanência ou não dos traços de personalidade e caráter. Essas práticas avaliam se o indivíduo tem o juízo das “corretas” intenções, crenças e valores, assim como o raciocínio normal. Acontece que o conteúdo da normalidade psicológica esperada implica necessariamente abandonar a venda de substâncias psicoativas ilegais, como se este trabalho fosse em si um sintoma, um distúrbio de ordem psicológica.

Os adolescentes mantêm práticas sociais e veículos linguísticos que produzem disputas, mas também criam pontos de encontro com as disciplinas científicas que constituem o *socioeducativo*. Além do uso institucional da psicologia no *sistema socioeducativo*, alguns dos principais termos do vocabulário dos jovens das *quebradas* e do *crime* – *inteligência*, *mente*, *consciência*, *atitude* – também foram difundidos pela “ciência social” psicologia (Rose, 2008). Observo a convergência da *mente criminal* com a abordagem “psi” do *sistema socioeducativo* na difusão de um “*self empreendedor*”, característico do pensamento

baseado na “grade de inteligibilidade neoliberal” (Foucault, 2008a). Neste sentido, a abordagem que Nicolas Rose (2008) faz da difusão da “psicologia da empresa” merece citação. O autor argumenta que a partir dos anos 1980 uma “psicologia da empresa” de inspiração neoliberal marcou as tendências pelas quais somos governados por outros e as maneiras pelas quais devemos nos governar (Rose, 2008). Nesta chave, o bem-estar das existências, sejam de entidades ou indivíduos, deve ser garantido pela capacidade de iniciativa, de ousadia e vigor, do cálculo para a vantagem e a aceitação dos riscos na busca dos objetivos.

A visão do jovem como alguém que deve explorar individualmente os riscos, as perdas e as benesses de suas escolhas constitui uma zona de confluência entre o discurso *socioeducativo* e o do *crime*. Zezinho circulou durante os meses que eu o acompanhei por múltiplos níveis em que ideias, projetos e técnicas o influenciaram para um alinhamento com uma noção geral de competência pessoal, de capacidade de governar a si mesmo. Vivendo como suspeito em seu próprio bairro, Zezinho tem que escolher os meios, os caminhos e os instrumentos para o sucesso de sua empreitada individual. Simultaneamente, um aparato governamental difuso e um modelo de gestão do comércio de drogas o acompanharam, cada qual com suas próprias estratégias e seus próprios esquemas de gestão da vida do adolescente.

O domínio do mental e a disputa do humano

A “mente humana” tem sido objeto de investigações de diversos campos científicos, da biologia à psicologia cognitiva, da sociobiologia às neurociências – campos de estudos admitidos como capazes de executar experimentos em laboratórios e habilitados a promover tanto o desenvolvimento de instrumentos quanto o de testes e o de drogas – uma possível “droga-chave” para definir e explicar de forma objetiva a “natureza humana” e, talvez, a partir daí, exercer o seu controle. Segundo determinada visão normativa da vida, não intervir sobre os “incapacitados” ou “anormais” pode ser um perigo para a “saúde coletiva”. Dessa forma, esse tipo de controle de base “psicologizante” tem sido requisitado por setores da sociedade como algo necessário.

A centralidade dos saberes psicológicos não é aleatória. Como demonstrou Nicolas Rose (2008), a psicologia se constituiu como uma ciência social que encontrou seu espaço como uma técnica de regulamentação, um pretense conhecimento sobre as pessoas com o objetivo institucional de administrá-las, moldá-las, reformá-las. Esse é o caso em grande medida do uso que se faz da “ciência social” psicologia, aplicada no campo de execução das *medidas socioeducativas*.

Além do uso institucional, entretanto, alguns dos principais termos do vocabulário dos jovens das *quebradas* e do *crime* – *inteligência*, *mente*, *consciência*, *atitude* – também foram difundidos nas últimas décadas pela psicologia. No transcorrer do artigo, o *domínio do mental* – as *zonas de contato* formadas pelo *encontro de mentes* (de jovens das *quebradas* que são “do *crime*” com outros que assim não se identificam) e pelo *choque de mentes* (do *socioeducativo* com as perspectivas dos jovens atendidos) – revelou-se como o ponto de ancoragem simbólico dos *mecanismos* disparados pelo *dispositivo das drogas* nos territórios estudados.

No discurso do *socioeducativo*, o *domínio do mental* (ou saúde mental) é, de um lado, organizado a partir da elaboração de diagnósticos que procuram identificar qual é o problema de natureza humana que leva o jovem a praticar atos ilícitos e, de outro, é elaborado por meio de mecanismos para conhecer e domar a “*mente criminal*”, com o intuito de demonstrar a competência da gestão das vidas e a diminuição dos custos sociais da criminalidade. A busca por delinear perfis e compreender comportamentos humanos está no cerne da corrida para se evitar a *reincidência*.

Em outra parte da fronteira – no “mundo do crime” – a noção de *mente* possui significados específicos que se cruzam com o do *socioeducativo*. Inteligência, sagacidade, capacidade comunicativa, astúcia, opinião, proceder, “sangue nos olhos” (coragem), objetivos concretos, palavra-ação; a *mente* é o que permite ler a complexidade do contexto do tráfico, um negócio de alto risco econômico e pessoal. Por meio do desempenho de uma fusão de racionalidade prática de gestão da vida cotidiana com a coordenação da palavra e a capacidade de ação, a *mente criminal* se fixa nas *quebradas* como um exemplo de realização no mundo, como um *modo de vida*. A consciência de jovens das *quebradas* e não do *crime* – como Amendoim e Thurma – se estabelece como a inteligência de lidar com as adversidades da *vida loka* da periferia, reconhecer e interpretar a realidade e, assim, ser capaz de se relacionar com as diversas “leis” (modos de regulação) – a do estado, a do crime, a das ruas – que permeiam a vida cotidiana. Em síntese, as *zonas de contato* entre o *crime*, a *quebrada* e o *socioeducativo* são mediadas por conflitos que elegem o *domínio do mental* como principal foco.

A técnica do “debate” é um mecanismo do PCC para o exercício da *mente*: lidar com uma vida incerta e saber escolher em um universo em que as leis públicas possuem legitimidade precária. O que revela a “inteligência” no interior da prática do “debate” é principalmente uma capacidade de articulação da fala, de mediação pela retórica e da habilidade de fazer o interlocutor cair

em contradição; capacidade de “blindar a própria mente” e “entrar na mente do outro”, um *jogo de forças*, modos de defesa da própria *mente*, envolvido em situações concretas que expõe os vínculos entre “ladrões” (Marques, 2009). A *mente* se expressa como locução em ato e as suas consequências em termos de prestígio e poder. O *jogo de forças* da disputa de *mentes* situa, a meu ver, uma versão nativa, no *crime* e reconhecida pelos jovens da *quebrada*, do que seja a inteligência para um trabalhador do tráfico.

A “*sintonia*” do PCC é recebida e de certa forma incorporada nas *quebradas* por jovens que não atuam no tráfico, pois ela é, antes, um *encontro de mentes*: a incidência de perspectivas a partir das quais emergem estruturas de significado compartilhadas entre jovens da *quebrada*, do *crime* ou não. Intencionalidades compartilhadas entre jovens de uma mesma geração e que cresceram no mesmo contexto. Entretanto, na interação entre jovens das *quebradas*, o *domínio do mental* possui dinâmicas tanto de diferenciação – estar no “correr” do *crime* ou não – quanto uma de combinação – todos passando pelas mesmas situações de adversidades. Enquanto no *crime* é necessário “*ter uma mente*”, entre os *hip hoppers* e educadores sociais é preciso ter “*consciência*”. Ambas as palavras evocam o âmbito do mental, da inteligência humana, da capacidade de reconhecer, interpretar e agir, de discernir.

Todos os “*manos da quebrada*” dotados de *mente* são potencialmente portadores de *consciência*. Thurma é um *rapper* e educador social, que forma uma dupla com um (ex-)traficante; Miguel, por sua vez, conjugou (por determinado momento de sua trajetória) a expressão artística através do *rap*, a geração de renda através do tráfico e a liderança comunitária por meio da gestão do time de futebol. A vitória dos guerreiros, aqueles que transpõem a separação entre *crime* e *quebrada*, é ter uma *mente* e torná-la *consciente*; dessa forma, é possível manter a sanidade e a força para enfrentar a batalha da vida cheia de infortúnios. Mesmo “faltando comida na panela” o “samba ferve”. Essa capacidade de “viração”, de “sobreviver na adversidade”, é um atributo de um “guerreiro” que é da periferia. Ele deve tornar *consciente* a *vida loka* – ter a percepção da realidade externa – e incorporar, pensar e agir de acordo com a dinâmica cotidiana das *quebradas*.

Para ser um “guerreiro”, morador de um bairro da periferia, não é preciso ser um criminoso; nem, tampouco, não o ser. O “guerreiro” é um “cara de *atitude*”/um “cara de *proceder*”; ser um “guerreiro” é ser alguém que possui uma “*mente*”/tem “*consciência*” para lidar com a *vida loka*. “*Atitude*”, “*proceder*”, “*mente*”, “*consciência*”, “*vida loka*”, “*humildade*”, “*quebrada*”, “*sintonia*”, “*periferia*” são alguns dos termos que compõem o *dialeto* comum aos jovens moradores de

bairros de baixa renda de cidades paulistas, sejam do *crime* ou não; um *dialeto da vida loka*.

O *dialeto da vida loka* é composto pelos veículos linguísticos que proporcionam a ligação entre a *quebrada* e o *crime*, permitindo a interação entre eles. Um olhar antropológico contemporâneo sobre as periferias paulistas revela que nelas se fala em muitas vozes. Minha etnografia conseguiu alcançar apenas algumas vozes das *quebradas* – de alguns jovens, “traficantes”, “*rappers*”, “educadores sociais”; muitas outras ficam de fora do quadro aqui desenhado. De qualquer forma, o *dialeto* está acessível a todos os jovens dos territórios periféricos. O *dialeto da vida loka* é uma subversão da linguagem “oficial” – do “sistema” ou da “sociedade”, para ficar com as expressões mobilizadas pelos meus interlocutores – por meio da qual é possível a união de “inteligências das *quebradas*”. O *dialeto* é o dispositivo que permite a coordenação de perspectivas a partir das quais emergem estruturas mentais compartilhadas.

A *perspectiva interfacial* de jovens das *quebradas* – o encontro da mente criminal com a consciência da periferia – se constitui em um modo de regulação das condutas – que denomino genericamente *lei das ruas*. Estabelece-se pela *lei das ruas* um circuito que permite a interligação na *quebrada* entre o *crime* e outras posições políticas juvenis – movimento *hip hop*, educação social, ONGs. O *dialeto* é a linguagem que exprime a *lei das ruas*. A utilização do *dialeto da vida loka* permite: a transferência do *proceder* e da mente “criminal” para a *quebrada* – a transferência de *atitude* e *consciência* para o *crime*. A *lei das ruas* difundida por meio do *dialeto da vida loka* se baseia no reconhecimento de uma experiência comum – a luta cotidiana da vida de jovens que moram nas periferias de São Paulo.

Revela-se um cenário imprevisto de sofrimento e de possibilidades humanas nas jovens gerações das periferias paulistas. Se a *vida é loka* – incerta e imponderável – é preciso “*ter mente e consciência*” para lidar com ela. Jovens mediadores, como Thurma, desenvolvem uma *mente* para lidar com a *lei das ruas* e com as “leis do crime”; aprendem também a compreender “o lado certo do errado”, aqueles *procederes* considerados corretos no *crime* e, por acaso, em consonância com a ética das *quebradas*. Em certo sentido, dividem a situação de estar de passagem pela vida e simultaneamente ter que lidar com a constante ameaça da violência; experimentam uma *vida loka*.

O uso institucional da linguagem cognitiva e comportamental da psicologia e o recurso dos jovens à expressão “*ter uma mente*” configuram-se em um campo de disputas simbólicas entre o Estado e o *crime*, indicando a *vida* como fronteira e *interface* entre saberes e poderes. Tais disputas são enredadas na

vida dos jovens, que experimentam as zonas (conflituosas) de contato entre o *crime* e o *socioeducativo* que mantêm eclipsada a *quebrada* – referência simbólica para eles. Nas “Oficinas da palavra” elaboradas e desenvolvidas por Thurma em um centro de internação, descritas anteriormente, os primeiros esboços de letras de canções dos internos enfatizavam a experiência de participar do *crime* e a expressão do lugar afetivo e simbólico para o qual declaram fidelidade – suas *quebradas*. Tais conteúdos foram proibidos pela direção da unidade, alegando que faziam “apologia ao crime”.

A disputa entre o *crime* e o *socioeducativo* materializou-se na experiência concreta do adolescente Zezinho. De passagem pelo *socioeducativo*, o adolescente percebe que é por meio do “bom comportamento”, de seu “ajuste”, que se dá a possibilidade de absolvição: as expressões faciais e a gestualidade do corpo, em sua relação com os representantes institucionais, foram marcadas por elementos de uma *performance* de submissão – mãos para trás, cabeça baixa, expressões de resignação – que diferem substancialmente de sua linguagem, de seus gestos e movimentos na rua, entre seus pares. Na rua, ele manteve a *performance* que o identifica como alguém de estilo “bandido”. O garoto lança mão de linguagens intercambiáveis em contextos locais (o “marco discursivo do crime” e o *dialeto da vida loka*) que o ligam a uma grande diversidade de juventudes nos contextos comunicacionais das periferias de São Paulo.

A corporificação da *lei das ruas* e a utilização do *dialeto da vida loka* são identificadas no *sistema socioeducativo* comumente como expressões do *crime*, “apologia ao crime”. As reações emocionais dos adolescentes são monitoradas por técnicas “psi”, para que se possa *saber* a “verdade interna” e *intervir* para protegê-los de seu potencial de *reincidência*. O *domínio do mental* é, hoje, um campo primordial para a execução de *medidas socioeducativas*; a saúde mental ganha terreno no *sistema socioeducativo* e a “questão das drogas”, em sua multiplicidade de agenciamentos, é o principal ponto da irradiação dessa área da saúde pública. Ao entrar no *sistema socioeducativo* pelo delito tráfico de drogas, os adolescentes são apreendidos em uma faceta do *dispositivo das drogas* que considera o “mundo das drogas” como o “mundo do crime”, e, em alguns casos, como o “mundo da dependência”. Associado ao “problema das drogas”, todo universo simbólico dos jovens é identificado como um “mundo de patologias” que deve sofrer a *intervenção socioeducativa*. Esse “mundo de patologias” é combatido no indivíduo, particularmente na “*mente*” do indivíduo: o jovem deve mudar seus valores, seu estilo de vida, suas inclinações, ficar com a “cabeça boa”. O *socioeducativo* entra em *choque* com a mente do adolescente ao desconsiderar o que *eles consideram* inteligência; não se estabelecem processos

comunicacionais de tradução entre o discurso técnico científico do *socioeducativo* e o “marco discursivo do crime”.

O *sistema socioeducativo* não tem ferramentas para avaliar a *mente* no sentido nativo a ela dado pelos interlocutores da pesquisa. A *mente*, para eles, não se enquadra em um perfil médio, localizado por sintomas ou trajetórias de vida. A *mente* define-se na escolha; ela é subjetiva, fenomenal e empregada de acordo com as situações concretas em que as ações se efetuam. Há no entanto um ponto de convergência entre as mentes *socioeducativa*, do *crime* e da *quebrada*: a coincidência de contrários, a zona de contato que pode ser vista no “*self* empreendedor” que todos proclamam em alguma situação. Como demonstrou Rose (2008), o “*self*” foi construído pela abordagem da psicologia da empresa, capitalizando até os indivíduos, preenchendo nas últimas décadas as mentalidades com a aspiração da autonomia. Assim, cada indivíduo, segundo esse paradigma, deve esforçar-se para alcançar satisfação pessoal em sua vida na terra, interpretando sua realidade e seu destino como uma questão de responsabilidade individual, enfim, encontrando significado na existência ao moldar sua vida através de escolhas (Rose, 2008).

A *vida loka*, em seu sentido mais amplo, submetida à teoria nativa e refletida nas considerações sobre a vida humana, constitui-se em um conjunto de interpretações sobre a própria normatividade da vida. Eu interpreto a tecnologia nativa de usar a *mente* para lidar com a *vida loka* como uma prática de autopreservação por meio do autocontrole. A *mente*, portanto, é acionada de acordo com as situações de vida. A vida oferece desequilíbrios, conflitos, batalhas, ela não é a harmonia. A *vida loka* mantém latente a possibilidade de um “distúrbio da *mente*”. Como a *vida loka* se refere a considerações da vida humana, em que tudo pode mudar a qualquer momento, acontecimentos podem acionar uma rede de eventos até certo ponto incontroláveis. A *vida loka* indica os limites do possível.

Sustento meu texto ao transmitir o legado de que a experiência de jovens nas dobraduras do tráfico de drogas é mais complexa do que a “guerra às drogas” permite observar. O consenso moral em torno do problema das drogas ilícitas – que alimenta a violência social e política contra jovens moradores de bairros de baixa renda – carece de questionamento. As dinâmicas acionadas pelo choque político nas zonas de contato nas *quebradas* entre o *crime* e o *socioeducativo* complexificam o debate – polarizado entre uma falsa oposição: “crime” *versus* “sociedade”.

Referências

- DELEUZE, G. Que es um dispositivo? In: BALBIER, E. et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona, Gedisa, 2001, p. 155-163.
- FELTRAN, G. S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*, v. 23, n. 58, jan.-abr. 2010, pp. 59-73.
- FELTRAN, G. S. *Fronteiras de tensão. Política e violências nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Ed. Unesp, 2011.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008b.
- MARQUES, A. Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.
- NERI, N. “*Tirando a cadeia di menor*”: um olhar sobre as relações entre jovens em conflito com a lei. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul (CD-Rom, v. 1, Buenos Aires, AR, 2009).
- ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 2, 2008, pp. 155-164.
- TELLES, V. e HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista Estudos Avançados*, “Dossiê Crime Organizado”, São Paulo, v. 21, n. 61, dez. 2007, pp. 173-191.
- ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

Recebido em: 05/04/2013

Aceito em: 17/06/2013

Como citar este artigo:

MALVASI, Paulo Artur. O *domínio do mental* e a *vida loka*: uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 311-333.

Voz e silêncio: os sentidos da violência no Conselho Comunitário de Segurança¹

Ana Paula Galdeano²

Resumo: Na cidade de São Paulo o *mundo do crime* se expandiu, sendo mais uma categoria organizadora da vida social. O objetivo deste artigo é compreender os sentidos da violência neste novo contexto. Através de etnografias realizadas em um espaço público de discussão sobre a insegurança e o “perpetrador”, o artigo discute os atos de fala e o silêncio que emergem desses encontros. Levando em conta os agentes em interação e a literatura filosófica e antropológica sobre linguagem, a análise considera que não apenas a ordem, mas também o conflito que está em sua base está presente quando se fala sobre a violência.

Palavras-chave: Violência política; marcadores de classe; gênero e idade; sociedade civil e Estado; teorias da linguagem; conflito.

Voice and silence: the meanings of violence in the Communitary Security Council

Abstract: In the city of Sao Paulo the *world of crime* has grown and become just another organizing category of social life. The purpose of this article is to understand the meanings of violence in this new context. Using ethnographical studies that were carried out in a public space in which actors talk about

1 Este artigo é resultado de pesquisas de doutorado e pós-doutorado que contaram com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2 Departamento Multidisciplinar - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)/Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – São Paulo – Brasil - anapaula.galdeano@gmail.com

insecurity and the “perpetrators”, this article discusses the speech acts and the silences that emerge from these meetings. Taking to account interaction, philosophy and linguistic anthropology, the study highlights that not only order but also their immanent conflict are present when we talk about violence.

Keywords: Political violence; class; gender and age marks; civil society and State; language theory; conflict.

Na cidade de São Paulo o Estado tem organizado, há mais de três décadas, espaços públicos em que policiais, técnicos das prefeituras e as comunidades se reúnem para discutir a violência, a insegurança e o “perpetrador”. Pesquisando os Conselhos Comunitários de Segurança de São Paulo, argumento neste artigo que não apenas a ordem, mas sobretudo o conflito que está na base de sua aparente estabilidade está presente quando se fala sobre a violência. Levando em conta a multiplicidade de agentes em interação, assim como a literatura filosófica e antropológica sobre linguagem, discuto os atos de fala e o silêncio que emergem desses encontros. A análise considera que os atos de fala tanto fazem proliferar a violência quanto exacerbam o conflito social contemporâneo que se encerra na gestão dos jovens pobres das periferias urbanas por meio de dispositivos assistenciais e repressivos (Feltran, 2012). O espaço público de locução revela que os acordos entre “comunidade” e Estado significam a recusa do reconhecimento de alguns grupos como parte integrante de um mundo comum, produzindo preconceitos e estereótipos de classe, gênero e idade que, por sua vez, reforçam a participação da comunidade no controle e na criminalização de grupos marginalizados. Ao mesmo tempo, a pesquisa de campo de longa duração permite indicar que os atos de fala dos militantes de direitos humanos envolvidos nesses debates revelam um *contradiscurso* (*counter-speech*) que, em um segundo momento, é seguido pelo silêncio. Antes de analisar este silêncio como uma recusa de participação em espaços públicos, trata-se de indicar os desacordos a respeito da pauta a partir da qual o Estado tem gerenciado os conflitos nas periferias contemporâneas.

A maneira como os conflitos sociais são publicizados nos espaços públicos não pode ser pensada sem levarmos em conta os profundos deslocamentos na configuração política, econômica, social e de violência da cidade, e na própria maneira como a democracia é vivida por grupos e pessoas. Feltran (2010, 2011 e 2012) tem indicado este quadro de mudanças mostrando que os parâmetros que desde a década de 1970 marcavam a sociabilidade dos moradores das periferias – trabalho, família, religião, projeto de mobilidade social, gestão da violência,

relações com a política e com um projeto de nação – continuam válidos, mas se modificaram drasticamente. O trabalho é agora mais flexível, o projeto de mobilidade social é individual e não familiar, a religião não é mais unicamente católica e as igrejas pentecostais cresceram; também houve uma complexificação do associativismo – cada vez mais marcado pela inserção institucional e pelos trabalhos de “parceria” com o Estado –, além do crescimento das políticas públicas de todos os tipos, incluindo a política de encarceramento³. O *mundo do crime* também se expandiu, sendo uma instância de autoridade presente nas periferias, que gera formas de identificação, sobretudo entre os jovens, vinculados ou não às atividades ilícitas. Essa expansão, que não se confunde com o aumento ou diminuição das taxas de homicídios, e que é representada pela expressão *vida loka*, tem contribuído com um cenário que vai além do crime. Atores como “a escola, a família, a religião, o trabalho, a justiça, o Estado, esses atores tradicionalmente ‘legítimos’ começam a ter que lidar com a presença e atratividade do ‘mundo do crime’. Passa a se estabelecer, de fato, uma disputa pela legitimidade entre essas esferas, e os atores tradicionais dos territórios passam a se pensar mais radicalmente em oposição ao ‘crime’” (Feltran, 2010: 592-593). O argumento é que em meio a todas essas transformações o equacionamento dos conflitos sociais que figurou em torno da democracia e da luta por direitos nas décadas de 1970 e 1980 é deslocado. A violência aparece, então, como a referência central das falas públicas sobre a periferia.

Em minhas pesquisas de campo na periferia de São Paulo tenho acompanhado organizações civis e pessoas que, crescentemente, têm mobilizado ações individuais e coletivas nessa “disputa” com o crime. Esses atores das periferias urbanas têm se mobilizado para aumentar a segurança na escola, no bairro ou na rua; as igrejas pentecostais são também atuantes para “salvar” os jovens e suas famílias do que eles chamam de “opressão”, e, seguindo as cartilhas dos organismos internacionais, projetos culturais e de geração de renda proliferam com o objetivo de “diminuir fatores de risco” e “aumentar fatores de proteção”. Há engajamentos múltiplos em que “comunidade” e Estado atuam cada vez mais articulados, inclusive com as polícias. Essas interações são constituídas

3 Análises recentes sobre as mudanças nas formas de emprego e consumo foram realizadas por Telles (2006a e b) e Guimarães (2009). As modificações na família podem ser conferidas em Cabanes (2011) e Baeninger (2011). Almeida (2009) analisou o crescimento das religiões pentecostais, e as transformações do associativismo religioso foram feitas por Almeida (2004) e Gurza Lavalle e Castelo (2004). Uma discussão sobre a complexificação do associativismo de todos os tipos pode ser lida em Houtzager e Gurza Lavalle (2010). Marques (2011) comenta o aumento das políticas públicas, incluindo as políticas de encarceramento. Adorno (2002), Telles (2006), Feltran (2010) e Marques (2011) têm feito excelentes análises sobre essas transformações recentes.

de múltiplas gramáticas, crenças e moralidades que foram se configurando e reconfigurando no fluxo do tempo e em contextos histórico-relacionais (Galdeano, 2011a e b). As periferias de hoje são muito diferentes das de outrora, e os sentidos que a violência carrega agora igualmente.

No que se segue, ao mobilizar etnografias dos encontros do Conselho Local de Segurança Pública (Conseg) de Sapopemba, bairro da periferia leste da cidade de São Paulo, pretendo indagar sobre as relações entre violência e significação que emergem desse espaço público⁴. O principal interesse é compreender o que os atos de fala e os silêncios que emergem desses encontros têm a dizer sobre os significados sociais e políticos da violência. Levo em conta pelo menos dois pontos centrais do debate em torno das relações entre violência e significação: o caráter produtivo da violência e a importância de se considerar as dimensões de espaço e tempo nas análises. Vários autores têm contribuído, de modos diferentes, nesta direção.

A relação entre narrativas, significação e ordem social foi tratada por Caldeira (2000) para quem “a fala do crime faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo” (ibid.: 43). A ordem simbólica que a fala do crime produz tem três efeitos: opera através da discriminação e criminalização de alguns grupos, também faz o medo circular através das narrativas e, por fim, ajuda a legitimar meios de vingança violentos e ilegais, assim como deslegitimar as instituições da ordem. A autora argumenta que a *fala do crime* é “a ordem dominante de uma sociedade extremamente desigual” (ibid.) que não incorpora a experiência dos grupos dominados. Ao formular esta noção a partir de entrevistas com moradores de bairros de distintos estratos sociais da cidade de São Paulo, Caldeira sustenta que as narrativas sobre acusação de mau comportamento oferecem o terreno no qual os estereótipos circulam e a discriminação é moldada, reforçando a integração da ordem social.

A teoria da comunicabilidade de Charles Briggs oferece um extraordinário ganho analítico e metodológico ao dar atenção ao mapeamento e à interpretação de uma multiplicidade de discursos, além de incluir as relações de poder

4 Os Consegs atuam em todos os bairros da cidade de São Paulo e congregam policiais, representantes das subprefeituras, representantes das instituições locais e moradores comuns em reuniões cuja finalidade oficial é discutir, analisar, planejar e acompanhar as soluções relacionadas à segurança pública no âmbito local. Eles foram criados no Estado de São Paulo pelo governador Franco Montoro (1983-1987) em 1985, no contexto de propostas para promover uma “mudança de mentalidades” nas polícias e estreitar a participação da sociedade civil na discussão sobre a segurança pública. Ao longo de mais de vinte anos de existência, os Consegs passaram por mudanças na composição de seus representantes e sofreram influência das políticas, das polícias e da sociedade. Abordei a história política dos Consegs, seus dilemas e disputas em trabalho anterior (Galdeano, 2009 e 2010).

e os conflitos nas interações que ocorrem na vida cotidiana. A *comunicabilidade* (*communicability*) “refers to socially situated constructions of communicative processes – ways in which people imagine the production, circulation, and reception of discourse”⁵ (Briggs, 2007a: 556). As *cartografias comunicáveis* (*communicable cartographies*) se referem ao modo como os textos representam seus pontos de origem, circulação e recepção, que podem tanto ser apropriados – produzindo desigualdades e o ordenamento de subjetividades e relações sociais⁶ — como ser rejeitados, criticados e tratados parodicamente. O autor também sustenta que é importante incluir as projeções de espaço e tempo que informam como o discurso vai circular.

Judith Butler (1997), por sua vez, em sua leitura sobre J. L. Austin, fornece uma proveitosa abordagem sobre a dimensão temporal da linguagem. Partindo da constatação do autor de que para compreender a força performativa da locução é preciso localizá-la em uma *situação total de discurso* (*total speech situation*), Butler argumenta que é difícil apreender essa totalidade, ponto para o qual a própria visão de Austin já assinalava. Ao distinguir atos de fala ilocucionário (*illocutionary*) e perlocucionário (*perlocutionary*), Austin leva em conta que os atos de fala são rituais que se repetem no tempo, mantendo as convenções sociais operantes. Como argumenta Butler, é exatamente o seu caráter ritual que dá a dimensão de uma operação que não se restringe ao momento da própria locução. Esse ritual, embora se condense em único momento, vai além da locução e se excede em direção ao passado e ao futuro. Butler também toma de empréstimo a parábola da mulher cega de Toni Morrison para discorrer sobre a agência como constitutiva da linguagem. A linguagem, antes de apenas representar a violência, adquire sua própria força violenta que injuria e fere. Nesse processo, em vez de simplesmente obliterar outras falas, a locução pode incitar um tipo diferente de ato performativo, um *contradiscurso* (*counter-speech*), uma discursividade performativa (*discursive performativity*) que não está apartada dos atos de fala anteriores e que denota uma cadeia ritual de ressignificação.

Por fim, Veena Das (1999 e 2007) parte da filosofia wittgensteiniana, cujo interesse é o caráter relacional da significação no contexto das práticas sociais, para levar em conta que o que precisa ser elucidado é a gramática do tempo e

5 “A comunicabilidade se refere a construções socialmente situadas de processos comunicativos – maneiras como as pessoas imaginam a produção, a circulação e a recepção dos discursos” (Briggs, 2007a: 556 – tradução livre).

6 Em seu trabalho sobre mulheres acusadas de praticar infanticídio na Venezuela, Briggs (2007b) mostra como as *políticas de verdade das narrativas* são construídas e circulam – entre psicólogos, policiais, parentes, vizinhos e repórteres – como naturalizações, estereótipos e generalização sobre os sujeitos.

não a sua representação, pois é apenas nos desdobramentos dos eventos que se torna possível observar a temporalidade. O seu interesse é descrever o que acontece com o sujeito quando a memória dos acontecimentos é transferida para os relacionamentos da vida cotidiana. A partir do trabalho do tempo, Das também se propôs a “apresentar um retrato de pobreza, especialmente de pobreza de palavras, e refletir acerca dessa pobreza como uma virtude” (Das, 1999: 31).

Estes autores fornecem um quadro rico em alternativas para pensar os sentidos da violência a partir das situações que figuram na vida cotidiana, da produção de determinados ordenamentos e, sobretudo, da maneira como os conflitos sociais são vivenciados na *interação* entre atores que se reúnem para falar em nome da “violência”. No cerne desta questão está a argumentação de Machado da Silva (1993 e 2004) sobre como tratar a violência urbana como uma representação⁷, ou seja, como uma categoria de entendimento do senso comum que confere sentido às experiências vividas nos territórios e que orienta instrumental e moralmente os cursos de ações individuais e coletivas, dependendo das diversas situações em pauta. Portanto, os sentidos “violência” dizem respeito a modos de compreensão da violência urbana que perpassam elementos instrumentais, cognitivos e linguísticos. A descrição etnográfica dos encontros do Conselho permite colocar em evidência esses elementos.

1. Os encontros

2006. Encontro do Conseg Sapopemba. Ao entrar pela porta, Isabel⁸, ativista de direitos humanos, me disse: *Você tinha que estar lá*, referindo-se ao Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS)⁹, entidade que tenho acompanhado desde 2003. Isabel se dirigiu à mesa, juntando-se aos representantes dos órgãos públicos. De camisa e gravata, o delegado reclamou do acúmulo de inquéritos deixados pelo delegado anterior. O tenente da Polícia Militar era recém-chegado na companhia de polícia. Entre as forças policiais da cidade de São Paulo, também havia o inspetor da Guarda Civil Metropolitana. Um novo representante da subprefeitura de Sapopemba acabara de assumir o cargo e estava ali para *reforçar a necessidade da proximidade da região com o poder*

7 Zaluar (1999) e Misse (1999) também tratam do caráter polissêmico da “violência” e da importância de tratá-la não como um conceito, mas como um objeto a ser investigado.

8 Todos os nomes citados ao longo do texto são fictícios. Os trechos em itálico se referem às falas que foram anotadas em diário de campo, portanto no contexto da locução.

9 A história do CDHS será tratada adiante. Entretanto, é importante ressaltar que desde a sua fundação em 2001 a entidade atua na articulação da população e de agentes sociais da região de Sapopemba para a denúncia de violação de direitos, e na assessoria jurídica nas áreas de família, criminal, trabalhista e social.

público. Todos se apresentaram, colocando-se *à disposição da população*. Isabel ocupou o lugar de representante das entidades de defesa dos direitos, que usualmente era de Juci.

Dirigindo-se ao delegado substituto, Isabel pediu que a Polícia Civil fosse mais sensível ao lidar com mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, uma vez que serviços inadequados estariam desencorajando mulheres a procurar a Delegacia de Polícia para resolver conflitos. O delegado, em resposta, caracterizou queixas que envolvem mulheres como questões de *menor complexidade*, como o caso de uma mulher – profissional do sexo — que compareceu à Delegacia reclamando que alguém *ofendeu a sua moral*. O delegado sugeriu que o fato da mulher ser prostituta a desqualificava para fazer a queixa. Ele disse: *Quando foram ver o que aconteceu, o escrivão perguntou: ‘Qual é a sua profissão?’ ‘Prostituta’. Então, né...* Em inflexão irônica, o delegado não completou a frase. Diante da resposta, Isabel, claramente incomodada com a resposta do policial, manteve os olhos abertos e fixos na audiência, como que os convidando para uma insurgência.

Isabel também questionou a subprefeitura sobre quais seriam as ações da gestão municipal para a região de Sapopemba, já que *O problema social acaba nas mãos da polícia. E boca de tráfico tem uma a cada esquina, mas na Saúde não tem um centro especializado*. Dirigindo-se novamente ao delegado, reivindicou o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pedindo para que o Conselho Tutelar¹⁰ fosse imediatamente acionado quando alguma criança ou jovem menor de 18 anos fosse preso e conduzido à delegacia¹¹. De acordo com Isabel, o Conselho Tutelar precisava *atuar no momento do susto, senão* [a criança ou o jovem] *vira ‘cadeiera’, ganha fama* [por ter estado na cadeia].

Diante do tema lançado por Isabel, o presidente do Conseg aproveitou o momento para distribuir a primeira edição da *Cartilha da abordagem policial* produzida pelo Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), com o apoio de advogados progressistas. Na introdução da cartilha era enunciado seu

10 O Conselho Tutelar foi criado conjuntamente com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990. É um órgão municipal responsável por zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes e suas famílias. É formado por conselheiros tutelares, que são membros eleitos pelas comunidades para exercer mandato de três anos, cujas atribuições são encaminhar e requisitar serviços públicos para efetivar os direitos do público atendido.

11 A legislação que se aplica às crianças e aos adolescentes é regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que não permite que indivíduos de até 18 anos sejam presos em penitenciárias. Os tipos de sanções aplicadas são: advertência, reparação de dano, prestação de serviço à comunidade, semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (que no Estado de São Paulo é realizada pela Fundação Casa).

objetivo: orientar a população sobre “o que a polícia pode e o que não pode fazer quando aborda uma pessoa, quando entra em uma casa, bem como o tratamento que deve ser dispensado ao cidadão(ã) na delegacia de polícia” (CDHS, 2006: 5). Na primeira página, a cartilha tratava do procedimento de “revista policial”, situação em que os policiais podem parar um cidadão e fazer uma “busca pessoal” quando tiverem “fundada suspeita” de porte de armas ou outros objetos destinados a práticas de crime. Nessas situações, a cartilha dizia que

Os policiais não podem parar as pessoas [...] por preconceito [...], porque ela mora na favela, ou num bairro pobre, ou porque é negra, amarela ou branca, ou está de chinelo ou boné. [...] Não podem GRITAR com a pessoa, xingá-la, chamando-a de LADRÃO, VAGABUNDO, NÓIA [...] (CDHS, 2006: 12).

As letras em maiúsculas vinham acompanhadas de uma ilustração em que os policiais enquadram “suspeitos” por meio de estereótipos e os colocam em um “paredão”, expressão que virou jargão entre os próprios policiais para nomear a abordagem legal de busca pessoal por “fundada suspeita”. Situações arbitrárias em função de preconceitos étnicos e de origem social eram retratadas na página ao lado, que mostrava as seguintes interações entre policiais e “suspeitos”: na Ilustração 1, um policial branco bate em um jovem negro, dizendo “Parado aí, seu nóia. Só podia ser **preto!**” (grifo e negrito do documento); na Ilustração 2, um policial tortura e espanca um homem dizendo: “Eu sei que foi você, fale!”. O torturado, em exclamação de dor diz: “Não sei, eu juro!”. Na última Ilustração, um policial armado ordena que um homem, aparentemente jovem, saia correndo sem olhar para trás.

Todas essas situações estavam relacionadas com circunstâncias em que os policiais agiam arbitrariamente, cometendo discriminação, tortura e abuso de autoridade. Os textos apontavam os policiais militares como perpetradores da violência através do uso de estereótipos criminalizadores para abordar “suspeitos”. Outras passagens também tratavam da tortura e da corrupção em delegacias de polícia. Seguiu-se uma discussão sobre os temas recorrentes nos encontros: os direitos à saúde, aos equipamentos de lazer e cultura e às políticas de geração de renda e emprego; algazarra de vizinhos; lixo deixados em terrenos etc. As autoridades da mesa e a audiência receberam e folhearam a cartilha e não se pronunciaram sobre o seu conteúdo.

Entretanto, no final do encontro, um guarda civil metropolitano me disse, em clima de suspense, que sua produção havia dado *muita confusão* e que a Polícia Militar estava ressentida pela maneira como a imagem estereotipada do



Figura — Cartilha da Abordagem Policial. Fonte: CDHS (2006)

policial havia sido reproduzida. De acordo com ele, os policiais não gostaram de seu conteúdo porque para eles a cartilha caracterizava o *lado ruim* da polícia. Tendo predominado a figura do *mau policial*, a cartilha não obteve o apoio dos policiais civis, militares e da Guarda Civil Metropolitana, que se irritaram com o seu conteúdo.

Em um encontro ocorrido três meses antes, em que Isabel não estava presente, Juci, conselheira tutelar, relatou que um jovem havia sido torturado pela polícia e que também estava ameaçado de morte pelo tráfico de drogas por causa de uma dívida. O tenente respondeu que era provável que o jovem estivesse sob efeito de drogas no momento da prisão e que *Só dando tapa no pé da orelha para [o adolescente] parar de falar*. Visivelmente desconfortável com a colocação da conselheira tutelar, o policial reclamou da postura das entidades de direitos humanos, que *condenam* os policiais diante de *posturas mais enérgicas*, em casos em que os jovens deslegitimam a autoridade policial. De acordo com ele, os militantes só ouvem *um lado*, o dos jovens infratores, e não se preocupam com o *lado dos policiais* que são desacatados. Ele disse: *Os jovens perderam os valores morais. Desacato [de autoridade] não dá em nada. A multa é de R\$ 100,00! [O jargão utilizado pelos jovens diante da abordagem policial] É o 'Se liga, véio!' Eles tiram o policial do sério.*

Seguiu-se uma discussão que evocava os direitos civis de jovens infratores por parte de Juci, por um lado, e a legitimidade da polícia em exceder o uso da força em relação aos “bandidos”, sobretudo aos traficantes, por outro lado. De acordo com o tenente, o direito à preservação da integridade física deveria ser respeitado, mas o desacato à autoridade seria uma espécie de ação-limite, que legitimaria ações mais duras. Argumentou que no caso do tráfico de drogas as ações corporais duras seriam necessárias porque *traficante não tem direito a nada*. Juci cobra da prefeitura mais abrigos para casos graves, como ameaças de morte. Ela explica que a intenção era garantir a integridade física do adolescente, inserindo-o numa rede de serviços sociais. O policial questiona o procedimento, já que o menino tinha vínculos com tráfico, o que mereceria a intervenção policial para a denúncia e a prisão do traficante.

Uma terceira personagem que se posicionava na audiência entra em cena: Flávia, aproximadamente 40 anos, diretora de uma das escolas públicas da comunidade. Ela pede ações enérgicas para casos de tráfico de drogas e uso de armas na escola, corroborando a fala do policial de que seria necessário conter os jovens mediante o uso da força ilegal: *Perante uma pessoa drogada, não tem diálogo. De verdade, eu tenho vontade de meter a mão na cara. Ou você enfrenta, ou perde a escola*. Exemplificando casos de violência na escola que perpassam marcadores de idade, gênero e sexualidade, narrou o caso de um menino que colocou a língua na boca de uma professora. *Ela corrigiu o menino até ele se sentar. Ele não queria, mas ela deu uma bundada nele e ele sentou*. Reclamou das políticas educacionais que não permitem que o jovem seja expulso e elogiou a parceria entre polícia e escola através da Ronda Escolar realizada pela polícia: *A Ronda [Escolar] me atende, eles são parceiros da escola. Eles chegam lá e não precisa fazer mais nada. Mas têm casos que fogem do controle. E eu preciso me expor [perante os meninos] porque eu sabia até que tipo de arma vinha se tivesse a briga. O policial chegou [para controlar uma briga na escola] e lançou spray de pimenta*.

Juci, conselheira tutelar, explica que em atos de violência envolvendo jovens acima de 12 anos o procedimento é lavrar um Boletim de Ocorrência, porque *alguns lugares têm que ser sagrados: a escola, a casa, a igreja*. A diretora diz que a escola e o Conselho Tutelar não estavam *falando a mesma língua*, já que o menino agressor permaneceu na escola, *está lá, na boa*. Ela argumenta que se refere a casos gravíssimos, como o de um menino que estava sendo abusado pelo tio: *A semana passada eu apanhei porque o tio abusa do menino e eu não deixei [aparentemente o tio foi buscar o menino na escola]. Ele jogou o portão em cima de mim e conseguiu me chutar bastante. Fiz corpo de delito. E eu deixei de ser a vítima, enquadrada no artigo 349 [abandono de função do cargo público]*.

A pessoa do plantão [na Delegacia] se recusou a me escutar. [...] Tenho Ronda Escolar que vai de dia que não vai à noite. Eu tive ontem sete ônibus que foram para o Playcenter. Eles quebraram o ônibus. Pedi para o policial subir no ônibus e ele disse que não podia. O policial militar presente no encontro explicou que a polícia poderia ter pedido para que todos os alunos saíssem do ônibus e fizessem um *paredão*. Insistiu que os policiais da Ronda Escolar poderiam atuar nesses casos e, sendo tenente, prontificou-se a acompanhar a primeira abordagem antes que os alunos saíssem para uma atividade externa. A situação de *paredão* é justamente aquela ilustrada na *Cartilha da abordagem policial* (Figura acima).

2. “Acordos” e cartografias comunicativas: os atos de fala

Diante desses encontros tensos que observei, cabe perguntar: Quais são os sentidos da violência que emergem desses atos de fala? Como os discursos circulam e quais as relações de poder e conflito que se pode deles decantar?

Levo em conta que os encontros do Conseg são espaços rituais, ou cerimoniais, em que as locuções reafirmam as convenções sociais sobre aqueles que são cotidianamente responsabilizados pela violência. Embora policiais, diretores de escolas, funcionários da prefeitura e atividades de direitos humanos não sejam os únicos personagens a figurar nesses encontros, eles são as “figuras de autoridade” locais cujos discursos circulam em uma audiência composta de moradores que crescentemente se envolvem na mediação de conflitos comunitários para “disputar” o jovem com o crime. Essas figuras de autoridade são os “especialistas” cujos discursos fazem emergir não propriamente a identidade de certos jovens ou mulheres, mas as relações prévias que se constituem, por exemplo, nas relações entre policial e bandido, professor e aluno. São, os *speakperson* de que fala Bourdieu (1991: 105), cujos capitais social e cultural são reconhecidos pelos outros, garantindo-lhe mais ou menos poder de representação nos conselhos.

Os conselhos são também espaços públicos de discussão sobre o crime, a violência e os (assim chamados) perpetradores que revelam a maneira pela qual as relações entre a “comunidade” e o Estado se fundamentam em “acordos” que podem significar a recusa a reconhecer alguns grupos como parte integrante de um mundo comum. Concebidos como vinculados ao crime, os jovens pobres, em geral moradores das favelas, além das prostitutas, são aqueles que estão no limite do mundo. As narrativas dos atores mais legitimados nos conselhos conferem uma certa existência social às mulheres vítimas de violência e aos jovens pobres, cujos modos de nomeação os convertem quase que automaticamente

em “prostitutas” e “bandidos”, sujeitos “desregrados” cujas reivindicações por justiça não merecem ser ouvidas e cujos corpos podem ser violados. Esse modo de nomear jovens e prostitutas é uma forma de reconhecê-los não pelo que exatamente são, mas para fora deles, em abjeção. Como aponta Butler (1997: 5), os termos que possibilitam reconhecimento são convenções sociais, e os efeitos e instrumentos do ritual social decidem, geralmente por exclusão e violência, a condição linguística que permite a sobrevivência dos sujeitos.

Veena Das (2007) trabalhou brilhantemente os sentidos desse “acordos” ao sublinhar que seu entendimento de comunidade não é oposto ao de Estado, e que essa relação é constituída de *acordos* que também podem significar a recusa a conhecer alguns grupos, como as minorias que estão integradas na comunidade. Para Das, interessa a idéia de que o sentido de “formas de vida”, conforme pensado por Wittgenstein, sugere o limite de quem é reconhecido como humano. A idéia de acordos, mobilizada a partir das *Investigações filosóficas* de Wittgenstein, deve ser entendida não como concordância quanto à linguagem, mas como idéias e crenças compartilhadas (Das, 1999: 38). Especialmente no capítulo *The signature of the State: the paradox of illegibility*, Das (2007) sustenta que o Estado não é apenas uma entidade racional burocrática, mas está presente nas estruturas que regulam a sociedade: nas regras cotidianas, nas regulações que são corporificadas nas leis e aplicadas pelas instituições, no poder que é atualizado no dia a dia das vidas das pessoas por meio de representações miméticas e fofocas, e também no recurso da lei como uma forma de buscar justiça. O Estado adquire presença na vida das comunidades por meio de práticas locais, que ela chama de mágicas, que estão aliadas com o poder. A idéia de *assinatura* remete tanto ao caráter racional do Estado quanto às performances miméticas do poder em que a *autoridade do Estado é invocada*. Das mostra que a assinatura do Estado é fraudada em outras estruturas e cadeias de significados que envolvem as relações entre funcionários de Estado e as comunidades. Tomando de empréstimo os *insights* da autora, interessa aqui sublinhar a maneira pela qual os moradores se tornam parceiros dos policiais e das políticas de Estado, em especial da política de gestão da segurança e, adicionalmente, como alguns moradores e policiais agem como se fossem a personificação do próprio Estado.

Pretendo voltar à etnografia dos encontros e olhar mais atentamente para os atos de fala da diretora da escola e do policial, cujos acordos me parecem evidentes. O segundo encontro começa com as denúncias da conselheira tutelar sobre a tortura de jovens por parte da polícia. O policial, ao mesmo tempo violando as injunções do Estado e evocando o reconhecimento de sua própria autoridade, argumenta que *Só dando tapa no pé da orelha* seria possível controlar jovens

drogados, cujos valores morais se perderam a ponto de não reconhecerem uma autoridade. O policial age não como se fosse o representante das regulações do Estado, mas como se fosse sua própria personificação moralizada. Quando o “bandido” o trata por uma gíria (*vêio*), deslegitimando sua autoridade, a violação das regulações do Estado é justificadamente aplicada, com o apoio de parte da audiência. As práticas de violação são encarnadas então pela diretora da escola, que evoca sua experiência passada e presente em situações de tráfico de drogas e uso de armas no ambiente escolar, além de conflitos com os alunos e os familiares, para justificar que é preciso enfrentar de forma dura os jovens que fazem uso de drogas: *De verdade, eu tenho vontade de meter a mão na cara. Ou você enfrenta, ou perde a escola*. Nas falas que se seguem, a diretora narra histórias de jovens que são abusados por parentes ou que apresentam comportamentos sexualmente desviantes como exemplos da violência cotidiana.

Não se trata de negar os conflitos visíveis no ambiente escolar, mas de marcar que essas narrativas são costuradas para essencializar práticas que são particulares e generalizar o comportamento de famílias e jovens pobres. Desse modo, sua narrativa não apenas discrimina alguns grupos, mas ajuda a criar um pânico social e moral ao relacionar violência, juventude e crime. Trata-se de um projeto que ao mesmo tempo produz e reproduz uma determinada ordem social. A *fala do crime* (Caldeira, 2000) é aqui operante.

Ao mesmo tempo, os atos de fala também fazem entrever os conflitos contemporâneos que são vividos entre os jovens moradores das favelas e os policiais e professores, além dos conflitos que emergem das interações entre policiais e as instituições de direitos humanos. É importante levar em conta, como afirma Briggs (2007), que o aspecto linguístico não é simplesmente um tipo de informação sobre os conflitos, mas que a língua é a face central desses conflitos. Quando a diretora da escola diz à conselheira tutelar que elas *não estão falando a mesma língua*, esta dimensão do conflito é claramente evidenciada, fazendo notar, ainda, aquilo que o autor chama de ideologias linguísticas. A diretora quer uma autoridade que sirva como ameaça aos alunos.

Os policiais são autoridades centrais nos Conselhos e os representantes de escolas vão aos encontros para tentar negociar o apoio policial em questões de interesses específicos. Na operação que converte jovens pobres em “suspeitos” de vandalismo, pretende-se acordar práticas de gestão dessa população. Entretanto, para que isso corra, seus textos precisam encontrar audiências e se localizar socialmente e politicamente (Briggs 2007, 2007a). Para tanto, a diretora da escola precisa se posicionar diante da audiência, o que significa tomar partido no conflito que envolve a polícia e os ativistas de direitos humanos em torno

da figura do jovem infrator. Chama a atenção o fato de que o segundo encontro começa com a disputa, por parte da conselheira tutelar e do policial, para delimitar quem é o “perpetrador” da violência, o jovem sob efeito de drogas *ou* o policial. O policial “ganha” a disputa quando a diretora entra em cena legitimando o *Só dando tapa no pé da orelha* para conter um jovem sob efeito de droga. Ao elogiar o trabalho da polícia na escola diante de uma audiência composta por líderes comunitários, representantes de instituições públicas, militantes de direitos humanos e moradores comuns, a diretora conquista o apoio do policial para fazer batidas policiais antes que os alunos saiam para uma atividade externa. Como aponta Briggs, os discursos públicos tentam especificar o que os públicos devem receber e como receber, o que permite influenciar, embora não determinar, as maneiras como as pessoas se imaginam diante desses textos e como eles irão circular. Nesse contexto, a mensagem que se pode decantar da fala da diretora é tanto a produção de estereótipos sobre jovens pobres como o apoio à instituição policial, o descrédito das instituições de direitos humanos, que só veem “o lado ruim do polícia”, e, sobretudo, o apoio à política de criminalização dos pobres. Os efeitos dessas locuções são tão poderosos que não é raro encontrar entre o que se pode chamar de “a classe média da periferia” – pessoas que conquistaram o projeto de ascensão social através do trabalho – o discurso de que a polícia brasileira é mais “inteligente” e “técnica” em relação a algumas décadas atrás.

Acompanhando ainda a idéia de comunicabilidade, é possível dizer que o apoio ao discurso policial cria cartografias comunicativas que circulam da polícia, passando pela escola, tentando atingir a própria comunidade, criando agenciamentos, poder e governamentabilidade. Briggs (2007a) sustenta, com Bakhtin, que as cartografias comunicáveis são *chronotopes* que projetam discursos que emergem de lugares particulares (penso nas instituições policiais) que se movem para outros (os encontros) para ser recebidas em outros lugares (a “comunidade”). Os textos não se movem entre pontos fixos e de uma forma linear, de modo que é importante reconhecer os espaços e os contornos temporais. Desse modo, a construção do discurso atravessa diferentes instituições, frações de classe e bairros. De modo mais geral, há uma leitura preferida e as narrativas predominantes irão constituir um conjunto de estereótipos e generalizações sobre os sujeitos, o que favorece a produção de subjetividades e relações sociais. Pode-se argumentar, seguindo Briggs, que os encontros dos Conselhos fazem notar uma tecnologia comum de comunicação, baseada no conhecimento do especialista, que é aceita como verdadeira, consolidando uma fala pública e uma política de verdade das narrativas (Briggs, 2007b). Esse processo reforça,

no plano das interações sociais dos espaços públicos das periferias, o conflito contemporâneo que tem na fala pública da violência a sua referência central.

3. Voz e silêncio entre os ativistas de direitos humanos

Pretendo sugerir que nas relações entre comunidade e Estado em que os estereótipos e preconceitos ganham corpo de forma poderosa vozes dissonantes e contestatórias surgem na defesa dos grupos rechaçados. O agenciamento de atores ligados aos movimentos de direitos humanos, indissociável das próprias trajetórias dos militantes e das identidades e da socialidade da experiência dos moradores mais discriminados, surge através de vozes que evocam discursos alternativos para logo ser seguidos pelo silêncio. A recusa desses atores a compartilhar a cena pública em que os atos de fala se davam revela os repertórios e projetos dos militantes. Há também uma previsibilidade nesta fala dissonante, que é parte do dispositivo comunicativo dominante. Esse dispositivo se nutre do discurso dos militantes, tentando jogar qualquer fala dissonante na rubrica fácil, porque mapeada nessa cartografia, de “papo de direitos humanos”.

Um dos pontos centrais das discussões sobre a linguagem que fere e constitui subjetividades é que na cena da injúria ou da exclusão pode emergir uma linguagem contestatória (cf. Butler, 1997; Briggs, 2007a e b). Para Briggs (2007a), os mapas comunicáveis ativam certos efeitos e as pessoas respondem ao modo como os textos pretendem afetá-las, o que pode significar criticá-los ou mesmo rejeitá-los; pode-se tanto aceitar os projetos das cartografias comunicáveis como negá-los, evocando outras cartografias possíveis e alternativas. Nesse ponto, o acesso ao capital simbólico e as posições políticas e econômicas podem resultar em resistências aos esquemas de circulação. Judith Butler (1997) também dá atenção ao que chama de contradiscurso (*counter-speech*). A linguagem é pensada como agência, um ato com consequências, um fazer estendido, uma performance com efeitos. Em vez de apenas obliterar a possibilidade da resposta, a ameaça pode incitar um tipo diferente de ato performativo. O que as vozes dos militantes de direitos humanos revelam nos dois encontros descritos é exatamente uma linguagem contestatória que pretende desmontar a política de verdade das narrativas dominantes.

Butler (1997) também argumenta que para compreender a palavra que fere precisamos de uma elaboração sobre a condição institucional da locução. Entretanto, não é só a circunstância da locução que conta. Butler sustenta que os termos contestatórios marcam uma espécie de performatividade discursiva que não está apartada de uma série de atos de fala. Trata-se de uma cadeia de

ressignificados rituais cuja origem e cujo fim permanecem não fixos (*unfixed*). “In this sense”, diz a autora, “an ‘act’ is not a momentary happening, but a certain nexus of temporal horizons, the condensation of an iterability that exceeds the moment it occasions [Neste sentido, um “ato” não é um acontecimento momentâneo, mas um certo nexo de horizontes temporais, a condensação de uma interabilidade que excede o momento em que ela ocorre]” (ibid.: 14). Existe, portanto, uma temporalidade aberta nos atos de fala, o que possibilita que as palavras se tornem disjuntivas em relação ao poder que injuria, além de recontextualizadas de modo mais afirmativo ou mesmo negadas.

O primeiro encontro etnografado evidencia o *counter-speech* da ativista de direitos humanos em relação ao tratamento inadequado de mulheres e jovens na delegacia de polícia. O conflito desse encontro aparece rapidamente na locução das militantes sobre os direitos coletivos de adolescentes e mulheres, pressionando a Polícia Civil para que esses direitos sejam respeitados. Isabel se coloca em favor dos direitos da mulher prostituta, enquanto o delegado claramente os desqualifica. Entretanto, para melhor compreender o *counter-speech* da ativista é preciso localizar sua narrativa no espaço e no tempo, dando atenção à trajetória política dos atos de quem fala.

O Centro de Direitos Humanos de Sapopemba foi criado em 2001 e nasceu efetivamente com o projeto de resgatar a vocação de mobilização política autônoma em relação ao Estado e de garantir direitos à população mais pobre de Sapopemba, sobretudo a residente em favelas. Tal vocação remete à atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Como se sabe, nas décadas de 1970 e 1980 as CEBs tiveram um impacto importante nas associações voluntárias das classes populares. Em Sapopemba essa influência se fez sentir na formação das organizações civis pró-direitos humanos e na formação de líderes comunitários muito atuantes, que contribuíram para a formação de partidos políticos e movimentos sociais. Na ação social dessas militantes combinam-se os sentimentos de dominação, segregação e injustiça, relacionados às condições objetivas de vida, e o projeto de defender os moradores mais pobres a partir das relações com alguns setores do Estado e políticos tidos como progressistas do ponto de vista dos direitos humanos, como o Partido dos Trabalhadores e setores do Judiciário. Todo esse universo apoia as narrativas dos ativistas sobre o coletivo, conforma suas identidades e as trajetórias individuais.

A trajetória de Isabel é exemplar para reconstruir a mobilização das entidades de direitos inspiradas pelas CEBs e os dilemas em que essa forma de atuação foi inscrita a partir da violência. Sua formação foi influenciada pela Igreja Católica desde a década de 1970, através do contato com os padres vinculados

à teologia da libertação. Participando das CEBs desde os 14 anos, ela se envolveu no trabalho comunitário nas favelas e acompanhou a atuação de justiceiros no extermínio de jovens. Aos 18 anos, também influenciada pelo movimento feminista da década de 1980, ela iniciou seu primeiro trabalho com mulheres dispostas a sair da prostituição. Na década de 1980, Isabel esteve envolvida na mobilização que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, no movimento nacional que resultou na criação dos Centros de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECAs). Ela foi uma das responsáveis pela criação do CEDECA Sapopemba “Mônica Paião Trevisan”, que desenvolve trabalhos junto aos adolescentes em conflito com a lei e que homenageia Mônica, que, sendo moradora do bairro, aos 15 anos foi estuprada, assassinada e esquartejada. Posteriormente, Isabel se formou em Pedagogia e Direito. A vida de Isabel foi orientada pela valorização do princípio ético que leva o fiel a se pensar não como um indivíduo isolado, mas como um sujeito coletivo que sente as dores dos seus e que visa à transformação através da ação política. O trabalho de formação junto aos mais pobres tinha como objetivo educar e formar as pessoas em direitos humanos e no aprendizado da participação política. Em razão dessa atuação, ela sofreu graves ameaças de morte por parte de policiais e violência consumada. A violência política, além dos diversos casos acompanhados, conferiu a ela uma performance que não estava separada da força corpórea, elaborada por ela através de muita terapia e exílios forçados no exterior. Penso nas ameaças contra Isabel como tipos de censuras, elaboradas com sofrimento, que acabaram por produzir e projetar sua performance política (Butler, 1997).

Por força da socialidade, a experiência comum de diversos jovens pobres, frequentemente negros, que sofriam abuso policial ou que se envolviam no mundo do crime em um contexto de privações de direitos e formavam um “coletivo”. Nos termos de Thévenot (2006), pode-se dizer que o engajamento desses ativistas é marcado por políticas do próximo, em que dimensões de solidariedade, responsabilidade e dever com os próximos íntimos são centrais. Ao focalizar a atenção nos direitos dos jovens, os ativistas reconheciam um grupo e identificavam padrões de experiência comuns: jovens oriundos de famílias pobres e faveladas, com direitos econômicos e sociais pouco efetivados, mesmo com a ampliação das políticas sociais nos últimos anos, tornavam-se mais expostos ao envolvimento com atos criminais, ao abuso policial e à política de controle social, incluindo a política carcerária.

Isabel, a principal representante do grupo de militantes local, possuía uma autoridade moral e uma performatividade política que dificilmente eram questionadas nos encontros do Conselho, em grande parte em razão de seu capital

simbólico. Diferente do segundo encontro etnografado, em que a fala de Juci era repetidamente ilidida por parte do policial e da diretora que estava na plateia, a fala de Isabel foi seguida pelo silêncio tanto por parte dos policiais como dos moradores e representantes das instituições locais que figuravam como a audiência.

Entretanto, após os encontros descritos, os ativistas decidiram por se retirar do espaço do Conseg. Isso se deu, em grande parte, pelos acordos que se configuravam nos encontros. O Conseg nunca foi efetivo para sensibilizar a população e os policiais sobre o principal problema que aflige as comunidades faveladas e os próprios ativistas: a violência política. Por isso, Isabel me disse: *Você tinha que estar lá*. Além disso, o efeito da produção e da distribuição da cartilha sobre a abordagem policial, anteriormente apresentada, foi a disseminação da intolerância por parte de alguns policiais que passaram a ameaçar os ativistas do CDHS e do CEDECA, incluindo, mais uma vez, Isabel. A violência política, sucessivamente imposta à ativista, resultou em sua retirada da comunidade em 2008. Por fim, há ainda um último ponto a ser enfatizado: os mecanismos de segregação política dos representantes dos jovens pobres.

Meses após os encontros descritos, houve novas eleições para conselheiros tutelares. Juci, novamente com o apoio do CEDECA e do CDHS, foi eleita conselheira. Nesse momento, começou uma verdadeira campanha contra sua gestão. A representante da subprefeitura disse em tom de ironia, referindo-se a Juci: *porque quando “eu” queria voto eu estava aqui sentada [...]. O Conselho Tutelar tinha que estar aqui. Eu estou indignada porque o Conselho Tutelar que ganhou não tem compromisso. Nós vamos cobrar. [...] Não pode prometer casa [...]. Não pode boca de urna. A gente vê tanta corrupção e vota novamente. Usaram outras formas para ganhar o Conselho Tutelar. Eu não vou falar nomes, mas quem ganhou, onde está?* As denúncias de compra de votos em relação aos conselheiros eleitos com vínculos com as entidades de direitos humanos eram caluniosas. Esta era exatamente a crítica que os ativistas dirigiam a uma chapa que ganhara uma das eleições concorridas havia alguns anos.

Antes de interpretar o silêncio dos ativistas como uma simples desistência de participação política, é importante levar em conta o tempo e o espaço. É preciso argumentar que os ativistas concentraram sua batalha política no trabalho cotidiano de defesa dos jovens moradores das favelas e também em debates públicos sobre um evento marcante da segurança pública em São Paulo: os Crimes de Maio, ocorridos em 2006. Como aponta Das (2007), a violência não torna as pessoas simplesmente céticas, não é algo que simplesmente transcende, mas é elaborada no cotidiano, através do tempo. Os ativistas se retiraram dos

Conselhos mas, conforme trabalhei mais detidamente em outro lugar (Galdeano, 2011a), suas vozes estiveram voltadas para o acompanhamento das investigações das 492 mortes de jovens “suspeitos”. Ao falar sobre a violência deste evento, o nome “Ataques do PCC” circulou intensamente nas vozes de representantes do Estado, nos jornais e nas revistas, enquanto os ativistas os denominaram “Crimes de Maio” – expondo como a própria linguagem dá o tom central dos conflitos. Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, ataques atribuídos pela opinião pública e pelo Estado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) deflagram rebeliões em penitenciárias e ataques na cidade que vitimaram policiais. As polícias “revidaram” e 492 pessoas foram mortas em todo o Estado, vítimas de arma de fogo. Os ativistas de Sapopemba se reuniram com outras organizações nos encontros da Comissão Independente e Mista, formada em caráter extraordinário para acompanhar e garantir transparência às investigações. Como pude notar no trabalho de campo em Sapopemba após o evento, e na própria observação da Comissão, cujos trabalhos acompanhei ao longo de três meses, ao menos dois casos eram de jovens de Sapopemba.

Considerações finais

As etnografias apresentadas indicam *acordos e cartografias comunicáveis* em que *políticas de verdade das narrativas* circulam e produzem estereótipos de gênero, idade e classe. Na medida em que o *mundo do crime* se expandiu, diversos atores do Estado e das comunidades, passando por diretores de escola, ativistas de direitos humanos, líderes comunitários, pastores de igrejas evangélicas e representantes das mais diversas instituições locais, se dirigem aos espaços públicos celebrados como participativos e democráticos para falar sobre as transgressões de comportamento e formular ações para gerenciar os problemas. Muitos desses atores, embora tenham papel importante na mediação dos conflitos comunitários, figuram como a audiência dos encontros, recebendo e apropriando-se dos discursos naturalizantes sobre a “violência” e o “perpetrador”. Embora não seja possível descrever aqui a miríade de relações cotidianas que se desdobram das interações entre agentes da comunidade e policiais para a mediação dos conflitos comunitários, tem crescido o apoio à política de gerenciamento e criminalização dos pobres (Galdeano, 2011b), tal como exemplificam atos de fala da diretora da escola. As narrativas dominantes indicam um processo em que os discursos são constituídos em nome da ordem, do cidadão de bem e, paradoxalmente, do discurso ao direito à segurança. Mas isso não é tudo.

O argumento central que pretendi desenvolver neste artigo é que não apenas a ordem, mas também o conflito que a configura está presente quando os atores falam sobre a violência. Espaços públicos como os Conselhos de segurança são lugares de disputa sobre os modos de gerenciamento dos conflitos social e político em torno da violência. Se por um lado há um discurso dominante, por outro há um campo de resistência e tentativa de desestabilização dessa ordem dominante. Os atos de fala que predominam na cena pública são acompanhados de vozes contestatórias que revelam o *counter-speech* de ativistas de direitos humanos na defesa dos grupos estigmatizados. Os temas do atendimento de gênero na delegacia e a violência policial sugerem como as militantes pretendem desestabilizar a circulação de narrativas contra os direitos das mulheres e dos jovens pobres. A apresentação da *Cartilha da abordagem policial* aponta para um campo de tensão em torno da linguagem de direitos, em um contexto em que a sociabilidade corrupta e violenta de policiais com a população e os próprios ativistas é evidente. Ao falar sobre a violência, os ativistas locais revelam o conflito subjacente à ordem que os atos de fala dominantes instituem, produzem e reproduzem. No contexto específico da locução, suas vozes são frequentemente ilididas, sendo acompanhadas por um processo de segregação política, dentro dos encontros, e de violência política, fora deles, no espaço social da periferia. Entretanto, no projeto alternativo que historicamente se configura entre ativistas de direitos humanos, a recusa de compartilhar a cena pública dos Conselhos, lado a lado à luta política que se institui no debate público sobre a violência política na cidade, revela um repertório e um projeto contestatórios. Na experiência dos militantes e de vários jovens moradores das periferias, o Estado é, afinal, o grande perpetrador. Para compreender a locução, e também o silêncio, torna-se importante considerar as dimensões de espaço e tempo que excedem o espaço da locução.

Referências

- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2002, pp. 84-135.
- ALMEIDA, Ronaldo. Religiões na Metrópole Paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n. 56, out. 2004, pp. 17-27, 2004.
- ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo, Terceiro Nome/Fapesp, 2009.
- BAENINGER, Rosana. Crescimento da população: desconstruindo mitos do século 20. In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo. *São Paulo: olhares cruzados – Sociedade, economia e política*. Quito, Flacso, 2011, pp. 34-49.

- BOURDIEU, Pierre. *Language and Symbolic Power*. Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 1991.
- BRIGGS, Charles. *Disorderly discourse: Narrative, conflict, and inequality*. New York, London: Oxford University Press, 1996.
- BRIGGS, Charles. Mediating infanticide: theorizing relations between narrative and violence. *Cultural Anthropology*, v. 22, n. 3, 2007a, pp. 315-356.
- BRIGGS, Charles. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary society. *Current Anthropology*, v. 48, n. 4, 2007b, pp. 551-566.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. London, Routledge, 1997.
- CABANNES, Robert. Qual dialética é possível entre o espaço público e o privado?. In: CABANES, Robert; GEORGE, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Saídas de emergência*. São Paulo, Boitempo, 2011, pp. 437-459.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.
- DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999, pp. 31-42.
- DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into de ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007.
- FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, jul.-dez. 2010, pp. 565-610.
- FELTRAN, Gabriel. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, 2011.
- FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (Orgs.). São Paulo, Editora 34/CEM, 2012, pp. 347-373.
- GALDEANO, Ana Paula. Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unicamp, 2009.
- GALDEANO, Ana Paula. Civil society, violence and public safety: new issues, old dilemmas. *Vibrant*, Florianópolis, v. 9, 2010, pp. 55-87.
- GALDEANO, Ana Paula. Políticas, violência e agency: redes sociais de uma organização de direitos humanos na periferia de São Paulo. In: MARQUES, Eduardo (Org.). *Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011a, pp. 188-228.
- GALDEANO, Ana Paula. A gestão social da violência: de como ativistas de direitos humanos, líderes de associação de bairro e evangélicos se mobilizam. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011b.

- GURZA LAVALLE, Adrian e CASTELO, Graziela. 2004. Benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 68, mar. 2004, pp. 73-93.
- GUIMARÃES, Nádia. *Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris, Tóquio*. Belo Horizonte, Argymentvn, 2009.
- HOUTZAGER, Peter e GURZA LAVALLE, Adrian. The paradox of civil society representation: constructing new forms of democratic legitimacy in Brazil. In: TORNQUIST, Olle; WEBSTER, Neil e STOKKE, Kristian. *Rethinking Popular Representantion*. New York, Palgrave Macmillan, 2010, pp. 39-58.
- MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: MACHADO DA SILVA, Luís Antônio et al. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, IBASE, 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, E. P. e BARREIRA, Irllys (Orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya, 1993.
- MARQUES, Eduardo. Notes on violence, social conditions and rights in São Paulo 2000s. Trabalho apresentado no Urban Marginality Network, Porto, 2011.
- MISSE, Michel. Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva, 1999. Disponível em <http://www.necvu.ifs.ufrj.br/publicacoes/textos_download.asp>.
- TELLES, Vera da Silva. Introdução. In: TELLES, Vera da Silva e CABANNES, Robert (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006a, pp. 11-28.
- TELLES, Vera da Silva. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, Vera da Silva e CABANNES, Robert (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006b, pp. 36-64.
- THEVÉNOT, Laurent. *L'Action au pluriel: sociologie dès regimes d'engagement*. Paris, La Découverte, 2006.
- ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo, Ed. Sumaré/ANPOCS, 1999.

Documentos

- CDHS, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba. *Cartilha da Abordagem Policial*. Série Construindo a Cidadania. São Paulo, Parque São Rafael, R&C Artes Gráficas e Editora, 2006.

Recebido em: 29/04/2013

Aceito em: 17/06/2013

Como citar este artigo:

GALDEANO, Ana Paula. Voz e silêncio: os sentidos da violência no Conselho Comunitário de Segurança. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 335-357.

Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica

Vera da Silva Telles¹

Resumo: O exercício de reflexão aqui desenvolvido diz respeito ao jogo de referência para lidar com nossos achados de pesquisa. Três ordens de questões são propostas à discussão: primeira, a importância de se deslindar os campos de força e jogos de poder nos quais se inscrevem a gestão da violência – e gestão da ordem – nos territórios urbanos; segunda, o interesse de colocar as realidades paulistas em perspectiva com o que acontece em outros lugares, buscando as ressonâncias e proximidades com outras experiências urbanas e que podem nos dar a cifra do plano de atualidade das questões que trabalhamos em nossos respectivos trabalhos de campo; terceira, a importância de se reter a cidade como plano de referência e recuperar algo da história urbana para bem situar os pontos de inflexão da experiência urbana recente.

Palavras-chave: periferias urbanas; gestão da violência; gestão da ordem; cidade como plano de referência; história urbana.

Researching the city through its margins: unfinished notes on an ethnographic experience

1 Laboratório de Pesquisa Social /Departamento de Sociologia – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – tellesvs@uol.com

Abstract: The reflexive exercise developed here is related to the analytical puzzle to deal with our research findings. Three main dimensions of this puzzle are proposed for discussion: first, the importance of disentangling the fields of strength and power games in which are inscribed the management of violence - and order management - in urban areas; second, the interest of looking at São Paulo's realities in perspective with what happens elsewhere, seeking the resonances and similarities to other urban experiences; third, the importance of retaining the city as the reference plane to analysis, recovering some turning points of recent urban experience.

Keywords: urban outskirts; management of violence; management of order; city as reference plane; urban history.

Ilegalismos, crime, drogas (e mercado de drogas), violência (e gestão da violência), organizações criminosas (e o Primeiro Comando da Capital [PCC]): temas e questões que passaram a compor a agenda de pesquisas de todos quantos se aventuraram em prospectar os territórios periféricos da cidade de São Paulo. Se muitas dessas questões sempre estiveram, de uma maneira ou de outra, presentes nos estudos urbanos, apareciam seja como indicadores e variáveis de contextos gerais, seja como assunto dos especialistas em segurança e criminologia. A partir dos anos 2000, eis que essas questões se impuseram como evidências incontornáveis em nossos trabalhos de campo e da experiência etnográfica (que é também uma experiência urbana) que passamos a experimentar em nossas pesquisas. Se os colegas cariocas já contavam com uma larga experiência de pesquisas e debates sobre esses assuntos, para nós, pesquisadores paulistas, eram questões novas, que nos desafiavam (e continuam a nos desafiar). Eram questões que abriam (e abrem) sendas pelas quais prospectar as configurações urbanas que vinham se desenhando nas periferias da cidade. E era (e é) a cunha pela qual entender, na medida do possível, os campos (e relações) de força que produzem as periferias como “margens” (Das e Poole, 2004).

No correr desses anos, as pesquisas se multiplicaram, compondo o que se poderia chamar de uma experiência etnográfica que, realizada por vários pesquisadores, compõe um campo comum de questões, indagações, desafios. E isso não é pouco. Não é pouco, eu quero dizer: não apenas porque contamos hoje com um repertório ampliado de informações e experiências de pesquisas, mas porque – e esse é o ponto – lidamos com questões politicamente sensíveis. Como bem sabemos, violência policial, extermínios, endurecimento penal, encarceramento em massa não são apenas e tão somente assuntos “interessantes”

de nossas pesquisas. Estamos lidando com o cerne da produção das “margens” – e nos termos de Das e Poole (2004) da produção da vida nua nas circunstâncias concretas de vida e trabalho dos que habitam ou transitam por esses territórios. Mas também estamos lidando com questões que ativam, que acionam os imperativos e axiomas da “lei e ordem”, imperativos das políticas de (in) segurança que vigoram na atualidade (ou desde sempre) e axiomas que regem boa parte da pesquisa acadêmica sobre esses temas. Mas então isso significa dizer que essa experiência etnográfica partilhada pode ser vista – essa é uma aposta a ser feita – como a construção de um conjunto de referências que deslocam os termos dessa discussão. Seria mesmo possível dizer que em seu conjunto e no cruzamento das várias pesquisas temos algo como a construção de um dispositivo cognitivo que, a partir de um certo ponto de vista ou perspectiva (e seus “postos de observação”), permite estabelecer conexões e relações, a trama de coisas, pessoas, acasos, circunstâncias e fatos que desenham as linhas de força de uma cartografia do social que não cabe e, a rigor, desestabiliza esses modos de codificação do mundo social postos pela categorias circulantes no debate – “Lei e Ordem”, “Crime” e “Violência Urbana”. Essa a potência crítica contida nessas pesquisas e, ainda mais, no campo dessa experiência etnográfica partilhada.

Mas então, por isso mesmo, precisamos refletir sobre o estatuto da informação que produzimos nessa experiência etnográfica, quer dizer: o campo de problemas, talvez melhor dizer o campo de problematizações que se abre a partir ou em torno de nossas questões de pesquisa. Também: o jogo de referência a partir do qual buscamos construir os critérios de pertinência e relevância daquilo que colocamos em forma e fazemos ver no trabalho da escrita etnográfica. Devo dizer que esse é um problema que nos inquieta desde o início. Nós, eu quero dizer eu mesma e meus parceiros de pesquisa e o coletivo de pesquisadores que desde o início dos anos 2000 vêm se lançando nessa prospecção das tramas da cidade e suas veredas.

Nas linhas que se seguem eu gostaria de partilhar algumas dessas inquietações. Já aviso, de partida, que não se trata (e nem seria o caso) de enfrentar os intrincados problemas postos no trabalho de pesquisa e escrita etnográfica. Trata-se na verdade de refletir sobre algumas (apenas algumas) questões postas nessas pesquisas e os desafios que elas nos colocam, o modo como interrogamos os nossos achados de pesquisa e como formulamos as perguntas que nos conduzem no trabalho de campo.

Começando, um primeiro ponto: vale refletir sobre uma questão que não é apenas uma entre outras, mas que é central em nossos trabalhos e é estratégica

para entender o que está em jogo nos ordenamentos sociais tecidos em torno dos nexos que se articulam (ou não) entre comércio de drogas, crime e violência. Indo direto ao ponto: sabemos que não há uma relação necessária (constitutiva) entre esses três termos, e é por isso mesmo que é estratégico entender esses nexos, que não são evidentes e muito menos necessários. Está aí uma questão teórica – e política – da maior importância e que seria importante explicitar em nossas pesquisas. Diria mesmo que é uma dessas questões que apenas o trabalho etnográfico tem condições de desvendar, pois temos aí o ponto sensível por onde os jogos sociais e as relações de poder se processam. Quer dizer: se as relações entre esses três termos não são necessárias e tampouco são evidências em si mesmas, então o modo como esses termos se compõem e se conjugam (ou não) é justamente matéria de pesquisa que se abre a um deciframento dos ordenamentos sociais e das tramas políticas tecidas em torno, no caso, das configurações locais dos mercados de drogas.

De uma maneira geral, vale lembrar que essas são questões tratadas por Michel Misse, referência incontornável nessa discussão. As noções de mercadoria política, de acumulação social da violência e de sujeição criminal, cunhadas pelo autor, atuam efetivamente como operadores analíticos poderosos nessa discussão: definem um espaço conceitual que desativa as categorias normativas e acusatórias de “crime” e “violência”, desloca o terreno do campo minado posto pelos axiomas da “lei e ordem” e permite colocar no foco da análise o papel do Estado e as relações de poder inscritas nos modos de regulação desses mercados, na história urbana e também na construção da categoria de “bandido” e seus modos de subjetivação (Misse, 2006; 2010). Como enfatiza o autor, se há uma relação entre tráfico de drogas e violência, esta tem que ser encontrada nas “ligações perigosas” construídas na transação das mercadorias políticas das quais depende o funcionamento desses mercados. No caso do Rio de Janeiro, isso remete aos modos como esses mercados se territorializam e se organizam em torno dos pontos de venda sob controle de quadrilhas, o mais das vezes, em disputa sangrenta entre si, mas também sob a lógica da sujeição criminal e das derivas violentas que isso termina por acarretar (Misse, 2010). Essa é questão, por outro lado, que se explicita ainda mais no contraponto, trabalhado por Carolina Grillo (2008), entre o “morro” e a “pista”: como mostra a autora, a violência está longe de ser constitutiva do comércio de drogas entre as classes médias, na própria medida em que atua sob outras lógicas, não territorializadas, sendo operada por indivíduos em relação direta com o consumidor, não poucas vezes através da entrega em domicílio, sendo que, ademais, essa trama de relações passa ao largo dessa espécie de codificação (e modos de subjetivação) postos

nas categorias de crime e criminoso. Trata-se de um comércio e uma troca regulada entre fornecedores e seus “clientes”.

No caso do Rio de Janeiro, as configurações locais do tráfico de drogas, seu lugar na história urbana e a cartografia política da violência que acompanha essa história já foram vasculhados e discutidos por inúmeros pesquisadores, e isso já há um bom tempo. Quanto a nós, estamos apenas começando. Por certo, aqui a história urbana carrega outros componentes, o comércio de drogas tem outras configurações e seus modos de territorialização e funcionamento nas periferias paulistas tampouco replicam o que acontece no Rio de Janeiro. Mas a referência carioca importa para justamente chamar a atenção para o feixe de questões que podem estar implicadas nesses nexos (a ser decifrados) entre comércio de drogas, crime e violência. Esse o ponto: em torno deles é possível apreender os campos de força e jogos de poder nos quais se inscreve a gestão da violência – e a gestão da ordem – nos territórios urbanos.

Se essas questões parecem estar bem equacionadas no caso do Rio de Janeiro, entre nós a gestão da violência nos territórios periféricos da cidade persiste como questão que desafia e que, a rigor, pauta boa parte de nossas agendas de pesquisa. Na verdade, é uma questão incontornável mesmo para os pesquisadores que não têm a violência – a dita violência urbana – como objeto central de pesquisa. Concretamente, é questão que diz respeito à interrupção do longo ciclo de mortes violentas no início dos anos 2000 e suas relações com a atuação do PCC nas periferias urbanas, seus debates e modos de gestão e arbitragem das disputas e desavenças internas ao “mundo do crime”, mas também de tantos outros que compõem o cotidiano das periferias paulistas. Não é o caso aqui de comentar e reafirmar o que já foi tratado e discutido por várias pesquisas sobre a política de pacificação do PCC nesses lugares (Feltran, 2010; Biondi, 2010; Marques, 2009; Hirata, 2010; Telles, 2010; Telles e Hirata, 2010). Mas há aqui uma questão empírica e também teórica que ainda precisaríamos deslindar, elaborar e explicitar no trabalho etnográfico: nas filigranas do que essas etnografias fazem ver ao mostrar os modos como se processa a “pacificação” desses territórios, é possível apreender os jogos de poder e as relações de força inscritos na produção da ordem, justamente o que é ocultado sob o axioma e primado da “lei e ordem”. Na verdade, um campo de disputa – um campo de batalha, poder-se-ia dizer – inscrito nos ordenamentos sociais nas “margens” da cidade. Por isso as aspas no termo pacificação.

Empiricamente, é algo que se mostra, a todo momento, nas evidências dos jogos de poder que se processam nos instáveis acordos e acomodações entre grupos criminosos e forças policiais em torno dos negócios ilícitos e que não

poucas vezes desandam em disputas abertas, acionando ciclos recorrentes de mortes violentas e extermínios nesses lugares – vimos isso em 2006 por ocasião do que então foi chamado os “ataques do PCC” em São Paulo; e vimos isso em 2012 na verdadeira matança que assolou as periferias da cidade, que se prolongou por muitos meses e que hoje, no momento em que essas linhas estão sendo escritas (julho de 2013), ainda deixa seus rastros.

Politicamente, é batalha surda (ou nem tanto) que se inscreve nos indicadores sobre a queda na taxa dos homicídios (e suas oscilações) brandidos pelas autoridades políticas como medida de sucesso e eficácia de suas políticas de segurança pública, mal ocultando que se trata, na verdade, de uma disputa em torno da legitimidade dos próprios sentidos de ordem e de segurança², ao mesmo tempo em que a gramática bélica e a lógica militarizada que regem essas políticas nada mais fazem do que acionar o ciclo violento de revides e vinganças que, em princípio, e só em princípio, elas teriam por missão desativar (Hirata e Telles, 2012).

Teoricamente, estamos no cerne da produção das margens. Mas ainda teremos que explorar essa questão, evitar um uso apenas retórico ou metafórico dessa noção, pois trata-se aqui, seguindo as pistas de Das e Poole (2004) nos termos de uma antropologia do Estado, de entender os modos como são fabricados os próprios sentidos de ordem, de lei e justiça, justamente nos nexos que articulam violência e ordem, lei e vida nua, em um campo de disputa no qual o Estado se faz e refaz em interação com outros modos de regulação ancorados nas formas de vida. Eu diria que esse é um desafio que temos ainda que enfrentar e dele tirar consequências, para além das urgências (ou por meio delas) que se nos impõem, a cada momento, como pesquisadores e cidadãos do mundo.

É nesse ponto que, a meu ver, é possível situar a envergadura e a pertinência do que estamos propondo em nossas pesquisas. Mas talvez para bem situar nossas próprias questões de pesquisa (e as perguntas que endereçamos ao mundo no qual estamos mergulhados) seja interessante tomar algum distanciamento desses fatos e suas circunstâncias, para colocar em perspectiva as realidades paulistas com o que acontece em outros lugares.

Esse o segundo ponto que eu gostaria de lançar à discussão: a importância de construirmos um jogo ampliado de referências para situar nossas próprias questões e, talvez, burilar melhor nossas próprias perguntas. Aqui, nesse ponto, gostaria de partilhar com meus leitores o meu espanto ao tomar conhecimento

2 Essas questões foram tratadas de forma precisa e contundente pelos autores do artigo que leva o sugestivo título: A quem serve negar o impacto do PCC – publicado pela *Caros Amigos*. Cf. Biondi et al., 2012.

das etnografias sobre o comércio de drogas nas periferias francesas³. Guardadas as diferenças, nada triviais (de história, de contexto, de escala), as semelhanças e ressonâncias entre o que acontece dos dois lados do Atlântico me obrigaram a repensar as questões que eu própria encontrava em meu trabalho de campo e colocá-las em um outro jogo de referências, para além das sempre decantadas mazelas de nossas cidades e dos legados de nossa história. Pois também lá, nas periferias francesas, Paris e outras cidades, há episódios recorrentes de “pacificação” de territórios antes em disputa por gangues rivais. Claro, nada parecido com a escala das disputas sangrentas que assombraram as periferias da cidade de São Paulo nos anos 1990. E sobretudo nada parecido com a violência policial e os extermínios recorrentes que assolam as nossas periferias. Porém, as semelhanças e proximidades são maiores do que se poderia imaginar.

De um lado, a gestão dos negócios locais de droga segue lógicas muito parecidas com o que encontramos em nossas periferias: esforços e procedimentos para evitar as soluções violentas de disputas locais e todo um agenciamento de práticas e procedimentos que passam pelas circunstâncias da sociabilidade local, pelas capilaridades dos negócios da droga nas práticas cotidianas, por negociações e acomodações com as forças da ordem, mas também com operadores dos serviços sociais que funcionam nesses lugares. Por outro lado (e ao mesmo tempo), a prisão e a experiência carcerária também passaram a compor o jogo de referências nesses lugares, demarcando trajetórias e “carreiras”, sobretudo dos mais jovens envolvidos nos negócios ilegais; também lá os “vasos comunicantes”, como diria Rafael Godoi (2010), entre a prisão e o bairro compõem a experiência urbana dessas cidades. Para além da situação francesa, haveremos de encontrar ressonâncias com situações encontradas em outros lugares, na Europa e também na América Latina.

Não é o caso de fazer aqui um inventário dos estudos e etnografias hoje disponíveis sobre o tema. Eu tampouco teria condições de fazer isso. Mas do pouco que até agora tive condições de tomar conhecimento, não hesitaria em dizer que há uma linha de atualidade que atravessa os diferentes lugares e contextos urbanos: o entrelaçamento dos mercados de drogas com as dinâmicas urbanas, embaralhando as fronteiras do legal e ilegal, conformando o que já foi chamado de “economia de bazar” (Ruggiero e South, 1997) com suas capilaridades nas atividades econômicas e práticas sociais de seus habitantes (cf. Peraldi, 2007; Guez, 2007; 2009), compondo, por exemplo, os elementos de uma economia

3 Sobretudo os estudos e etnografias produzidos por Michel Kokoreff, que desde meados dos anos 1990 tem pesquisado o tema. Entre a vasta produção do autor, vale citar Kokoreff, 1997; 2000; 2004.

moral em cidades mexicanas, nas quais também circulam as figuras renovadas do “herói-bandido” e a celebração de seus feitos nos chamados “*narcorridos*”, tradicional estilo musical de amplo apelo popular (Guez, 2007); o encarceramento em massa e a redefinição do lugar da prisão na experiência urbana, seja por conta da “erosão das fronteiras entre bairro e prisão”, para evocar o título do livro de Manuela Cunha (2003) sobre o tema, em Portugal; seja por conta do modo como os grupos ditos criminosos se reorganizam no interior das prisões e se ramificam pelos territórios urbanos, tal como parece ter acontecido, por exemplo, com as *maras* salvadorenhas (Martel, 2010), mas também com os agrupamentos islâmicos que se formam e articulam no interior das prisões francesas (Khosrokhavar, 2004). E mais recentemente redefinições dos sentidos (e da experiência) de ordem, de lei e justiça sob o impacto de novas formas de controle que se fazem em uma especial conjugação entre a lógica da gestão de risco (e da suspeita generalizada) e a metáfora da guerra no combate às várias figuras de ameaça ou “insurgência” urbana (crime, drogas, terrorismo), com a dramática gama de efeitos deletérios nas periferias urbanas, e isso também no país que já foi celebrado, em outros tempos, que já vão longe, como a pátria dos Direitos do Homem (Kokoreff, 2010; 2011). A lógica militarizada de gestão urbana está, enfim, na ordem do dia; é também uma marca dos tempos que correm, transformando as cidades em espaços de guerra, “guerra urbana”, seus operadores também eles atuando em circuitos transnacionais. A noção de urbanismo militar cunhada por Stephen Graham (2011) busca dar conta justamente dessa simbiose que parece estar ocorrendo entre gestão urbana e segurança, uma conjugação entre a noção de risco e insegurança que redefine os modos de gestão do conflito urbano, além de converter, como bem nota Laurindo Minhoto (2012), questões e eventos da ordem do cotidiano em assuntos de guerra.

Tudo isso está sendo aqui colocado de uma maneira um tanto quanto (ou muito) apressada. São questões que mereceriam uma discussão à parte. Mas essas rápidas (e incompletas) referências têm aqui apenas o sentido de indicar um problema ou uma ordem de problemas. De partida nos fazem lembrar que estamos lidando com fenômenos transnacionais. Por certo, isso remete aos desafios teórico-metodológicos postos por dinâmicas transnacionais que redefinem por inteiro o campo empírico do trabalho etnográfico. Essa é uma questão importante, mas sua discussão ficará para um outro momento.

Por ora, nos limites destas páginas, eu gostaria de chamar a atenção para a importância de levar em conta as transversalidades entre essas várias experiências e o que encontramos em nossos trabalhos de campo. Não se trata, longe disso, de “enquadrar” nossas particularidades em uma referência genérica e alusiva

ao mundo globalizado. Muito menos de dissolvê-las em alguma mesmice globalizada. Ao contrário, trata-se de construir um plano de referência que permita traçar a *linha de atualidade* que atravessa as realidades com as quais estamos lidando e, aí sim, situar nossas próprias singularidades. Eu diria que menos do que teorias e dispositivos metodológicos para dar conta desses campos multisituados ainda precisamos passar por um esforço no sentido de algo como uma saturação de informação etnográfica. Mais do que nunca me parece importante evitar o risco de um certo provincianismo em nossas discussões, quase sempre muito autorreferidas e um tanto encapsuladas nas referências à nossa própria história e suas mazelas. E se isso importa é porque, no mínimo, talvez ajude a burilar nossas próprias perguntas e formular outras tantas e, sobretudo, o mais importante, conseguir dar ressonância e envergadura àquilo que procuramos fazer ver e lançar à discussão com nossas pesquisas. Se estamos tratando dos ordenamentos sociais nas margens da cidade, os modos pelos quais essas margens são produzidas – e o campo de disputa que nelas se inscreve – nos abrem a senha para um “diagnóstico do presente”, em diálogo com as questões postas no mundo contemporâneo.

Se há transversalidades entre várias situações e vários contextos, também há transversalidades no tempo. Essa a terceira questão que eu gostaria de discutir. Nesse registro, para bem situar nossas próprias questões, o ponto de inflexão e a novidade do que encontramos em nosso trabalho de campo, recuperar algo da história urbana é fundamental. No que diz respeito aos temas aqui aventados, essa transitivity entre o legal e o ilegal, entre o universo da lei e o “mundo do crime” que hoje compõe o “bazar metropolitano”, para reter os termos de Ruggiero e South (1997), não é propriamente uma novidade dos tempos que correm. Os indivíduos (e suas famílias) transitam nas fronteiras do legal e do ilegal, sabem lidar com os códigos e recursos de ambos os lados, mobilizando os critérios, sempre situados e sempre contextualizados, pelos quais se negociam os parâmetros de aceitabilidade moral de práticas, comportamentos e escolhas de vida. Isso é algo que acompanha a história urbana (cf. Zaluar, 1985), não é de hoje, nem de ontem, tampouco uma peculiaridade brasileira – faz parte da história urbana das grandes cidades.

O fato é que essa transitivity entre o universo da lei e o “mundo do crime” compõe as microrregulações da vida cotidiana. Por certo, é nelas que se apoia a gestão da violência praticada pelos homens do PCC nas periferias paulistas. Mas isso tampouco surgiu agora. No bairro em que fazemos nossas pesquisas, Daniel Hirata e eu, esse lastro da história urbana aparece a cada momento nas histórias que recolhemos sobre o local. As ambivalentes relações que os

moradores estabelecem (e sempre estabeleceram) com os “homens do crime” são regidas por critérios e códigos, talvez uma economia moral, nos termos de Thompson (1979), que não decorrem da tipificação jurídico-policial de crime e criminoso. Do ponto de vista das práticas e sociabilidades locais, “crime” não é uma categoria de avaliação moral, muito menos acusatória, questão muitíssimo bem trabalhada por Alba Zaluar (1985) no início dos anos 1980 em sua pesquisa na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, ao descrever os códigos que regem o delicado jogo de distâncias e proximidades entre uns e outros. Algo próximo, sob as peculiaridades dos tempos e circunstâncias, dos códigos que hoje circulam nas periferias urbanas e pelos quais “trabalhadores” e “bandidos” avaliam e ponderam “o lado certo da coisa errada”.

Foi isso o que pudemos apreender nas ambivalentes relações que os moradores locais mantinham com os temidos “justiceiros” que, nos anos 1980, em nome da defesa da família e do “trabalho honesto”, aterrorizavam a pequena criminalidade da região, contando com a cumplicidade das forças policiais. Também: os homens que “tomavam conta da área” nos anos 1990, figuras ambivalentes que transitavam entre trabalho e família, “como todo mundo”, mas que também estavam envolvidos nos “negócios do crime” e que, assim como os justiceiros, também agenciavam os acertos com a polícia para garantir a proteção de suas atividades ilícitas e sua “vida normal” nos bairros em que moravam. Tal como agora acontece com os traficantes de bairro, esses personagens também arbitravam litígios cotidianos e faziam a mediação, negociavam e agenciavam as condições da ordem local: arbitragem nas desavenças da distribuição de lotes nas áreas de ocupação ilegal, promoção das ligações clandestinas de luz, mediação com órgãos públicos responsáveis pelos assuntos locais (pendências, por exemplo, em dívidas não pagas pelos serviços urbanos da região ou, então, os lugares em que melhorias urbanas deveriam ser implementadas).

Esses personagens construíam (e constroem) seu poder e seu prestígio local justamente pela habilidade com que transitam entre o legal e o ilegal, acionando dispositivos e recursos de um lado e de outro para agenciar e resolver assuntos locais. No entanto, são microrregulações que, como hoje, se desdobravam em uma gestão dos limiares da vida e da morte: concretamente as circunstâncias travejadas pelos riscos de mortes violentas que assombravam esses lugares, acionados pelos jogos de poder que se faziam (e se fazem) entre a violência policial e a lógica da dívida e da vingança nos casos de desacertos nos negócios do crime. Como os atuais traficantes de bairro, esses homens também arbitravam “histórias de sangue”. Também como acontece agora, trata-se de mecanismos de gestão da ordem local que não se faziam (como não se fazem) à margem da lei e

do Estado, pois são ativados nos campos de força que se estruturam nos pontos de interseção – e de fricção – das forças da ordem (e seus modos de operação) e as microrregulações da vida cotidiana, plasmadas nas formas de vida. Porém, diferente do que hoje acontece, essas histórias muito frequentemente transbordavam e iam além do jogo miúdo das reciprocidades locais, quando não eram esses mesmos homens os operadores de soluções violentas nos lugares em que atuavam (cf. Hirata e Telles, 2012 Telles, 2010).

Se há uma novidade no acontecimento do PCC, será preciso situá-la nesse plano, nos pontos em que esse acontecimento se comunica com uma experiência que vem de antes e que faz parte da história urbana de São Paulo, quicá de outras cidades. Por certo, essa novidade tem a ver com a estruturação do mercado de drogas na virada dos anos 2000. É nesse ponto que as experiências de outras cidades e países ajudam a entender o que se passou, algo que tem a ver com as formas de regulação do varejo da droga em seus pontos de interseção com os modos de operação das forças da ordem e as circunstâncias da sociabilidade local. Mas isso não diz tudo, e talvez não diga o fundamental no que diz respeito à “pacificação” desses territórios.

Ainda teremos que entender melhor a experiência da violência – quer dizer: da morte violenta – nas décadas anteriores, mais ainda nos anos 1990. Essa é uma experiência que está cifrada nas inúmeras histórias que recolhemos em nossas entrevistas com os homens que comandam o negócio local da droga: “bandidos formados”, como eles próprios se definem, que passaram pelo inferno das prisões dos anos 1990, Carandiru e outros presídios, que se envolveram em disputas sangrentas nas regiões, enfrentaram a polícia, viram muitos de seus parceiros e amigos serem dizimados. Decididamente, são sobreviventes, “sobreviventes do inferno”. Foi com eles que conseguimos entender os sentidos cifrados na “vida loka”, tão bem trabalhada em artigo de Daniel Hirata (2011) que leva esse título. Mas foi com eles que pudemos igualmente entender que “sobreviver na adversidade”, questão também trabalhada por Hirata (2010), nos entregava a chave para decifrar algo da experiência urbana e daí as ressonâncias dos códigos que regem o “mundo bandido” e os “ardis da inteligência prática” que os habitantes de nossas cidades têm que exercitar para lidar com as inseguranças da vida, seus imponderáveis, os riscos e a ameaça sempre presente da morte-matada, tudo isso mesclado com as condições concretas da moradia precária e do trabalho incerto. Isso perpassa toda uma história urbana, mas ganha configurações diferentes nos anos 1980, nos anos 1990 e nos anos que inauguraram a década de 2000. Algo dessa história e suas diferentes configurações chegamos a reconstruir seguindo os traços das “histórias infames” dos

personagens-bandidos (justiceiros, matadores e traficantes) que marcam a diferença dos tempos⁴. Mas há ainda muito a se fazer. Sobretudo, ainda há muito a se fazer para cobrir a lacuna deixada aberta nos anos 1990, década ainda a ser mais bem entendida. Mais precisamente: ainda precisamos entender melhor as circunstâncias que presidiram a esse longo ciclo de mortes violentas que marcou esses anos e que foi interrompido com os procedimentos e protocolos de “pacificação” postos em prática pelo PCC. Mas sobretudo precisamos entender a experiência dessa violência, a experiência de vidas que se estruturaram nos limiares da vida e da morte e que talvez nos dê uma chave para entender o ancoramento dos “debates” e seus protocolos nessa experiência urbana. E deslindar sua força de interpelação e as vias pelas quais passaram a fazer parte do repertório dos que habitam e transitam nesses territórios.

Se isso está aqui sendo colocado talvez de maneira ligeira demais, é apenas para chamar a atenção para dois pontos que me parecem importantes. Primeiro, a importância de retermos a cidade como plano de referência para bem situar nossas próprias questões de pesquisa. Isso me parece crucial para entender o ponto de inflexão na passagem da década de 2000 e o “acontecimento PCC” não apenas como um assunto pertinente ao que a literatura especializada chamada de “mercado criminal”, mas como algo que passa a compor e interagir com a experiência urbana de uma grande metrópole como São Paulo. Mas é também crucial, esse o segundo ponto, para entender o que pode estar acontecendo agora, mais de dez anos depois do momento em que o PCC se instala, se consolida e se ramifica nas periferias paulistas. Pois temos agora uma configuração social e urbana diferente daquela que marcou os anos 1990 e se plasmou, em muitos sentidos, na virada dos anos 2000.

Muitos de nós tiveram o privilégio de flagrar e acompanhar a “pacificação” de territórios urbanos, também as prisões, na primeira metade dos anos 2000, anos que traziam as marcas das histórias transcorridas nos anos 1990 e das disputas mais do que sangrentas que se constelaram justamente na virada da década. Daí para frente, nos anos que se passaram, muita coisa mudou nas periferias urbanas (na cidade e no país). As novas gerações que se lançam agora no mundo social fazem uma experiência da cidade diferente dos que viveram as desesperanças dos anos 1990 (desemprego, trabalho incerto, pauperização generalizada) e os horrores das matanças que dizimaram familiares, amigos,

4 Trabalhei essas questões em texto recente (Telles, 2010) com base em um amplo material de pesquisa que deverá resultar em livro escrito em conjunto com Daniel Hirata. Esperamos ter condições de finalizá-lo proximamente.

vizinhos. Mas são também gerações que talvez nos deem a senha para entender os paradoxos (aparentes) que marcam as configurações sociourbanas que se desenharam no correr desses anos. De um lado, uma celebração festiva (e de fortíssimo apelo midiático) de uma pobreza transformada em mercado (vide a aclamada e festejada conversão do “pobre” em “classe C”) e, de outro, o endurecimento das formas de controle e lógica militarizada de gestão dos espaços urbanos, dos conflitos urbanos e das dissonâncias que emergem, por todos os lados, na ordem urbana. Entre um e outro, os negócios ditos ilícitos continuam a prosperar, tanto quanto os mercados informais, mas uns e outros também se redefinem e se redistribuem, podemos supor, em territorialidades urbanas também redefinidas, seguindo a lógica também dos mercados, mas também em função justamente das formas de controle e repressão que pesam sobre essas atividades. Talvez seja um bom momento de revisitar a história social. Há pistas a ser seguidas e que se abrem a uma frente de pesquisa, ainda pouco explorada na literatura brasileira, pertinente aos nexos entre história urbana, crime (seus tipos, suas formas de articulação, seus modos de atuação) e suas redefinições em função das evoluções das economias urbanas, mas também das formas de controle, dos dispositivos de incriminação e punição. Mas essas são questões de pesquisa.

Retemos a cidade como plano de referências é, de um lado, o que nos permite recuperar algo da história social e da história urbana para situar nossas próprias questões de pesquisa. De outro, o que nos permite colocar nossas questões – e inquietações – em diálogo com os dilemas postos no mundo contemporâneo, trabalhando as transversalidades e ressonâncias de uma experiência que faz da cidade, efetivamente, um campo de batalha, mas também um campo de experimentação histórica na qual estamos todos envolvidos.

Referências

- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome/Fapesp, 2010.
- BIONDI, Karina, FELTRAN, Gabriel, HIRATA, Daniel V., MARQUES, Adalton. A quem serve negar o impacto PCC?. *Caros Amigos*, 24 ago. 2012. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/2429-a-quem-serve-negar-o-impacto-pcc?> Acesso em: 28 jun. 2013.
- CUNHA, Manuela Ivone P. da. *O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira*. Minho, Celta, 2003.

- DAS, Veena, POOLE, Deborah (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, School of American Research Press, 2004.
- FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão dos homicídios nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*, v. 23, n. 58, 2010, p. 59-73.
- GODOI, Rafael. Ao redor e através das prisões: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2010.
- GRAHAM, Stephen. *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. London/New York, Verso Books, 2011.
- GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas – Revista de estudos de conflitos e controle social*, v. 1, n. 1, 2008, p. 127-148.
- GUEZ, Sabine. À la frontière du légal et illégal: travail et narcotrafic à Ciudad Juarez (Mexique) et El Paso (États-Unis). *Problèmes d’Amérique Latine*, n. 66-67, 2007, p. 10-20.
- GUEZ, Sabine. La frontière et au-delà. Une enquête ethnographique sur le narcotrafic à Ciudad Juárez (Mexique) et El Paso (Etats-Unis). *Cultures & Conflits*, n. 72, 2009, p. 13-29.
- HIRATA, Daniel V. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2010.
- HIRATA, Daniel V. Vida Loka. In: CABANES, R. et al. (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 189-214.
- HIRATA, Daniel V., TELLES, Vera da Silva. A gramática bélica da segurança. *O Estado de S.Paulo*, 18 nov. 2012, Caderno Aliás, p. J5.
- KHOSROKHAVAR, Farhad. *L’Islam dans les prisons*. Paris, Balland, 2004.
- KOKOREFF, Michel. L’économie de la drogue: des modes d’organisation aux espaces de trafic. *Les annales de la recherche urbaine*, v. 78, 1997, p. 114-123.
- KOKOREFF, Michel. Faire du business dans les quartiers: éléments sur les transformations socio-historiques de l’économie des stupéfiants en milieu populaire. *Déviance et société*, v. 24, n. 4, 2000, p. 403-423.
- KOKOREFF, Michel. Trafics de drogues et criminalité organisée: une relation complexe. *Criminologie*, v. 37, 2004, n. 2, p. 10-31, 2004.
- KOKOREFF, Michel. Le durcissement des contrôles, ou la fabrique sociale de la haine. *Mouvements*, v. 62, n. 2, 2010, p. 108.
- KOKOREFF, Michel. Drogues, trafics, imaginaire de la guerre. *Multitudes*, v. 44, n. 1, 2011, p. 119.
- MARQUES, Adalton. Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2009.

- MARTEL, Roxana. Pactos comunitários e proteção em San Salvador. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, v. 22, n. 2, 2010, p. 17-38.
- MINHOTO, Laurindo Dias. A lógica do conflito urbano. *O Estado de S.Paulo*, 14 out. 2012.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, v. 79, 2010, p. 15-38.
- PERALDI, Michel. Economies criminelles et mondes d’affaire à Tanger. *Cultures & Conflits*, v. 68, 2007, p. 111-125.
- RUGGIERO, Vincenzo, SOUTH, Nigel. The Late-modern City as a Bazaar: Drug Markets, Illegal Enterprise and the “Barricades”. *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 1, 1997, p. 54-70.
- TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos e gestão (em disputa) da ordem. In: TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Argvumentvm, 2010, p. 207-262.
- TELLES, Vera da Silva, HIRATA, Daniel V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, v. 22, n. 2, 2010, p. 39-59.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre a crise da sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Critica, 1979.
- ZALUAR, Alba. *Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Recebido em: 10/07/2013

Aceito em: 05/08/2013

Como citar este artigo:

TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 359-373.

Artigos

Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil

Adriana Piscitelli¹

Resumo: Neste texto exploro a circulação e a tradução de teorias pós-coloniais em parte da produção feminista no Brasil. Tomando como referência textos da antropologia feminista e, particularmente, estudos sobre os mercados do sexo publicados em dois importantes periódicos acadêmicos feministas brasileiros, a revista *Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, considero como essas publicações participaram na difusão das críticas feministas pós-coloniais e como a produção realizada no Brasil incorporou e traduziu críticas pós-coloniais.

Palavras-chave: teorias pós-coloniais; feminismos brasileiros; antropologia feminista; mercados do sexo.

Crossing borders: post-colonial theories and anthropological readings on feminisms, gender, and sex markets in Brazil

Abstract: In this paper I explore the circulation and translation of post-colonial theories in good part of feminist academic production in Brazil. Dealing with texts of feminist anthropology, particularly studies about sex markets published in two important feminist Brazilian journals, *Revista Estudos Feministas* and *cadernos pagu*, I consider how these publications took part in the diffusion of

1 Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – Brasil – pisci@uol.com.br

post-colonial feminist critique and how the production created in Brazil incorporated and translated post-colonial critiques.

Keywords: post-colonial theories; Brazilian feminisms; feminist anthropology; sex markets.

Introdução

Neste texto exploro a circulação e a tradução de teorias pós-coloniais em parte da produção feminista no Brasil. Realizo alguns comentários sobre esse processo tomando como referência textos publicados em dois periódicos acadêmicos brasileiros, a revista *Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, desde o lançamento até 2012. Detenho-me particularmente em trabalhos antropológicos e em estudos sobre os mercados do sexo².

Os estudos sobre teorias pós-coloniais destacam suas contribuições para a análise cultural chamando a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, ressaltam o desafio que essas teorias colocam para as formas estabelecidas de análise cultural, pois, ao privilegiarem modelos e conteúdos da cultura nacional em países europeus, reproduzem a lógica da relação colonial (Costa, 2006). Em segundo lugar, esses estudos destacam a contribuição das perspectivas pós-coloniais para socavar a concepção tradicional de fronteiras disciplinares, iluminando as interconexões entre produção cultural e aspectos vinculados à raça, à nação e ao império (Moore-Gilbert, 1997)³.

As críticas feministas objetaram alguns aspectos das formulações dos teóricos pós-coloniais⁴. Se, como afirma Adelman (2007), teorias pós-coloniais e feministas elaboram um novo olhar sobre as sociedades modernas e sobre os discursos “clássicos” que elas produziram e compartilham a proposta de trabalhar a partir de uma epistemologia da alteridade, as questões de gênero

2 Agradeço os comentários de Albertina Costa e a leitura atenta e as sugestões de Mariza Corrêa, Iara Beleli e Ana Fonseca.

3 A ideia é que, ao insistir na importância de analisar os discursos coloniais estudando literatura conjuntamente com história, política, sociologia e outras formas artísticas, essas teorias desafiam fronteiras disciplinares. Elas são percebidas, também, como rejeitando a noção de autonomia da esfera estética e interrompendo fronteiras fixas entre texto e contexto, mostrando as continuidades entre as representações das pessoas sujeitadas e as práticas materiais do poder neocolonial. Finalmente, essas teorias teriam contribuído para problematizar as distinções entre cultura “elevada” e popular e entre literatura e narrativas orais (Moore-Gilbert, 1997).

4 Além disso, as críticas discutiram a noção de pós-colonial, rejeitando linhas que, ao operar com pressupostos homogeneizantes, achatam a multiplicidade de experiências e diferenças históricas nas relações de poder entre países e regiões do mundo (MacKintock, 1992).

não tiveram uma inserção fácil nas abordagens pós-coloniais. As autoras feministas questionaram o segundo plano no qual foram colocadas as mulheres e a dimensão de gênero nessas abordagens. Ao mesmo tempo, a incorporação de aspectos dessas teorias teve importantes efeitos nas elaborações do pensamento feminista.

No marco dos feminismos pós-coloniais, as críticas à produção do conhecimento se voltaram também para o feminismo “ocidental”, rejeitando formulações produzidas no marco de interesses articulados em países do Norte. Um dos principais questionamentos foi a produção da categoria “mulher do terceiro mundo”, que delineia uma imagem de mulher estável, padronizada, com escassa educação, limitada pelas tradições, voltada para a domesticidade e para a família e vitimizada. As críticas feministas pós-coloniais problematizaram a essencialização das culturas que permeia a produção dessa imagem (Adelman, 2007) e o modelo de poder que a sustenta: a percepção de uma opressão feminina homogênea. A proposta dessas abordagens é desestabilizar esse modelo mediante uma análise que leve seriamente em conta a agência/*agency* e o pensamento crítico e diversificado das mulheres e das organizações mediante as quais elas enfrentam as opressões que as afetam em diferentes partes do mundo (Mohanty, 1991). Esses questionamentos foram altamente produtivos questionando a tendência universalizante e colonialista da crítica feminista que reproduz os axiomas do imperialismo, em narrativas marcadas pelo “individualismo feminista” (Spivak, 1985; Chambers e Watkins, 2012).

As formulações dos feminismos pós-coloniais foram posteriormente problematizadas por terem sido, também elas, homogeneizantes, no sentido de apagar as diferenças existentes nos feminismos “ocidentais”. Apesar dessa fragilidade, essas abordagens ofereceram férteis contribuições para a teoria social, mediante o trabalho com as articulações entre gênero, sexualidade, raça, etnicidade e estratificações baseadas na nacionalidade e uma leitura nuançada das operações das relações de poder, levando em conta dimensões macro e micropolíticas e seus efeitos nas subjetividades (Mufti e Shohat, 1997).

Considerando esses aspectos, pode parecer contraditório que proponha analisar a circulação de teorias pós-coloniais na produção feminista no Brasil privilegiando trabalhos antropológicos, o que remete a um recorte disciplinar. Minha escolha leva em conta dois aspectos. Em primeiro lugar, considero a relevância para a antropologia brasileira de autores considerados importantes representantes das teorias pós-coloniais (Edward Said, Homi Bhabha), e outros associados aos estudos culturais (Stuart Hall e Paul Gilroy), cujo programa teórico político converge com o dos estudos pós-coloniais.

Em segundo lugar, minha opção se deve à importância da antropologia na constituição dos estudos feministas no Brasil, particularmente na área de sexualidade, no marco da qual se realizam pesquisas sobre mercados do sexo. Finalmente, minha escolha de explorar a circulação de teorias pós-coloniais em periódicos que disseminam produção feminista está relacionada com a relevância concedida às publicações periódicas na organização de campos de conhecimento. Essa importância está vinculada ao papel central das revistas científicas como articuladoras de diferentes propostas e perspectivas teóricas, à sua importância em termos de visibilização dos campos e, também, de outorgar acesso a eles (Vessuri, 1987; Velho, 2001; Lopes y Piscitelli, 2004).

Os periódicos escolhidos, revista *Estudos Feministas* e *cadernos pagu*, criados no início da década de 1990, não são os únicos no campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil. Há outras importantes revistas em circulação, como *Gênero*, *Labrys*, *Mandrágora*, *Bagoas* e a *Revista Feminismos*. Além disso, outros periódicos acadêmicos tem crescentemente publicado artigos e dossiês que contemplam a produção desse campo. Entretanto, os periódicos analisados, por sua antiguidade e sua relevância, oferecem um espaço privilegiado para refletir sobre a circulação e a tradução de teorias nessa área no país.

Tomando como referência essas revistas, o meu principal argumento é que as teorias pós-coloniais mostram certo impacto na produção antropológica feminista e sobre gênero realizada no Brasil. Essas marcas são visíveis sobretudo na leitura crítica das definições de cultura nacional, com raízes coloniais, formuladas no e sobre o Brasil. A influência dessas teorias também é perceptível na análise dos efeitos dos processos de transnacionalização, envolvendo deslocamentos através das fronteiras, nas identificações marcadas por gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade. Entretanto, numa produção que cita profusamente autores/as brasileiros/as, parte significativa dessa influência é perceptível mediante a mediação de autores/as brasileiros/as que trabalham diretamente com referenciais teóricos pós-coloniais.

Este artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, faço alguns comentários sobre a antropologia em diálogo com o feminismo no Brasil e sobre sua presença nos periódicos contemplados. Na segunda e na terceira partes situo as teorias pós-coloniais nessa produção e nas análises sobre os mercados do sexo. Concluindo, reflito sobre alguns aspectos relacionados com a circulação e a tradução de críticas pós-coloniais nas revistas, com mediações nessa circulação e com aspectos dessas traduções.

Feminismos e antropologia no Brasil

O Brasil é considerado um dos primeiros países na América Latina em que se consolidam os estudos feministas. A ideia é que essa produção, com trabalhos pioneiros na década de 1970, adquiriu legitimidade no meio acadêmico brasileiro de maneira relativamente rápida (Corrêa, 1984; Goldberg, 1989). Na década de 1980 se disseminaram os centros universitários de pesquisa sobre mulher e gênero (Costa e Bruschini, 1992), a temática da mulher foi incluída em prestigiosos congressos e encontros de ciências sociais e aumentou o número de pesquisas, dissertações e teses com orientação feminista (Heilborn, 1992; Heilborn e Sorj, 1999). As décadas de 1990 e de 2000 foram palco da consolidação do campo de estudos. No final daqueles anos e na década de 2010 ele foi alargando-se, incorporando a análise de dinâmicas sociais e de noções que envolvem, para além de homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais, relações envolvendo outras categorias de sujeitos que desafiam as normas de gênero, como travestis, transgêneros e intersex.

A aceitação inicial dos estudos feministas no âmbito acadêmico é atribuída a características particulares das relações entre movimento feminista e academia no Brasil. De acordo com diversas autoras, no país o movimento feminista não esteve marcado pela inspiração radical presente nos ativismos feministas nos Estados Unidos e em alguns países europeus. De acordo com algumas autoras, o contexto no qual se desenvolveu o feminismo brasileiro a partir da década de 1970, marcado pelo peso da ditadura militar (Moraes, 1996; Sarti, 2001), teve relação com uma orientação articulada às esquerdas e relativamente moderada em termos da confrontação entre os sexos. Na metade daquela década, quando o movimento de mulheres adquiria visibilidade no Brasil, muitas ativistas já trabalhavam no âmbito acadêmico, num processo que se intensificou na década seguinte (Corrêa, 1984; Heilborn e Sorj, 1999).

As agências de financiamento internacional contribuíram nesse processo de legitimação, especialmente a Fundação Ford e a Fundação MacArthur, que, mediante concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas, apoiaram diversos programas de pesquisas sobre mulher e sobre gênero, entre finais da década de 1970 e início dos anos 2000. Na primeira metade da década de 2000 a Fundação Ford apoiou a criação de uma sede do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos no Rio de Janeiro, que, através de uma série de seminários e publicações, continuou alimentando essa área de estudos a partir da articulação

entre gênero e sexualidade. Paralelamente, as diversas agências de financiamento acadêmico brasileiras apoiaram pesquisas na área⁵.

No momento não há um acordo sobre o grau de impacto dos estudos feministas nas ciências sociais brasileiras (Gregori, 1999; Heilborn e Sorj, 1999; Piscitelli, 2004). Entretanto, desde inícios da década de 1990, o surgimento de programas de pós-graduação em estudos de gênero e feminismos e, na década de 2010, de graduação sobre gênero e diversidade (raça/etnia, idade/geração e orientação sexual), a profusão e a regularidade de congressos e seminários centrados nesses estudos e a criação de novos periódicos acadêmicos são expressão da consolidação e da expansão do campo. As revistas que considero aqui, criadas nesse contexto, incluídas em indexadores internacionais, integram o Scielo, biblioteca eletrônica *on-line*, e suas avaliações as situam em níveis equivalentes às das melhores publicações brasileiras.

A discussão feminista é eminentemente interdisciplinar. Entretanto, algumas disciplinas se destacaram em certos momentos. No Brasil, os trabalhos pioneiros foram escritos na década de 1970, sobretudo no âmbito da sociologia (Goldberg, 1989). A antropologia adquiriu destaque na década seguinte. Alguns dos principais temas abordados no âmbito dessa disciplina foram: organização do feminismo no país (Pontes, 1986; Grossi, 1988); relações familiares, incluindo aspectos vinculados a violência contra as mulheres (Corrêa 1981, 1982, Grossi, 1988, Gregori, 1993); relações de trabalho (Stolcke, 1982; reprodução social de elites (Piscitelli, 1989); domesticidade (Silva, 1989); relações entre patroas e empregadas domésticas (Kofes, 1984); sexualidade entre adultos e jovens heterossexuais (Heilborn, 1984); homossexualidades (Fry, 1982; MacRae, 1986); aborto (Di Giovanni, 1983); prostituição feminina (Mazzariol, 1976; Bacelar, 1982; Gaspar, 1985) e masculina (Perlongher, 1987).

A popularidade da antropologia nessa área tem sido explicada considerando que historicamente a disciplina se preocupou com temas importantes para as discussões feministas, como família, papéis sexuais, divisão do trabalho e organização do cotidiano (Heilborn e Sorj, 1999). Ao mesmo tempo, nem toda essa produção é considerada feminista: os balanços da produção da antropologia feminista da década de 1980 traçam uma linha divisória entre os trabalhos que analisam uma ou outra dessas temáticas discutindo problemas relevantes para a antropologia e considerando exclusivamente bibliografia antropológica e os que dialogam com as inquietações e a produção feminista (Heilborn, 1992). Que lugar tem essa produção nos periódicos feministas aqui contemplados?

5 Vale destacar a criação na década de 2010 de uma linha específica de apoio a projetos na área pelo CNPq em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Antropologia nas revistas

A revista *Estudos Feministas* e os *cadernos pagu* foram criados, respectivamente, em 1992 e 1993 e publicados praticamente sem interrupções. A proposta original da revista *Estudos Feministas* foi servir como canal de expressão dos movimentos sociais e de mulheres e difundir conhecimento de ponta na área de estudos feministas. Com sede e editores rotativos, a revista incluía um dossiê voltado para o ativismo enquanto o resto da publicação tinha um perfil mais acadêmico (Maluf, 2004; Diniz e Foltran, 2004). Os *cadernos pagu*, vinculados a um centro de pesquisa universitário, foram criados por um coletivo acadêmico com o objetivo de contribuir na consolidação do campo de estudos de gênero. As seções de debate e dossiês dessa revista tiveram desde o início um caráter acadêmico. Por razões operacionais, a partir de 1999 a revista *Estudos Feministas* vinculou-se a uma universidade e alterou algumas de suas características iniciais, embora ao longo do tempo tenha mantido a proposta de dar voz aos movimentos de mulheres. Nas duas revistas, significativa parte das autoras provém das ciências humanas. Embora as diferenças e semelhanças entre essas publicações sejam sugestivas e, como observa Costa (2008), suscitem questões que merecem ser pesquisadas, neste texto analisarei conjuntamente a produção por elas veiculada.

Para pensar como os textos elaborados numa perspectiva antropológica publicados nessas revistas dialogam com as teorias pós-coloniais considero os temas abordados e os referenciais teóricos utilizados. Uma leitura dos artigos escritos no Brasil mostra que se trata de majoritariamente de trabalhos de autoria feminina. Os trabalhos escritos por homens, inicialmente muito reduzidos, aumentam significativamente a partir da metade da década de 2000, o que conduz a refletir sobre a legitimidade e o prestígio crescentes do campo. E se parte desses textos tratam de masculinidades, relações entre gênero e sexualidade e homossexualidades masculinas, o leque de temáticas contempladas pelos autores é muito mais ampla, incluindo migrações, raça e saúde, esportes, literatura e inclusive trajetórias de feministas.

Parte significativa do conjunto dos textos antropológicos está vinculada a contextos urbanos, mas ao longo da década de 2000 aumentam os trabalhos voltados para âmbitos rurais e florestas, alimentados pelo interesse em mulheres indígenas, camponesas e no ecofeminismo. A produção cultural é objeto de análise em parte importante de textos que analisam a obra de pensadoras feministas e pensadores sociais, literatura, incluindo dramaturgia e poesia, e material produzido pela mídia: rádio, mídia impressa (periódicos e revistas), fotografia, televisão, cinema e o ciberespaço.

Entre os temas tratados pelos textos antropológicos nas revistas destacam-se questões vinculadas às práticas e formulações teóricas feministas, particularmente na revista *Estudos Feministas*, e à sexualidade, nos *cadernos pagu*. Os artigos sobre feminismos são diversificados. Eles tratam do desenvolvimento histórico do pensamento feminista, particularmente no Brasil, discutem influências teóricas do pensamento feminista internacional, revisitam formulações antropológicas à luz de teorias feministas e discutem a composição do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil, considerando a relevância de publicações feministas na constituição desse campo.

No que se refere à sexualidade, a criação das revistas coincide com um momento de expansão dessa área temática, que se ampliou significativamente no Brasil sob o impacto dos estudos de gênero vinculados ao feminismo e ao movimento de liberação homossexual (Heilborn e Barbosa, 2003). A esses aspectos deve somar-se o apoio de agências internacionais a esse tema. E na década de 2000, segundo Miskolci e Simões (2007), a visão da sexualidade como temática privilegiada para a compreensão de configurações e processos sociais, culturais e políticos mais amplos, presente na produção brasileira já em finais da década de 1970, alcança um novo patamar, no diálogo com diversas perspectivas teóricas, entre elas abordagens *queer*.

Durante a década de 1990, nas revistas foram publicados dossiês e artigos sobre mulheres e direitos reprodutivos, incluindo suas conexões com a Aids. Nesse contexto, marcado pelos debates internacionais sobre o controle da população e as lutas do movimento de mulheres pela legalização do aborto e pela escolha de métodos anticoncepcionais, diversas antropólogas publicaram textos sobre aborto e novas tecnologias reprodutivas. Nesse marco tiveram destaque os trabalhos sobre masculinidade.

Iluminados a partir de novas discussões, esses temas continuam sendo tratados durante os anos 2000. Entretanto, a partir dos primeiros anos dessa década as questões sobre sexualidade se ampliam, incluindo reflexões que apenas se esboçavam na década de 1990. Conjuntamente com a emergência de textos dedicados a homossexualidades e a relações vivenciadas por travestis, transgêneros e pessoas intersex, emergem discussões sobre erotismo, sadomasoquismo, fetichismo, *swing*, mercados do sexo e relações entre violência e sexualidade.

As demais áreas de concentração dos textos antropológicos são diversificadas. O parentesco é revisitado em novas leituras. As discussões feministas inspiraram a análise de vários aspectos do parentesco em sociedades “complexas”, incluindo homoparentalidades, abandono, adoção e “apropriação” de crianças durante períodos de ditadura, em contextos nacionais e transnacionais, e

análises da mediação das tecnologias na sustentação dos laços familiares. Nas áreas consideradas pelas antropólogas se destacam também o curso da vida (velhice, juventude, infância), violência de gênero, participação das mulheres na esfera política, religião, moda, análise de aspectos vinculados à formação da nação e a nacionalidade e migrações internas e internacionais. As relações de trabalho são revisitadas, particularmente durante a década de 2000, e às vezes constituem o marco para a análise de outros temas, como a memória.

As linhas teóricas seguidas nos textos, visíveis nas citações e nas maneiras de abordar os problemas de investigação, possibilitam perceber certas especificidades da antropologia em diálogo com o feminismo. Como em outros países “não centrais”, a antropologia produzida no Brasil se alimenta de diferentes tradições. A antropologia francesa, a inglesa e a produzida nos Estados Unidos e, de maneira crescente, em Portugal, Espanha e em países de América Latina alimentam a maior parte das análises⁶. A partir da segunda metade da década de 2000 aumenta significativamente o número de autoras/es latino-americanos e espanhóis que publicam nas revistas. E as citações permitem perceber a crescente influência intelectual em linhas Sul-Sul, nas quais a produção brasileira está sendo incorporada em citações de autoras latino-americanas e vice-versa⁷. Ao mesmo tempo, alguns textos dialogam com essas diversas tradições, de maneira praticamente exclusiva a partir do diálogo com autores/as brasileiros/as.

O conjunto dos artigos mostra um diálogo eclético com autores clássicos de diversas tradições antropológicas e com abordagens mais recentes. No conjunto das discussões, as referências a feministas que trabalham no exterior são diversificadas, mas mostram a significativa presença de autoras que trabalham em países anglo-saxões, com certa incidência de pós-estruturalistas, e de autoras cujo trabalho acadêmico é realizado na França. Paralelamente, em vários textos se utiliza predominantemente literatura antropológica e feminista produzida no Brasil.

Os textos que não manifestam vinculações com inquietações ou propostas analíticas feministas e/ou, a partir da metade da década de 2000, com questões políticas que permeiam os estudos feministas, sobre homossexualidades e/ou *queer* são poucos. Refiro-me a trabalhos antropológicos que apresentam

6 Isto é perceptível considerando os/as autores/as frequentemente citados, como Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss, Louis Dumont, Pierre Bourdieu, Françoise Héritier, Mary Douglas, Joana Overing, Marilyn Strathern, Margaret Mead, Marshall Sahlins, Clifford Geertz, David Schneider, Janet Carsten, Louis Wacquant, Thomas Csordas e Vincent Crapanzano, Verena Stolcke, João Pina Cabral, Miguel Vale de Almeida.

7 Claudia Fonseca, Mara Viveiros e Elizabeth Jelin integram o leque dessas citações.

análises relacionais de interações sociais e/ou entre noções de feminilidade e masculinidade desvinculadas de análises de poder, exemplos das temidas apropriações do “gênero” em leituras não feministas. Que relação mantém essa produção com as teorias pós-coloniais?

Crítica feminista, teorias pós-coloniais e antropologia

Ella Shohat afirma que as ideias viajam, permanentemente e em múltiplas direções. A autora observa que é interessante considerar por que certas ideias de outro lugar são recebidas num determinado contexto e outras não. A recepção de uma ideia, de um discurso diz muito sobre o processo de tradução como um espaço disputado, negociado (Shohat, 2001). Esse é um ponto importante para pensar no processo de circulação das teorias pós-coloniais nas revistas e em quais elementos foram incorporados.

A partir do final da década de 1990 as revistas difundem, mediante traduções e entrevistas, formulações de autoras que são incluídas nas listas de feministas pós-coloniais e também, às vezes, de feministas transnacionais. Entre 1999 e 2006 foram publicadas entrevistas com Mary Louise Pratt e Ella Shohat⁸, textos dessa última autora, de Gayatri Spivak, Anne McKlinton, Kamala Kempadoo e Avtar Brah, e um no qual participaram Inderparl Grewal e Caren Kaplan. A partir da metade da década de 2000 são traduzidos textos de outras feministas que trabalham com referenciais pós-coloniais, como Mary Hawkesworth, Carole Boyce Davies e Lila Abu-Lughod. E também são publicados textos de autoras que trabalham fora do mundo anglo-saxão, claramente afinados com as formulações dos feminismos pós-coloniais, como a portuguesa Maria Cardeira da Silva.

Esse conjunto de trabalhos oferece às leitoras um mosaico de ideias presentes nessas linhas de pensamento. Elas incluem noções associadas a lugares de encontros entre diferenças e desigualdades, as “zonas de contato”, a partir das quais é possível elaborar um saber crítico, e “de segurança”, formuladas por Mary Louise Pratt (Costa e Diniz, 1999). Nesses textos se afirma a relevância da relacionalidade, observando que, apesar de especificidades regionais, as comunidades não podem ser pensadas de maneira isolada, pois todas as histórias e geografias estão mutuamente implicadas, não apenas no atual mundo globalizado, mas a partir do colonialismo. Esses trabalhos examinam o imperialismo e o racismo imperial, entendido como missão social, como parte crucial

8 Também foi traduzida uma entrevista com Paul Gilroy e Arjun Appadurai discutindo aspectos do pensamento de Judith Butler (Bell, 2001).

da representação cultural das sociedades imperiais sobre elas mesmas (Spivak, 2002; MacKlinton, 2003). A percepção da necessidade de analisar conjuntamente aspectos locais e globais se associa a uma ideia de interseccionalidade que vá além das relações entre gênero, raça e classe, incluindo as estratificações baseadas na nacionalidade (Maluf e Costa, 2001) e vinculadas aos efeitos dos nacionalismos (Bacchetta, Campt, Grewal, Kaplan, Moallem, Ferry, 2001).

Nesses textos, a ideia de diferença se amplia, com atenção para as relações entre diversas comunidades não brancas e entre diversos racismos em contextos específicos (Shohat, 2002). Ao mesmo tempo, a noção de diferença se torna mais complexa, vista como forma discursiva que pode estabelecer fronteiras fixas e imutáveis, mas também pode aparecer como relacional, contingente e variável, sem necessariamente ser um marcador de hierarquia e opressão (Brah, 2006). E esses trabalhos chamam a atenção para os limites do poder, explorando tensões entre limitações sociais e atuação social em maneiras que, envolvendo diversas categorias de diferenciação, desafiam posições fixas e relações lineares entre submissão e dominação (McKlinton, 2003).

Esses artigos observam a necessidade de ampliar a definição do feminismo para incluir todo tipo de luta pelos direitos das mulheres, sem deixar de prestar séria atenção às diferenças, inclusive incompatibilidades, em termo de prioridades, entre feminismos, do Norte e do Sul, dos Estados Unidos e latino-americanos (Shohat, 2002; Costa e Diniz, 1999). Nesse ponto se incluem também as leituras críticas sobre as definições feministas do tráfico de mulheres que combatem a prostituição de uma maneira percebida como linear, afinada com uma lógica burguesa e imperialista. A partir de uma crítica feminista pós-colonial, a proposta é considerar essa problemática como emergindo das interseções entre relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas, com os desejos e ações ativados pelas mulheres em estratégias de sobrevivência (Kempadoo, 2005). Finalmente, uma tradução mais recente (Hemmings, 2009), particularmente interessante, realiza uma leitura crítica das histórias dominantes da segunda onda do feminismo “ocidental”. Explorando as técnicas mediante as quais as narrativas dominantes são garantidas, a autora analisa padrões de citações, recortes discursivos e alguns de seus efeitos textuais, teóricos e políticos e mostra como essas técnicas posicionam os feminismos pós-coloniais.

Nas duas revistas, porém, as críticas feministas pós-coloniais circulam antes da tradução desses textos. Elas estão presentes praticamente desde os primeiros números, em trabalhos que discutem feminismos. Na primeira metade da década de 1990, esse referencial teórico alimenta textos de autoras brasileiras que fazem os seus doutorados em universidades dos Estados Unidos (Costa, 1994;

Santos, 1995) ou trabalham no Brasil após os terem concluído (Azeredo, 1998). Esses textos mostram a inquietação suscitada nas autoras por suas posições como latino-americanas no mundo acadêmico dos Estados Unidos e suas percepções sobre o lugar que ocupam como agentes no trânsito de teorias entre lugares e narrativas no Brasil (Costa, 1998; 2003). Mais tarde, o referencial teórico pós-colonial circula também em textos de pesquisadoras estrangeiras que realizam os seus trabalhos de campo no Brasil, de autoras brasileiras que desenvolvem atividades acadêmicas nos Estados Unidos e, em alguns casos, na produção de autoras que estudaram e desenvolvem atividades acadêmicas no Brasil.

No âmbito desse debate, os textos discutem as relações entre feminismos à luz de leituras de teóricas que trabalham no mundo anglo-saxão, preocupadas em considerar o sujeito pós-colonial e em evitar que o feminismo se torne um projeto colonizador (Santos, 1995). E, considerando a circulação de teorias, esses artigos consideram a contribuição das práticas de tradução cultural para o feminismo contemporâneo (Schmidt, 2008) e traçam as trajetórias globais de teorias feministas nos trânsitos Norte/Sul, explorando como os movimentos sociais delas se apropriam seletivamente e as barreiras existentes para as circulações em sentido oposto (Thayer, 1999).

Alguns desses trabalhos estabelecem diálogos basicamente com literatura produzida nos Estados Unidos. Outros, num dos movimentos mais interessantes do uso dessas teorias, nelas se apoiam para refletir sobre tensões no pensamento feminista brasileiro, como a associada à opção pelo trabalho com as categorias mulher ou gênero. Assim, noções como as “zonas de contato” de Mary Louise Pratt, a ideia de revisão crítica do passado de Homi Bhabha e formulações de Chandra Mohanty, propondo uma crítica interna aos feminismos hegemônicos ocidentais e, paralelamente, o desenvolvimento de preocupações feministas autônomas e situadas são incorporadas para refletir sobre os caminhos a ser seguidos pelos feminismos no Brasil (Schmidt, 2004). Outros artigos utilizam as teorias feministas pós-coloniais para traçar comparações entre feminismos no Brasil, nos Estados Unidos (Azeredo, 1998), no Canadá e na Inglaterra (Caldwell, 2000).

No início da década de 2000, algumas autoras observam que há uma lacuna em termos da produção sobre a relação entre gênero e raça nos estudos feministas no país (Corrêa, 2001) e destacam o caráter ainda preliminar do debate teórico sobre as articulações entre gênero, raça e classe (Castro, 2001). Nesse momento os trabalhos sobre essas articulações começam a adquirir visibilidade nas revistas. A produção de feministas negras, existente já durante as décadas de 1970 e 1980, é publicada nos primeiros números das revistas. Na metade

da década de 1990 a elas se somam pesquisadoras e alunas de pós-graduação, negras e brancas, que trabalham com as articulações entre raça e gênero, para pensar sobre diversos aspectos da realidade social no Brasil.

São trabalhos que, sem necessariamente utilizar o referencial teórico pós-colonial, apresentam reflexões sugestivas nas linhas desse pensamento. Esse conjunto de textos explora as tensões entre feminismos e como as atualizações da violência de gênero no racismo colonial se expressam nas relações entre feminilidades e masculinidades, negritude e branquitude na sociedade atual. Os trabalhos apresentam reflexões sobre as tensões entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes (Bairros, 1995). Eles também exploram as analogias presentes em discursos de mistura racial nos quais o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco criou as bases para o mito da democracia racial brasileira e em discursos de ascensão social de homens negros que abandonam o seu grupo racial utilizando as uniões com mulheres brancas como recurso para a mobilidade social. Ambos seriam discursos justificadores nos quais os homens aparecem como vítimas da sexualidade/atrativo das mulheres, das escravas negras no passado e, posteriormente, da promessa de gozo oferecido pela pele clara e pelo cabelo liso (Carneiro, 1995). Nesses trabalhos, precursores das teorias pós-coloniais, como Frantz Fanon, alimentam reflexões sobre o efeito do aprisionamento que a branquitude tem sobre os próprios brancos (Gomes, 2006).

Algumas feministas brasileiras que “transitam” entre Norte e Sul utilizam noções caras às teorias pós-coloniais, analisando a produção intelectual e a prática dos movimentos sociais brasileiros. Assim, a noção de transculturação é utilizada para discutir a complexidade dos feminismos no Brasil e das leituras transculturais que eles fazem, chamando a atenção para as formas mediante as quais grupos subordinados selecionam e criam a partir dos materiais que lhes foram transmitidos pelas culturas dominantes (Castro, 2001). Entretanto, algumas autoras brasileiras que residem no exterior e/ou que “transitam” entre Estados Unidos e Brasil não consideram a produção realizada no país sobre os temas que estudam. Nesse ponto, a insistência em utilizar apenas referenciais e textos produzidos em países do “centro” incide em que a lógica da relação colonial pareça ser reproduzida, um aspecto que pode parecer paradoxal quando envolve abordagens feministas pós-coloniais, pois se trata de corpos de conhecimento criados para desafiar essa mesma lógica.

Finalmente, é importante observar que ferramentas teóricas férteis no âmbito dos feminismos negros e pós-coloniais, como as noções de interseccionalidade ou categorias de articulação, aparecem, no conjunto de textos, em artigos escritos por

ativistas feministas e também por integrantes do governo (Ribeiro, 2008). Nesses casos, os textos, que não apresentam referências às autoras que os elaboraram, reiteram a “apropriação” dessas noções realizada no âmbito governamental⁹.

No âmbito mais restrito dos textos antropológicos produzidos no Brasil¹⁰, a alusão a autores/as pós-coloniais, relativamente escassa na década de 1990, se amplia a partir da metade da década de 2000. Essas referências estão presentes em textos que tratam de diversos trânsitos. Refiro-me a trabalhos que tratam de pensamento feminista, examinando a circulação de teorias formuladas nos países “centrais” e sua relação com teorias “nativas” e as negociações necessárias para a produção de novo conhecimento, ancorado em problemáticas relevantes no Brasil (Beleli, Lopez e Piscitelli, 2003). E também a artigos que tratam de violência e contrabando/*smuggling* de migrantes brasileiras/os (Assis, 2008) e de famílias estrangeiras no Brasil, analisando identidades territoriais na diáspora (Jardim, 2007).

Vários textos remetem ao referencial pós-colonial para aludir à necessidade de pensar nas interseções entre categorias de diferenciação, em trabalhos que não têm necessariamente relação com circulações através de fronteiras nacionais (Braz, 2007). Outros utilizam aspectos para analisar a violência sexual em situações de guerra (Rial, 2007) ou para situar o posicionamento de jornalistas que escrevem sobre violência (Pereira, 2009).

Os demais artigos se concentram em dois conjuntos que analisam as articulações entre gênero, raça e sexualidade. Alguns trabalhos exploram as relações entre raça, sexualidade e gênero em diferentes locais e contextos nacionais (Moutinho e Carrara, 2010), mas parte significativa deles está centrada em aspectos da construção da nação (brasileira) e de seus símbolos. Esse conjunto de textos dialoga intensamente com a produção brasileira sobre relações raciais, uma vasta literatura na qual essas relações são consideradas elemento constitutivo da formação da nação. Essa produção é confrontada em leituras que mostram como não apenas raça, mas sua articulação com gênero e sexualidade participa na ordenação dos discursos construtores da nação. Isso inclui a análise de discursos sobre a mestiçagem centrados na relação entre brancos e índios, na qual a formação da nação dependeu da conquista do mundo selvagem,

9 Vale lembrar que o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, difundido em 2008, elaborado após a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasília, 2007) incorpora o termo interseccionalidade. A conceitualização utilizada segue alguns aspectos da formulação de Crenshaw, porém com algumas especificidades (Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, 2007; Piscitelli, 2012).

10 Nas revistas, o referencial teórico pós-colonial foi intensamente utilizado por autoras/es que trabalham com crítica literária e/ou estudos culturais voltados para a literatura, que não estou contemplando neste texto.

inclusive pela força sexual, justificando que os conquistadores se entregassem às “Evas nativas” (Souza, 2006). E inclui, sobretudo, as discussões sobre outras versões da construção da nação, que concedem destaque às relações entre negros e brancos, enfrentadas a partir da análise dos contatos afetivo sexuais entre essas “raças” (Moutinho, 2004) e na produção de símbolos nacionais como a mulata e o futebol (Corrêa, 1996; de Souza, 1996).

O segundo conjunto de textos trata de raça, gênero, classe e noções sobre nacionalidade em processos de exotização no marco de contatos transnacionais. Esses trabalhos analisam como no marco dos atuais processos migratórios de brasileiros as novas representações sobre o Brasil reelaboram conteúdos sobre o Brasil colonial. E o fazem feminizando o Brasil e sexualizando gênero, em processos relacionados com a história do imperialismo e do colonialismo e com processos mais contemporâneos relacionados à globalização, como o turismo internacional (Pontes, 2004). Nesses textos são analisadas as relações entre corpos femininos e o corpo da nação brasileira, na mídia brasileira e transnacional (Maia, 2012), e se estabelecem conexões entre as configurações de masculinidade de colonizadores e colonizados/as, que tendem a produzir a exotização em torno da mulher e a efeminação do homem colonizado (Beserra, 2007).

Esses artigos também tratam de aspectos da constituição de identidades negras entre integrantes da classe média brasileira, em contextos de mobilidade social (Figueiredo, 2004) e de movimentos de reafricanização, marcados por aspectos transnacionais, analisando, por exemplo, o *brau*, personagem masculino racializado que performa a hipersexualização atribuída a homens negros, em conexão com a cultura *funk-soul* estadunidense e um novo ideal de feminilidade negra, construído em oposição a estereótipos raciais sexuais, como a mulata, a empregada doméstica e a baiana do acarajé (Pinho, 2004).

Os dois conjuntos de textos compartilham o compromisso das perspectivas pós-coloniais com o combate à opressão como elemento que deve ocupar um lugar central na agenda de pesquisa. E vários também compartilham a preocupação das feministas pós-coloniais com as articulações entre gênero, raça e estratificações baseadas em noções de nacionalidade. Entretanto, a incorporação de elementos dessas teorias mostra aspectos sugestivos.

Alguns artigos citam autores pós-coloniais e vinculados aos estudos culturais. Outros citam feministas pós-coloniais e, finalmente, alguns trabalhos combinam uns e outras¹¹. Uma parte dos textos utiliza aspectos secundários da obra desses/

11 Os/as autores/as citados são diversos/as: Paul Gilroy, Anne Stoler, Gayatri Spivak, Inderpal Grewal, Caren Kaplan, Jacqui Alexander, Ella Shohat, Chandra Mohanty; Edward Said, Mary Louise Pratt, Trin Min-ha e, particularmente, Stuart Hall e Anne McLintock.

as autores/as. A definição de literatura de Edward Said, por exemplo, para justificar o trabalho com esse recorte. Outros/as autores/as trabalham com conceitos importantes dessas perspectivas (hibridismo¹², contradiscursos diaspóricos) para desafiar teorias que homogeneizam a cultura e compreender as configurações raciais do presente, explorando as linhas de poder que atravessam cenários locais e globais, em relações marcadas pela transnacionalização. Nesses trabalhos, a crítica ao processo de reprodução de conhecimento científico que trata os processos de transformação nas sociedades “não ocidentais” a partir de suas relações com o que se denominou “centro” (Costa, 2006) está centrada no conhecimento sobre relações raciais e mestiçagem no Brasil produzido por “nativos” e brasilianistas. Nessa leitura crítica são traçadas singularidades “nacionais”. Laura Moutinho (2004), na base do material trabalhado para analisar relacionamentos sexuais e casamentos inter-raciais, considera que classe no Brasil parece ser o modo no qual a raça é vivida, diferentemente da observação de Hall em relação ao Reino Unido, onde raça seria o modo no qual é vivida a classe.

Esses textos “aproveitam” elementos de teorias pós-coloniais, da antropologia clássica, de abordagens antropológicas mais recentes e eventualmente de outras disciplinas. Não se trata necessariamente de um desafio à construção do pensamento moderno europeu, mas de uma crítica à reelaboração desse pensamento (e de seus efeitos nas “minorias”) sobre o Brasil e no Brasil. Refiro-me aos pensadores que analisaram as relações raciais no Brasil em diferentes momentos, finais do século XIX e em diferentes décadas do século XX. Nessa crítica “convivem”, citados quase de maneira equivalente, representantes de diversas tradições antropológicas, inglesa e francesa, com antropólogos portugueses, feministas pós-coloniais e brasileiras, “modernos” e pós-estruturalistas.

Longe de mostrar um interesse por uma linha teórica “pura”, esses artigos misturam elementos criados em diversas perspectivas. A antropologia brasileira tem uma tradição de fazer antropologia “em casa”. Diferentemente de outros países com uma longa prática de estudar os “outros” em lugares distantes e, geralmente, subalternos, no Brasil ainda são relativamente poucos os estudos antropológicos realizados no exterior – o que não livra essa antropologia, claro, de produzir exotizações internas. Nesse marco, os referenciais teóricos pós-coloniais parecem adquirir sentido ao desafiar as definições de cultura nacional, com raízes coloniais formuladas em e sobre o Brasil e para compreender

12 Seguindo Stuart Hall na argumentação de que na era da globalização, para os que vivem nas novas diásporas, é inevitável renunciar ao sonho de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural perdida ou de absolutismo étnico.

como os processos de transnacionalização afetam identificações marcadas por gênero, raça, classe, sexualidade, regionalidade e/ou nacionalidade, no Brasil e em contextos migratórios no exterior. Entretanto, a perspectiva centrada nas mulheres, presente nos textos que utilizam referenciais teóricos pós-coloniais para discutir feminismos, se dilui em alguns desses artigos. Apesar de trabalhar com interseccionalidades numa abordagem política, em alguns textos o foco não está nos efeitos das relações de poder sobre as mulheres: as posições (diferenciadas) de homens, mulheres e portadores de outras categorias de “identidades” de gênero tendem a ser percebidas como efeito dos racismos imperantes no Brasil e no exterior.

Mercados do sexo e teorias pós-coloniais

Os mercados do sexo contemporâneos constituem um importante tema de análise para a crítica pós-colonial. Essa crítica aborda aspectos como: o caráter transnacional desses mercados, produto de uma divisão internacional do trabalho, na qual pessoas, sobretudo mulheres, das regiões pobres do mundo conformam uma força de trabalho extremamente desprotegida (Spivak, 1988); as noções de exotismo ancoradas no passado colonial que permeiam os movimentos de atravessar as fronteiras para consumir ou vender sexo (Kempadoo, 2000); a subalternização dessas mulheres e suas possibilidades de agência/*agency* (McKlintock, 1993)¹³ e o caráter dos discursos feministas que analisam esses mercados¹⁴ (Kempadoo e Doezema, 1998; Kempadoo, 2005; Doezema, 2001).

Nas revistas, os trabalhos sobre os mercados do sexo, presentes na década de 1990, se ampliam nas décadas seguintes. Nos anos 1990, trabalhos escritos predominantemente por antropólogas trataram da prostituição de rua, tomando como referência a atividade desenvolvida por mulheres e por adolescentes

13 Em 1993, McKlintock organizou uma seção especial do periódico acadêmico *Social Text* dedicada ao comércio sexual, que incluiu ensaios escritos por trabalhadoras sexuais, um procedimento considerado como uma ação política radical, pois pressupõe a legitimidade das ações das prostitutas. Esses textos, discutindo políticas de *agency*, de representação e do estabelecimento de alianças, desafiaram o estigma vinculado à prostituição.

14 Em finais da década de 1990 foi publicada outra coletânea notável, *Global Sex Workers*, organizada por Kamala Kempadoo, uma acadêmica, e por Jô Doezema, que nesse momento era uma trabalhadora sexual. O livro aprofunda o conceito de trabalho sexual e os aspectos legais vinculados a ele, prestando atenção à posição das trabalhadoras do sexo dos países do terceiro mundo nos mercados transnacionais do sexo num mundo globalizado. Os textos consideram o racismo presente nas estruturas e nos desejos que organizam indústrias do sexo e no imperialismo cultural que permeia os discursos internacionais sobre prostituição. E, situando-se no marco do pensamento feminista, desafiaram as perspectivas, também feministas, que percebem as trabalhadoras do sexo como vítimas passivas da violência sexual.

que moram na rua nas regiões centrais de Porto Alegre (Fonseca, 1996), São Paulo (Pasini, 2000) e Campinas (Franguella, 2000). A esses textos somam-se um par de artigos sobre turismo sexual em Salvador (Filho, 1996), explorando a maneira como essa problemática é tratada na mídia (Piscitelli, 1996).

A maior parte desses textos está baseada em etnografias. Neles são delineadas relações entre a vida na “batalha” e fora dela, são consideradas eventuais relações com a Aids, se explora como opera o estigma na vida das prostitutas e se analisa o efeito positivo das ações de organizações de prostitutas na diminuição da violência policial. Esses artigos também mostram preocupações pelos aspectos laborais, estabelecendo pontos de contato entre a prostituição e outras ocupações fora dos mercados do sexo, também no setor informal. Nesse sentido, embora não defendam a ideia de prostituição como trabalho, situam essa atividade no contexto da ampla precariedade laboral no Brasil.

Um dos aspectos interessantes dos artigos sobre mercados do sexo publicados na década de 1990 é que parecem desvinculados da discussão feminista sobre prostituição anglo-saxã, no marco do intenso debate sobre sexualidade (*sex wars*) desenvolvido nos Estados Unidos em finais da década de 1980 (Friedman, 1990). Nesses anos, os artigos sobre essa problemática publicados nas revistas, que não dialogam com essa discussão, consideram as relações de poder presentes em contextos de prostituição e turismo sexual, prestando séria atenção às margens de *agency* de mulheres e adolescentes.

Na década de 2000, os textos publicados nesses periódicos aumentam significativamente, num contexto marcado pela pressão de diferentes movimentos sociais (de homossexuais, travestis, transgêneros e de organizações de prostitutas) e por um debate público que manifesta uma séria preocupação pela maneira como a transnacionalização dos mercados do sexo afeta o Brasil, particularmente no que se refere ao turismo sexual e ao tráfico internacional de seres humanos.

Nesse momento, ecos indiretos do debate feminista sobre sexualidade, pornografia e prostituição marcam presença em textos de autores que trabalham em outros países (Espanha, México), considerando as motivações dos clientes de prostituição (Suarez e Freire, 2010) e o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual (Acharya y Stevanato, 2005). Na produção antropológica que discute essas problemáticas realizada no Brasil, porém, adquirem força perspectivas feministas afinadas com leituras pós-coloniais, principalmente as de Kamala Kempadoo (2005).

São artigos que discutem representações sociais da prostituição e sua relação com a prevenção da Aids no Brasil (Guimarães e Merchán Hamman, 2005)

e analisam as relações entre violência e erotismo tomando como referência o material vendido em *sex shops* alternativos (Gregori, 2003). Ao mesmo tempo, aumentam as análises que tratam aspectos do envolvimento de pessoas brasileiras nos mercados sexuais, situando-os num marco transnacional, analisando o turismo sexual heterossexual (Piscitelli 2002; 2005; Silva e Blanchette, 2005), a circulação de mulheres (Pasini, 2005; Piscitelli, 2013) e de travestis (Pelucio, 2005; Teixeira, 2008) que exercem a prostituição ou trabalham como dançarinas exóticas (Maia, 2010).

Nesse conjunto de trabalhos, as perspectivas são diversificadas. Vários desses artigos dialogam com autores vinculados à crítica pós-colonial e com feministas pós-coloniais. Frantz Fanon e Mahmood Mamdani são citados na análise da ideia de alteridade presente no turismo sexual no Rio de Janeiro, cidade vista pelos estrangeiros como imperfeita em relação à “normalidade” representada pelos seus lugares de origem e como “não ocidental” e “não branca”, situada, portanto, no universo da sensualidade e das emoções e não no âmbito das ideias e da razão. Chandra Mohanty é evocada para problematizar a percepção das mulheres “não ocidentais” como incapazes e infantis em discussões sobre prostitutas brasileiras na Espanha (Mayorga, 2011). Avtar Brah e Stuart Hall oferecem ferramentas teóricas para pensar na construção da identidade entre latino-americanas que trabalham na indústria do sexo no exterior, e há diálogos com Kamala Kempadoo discutindo a noção de exotização e os mitos de igualitarismo presentes nos países “ricos”, que atraem migrantes de regiões pobres para trabalhar nos mercados do sexo, e como essas noções estão presentes no âmbito do pornô bizarro no Brasil (Diaz Benitez, 2012). Finalmente, Anne McKlinton alimenta as discussões sobre a natureza do trabalho sexual e sobre a relevância de considerar a interseção entre categorias de diferenciação para tratar das relações de poder formadas e reguladas pela sexualidade.

Parte significativa dos textos sobre mercados do sexo escritos no Brasil na década de 2000, porém, não cita feministas pós-coloniais ou transnacionais, mas incorpora suas ideias através da leitura realizada por autoras brasileiras. Assim, citando produção realizada no país, alguns textos examinam a atualização de noções imperiais que atravessam o comércio sexual transnacional e o jogo de relativa incorporação e manipulação dessas ideias por parte das pessoas que oferecem serviços sexuais, na tentativa de deslocar-se de lugares subordinados. E vários desses textos seguem indiretamente formulações de feministas pós-coloniais, afirmando a relevância de considerar a prostituição como trabalho e rejeitando a fusão entre noções de prostituição e tráfico de mulheres.

Conclusão

Este texto, que lê apenas parte da produção feminista e sobre gênero realizada no Brasil, tem por objetivo contribuir na compreensão das críticas pós-coloniais, mostrando aspectos da circulação de autoras vinculadas a essas perspectivas, de mediações nessa circulação e de particularidades dessas traduções. Um dos pontos levantados a partir dessa leitura é a dificuldade de categorizar as pessoas que agem como mediadoras nos trânsitos dessas teorias. Etiquetas como as de feministas “em trânsito”, produção “nativa” ou “estrangeira” são claramente inadequadas. Entretanto, há diferenças na produção e também na aceitação das autoras que realizam esforços para considerar os trabalhos realizados no país.

Um segundo ponto está vinculado à maneira como são incorporados aspectos das críticas pós-coloniais e particularmente os feminismos pós-coloniais. Refiro-me, em primeiro lugar, à sua utilização para pensar em problemas que, em diferentes momentos, aparecem como cruciais para o feminismo e para a produção sobre gênero no Brasil. E, em segundo lugar, considero o fato de que parte significativa desse referencial é absorvida a partir de “traduções” realizadas por autoras que trabalham no Brasil

Finalizo reiterando o caráter parcial e preliminar deste texto e chamando a atenção para a importância de novas leituras das revistas que conformam o campo, seguindo diferentes caminhos. O que revelaria, por exemplo, um percurso que seguisse as influências mais marcantes de autoras/es brasileiras/os e estrangeiras/as nos textos antropológicos sobre feminismos e gênero realizados no Brasil?

Referências

- ACHARYA, Arun Kumar e STEVANATO, Adriana Salas. Violencia y tráfico de mujeres en México: una perspectiva de género, *Estudios Feministas* 13(3), 2005, pp. 507-525.
- ADELMAN, Miriam. Feminismo e pós-colonialidade: algumas reflexões a partir da teoria social e da literatura. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FABERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina Oliveira: *Leituras em rede, gênero e preconceito*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2007, pp. 391-415.
- ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. Entre nós as mulheres, elas as Patroas e elas as Empregadas. In ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira: A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo – As experiências de migrantes em viagens não autorizadas no mundo global. *cadernos pagu* 31, “Trânsitos”, 2008, pp. 219-250.

- AZEREDO, Sandra. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em psicologia. *cadernos pagu* 11, "Trajetórias do gênero, masculinidades...", 1998, pp. 55-66.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas* n. esp., 2004, pp. 203-216.
- BACCHETTA, Paola; CAMPT, Tina; GREWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren; MOALLEN, Minoo e TERRY, Jennifer: Por uma prática feminista transnacional contra a guerra. *Estudos Feministas* 9(2), 2001, pp. 353-358.
- BACELAR, J. A. *A família da prostituta*. São Paulo/Salvador, Ática/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismo revisitados. *Estudos Feministas* 3, 1995, pp. 458-463.
- BELELI, Iara, LOPES, Maria Margaret e PISCITELLI, Adriana. cadernos pagu, contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. *Estudos Feministas* 11(1), 2003, pp. 242-246.
- BELL, Vicki. Memória histórica, movimentos globais e violência. Uma conversa entre Paul Gilroy e Arjun Appadurai. *cadernos pagu* 16, "Desdobramentos do feminismo", 2001, pp. 289-319.
- BESERRA, Bernardete. Sob a sombra de Carmen Miranda e do carnaval: brasileiras em Los Angeles. *cadernos pagu* 28, "Querer", 2007, pp. 313-314.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *cadernos pagu* 26, "Diferenças em jogo", 2006, pp. 329-377.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. Macho versus Macho: um olhar antropológico sobre práticas homoeróticas entre homens em São Paulo. *cadernos pagu* 28, "Querer", 2007, pp. 175-207.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas* 8(2), 2000, pp. 91-108.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Estudos Feministas* 3(2), 1995, pp. 544-552.
- CASTRO, Mary. Gênero e poder. Leituras transculturais – Quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. *cadernos pagu* 16, "Desdobramentos do feminismo", 2001, pp. 49-79.
- CHAMBERS, Claire e WATKINS, Susan. Postcolonial feminism?. *The Journal of Commonwealth Literature* 47(3), 2012, pp. 297-301.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *cadernos pagu* 16, "Desdobramentos do feminismo", 2001, pp. 13-30.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *cadernos pagu* 6/7, "Raça e gênero", 1996, pp. 35-51.

- CORRÊA, Mariza. Mulher e família: um debate sobre a literatura recente. In: ANPOCS, *BIB, o que se deve ler em ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986-1990 (1984) (edição englobando *BIB* de n. 15 a n. 19).
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- COSTA, Albertina de Oliveira. O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. *Estudos Feministas* 16(1), 2008, pp. 131-132.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional de tradução: reflexões do campo. *Estudos Feministas* 11(1), 2003, pp. 254-265.
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo, revisitando os debates. *cadernos pagu* 19, "Crônicas profanas", 2002, pp. 59-90.
- COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. *cadernos pagu* 11, "Trajetórias do gênero, masculinidades...", 1998.
- COSTA, Claudia de Lima. O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *cadernos pagu* 2, "Sedução, tradição, transgressão", 1994, pp. 141-175.
- COSTA, Claudia de Lima e DINIZ, Alai Garcia. Entrevista Mary Louise Pratt. *Estudos Feministas* 7(1/2), 1999.
- COSTA, Sérgio: Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 21(60), 2006, pp. 117-183.
- CRANE, Diana. The gatekeepers of science, some factors affecting the selection of articles for scientific journals. *The American Sociologist*, nov. 1967, pp. 195-201.
- DIAZ BENITEZ, Maria Elvira: sexo com animais como prática extrema no pornô bizarro. *cadernos pagu* 38, 2012, pp. 241-279.
- DI GIOVANNI, Rosângela.. Projetos de vida: um estudo das representações femininas do aborto. Dissertação de mestrado, IFCH, Unicamp, 1983.
- DINIZ, Debora e FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil, uma análise da revista *Estudos Feministas*. *Estudos Feministas* 12, n° esp., 2004.
- DOEZEMA, Jô: "Ouch! Western Feminists". "Wounded Attachments" to the "Third World Prostitute". *Feminist Review* 67, 2001, pp. 16-38.
- FIGUEIREDO, Angela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. *cadernos pagu* 23, "Cara, cor, corpo", 2004, pp. 199-229.
- FILHO, Antônio Jonas Dias de. As mulatas que não estão no mapa. *Cadernos Pagu* 6, "Raça e gênero", 1996, pp. 51-67.

- FONSECA, Claudia. A dupla carreira de mulher prostituta. *Estudos Feministas* 7, 1996, pp. 7-33.
- FRANGUELLA, Simone. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. *Cadernos Pagu* 14, "Corporificando gênero", 2000, pp. 201-135.
- FRIEDMAN, Estelle e THORNE, Barrie. Introduction to the feminist sexuality debates. *Signs* 10(11), 1984, pp. 102-135.
- FRY, P. H. *Para inglês ver: identidade e cultura na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa. Prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- GIACOMINI, Sonia. Beleza mulata e beleza negra. *Estudos Feministas*, n. esp., 2º sem. 1994, pp. 217-227.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, Rio de Janeiro, 28, 2º sem. 1989, pp. 1-112.
- GOMES, Nilma. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade, *cadernos pagu* 5/6, "Raça e gênero", 1996, pp. 67-82.
- GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. *cadernos pagu* 20, "Erotismo: prazer, perigo", 2003, pp. 87-121.
- GREGORI, Maria Filomena. Estudos de Gênero no Brasil: comentários críticos. In: Sérgio Miceli. (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, v. 1, p. 223-235
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas, um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, Miriam. Discours sur les femmes battues: représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, Universidade de Paris V, 1988.
- GRUPO DAVIDA. Prostitutas, "traficadas" e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o tráfico de seres humanos. *cadernos pagu* 25, "Mercado do sexo", 2005, pp. 153-185.
- GUIMARÃES, Katia e MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos Feministas* 13(3), 2005, pp. 525-543.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Brasília, Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999.

- HEILBORN, Maria Luiza e BARBOSA, Regina. Sexuality Research Training in Brazil. In: DI MAURO, Herdt e PARKER, Richard. *Handobook of Sexuality Training Initiatives*. New York, Social Science Research Council, 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza. Visão de mundo e *ethos* em camadas médias suburbanas. *Anuário Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1984, p. 88-99.
- HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. *Estudos Feministas* 17(1), jan.-abr. 2009, pp. 215-241.
- JARDIM, Denise Fagundes. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. *cadernos pagu* 29, “Repensando relações familiares”, 2007, pp. 193-225.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *cadernos pagu* 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 55-79.
- KEMPADOO, Kamala. Gender, Race and Sex: Exoticism in the Caribbean. In: *I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença*. Bahia, 2000.
- KEMPADOO, Kamala e DOEZEMA, Jô. *Global Sex Workers. Rights, Resistance, and Redefinition*. New York, Routledge, 1998.
- KOFES, Maria Suely: Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas, in: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LOPES, Maria Margaret e PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo dos estudos de gênero: um olhar desde as margens (em colaboração com Maria Margaret Lopes). *Estudos Feministas* 12, set.-dez. 2004, pp. 115-122.
- MAC RAE, Edward. O militante homossexual no Brasil da abertura. Tese de Doutorado, Ciência Social e Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 1986.
- MACKINNON, Catherine. Marxism, feminism and the State: toward feminist jurisprudence. *Signs* 7(5), 1982, pp. 515-544.
- MAIA, Susana. Sedução e identidade nacional: dançarinas eróticas brasileiras no Queens, Nova York. *Estudos Feministas* 17(3), 2009, pp. 769-797.
- MAIA, Susana. Identificando a branquidade inominada: corpo, raça e nação nas representações sobre Gisele Bündchen na mídia transnacional. *cadernos pagu* 38, 2012, pp. 309-341.
- MALUF, Sônia Weidner: Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. *Estudos Feministas* 12, n. esp., 2004, pp. 235-245.
- MALUF, Sônia Weidner e COSTA, Claudia Lima. Feminismo fora do centro, entrevista com Ella Shohat. *Estudos Feministas* 9(1), 2001, pp. 147-163.
- MAYORGA, Claudia. Cruzando fronteiras. Prostituição e migração. *cadernos pagu* 37, 2011, pp. 323-355.

- MAZZARIOL, Regina. “Mal necessário”: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Dissertação de mestrado, PPGAS, Unicamp, 1976.
- MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial. Raça, travestismo e o culto da domesticidade. *cadernos pagu* 20, “Erotismo: prazer, perigo”, 2003, pp. 7-85.
- MCKLINTOCK, Anne. Sex Workers and Sex Work. Social Text, n° 37. A Special Section Edited by Anne McKlintock Explores the Sex Trade, Winter, 1993.
- MCCLINTOCK, Anne. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term “Post-Colonialism”, Social Text, n° 31/32, Third World and PostColonial Issues, 1992, pp. 84-98.
- MELONI, Mariana. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. *cadernos pagu* 21, “Olhares alternativos”, 2003, pp. 103-131.
- MISKOLCI, Richard e SIMÕES, Julio. Apresentação. *cadernos pagu* 28, “Querer”, 2007, pp. 9-18.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes. In: MOHANTY, Chandra Talpade, RUSSO, Ann e TORRES, Lourdes. *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington, Indiana University Press, 1991, pp. 51-81.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas, Ed. IFHC, Unicamp, 1996.
- MOORE-GILBERT, Bart. *Postcolonial Theory, Contexts, Practices, Politics*. London, Verso, 1997.
- MOUTINHO, Laura. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma compração entre Brasil e África do Sul. *cadernos pagu* 23, “Cara, cor, corpo”, 2004, pp. 55-88.
- MOUTINHO, Laura e CARRARA, Sérgio. Apresentação ao dossiê raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais. *cadernos pagu* 35, 2010, pp. 9-35.
- MUFTI, Aamir e SHOHAT, Ella. Introduction. In: MCKLINTOCK, Anne, MUFTI, Aamir e SHOHAT, Ella (Eds.). *Dangerous Liasons, Gender, Nation and Postcolonial Perspectives*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997.
- PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. *cadernos pagu* 14, “Corporificando gênero”, 2000, pp. 181-201.
- PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. *cadernos pagu* 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 185-217.
- PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. *cadernos pagu* 14, “Corporificando gênero”, 2000, pp. 181-201.
- PELUCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. *cadernos pagu* 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 217-249.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Estudos Feministas* 17(2), ago. 2009, pp. 485-505.

- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *cadernos pagu* 23, "Cara, cor, corpo", 2004, pp. 89-121.
- PISCITELLI, Adriana. Viagens e sexo on-line: a internet na geografia do turismo sexual. *cadernos pagu* 25, "Mercado do sexo", 2005, pp. 281-327.
- PISCITELLI, Adriana. Exotismo e autenticidade, relatos de viajantes à procura de sexo. *cadernos pagu* 19, "Crônicas profanas", 2002, pp. 195-233.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In: MILSKOLCI, Richard e PELÚCIO, Larissa (Orgs.). *Discursos fora da ordem. Sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo, FAPESP/Annablume, 2012, pp. 199-227.
- PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical. Comentários sobre gênero, "raça" e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira. *cadernos pagu* 6/7, "Raça e gênero", 1996.
- PISCITELLI, Adriana. Histórias que as histórias de amor contam: mulheres, rebeldia e casamentos. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Rebeldia e submissão. Estudos sobre a condição feminina*. São Paulo, Vértice, 1989.
- PONTES, Heloisa. Do palco aos bastidores. O SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1986.
- PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *cadernos pagu* 23, "Cara, cor, corpo", 2004, pp. 229-257.
- RIAL, Carmem. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. *Estudos Feministas* 15(1), jan.-abr. 2007, pp. 107-122.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas* 16(3), set.-dez. 2008, pp. 987-1004.
- SANTOS, Maria Cecília Mac Dowell. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa "não-inocente" com Donna Haraway. *cadernos pagu* 5, "Situando diferenças", 1995, pp. 43-72.
- SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *cadernos pagu* 16, "Desdobramentos do feminismo", 2001.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres re-escrevendo a nação. *Estudos Feministas* 8, 1º sem. 2000, pp. 84-96.
- SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Estudos Feministas* 12, n. esp., 2004, pp. 17-22.
- SCHMIDT, Simone Pereira. A seção *Debates em revista*: práticas feministas de tradução. *Estudos Feministas* 16(1) [online], 2008, pp. 117-122.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Brasília 2008;

- disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf>; acesso em jan. 2011.
- SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno de identidade, *cadernos pagu* 23, “Cara, cor, corpo”, 2004, pp. 11-55.
- SHOHAT, Ella. A vinda para América, reflexões sobre a perda de cabelos e de memória. *Estudos Feministas* 10(1), 2002, pp. 99-116.
- SILVA, Alice I. de O. Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Rebeldia e submissão. Estudos sobre a condição feminina*. São Paulo, Vértice, 1989.
- SILVA, Anna Paula e BLANCHETTE, Thaddeus. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *cadernos pagu*, 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 249-281.
- SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Estudos Feministas* 14(1), jan.-abr. 2006, pp. 61-83.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty: Three women’s texts and a critique of imperialism. *Critical Inquiry* 12(1), out. 1985, pp. 243-261.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary e GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the Interpretation of Culture*. London, McMillan, 1988, pp. 271-313.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Literatura. *cadernos pagu* 19, “Crônicas profanas”, 2002, pp. 9-55.
- SOUZA, Candice Vidal de. Brasileiros e brasileiras, gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. *cadernos pagu* 6/7, “Raça e gênero”, 1996, pp. 83-108.
- SOUZA, Marcos Alves de. Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro. *Cadernos Pagu* 6/7, “Raça e gênero”, 1996, pp. 109-153.
- STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). In: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- SUAREZ, Agueda Gómez e FREIRE, Silvia Pérez. Prostitución en Galicia: clientes e imaginarios femeninos. *Estudos Feministas* 18(1), 2010, pp. 121-140
- TEIXEIRA, Flávia. L’Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. *cadernos pagu* 31, “Trânsitos”, 2008, pp. 275-308.
- THAYER, Millie. Feminismos viajantes: da mulher/corpo à cidadania de gênero. *Cadernos Pagu* 12, “Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX”, 1999, pp. 203-249.
- VELHO, Lea. A ciência e seu público. *Transinformação* 9(3), set.-dez. 1997, p. 15-32.

VESSURI, H. M. C. La revista científica periférica. El caso de Acta Científica Venezolana. *INTERCIENCIA* 12(3), maio-jun. 1987, pp. 124-134.

Recebido em: 16/04/2013

Aceito em: 04/06/2013

Como citar este artigo:

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 377-404.

A igualdade não faz o meu gênero — Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil¹

Leandro Colling²

Resumo: Neste texto, reflito sobre a adoção das políticas das diferenças para a elaboração, a execução e a avaliação das políticas para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil hoje. Para fazer isso, evidencio os limites do uso do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades LGBT no país e como isso tem gerado problemas para o avanço nas ações de combate aos preconceitos.

Palavras-chave: políticas; sexualidades; gêneros; estudos *queer*.

I'm not about equality – In defense of the politics of difference towards respect for sexual and gender diversity in Brazil

Abstract: In this paper, I analyze the adoption of politics of difference in the conception, execution and evaluation of policies promoting respect for sexual and

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada em minha exposição no II Curso de Introdução à Política e Teoria Queer, realizado de 23 a 27 de janeiro de 2012 na Universidade Federal da Bahia, Salvador. Agradeço as colaborações dos participantes do curso, em especial a Gilmaro Nogueira, e aos pareceristas desta revista, que em muito colaboraram para a melhoria do trabalho.

2 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador – Brasil
– leandro.colling@gmail.com

gender diversity in Brazil at present. In such defense, I intend to evidence the limits in utilizing the paradigm of equality and affirmation of LGBT identities in the country and how that has created problems to the advancement of actions against prejudice.

Keywords: policies; sexualities; gender; queer studies.

“[...] se poderia dizer que todo meu trabalho gira ao redor desta questão: o que é o que conta como uma vida? E de que maneira certas normas de gênero restritivas decidem por nós? Que tipo de vida merece ser protegida e que tipo de vida não?” (Judith Butler, in Birulés, 2008).

Introdução

“Como ela pode dizer que é mulher se continua com um negócio desse tamanho no meio das pernas?” Quem deve ter o direito de trocar de nome e de gênero em sua carteira de identidade? Por que no Disque 100 do governo federal a pessoa só pode se identificar como sendo do sexo masculino ou do sexo feminino e homossexual, bissexual ou heterossexual? Por que tanta briga e tanta confusão quando determinados segmentos do movimento LGBT reivindicam as especificidades dos seus “marcadores sociais da diferença”³? Por que sequer as diversas identidades aglutinadas na sigla LGBT⁴ não conseguem se unir?

3 A expressão tem sido utilizada nos estudos para se referir a todas as especificidades que constituem as nossas identidades, por exemplo ser negra (“raça”/etnia), pobre (classe), moradora da periferia (território onde vive), doméstica (trabalho), adolescente (faixa etária) etc. Sobre o conceito de marcadores sociais da diferença, ver Simões (2011: 170). Entre outras coisas, ele diz: “Quando se pensa em marcadores da diferença, evocam-se estes recortes transversais que produzem não só a diversidade, mas também a hierarquia e a desigualdade ‘no interior’ da suposta ‘comunidade imaginada’ LGBT. Mas não se deve pensar tais marcadores de raça, gênero e sexualidade como se fossem experiências distintas e isoladas ou constituíssem uma espécie de lista de itens a ser checados. Como lembra Anne McClintock (2010: 19), ‘[...] não podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um lego. Não, eles existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito’. Não se trata, portanto, de calcular uma somatória de opressões. Trata-se, antes, de enfatizar que os processos de constituição de sujeitos não implicam apenas sujeição a um poder soberano, mas subjetivação, no sentido de oferecer possibilidades de ‘identificação’ e ‘reconhecimento’. Assim, como bem notou Piscitelli, os marcadores de diferença (e, simultaneamente, de identidade) ‘[...] não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes: eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação’ (PISCITELLI, 2008), e que se expressam em formas variadas de negociação, resistência, mimese, recusa, compromisso e rebelião”.

4 Vou usar neste texto a sigla LGBT, como o movimento social a usa, mas eu prefiro uma sigla maior, como LGBTTTTIQ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos e *queer*). Espero que o meu texto possa justificar a razão da minha proposta.

Por que determinados movimentos sociais não conseguem se unir, ainda que temporariamente, e descobrir as discriminações que atravessam todos ou pelos menos determinados grupos de pessoas subalternizadas?

Essas e outras várias perguntas me acompanham há vários anos e ficaram ainda mais insistentes desde o dia 30 de março de 2011, quando fui empossado para integrar o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (que a partir de agora chamarei de Conselho Nacional LGBT), no qual ocupei uma vaga concedida para a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

A primeira e a segunda questão que abrem este texto eu ouvi na última Conferência Estadual LGBT da Bahia e as demais formulei a partir das minhas leituras e observações junto ao Conselho Nacional LGBT. Não tenho respostas conclusivas para todas as perguntas acima, mas vou esboçar algumas possibilidades, sem receio de parecer programático-prescritivo, ainda que esta não seja a intenção. Farei isso para defender as políticas das diferenças para a elaboração, a execução e a avaliação das propostas que objetivam o respeito à diversidade sexual e de gênero em nosso país.

Para isso, ao apontar os limites do paradigma da igualdade e do uso exclusivo da afirmação das identidades LGBT, evidenciarei como muitos movimentos que se consideram progressistas e libertários são conservadores em relação a alguns aspectos das sexualidades e dos gêneros. Optei por não dividir o artigo entre parte teórica e parte analítica, embora em alguns trechos apareçam mais as reflexões de pessoas que estudam os temas em questão. Usarei as minhas observações, interferências e experiências como ex-integrante do Conselho Nacional LGBT para analisar o meu próprio trabalho, as ações e os discursos das demais pessoas que constituem o órgão. A proposta é apontar os desafios e rumos do movimento social LGBT no Brasil na atualidade.

Igualdades e diferenças

A maioria dos movimentos sociais, no Brasil e no exterior, usou e ainda usa como estratégia fundamental para conquistar direitos o que chamo aqui, seguindo vários autores/as, a exemplo de Joan W. Scott (2005), de paradigma da igualdade e da afirmação das identidades. Ativistas defendem que todas as pessoas são (ou deveriam ser) iguais e, por isso, devemos ter direitos iguais.

Os problemas começam a aparecer com o que vem acoplado ao discurso e às práticas políticas em torno desse paradigma da igualdade, que muitas vezes acaba, com a melhor das intenções, sendo reducionista e excludente.

Isso porque somos iguais em alguns aspectos (somos seres humanos, embora nem todos sejam considerados como tais, pois as pessoas em geral trabalham com graus muito diferenciados de humanização), mas somos diferentes em milhares de outros. Aí está uma das principais razões da reivindicação por direitos específicos, que contemplem as particularidades de cada subgrupo. Ou seja, determinadas pessoas percebem que precisam de políticas especiais porque as suas realidades e identidades não são exatamente iguais às demais.

Outra estratégia fundamental usada pela maioria dos movimentos, e que está muito ligada com os discursos em torno da igualdade, é a afirmação das identidades e o uso do essencialismo estratégico⁵ que acompanha as suas práticas políticas. Ativistas e pesquisadores, em geral, defendem que um grande grupo de pessoas deve ter e afirmar a mesma identidade, que todas devem se identificar com as mesmas características que seriam inerentes a tal identidade.

Se, por um lado, no Brasil essa estratégia já rendeu conquistas para determinados grupos subalternizados⁶ (negros e mulheres, por exemplo, conquistaram a lei que criminaliza o racismo, o sistema de cotas e a Lei Maria da Penha), por outro lado também criou exclusões. De quem? Das pessoas que são discriminadas mas que não se identificam exatamente com todas as características atribuídas a quem pode afirmar e desfrutar de determinada identidade coletiva.

E essa percepção gera consequências diretas. Por exemplo, quando uma travesti diz que outra trans não pode reivindicar a identidade de mulher é porque, para ser mulher e ter uma identidade feminina, é preciso preencher uma série de requisitos. Quem não preenche todas essas características, mesmo dizendo que se identifica como mulher, não é respeitada como tal.

De forma muito sintética e incompleta, tentarei demonstrar neste artigo que as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades, quando ligadas ao campo das sexualidades e dos gêneros, via de regra apresentam as seguintes características no Brasil: 1) apostam quase que exclusivamente na conquista de marcos legais; 2) praticamente não possuem ações que combatam os preconceitos através do campo da cultura; 3) explicam a sexualidade e as identidades de gênero dentro de uma perspectiva que, a rigor,

5 “Termo cunhado por Gayatri Spivak para se referir à adoção de uma prática política fincada na ficção naturalizante das identidades apenas como meio para a obtenção de direitos” (Miskolci, 2011: 49).

6 Utilizo subalternizado para enfatizar o caráter social e histórico da subordinação, assim como para enfatizar o caráter dinâmico das relações de poder. Trata-se de noção de origem gramsciana que compreende as relações de poder de forma menos binária do que as adeptas de termos como opressão. Gramsci atentava para o fato de que subalternizados – muitas vezes – contribuem para a hegemonia política dos grupos dominantes. Vertentes de reflexões pós-1960, chamadas por alguns de saberes subalternos, disseminaram o uso dessa forma de compreensão das dinâmicas de poder na sociedade contemporânea.

flerta ou adere com a ideia de que há apenas dois gêneros (masculino e feminino), duas orientações sexuais (homossexual e heterossexual) e de que tanto os gêneros quanto as orientações sexuais são “naturais” ou até gerados por componentes biológicos/genéticos; 4) através da afirmação das identidades, forçam todas as pessoas não-heterossexuais a se enquadrar em uma das identidades LGBT; 5) a sua luta política é centrada na defesa da homossexualidade, dentro de uma perspectiva de respeito ou tolerância à diversidade, em vez de numa problematização da ordem cultural e política que é apenas chamada a “tolerar” aqueles que ameaçam sua hegemonia (Miskolci, 2012: 27).

Nem sempre todas essas características são encontradas em um mesmo movimento, grupo ou discurso de uma liderança, e alguns deles/as, considerados/as mais “avançados/as”, aderem às perspectivas teóricas que explicam o gênero e a sexualidade como construções culturais.

Já as políticas da diferença, ainda pouco exploradas no Brasil, possuem as seguintes características, entre outras: 1) priorizam as estratégias políticas através do campo da cultura, em especial através de produtos culturais, pois os/as ativistas entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é mais produtiva; 2) criticam a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando essas estratégias e esses marcos reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros; 3) explicam a sexualidade e os gêneros para além dos binarismos, com duras críticas às perspectivas biológicas, genéticas e naturalizantes; 4) entendem que as identidades são fluidas e que novas identidades podem ser criadas e recriadas permanentemente; 5) a sua luta política é centrada “na crítica aos regimes de normalização” (Miskolci, 2012: 27), dentro da perspectiva da diferença e não da diversidade.

Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o Outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados/as na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará (Miskolci, 2012: 15 e 16).

Em vez de entender a sexualidade e o gênero como construções culturais, a perspectiva teórica e política da diferença, que une movimentos, ativistas e pesquisadores/as, é desconstrucionista.

A afirmação das identidades não foi uma estratégia criada sem justificativas. Os movimentos perceberam, acertadamente, que um primeiro passo da luta era e continua a ser, em alguns contextos, melhorar a autoestima das pessoas e elaborar um discurso sobre, afinal, quem cada movimento está representando. Ou seja, não defendo aqui que a afirmação das identidades não foi ou ainda permanece importante. As questões são outras: precisamos apenas trabalhar com a afirmação das identidades? E apenas com as que já temos? Não podemos fazer uma combinação de estratégias? Dialogando com Scott (2005: 22), será mesmo que “a tensão entre identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvida”?

Não pretendo substituir um paradigma por outro. Isso não mudaria o curso do rio. Além disso, não trabalho com a ideia dicotômica do “ou igualdade ou diferença”, em certo sentido muito presente em vários trabalhos que já discutiram o tema, a exemplo de Scott (2005). Sugiro que as políticas das diferenças não anulam ou negam as nossas igualdades, nem nos tornam mais divididos. Pelo contrário, elas podem nos dar pistas de como podemos nos enxergar nas demais diferenças, em como podemos nos unir em prol do respeito às nossas diferenças, que não cessam de ser criadas, modificadas.

Seguindo reflexões próximas a Beatriz Preciado (2011) e sua noção de multidiões *queer*, penso que nas políticas das diferenças os cruzamentos, trânsitos, mudanças, recriações estão sempre sendo incentivados e verificados na prática cotidiana. Para enxergar e aceitar as diferenças precisamos estar abertos para ver que as pessoas diferentes não podem ser divididas entre binarismos e dicotomias. Não temos um conjunto pequeno de diferenças. Por isso, no campo das sexualidades e dos gêneros, em específico, existem variadas formas de sermos heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexos, homens e mulheres. Como podemos dizer então que somos todos iguais, reunidos em torno de número pequeno de identidades? Os pensamentos binários, muito utilizados, tentam a todo custo trabalhar apenas com duas categorias, como se elas fossem, inclusive, absolutamente puras.

Razões das diferenças

No campo das sexualidades e dos gêneros, em específico, por que o binarismo não dá conta de explicar e contemplar o quanto somos diferentes? Vou acionar algumas das considerações de Judith Butler (2002, 2003 e 2008) para responder a essa questão:

- 1) Existem mais do que dois gêneros. Algumas pessoas concordam com esse argumento e alegam que existem as pessoas transexuais e travestis, que explicitamente, em alguns casos, preferem ficar no trânsito entre os gêneros. Trata-se de uma justificativa válida, mas se ficarmos apenas nela quem não faz parte do segmento trans continuará pensando que o seu gênero é puro. Porém, na prática, cada pessoa é influenciada por características das outras, o que gera uma variedade de combinações em todas as identidades, inclusive no campo das sexualidades e dos gêneros. Um homem, por mais másculo que seja, possui algo do gênero feminino, e vice-versa. Isso gera uma variedade de combinações, ou seja, existem tantos gêneros quanto nossa criatividade tiver condições de produzir. Esse é um excelente argumento para aproximar as pessoas ao evidenciar os seus diversos e diferentes trânsitos identitários. Ou seja, sugiro que se o heterossexual compreender e aceitar a constatação de que ele também é um pouco trans a tendência é que diminua a resistência às políticas específicas para o segmento trans. Para produzir isso, portanto, precisamos problematizar as heterossexualidades também e não apenas tratar e afirmar as identidades das homo, lesbo, bi, trans e intersexualidades.
- 2) Sexo/biologia/natureza/órgão sexual, entendidos aqui como a materialidade dos corpos, não determinam os gêneros das pessoas. Várias pessoas nascem com determinadas características corporais e não se identificam com o gênero que a sociedade exige para aquele corpo. Ou seja, não existe nenhuma garantia de que alguém com genitália considerada masculina ou feminina será do gênero que a maioria entende como compatível com aquele órgão/corpo. O que existe é uma norma hegemônica que obriga, a todo custo e através de muita violência, que exista uma coerência entre a materialidade do corpo e o gênero. Por exemplo, muitas feministas e demais pessoas militantes, ainda hoje, mesmo usando o conceito de gênero, trabalham dentro de uma perspectiva reducionista e excludente, pois não aceitam que alguém com genitália atribuída ao sexo masculino possa ser identificada ou se identificar como uma mulher⁷. Esse discurso é o mesmo que estava influenciando a fala da nossa delegada na conferência da Bahia, autora da primeira pergunta que abre este artigo, que questionou como uma pessoa “com um negócio desse tamanho do meio das pernas” pode reivindicar uma identidade feminina.

7 Sobre a defesa de um feminismo com pênis, ver Bento (2011).

- 3) Corpo também é construído culturalmente. Não existe corpo antes da linguagem. Esse argumento gerou muito debate entre Butler e as pessoas influenciadas pela obra de Simone de Beauvoir, autora da célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Butler desconstrói essa frase ao defender, entre outras coisas, que ela pressupõe que exista um momento em que o corpo de uma pessoa considerada homem ou mulher não tenha sido homem ou mulher. O argumento é que as normas das sexualidades e dos gêneros incidem sobre nós desde o momento em que identificam qual é o nosso “sexo biológico”. Na atualidade isso ocorre, muitas vezes, através da ultrassonografia, quando o bebê ainda está em gestação. A partir desse momento, diz Butler, passam a incidir todas as normas sobre o indefeso feto ainda em formação. Nome e vestuário são escolhidos e, obviamente, todos partem do pressuposto de que o bebê é e será heterossexual. Portanto, já nascemos sendo considerados homens ou mulheres, com gênero e orientação sexual, tudo realizado de forma compulsória, sem direito para a livre escolha. Desde sempre o corpo é preenchido de discurso, que carrega todas as normas que incidem sobre todas as pessoas⁸.
- 4) Além de exigir uma linha coerente entre o “sexo biológico” e o gênero, as normas também exigem que as pessoas desejem uma outra pessoa considerada do sexo e do gênero oposto e ainda pratiquem esse desejo de uma determinada forma bem restrita. Isso permite a Butler dizer que a sociedade exige uma linha coerente entre sexo – gênero – desejo e prática sexual. No entanto, além de muitas pessoas terem determinada genitália e não se identificarem com o gênero atribuído a ela, algumas desejam e não praticam ou praticam e não desejam o sexo com os/as parceiros e/ou parceiras. E não estou me referindo apenas aos homossexuais, mas também a alguns daqueles que se identificam como heterossexuais. Os garotos de programa, por exemplo, que se identificam como heterossexuais, muitas vezes praticam sexo com pessoas do mesmo sexo e não o desejam. Nos depoimentos existentes em entrevistas e etnografias, é comum eles dizerem que desejam o dinheiro dos clientes. Outro exemplo: quantos homens e mulheres transam com pessoas do sexo oposto sem desejar, mas por uma imposição social? E outra pergunta, mais complexa, realizada por Butler (2003): a prática sexual entre um homem e uma mulher heterossexual é

8 Muitas vezes esse argumento é criticado sob a alegação de que então tudo é discurso e que assim Butler desconsiderou a materialidade dos corpos. Considero que a muitas dessas críticas Butler tenha respondido em *Cuerpos que importan*. Pretendo escrever sobre esse debate em outro texto.

necessariamente heterossexual? Nem sempre, porque não sabemos o que o homem ou a mulher projeta e fantasia no outro e/ou na outra. Quantos homens se apaixonam por mulheres masculinizadas e projetam e fantasiam nelas os seus desejos homoeróticos? E as mulheres que penetram, com ou sem próteses, os seus homens? Que prática sexual é essa? Heterossexual? Homossexual? Bissexual? Essas três categorias não dão conta da variedade de práticas sexuais existentes no mundo.

Enfim, existe uma matriz heterossexual que exige a linha coerente entre sexo – gênero – desejo – prática sexual, mas inúmeras pessoas não seguem essa norma. Quanto mais a pessoa foge dessa linha, mais violência ela sofre, pois as demais pessoas estarão a postos para fazer que o sujeito “entre nos trilhos”. Essa linha coerente é o motor da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade⁹. Se quisermos o respeito à diversidade sexual e de gênero, será fundamental desconstruir essa linha coerente. No entanto, as pessoas que utilizam apenas o paradigma da igualdade, a afirmação das identidades e os binarismos muitas vezes, intencionalmente ou não, acabam exigindo que todas as pessoas sigam essa linha e se adaptem à heteronormatividade para que seus direitos sejam conquistados. Tentarei a seguir explicar como isso ocorre “na prática”.

As respostas

Voltarei agora para as perguntas do primeiro parágrafo do texto para apontar como o uso exclusivo do paradigma da igualdade e a afirmação das identidades e seus desdobramentos incidem nos debates sobre a elaboração, a implantação e a avaliação das políticas em prol da diversidade sexual e de gênero.

Para boa parte das pessoas ativistas, existem aquelas pessoas que possuem gênero e aquelas que possuem identidade de gênero. Isso aparece em documentos oficiais dos governos, inclusive do próprio Conselho Nacional LGBT. Pode

9 Ainda vivemos em um período histórico em que a heterossexualidade é compulsória, mas, pelo menos, na maioria dos países ocidentais, ela não é mais considerada um crime ou uma doença. Esse foi o período em que a obrigação de ser heterossexual se mostrou mais forte e compulsória. Hoje, esse período nos deixou como herança a heteronormatividade, que incide sobre todos, sejamos heterossexuais ou não. Para Spargo, a heteronormatividade “especifica a tendência no sistema ocidental contemporâneo referente ao sexo-gênero de considerar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de conduta social como desvios dessa norma” (Spargo, 2004: 86). Pino conceitua a heteronormatividade como o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo” (Pino, 2007: 160). Para mais reflexões sobre as diferenças entre heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, ler Miskolci (2012).

parecer um detalhe tolo, mas essa compreensão replica em uma série de outras políticas, ações e compreensões sobre a nossa área. Quem tem gênero seria aquela pessoa cujo gênero é compatível com a materialidade do seu corpo (genitália). De forma mais direta: teria gênero o homem que tem pênis e a mulher que possui uma vagina desde o dia do nascimento. Se o órgão sexual foi construído em cirurgia, essa pessoa não teria gênero. As pessoas que possuem identidade de gênero seriam aquelas que possuem determinado corpo que, pela lógica da heteronormatividade, não segue a linha coerente entre o órgão sexual (aqui entendido como pênis ou vagina) e o gênero (masculino ou feminino, homem ou mulher). Assim, travestis e transexuais possuem identidade de gênero. Heterossexuais, *gays* masculinizados e lésbicas femininas possuem gênero!

Ora, o que pretendi evidenciar e problematizar é que todas as pessoas têm identidades de gênero, distintas entre si, sejam quais forem os seus atributos corporais. Por imposição, desde sempre o nosso corpo tem um gênero que é atribuído pelo contexto social e cultural. Por acreditar que o gênero é determinado pela materialidade do corpo, ninguém que possui “um negócio desse tamanho no meio das pernas” poderá ser considerada ou se considerar uma mulher.

O mesmo ocorre em quem deve ter o direito de trocar de nome e gênero em sua carteira de identidade. Na Conferência LGBT do Estado da Bahia esse debate também ocorreu. Um grupo defendia que as pessoas que possuem um laudo médico que atesta a transexualidade já poderiam ter o direito de trocar de nome e gênero nos documentos. Outros diziam que isso poderia ser feito apenas após a completa cirurgia de “mudança de sexo”. Diversos estudos, a exemplo do de Berenice Bento (2011), evidenciam que existem várias pessoas transexuais que não desejam fazer todos os procedimentos cirúrgicos e ainda assim se identificam como transexuais.

Muitas pessoas transexuais se contentam em apenas retirar ou colocar mamas, tomar hormônios para ter ou não ter pelos no corpo, mas querem conviver com suas genitálias, ainda que muitas vezes não sintam prazer com elas. Essas pessoas ficam fora dessas políticas porque não atendem às características do que é ser uma ou um “transexual de verdade”, categoria, como bem aponta Bento (2011), criada pelo discurso médico, que ainda considera a transexualidade uma doença. Esse discurso foi assimilado pelo movimento trans em nome do direito de fazer o processo transexualizador através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar disso, cresce em vários locais a luta pela despatologização das identidades trans, bandeira que ainda não foi abraçada oficialmente pelo movimento LGBT brasileiro. Ao contrário do que se pensa, a despatologização não precisa pressupor, necessariamente, a retirada do direito da cirurgia gratuita através

do SUS. Conforme defende o manifesto *Transexualidade não é doença!* Pela retirada da transexualidade do DSM e do CID! (2010: 267). A despatologização da transexualidade não significa estar de acordo com a ideia de que os Estados sejam excluídos do financiamento integral de todo o processo transexualizador. Despatologizada a transexualidade, é dever dos Estados assegurar os meios práticos para garantir a assistência à saúde dessa população. Defendemos o acesso universal e igualitário aos padrões máximos de saúde e bem-estar. Esse é um direito inalienável de todo cidadão e toda cidadã. Uma falsa polêmica foi estabelecida com base na tese de que se a transexualidade fosse retirada do DSM e do CID os Estados poderiam ter argumentos para não financiar o processo transexualizador. Se há pessoas que desejam fazer a cirurgia de transgenitalização porque desse modo, por sua própria vontade, adequariam seu corpo à sua identidade de gênero, é dever dos Estados garanti-la.

Outro problema gerado pelo pensamento binário no tocante às sexualidades é a exclusão completa das pessoas intersexos. O movimento intersexo surgiu em 1988 e considera como mutilações as ditas cirurgias de “correção” realizadas em bebês ou crianças que nascem com características dos dois sexos ou genitálias ambíguas (Pino, 2007). O que as pessoas intersexos nos ensinam é que própria divisão entre pessoas do sexo masculino e do feminino deve ser questionada. Se os binarismos em relação aos gêneros já foram explodidos, o movimento intersexo e as reflexões acadêmicas sobre o tema fazem o mesmo em relação aos “sexos biológicos”. Apesar disso, a sigla oficial do movimento LGBT, no Brasil, não contempla os intersexos, e no formulário do Disque 100 do governo federal, que recebe denúncias de violência sofrida por LGBTs, as pessoas só podem se identificar como sendo do sexo masculino ou feminino¹⁰.

Em debates no Conselho Nacional LGBT ouvi ativistas alegarem que não existe movimento intersexo no Brasil e, por isso, esses sujeitos não estão contemplados na sigla, assim como o segmento que se identifica como transgênero. Praticamente o mesmo poderia ser dito sobre bissexuais, e ainda assim essas pessoas estão em nossa sigla. Além disso, pergunto: nós, que nos consideramos tão progressistas e solidários, não podemos contemplar pautas dos intersexos? É preciso que algumas pessoas assumam a difícil tarefa de se identificar como tais para que nossas políticas passem a tratar dos temas específicos desse grupo?

10 Soube disso após a apresentação de um relatório do Disque 100 em uma reunião do Conselho Nacional LGBT. O formulário também apresenta outros problemas, e naquela ocasião me prontifiquei a ajudar no seu aprimoramento.

Outra discussão que presenciei, desta vez na Conferência Estadual da Bahia, trata sobre as lésbicas. É possível usar expressões como “lésbicas masculinizadas” ou “mulheres lésbicas”? Um grupo considerou como transexuais as pessoas que dizem ser lésbicas masculinizadas. Ou seja, dentro dessa compreensão, as lésbicas devem ser obrigatoriamente femininas. Volta aqui a operar a exigência da linha coerente entre a materialidade do corpo e a identidade de gênero. Na outra discussão, o termo “mulheres lésbicas” foi substituído por lésbicas, porque nessa perspectiva seria uma redundância chamar alguém de “mulher lésbica”. Ou seja, apenas mulheres (biológicas, com vagina não construída por cirurgia) podem ser lésbicas.

No entanto, alguns homens (biológicos, com pênis) e transexuais (que passaram ou não por cirurgias) têm reivindicado a identidade lésbica. Essas pessoas têm se identificado como homens lésbicos e/ou trans lésbicas/os. Algumas delas, por exemplo, são transexuais que, após as intervenções cirúrgicas, passaram a namorar pessoas do mesmo sexo. Travestis com identidade feminina e que mantêm relações entre si também têm se identificado como translésbicas. Uma ativista chegou a lembrar da existência dessas pessoas, mas isso não foi suficiente para que a categoria lésbica fosse ampliada. Novamente, alguns ativistas alegam que não precisamos contemplar essas especificidades porque pessoas com essas identidades não estavam nas conferências e não participam dos movimentos sociais. Ainda sobre as lésbicas, continua o debate sobre a inclusão delas na categoria homossexuais. No Disque 100, por exemplo, o sujeito, ao preencher o formulário para registrar a denúncia de alguma violação aos direitos humanos, só pode se identificar como homossexual, bissexual ou heterossexual. As lésbicas reclamam, com razão, que isso inviabiliza a possibilidade de saber o índice de violações que incidem diretamente sobre as lésbicas no Brasil.

Voltando à resistência do uso de termos mais novos, vou apenas acrescentar outra questão. O movimento social, ao se abrir para novos termos e identidades, tem também a capacidade de fazer que as pessoas tenham acesso a essas novas identidades e que, através disso, elas passem a se identificar como tais. Ou seja, as nossas políticas, além de afirmar identidades, podem também produzir outros processos de identificação. Isso já aconteceu muitas vezes em nossa história, pois as nossas identidades homossexuais já passaram por várias transformações em função de diversos fatores, em especial conjunturais e históricos. As pessoas com mais de 40 anos lembram que nós nos denominávamos entendidos e entendidas¹¹. Hoje essa expressão sequer é conhecida por muitos *gays* e

11 Sobre o impacto do termo entendido na comunidade homossexual, ver Simões e Facchini (2009).

lésbicas mais jovens. Ou seja, não precisamos temer novas combinações identitárias e novos termos, até porque não conseguiremos controlá-los. Felizmente, diga-se de passagem, não existe política que controle em absoluto a criação de novas identidades e a explosão das antigas.

Por fim, vou enfrentar as últimas perguntas realizadas no primeiro parágrafo deste artigo: Por que tanta briga e tanta confusão quando determinados segmentos do movimento LGBT reivindicam as especificidades dos seus “marcadores sociais da diferença”? Por que sequer as diversas identidades aglutinadas na sigla LGBT não conseguem se unir? Por que determinados movimentos sociais não conseguem se unir, ainda que temporariamente, e descobrir as discriminações que atravessam todos ou pelos menos determinados grupos de pessoas subalternizadas?

A adoção sem críticas e feita de forma exclusiva do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades também demonstra o seu limite no momento em que diversos atores sociais reivindicam políticas específicas para os seus chamados “marcadores sociais da diferença”.

Interessante é que nada disso é novo para o movimento LGBT brasileiro, já amplamente estudado por Facchini (2005) e Simões e Facchini (2009). A novidade, pelo menos em relação à universidade, é que essa discussão nos últimos anos volta a ocorrer sob o impacto dos estudos *queer* no Brasil (ver Colling, 2011). Outro trabalho que também pensa sobre essas questões identitárias na história do movimento LGBT brasileiro é o de MacRae (1990). Em análise sobre o grupo Somos, entre 1978 e 1985, ele já apontava como o paradigma da igualdade gerava problemas naquele tempo. Ao tratar do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (1º EGHO), realizado em São Paulo nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, ele diz o seguinte sobre as deliberações:

Uma importante constatação que pode ser feita a partir dessas resoluções é a da afirmação reiterada da igualdade de todos os homossexuais, sem que nunca se questionasse a validade da categoria “homossexual”, que atribuía uma só identidade social a um conjunto, cuja heterogeneidade ficara tão evidenciada nessa ocasião. Ao invés disso as diferenças surgidas foram relegadas ao nível individual e interpretadas como manifestações de “alienação” ou “mau caratismo” (MacRae, 1990: 205).

Passados trinta anos, nas reuniões do Conselho Nacional LGBT e nas conferências, continuamos assistindo a exaustivos e turbulentos debates em função desse mesmo aspecto apontado por MacRae. Pessoas com identidade feminina, negros e negras, jovens, pessoas com deficiências, moradores de zonas rurais,

pequenas cidades ou periferias lutam para que determinadas ações contemplem as suas especificidades. Por outro lado, outras pessoas alegam que podemos aglutinar todas em um só grupo de homossexuais que sofrem as consequências da homofobia. Aí as lésbicas dizem que o termo homossexual contempla apenas os homens e solicitam também o termo lesbofobia, as trans o termo transfobia e os bissexuais, quando presentes, o termo bifobia. E as pessoas negras dizem que a homofobia, a lesbofobia, a bifobia, a transfobia que incidem sobre elas são diferenciadas em relação aos brancos e brancas, em especial aos de classe média alta etc.

Não vou me estender em relatos porque imagino que as pessoas já tenham dados suficientes para saber do que estou falando. Lembro, por exemplo, que um dos momentos mais críticos que vivenciei no Conselho Nacional LGBT foi durante o debate sobre o perfil das delegações que seriam eleitas nos estados para a II Conferência Nacional LGBT. Depois de muita tensão, foi aprovado que 60% das vagas deveriam ser ocupadas por pessoas com identidade feminina e 40% por pessoas com identidade masculina. Alguns militantes *gays* que integram o Conselho não aceitavam a proposta e, inclusive, estranhavam muito que eu (na cabeça deles um *gay* com identidade masculina) estivesse defendendo o percentual que era defendido pelas lésbicas e o segmento trans. A nossa proposta acabou sendo aprovada, depois de uma noite de conversas e negociações.

Essas tensões evidenciam que efetivamente somos muito diferentes dentro e fora da própria sigla LGBT. Logo, o paradigma da igualdade, a afirmação das identidades e os seus desdobramentos já revelaram os seus problemas e limites há muito tempo. Irineu (2012), em artigo sobre a II Conferência Nacional LGBT, também citou evidências dos limites das políticas identitárias. Diz ela:

As discussões para aprovação de algumas diretrizes destacam-se aqui, como exemplo, o debate que envolveu o eixo de justiça e segurança pública, fomentaram a disputa entre travestis e lésbicas acerca do reconhecimento de quem estaria no “topo” da hierarquia das vulnerabilidades, demonstrando que as identidades podem nos levar à autodestruição e à fragilização de uma possível “unidade na diversidade”.

Sempre que falo em limites das políticas de afirmação das identidades, muitas pessoas dizem que sou contra essas políticas. Grande equívoco. Em outro texto, de abertura de um livro que reúne vários artigos de pessoas que avaliam as políticas públicas e identitárias LGBT utilizadas nos últimos anos, defendo que devemos pensar em estratégias e discursos que, paralelamente às políticas identitárias, subvertam e questionem de forma permanente as normas

hegemônicas presentes em nossa sociedade (ver Colling, 2011). Isso para que as nossas pautas não colaborem para construir normas do que é ser uma pessoa *gay*, lésbica, bissexual ou trans aceita apenas se estiver seguindo os padrões já postos. Normas, como frisei neste artigo, que foram e continuam sendo as causadoras da falta de respeito à diversidade sexual e de gênero.

Não podemos cair no erro de usar, com a melhor das intenções libertadoras e progressistas, exatamente os mecanismos que nos discriminam. Com o objetivo de conquistar direitos e de sermos aceitos, muitas vezes temos reificado determinadas normas que são sustentáculos da heteronormatividade. Em muitas falas e ações, por exemplo, enaltecemos *apenas* quem deseja constituir família, casar e ter filhos, os *gays* masculinizados e ativos, as lésbicas femininas e criticamos as pessoas que consideramos promíscuas, os *gays* afeminados, as passivas, as lésbicas masculinizadas, as trans trabalhadoras do sexo. Não se trata de ser contra os direitos à união estável e ao casamento, mas de não transformar isso em modelo para *todas* as pessoas¹².

Por que não pensamos e criamos políticas para as fechativas e passivas, por exemplo? A nossa política de prevenção à Aids, por exemplo, é tão falocêntrica que nunca conseguimos implantar em larga escala a distribuição de lubrificantes para o sexo anal junto com os preservativos, esses sim amplamente distribuídos. Além disso, para muitos profissionais do campo da saúde, o sexo anal continua sendo uma prática suja e perigosa, quando não uma perversão. O ânus

12 Em uma entrevista, Butler explica bem a sua posição quanto ao assunto. Ela diz: “Se há matrimônio, deve haver também o homossexual; o matrimônio deve estender-se a qualquer casal independente de sua orientação sexual; se a orientação sexual é um impedimento, então o matrimônio é discriminatório. Por minha parte, não entendo por que há que se limitar só a duas pessoas, parece arbitrário e poderia ser potencialmente discriminatório; mais sei que este ponto de vista não é muito popular. Sem dúvida, há formas de organização sexual que não implicam monogamia e formas de relação que não implicam matrimônio ou o desejo de reconhecimento pela lei – ainda que sim pela cultura. Há também comunidades integradas por amantes, ex-amantes, amigos que cuidam dos filhos, que constituem complexas redes de parentesco que não cabe descrever como conjugais. Estou de acordo de que o direito ao matrimônio homossexual corre o risco de ter um efeito conservador, produzir o matrimônio como normalizador e apresentar como não normais e inclusive patologizar outros modos muito importantes de intimidade, de parentesco existentes. Mas a questão é: que fazemos politicamente com isto? Eu diria que toda luta pelo matrimônio homossexual deveria ser também pelas famílias alternativas, os parentescos e os modos alternativos de associação pessoal. Precisamos de um movimento que não conquiste os direitos de algumas pessoas ao custo de outras pessoas. E pensar este movimento não é fácil. A exigência de reconhecimento por parte do Estado deve vir acompanhada de uma crítica: para que precisamos do Estado? Apesar de que às vezes precisamos dele para alguns tipos de proteção (imigração, propriedade, filhos), devemos deixar que defina nossas relações? Há formas de relação que valorizamos e que não podem ser reconhecidas pelo Estado, para as quais bastam as formas de reconhecimento da sociedade civil ou da comunidade. Precisamos de um movimento que se conserve crítico, que formule estas questões e as mantenha abertas” (Birulés, 2008, *on line*).

não é considerado um órgão sexual porque faz parte do aparelho digestivo, é sujo e não tem uma função reprodutora.

Os ativistas e escritores Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2011), em belo ensaio, lembram que a boca também faz parte do aparelho digestivo e que o pênis e a vagina também ficam sujos caso não sejam limpos. O cu, enfatizam, também pode ser limpo, vide a famosa *chuca*¹³. E como poderíamos combater essas visões através de políticas públicas? A obra de Sáez e Carrascosa (2011) pode ser inspiradora nesse sentido, pois eles defendem a elaboração de políticas anais, políticas do cu¹⁴. Já na introdução do livro, eles dizem que a proposta do texto é

[...] ver o que o cu põe em jogo. Ver por que o sexo anal provoca tanto desprezo, tanto medo, tanta fascinação, tanta hipocrisia, tanto desejo, tanto ódio. E sobretudo revelar que essa vigilância de nossos traseiros não é uniforme: depende se o cu penetrado é branco ou negro, se é de uma mulher ou de um homem ou de um/a trans, se nesse ato se é ativo ou passivo, se é um cu penetrado por um vibrador, um pênis ou um punho, se o sujeito penetrado se sente orgulhoso ou envergonhado, se é penetrado com camisinha ou não, se é um cu rico ou pobre, se é católico ou muçulmano. É nessas variáveis onde veremos desdobrar-se a polícia do cu, e também é aí onde se articula a política do cu; é nessa rede onde o poder se exerce, e onde se constroem o ódio, o machismo, a homofobia e o racismo (Sáez e Carrascosa, 2011: 13)¹⁵.

Ao concentrar as nossas forças quase exclusivamente em políticas afirmativas, começamos a disputar espaço e poder com as demais pessoas subalternizadas, inclusive dentro da própria sigla LGBT, como atesta o exemplo de Irineu (2012) e tantos outros que eu poderia citar através da minha participação nas reuniões do Conselho Nacional LGBT, nas conferências ou nos debates dos quais participei nos últimos anos. Ao apenas afirmar a identidade do nosso segmento (como se tivéssemos apenas uma, o que é uma ficção), criamos barreiras para enxergar quais são as discriminações que atravessam todas as pessoas injuriadas e subalternizadas, sejam elas LGBT ou não. Em vez disso, disputamos

13 Termo usado por muitos gays para se referir ao enema, introdução e posterior retirada de água no ânus para a limpeza do local.

14 Não estou apostando todas as fichas nas chamadas políticas do cu, ainda que elas possam ser muito instigantes e produtivas. Ao contrário do que pensa Preciado (2008, p. 60), não creio que o cu esteja livre das normas de gênero. No Brasil, em especial, o cu tem gênero sim. Por isso, uma política do cu deveria, em primeiro lugar, retirar dele os marcadores de gênero. Agradeço a Gilmaro Nogueira e a Richard Miskolci por me alertarem para essa questão.

15 Esta e outras traduções realizadas neste texto são de minha autoria.

poder, verbas e políticas entre nós mesmos e, com isso, enfraquecemos a luta de todos/as. Muitas vezes já ouvi pessoas dizerem que as políticas das diferenças fragmentam o movimento. Defendo o contrário, pois já é evidente que são as políticas identitárias, quando usadas de forma exclusiva, que têm gerado mais e mais desunião e poucos resultados concretos.

E como poderíamos unir os movimentos LGBT entre si e com os demais movimentos sociais? Primeiro: combinando nossas políticas afirmativas com políticas de reconhecimento de nossas diferenças. Segundo: identificando grupos e pessoas que sofrem discriminações geradas por motivos parecidos. Exemplo: quem sofre problemas causados pelo fato de que as nossas leis impedem o livre uso dos nossos corpos? Boa parte das feministas defende o aborto, as pessoas trans defendem o direito e condições para mudar os seus corpos, as profissionais do sexo defendem a regulamentação das suas profissões, nas quais o corpo é um dos principais instrumentos. Apesar disso, quantas vezes vimos mulheres feministas, trans e profissionais do sexo unidas? As recentes Marchas das Vadias foram raros momentos em que isso pareceu possível.

Outro exemplo, capaz de unir um leque ainda maior de grupos e pessoas. As pessoas subalternizadas, em geral, descobrem a sua condição através da mesma experiência: a injúria, a calúnia. Antes mesmo de ter uma identidade negra, *gay*, lésbica, trans, feminina, portadora de deficiência, do subúrbio, essas pessoas já são injuriadas com uma ampla gama de adjetivos pejorativos. Devemos utilizar essas experiências em nosso proveito, gerando através delas pontos temporários de ligação capazes de criar novas forças políticas entre as pessoas injuriadas. Tentei deixar evidente neste artigo que para que isso ocorra precisamos olhar para além das nossas armaduras identitárias e acabar com os preconceitos para com os diferentes.

Muitos/as afirmam que reflexões como as que apresentei brevemente neste artigo são utópicas, valem apenas como crítica cultural, mas não valem para a prática política (cf. Almeida, 2010). Outro grande equívoco. Para demonstrar como “na prática” a união entre pessoas subalternizadas poderia ser muito proveitosa, lembro do projeto Escola sem Homofobia e do famoso *kit* vetado pela presidente Dilma, que alegou razões que devem ser muito criticadas, em especial a de que o “governo não faria propaganda de nenhuma opção sexual”. A frase é duplamente desastrosa, pois os governos, hoje e ontem, sempre fizeram propaganda de uma determinada orientação sexual, a heterossexual (logo, não temos opções, temos uma oferta apenas).

Além disso, o termo opção sexual, em especial quando não contextualizado, tem sido muito criticado pelos movimentos e nos estudos, que preferem a

expressão orientação sexual, ainda que ela também não dê conta da complexidade da formação das nossas sexualidades, pois às vezes dá a entender que alguém esteja orientando calculadamente e conscientemente as nossas identidades não heterossexuais, bem ao estilo teoria da conspiração.

Um projeto como o Escola sem Homofobia é vital para a nossa luta, pois através dele podemos atingir praticamente todas as novas gerações, uma vez que o ensino fundamental e médio é praticamente, bem ou mal, universalizado no Brasil. Além disso, é a típica ação política que combate o preconceito no campo da cultura, exatamente o “lugar” onde ele se (re)cria e se mantém. Em outro texto (Colling, 2011), defendi a importância de, além de combatermos a homofobia através de leis e demais marcos institucionais, devemos, assim como muito bem fizeram os movimentos feministas e negros, desenvolver mais ações no campo da cultura. Produtos culturais, como filmes, músicas, peças teatrais, por exemplo, têm uma grande capacidade de sensibilizar as pessoas, algo que leis, decretos ou textos “acadêmicos” jamais produzirão.

Voltando ao *kit* anti-homofobia. Tive acesso a todo o material da primeira versão do *kit* e ele foi todo produzido dentro da lógica identitária. Se por um lado seria bom e louvável que tivéssemos pelo menos esse material (melhor ter algo do que não ter nada), por outro lado corríamos o risco de que o *kit* viesse a interessar apenas às pessoas LGBT que vivem nas comunidades escolares. A heterossexualidade e suas normas permanecem numa total zona de conforto no *kit* vetado por Dilma. Além disso, o material também não dialoga com os demais marcadores sociais das diferenças, a exemplo de classe, “raça”/etnia, faixa etária etc. Uma pequena cartilha, em forma de história em quadrinhos, produzida com recursos do governo da Bahia conseguiu fazer isso em vinte páginas. Ou seja, demonstrou que é possível¹⁶.

A lei que instituiu o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas também tem gerado algo semelhante ao que vislumbro com o *kit* anti-homofobia, pois os trabalhos em torno do tema parecem dizer respeito apenas às pessoas afro-brasileiras. Aqui são as pessoas que não se identificam como afro-brasileiras que ficam em total zona de conforto. Essa reflexão gera outra pergunta: de que vale termos uma escola que respeita uma ou duas diferenças e desrespeita outras? Por questões como essas é que precisamos de uma escola que respeite todas as diferenças, sem hierarquizá-las. A união dos diferentes, nesse caso e em outros, aponta para uma grande força política capaz de

16 Ver a cartilha *Fala menino! Igual a tudo na vida, um papo sério sobre sexualidades*, do cartunista baiano Luís Augusto Gouveia.

enfrentar as reações dos setores machistas, misóginos, homofóbicos, racistas, fundamentalistas. Enquanto isso, diga-se de passagem, é exatamente isso o que os fundamentalistas religiosos estão fazendo. Temporariamente, muitos deles esqueceram as suas disputas por fiéis e se uniram em torno de temas que, na perspectiva deles, atingem a todas as denominações religiosas. Um dos temas que mais geraram aglutinação foi exatamente a questão LGBT.

O que estou destacando nesta análise também não é uma novidade para o movimento. Ainda que em contexto muito diferente, o então Movimento Homossexual Brasileiro, em seu início, tinha propostas e realizou ações em conjunto com outras pessoas subalternizadas. MacRae (1990) trata dessas questões em seu estudo. Um dos relatos fala sobre a participação dos integrantes do Somos nas comemorações do Dia de Zumbi, em 20 de novembro de 1979, organizado pelo Movimento Negro Unificado.

Esse dia marcou a primeira aparição em público dos militantes do Somos, que portavam faixas levando o nome do grupo e repudiando o racismo. Durante o ato foi também distribuído um panfleto enfatizando o fato de tanto os negros quanto os homossexuais serem “setores oprimidos”.

Ao final do ato público houve uma passeata até a praça da Sé, e os militantes homossexuais congregados embaixo de suas faixas desfilaram abraçados, homem com homem, mulher com mulher e para o espanto e divertimento dos negros e das pessoas que se encontravam nas ruas “fechavam” exageradamente. Para os membros do grupo, esta pareceu ser a primeira passeata homossexual, apesar das palavras de ordem se referirem exclusivamente à condição negra. Reinava um clima de grande euforia entre os integrantes do Somos, felizes e ligeiramente surpresos com o sucesso de sua participação na passeata. Até então, sempre tinham receado sair abertamente em público, com medo de ataque, não só da polícia, mas do próprio povo nas ruas. Agora constatavam que não só o regime se tornara menos agressivo, mas que os próprios heterossexuais eram mais tolerantes do que haviam imaginado (MacRae, 1990: 189).

Naquele tempo, as pessoas subalternizadas (na época chamadas de “oprimidas”) também se uniam para lutar pela redemocratização do Brasil, ou seja, todas tinham um “inimigo em comum”. Mas a análise de MacRae mostra que essas tentativas dentro do Grupo Somos¹⁷ não objetivavam apenas acabar com a ditadura, mas também a união dos diferentes grupos.

17 Historicamente, o Somos é considerado o primeiro grupo político homossexual brasileiro.

É óbvio que outros desafios também precisam ser superados para que as pessoas injuriadas consigam se unir. Vou me ater apenas a alguns exemplos: parte das pessoas ativistas da sociedade civil, que integram o Conselho Nacional LGBT, tem sido acusada de governista por outras ativistas. Nas listas de discussão e redes sociais na internet, esse tema é recorrente. Na minha leitura, tendo muitas vezes a concordar com essas críticas. No entanto, não estou interessado aqui em saber todas as razões pelas quais essa parte é considerada governista.

Considero que entre elas estão: 1) as pessoas do movimento LGBT e as pessoas que hoje ocupam cargos no governo federal que já foram do movimento e são amigas há muitos anos. Isso certamente, subjetivamente, ameniza o tom crítico de quem está hoje apenas representando o “lado” da sociedade civil; 2) o movimento LGBT brasileiro é quase que exclusivamente financiado pelo poder público. Não conseguimos captar recursos entre a própria comunidade e a iniciativa privada. Logo, é óbvio que isso gera consequências, desejadas e indesejadas, nas relações entre sociedade civil organizada e governos; 3) especialmente a partir do primeiro governo Lula, tanto as pessoas que ocupam os principais cargos no governo quanto as lideranças dos movimentos são do mesmo partido político, da mesma base aliada ou daquilo que chamados precariamente de “campo da esquerda”. Como outras pesquisas já apontaram, isso causou impactos em diversos movimentos sociais, não apenas para o LGBT. Além disso, é preciso frisar que concordar com o governo nem sempre é algo negativo, pois muitas vezes as ações do governo compactuam com as desejadas pela sociedade civil¹⁸.

Os problemas que enfrentamos no Conselho Nacional LGBT se repetem em outros conselhos. Mata-Machado (2011a e 2011b), ao analisar os Conselhos de Cultura, bem mais antigos (o primeiro foi criado em 1961), aponta três dificuldades que esses órgãos estariam enfrentando no Brasil. Para ele, o poder público, apesar de ter criado os conselhos, se recusa a partilhar o poder com a sociedade civil, muitas vezes sob a alegação de que já ganhou as eleições e, portanto, possui a legitimidade e o aval da sociedade para elaborar e implantar as políticas. Isso dá força à hipótese de que, se durante o governo Lula houve um claro processo de “incorporação” dos movimentos sociais pelo Estado brasileiro, no governo Dilma os conselhos foram criados a partir do rescaldo dos movimentos e apenas para legitimar as políticas estatais.

18 Muitas tensões entre integrantes do governo e da sociedade civil também são causadas porque alguns ativistas não possuem informações e formação suficientes para acessar as verbas do Estado. Um exemplo disso são as dificuldades de fazer um projeto ou se candidatar aos editais, que exigem o cumprimento de uma série de questões burocráticas, alegadas pelos funcionários públicos como necessárias para o controle público dos gastos.

Para além da hipótese acima, há ainda outra dificuldade nesses conselhos, oriunda da baixa representatividade dos membros do governo e da sociedade. O autor está se referindo especialmente aos *conselhos de notáveis* ou de *especialistas* escolhidos pelos governos, que representariam apenas a si próprios. Mesmo nos *conselhos corporativos*, prossegue Mata-Machado, as pessoas indicadas por entidades (caso do Conselho Nacional LGBT) muitas vezes não consultam as suas bases para nortear as suas atividades.

A proliferação dos conselhos, diz ele ainda, tem criado especialistas em conselhos, pessoas que participam de vários desses órgãos e praticamente só fazem isso em suas vidas. A terceira dificuldade é a cooptação dos conselheiros pelo Estado. O autor também destaca as vantagens da existência dos conselhos. Para ele, os conselhos constituem um espaço de explicitação, negociação e resolução de conflitos, de aperfeiçoamento para a maior eficácia das políticas públicas, de ampliação da transparência dos atos dos governos e de ampliação da legitimidade das suas decisões.

Ainda no que tange especificamente ao Conselho Nacional LGBT, o próprio governo federal ainda não (re)conhece e respeita o Conselho como um órgão pelo qual deveriam passar as discussões sobre as políticas LGBT. Há vários exemplos de ações que foram implantadas pela própria Secretaria Nacional de Direitos Humanos, onde o Conselho está sediado, que não passaram pelas sugestões, avaliações e pelo acompanhamento das pessoas que integram o Conselho. Isso tem gerado várias tensões e recorrentes perguntas: por que criaram o Conselho? Para fazer de conta que ouvem a sociedade civil? Para apaziguar os ânimos? Ou para juntos construirmos as nossas políticas? As reflexões realizadas neste artigo apontam para conclusões desanimadoras, pois em boa medida o Conselho Nacional LGBT foi criado apenas para dar um suposto verniz democrático a medidas e políticas criadas, na verdade, de cima para baixo. Além disso, o governo não implementou o que o Conselho discutiu e em algumas ocasiões usou o Conselho para fazer frente às demandas internacionais que solicitam que as políticas de direitos humanos sejam criadas em diálogo com a sociedade civil.

Enfim, penso que este pequeno conjunto de reflexões brevemente pinceladas acima aponta para os imensos e complexos desafios que a combatida política sexual brasileira tem pela frente para contribuir para algum dia alcançarmos uma sociedade que respeite, aprenda e festeje as nossas diferenças e as nossas igualdades.

A proposta aqui não aponta para a substituição de um paradigma (da igualdade) por outro (das diferenças). Isso porque as políticas das diferenças, no

meu entender, não pretendem constituir um paradigma e incluem os pontos em que somos iguais, por exemplo, através da identificação das discriminações que nos atravessam. E, além disso, sempre deixam a porta aberta para as novas configurações, ideias, ações, práticas, orientações, gêneros, identificações, desidentificações...

Ou seja, nessa perspectiva, as diferenças é que fazem os nossos gêneros.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. Ser ou não ser, eis a questão: o problema persistente do essencialismo estratégico. Conferência de Encerramento do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. Florianópolis, 2010, mimeo.
- BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 79-110.
- BIRULÉS, Fina. Entrevista con Judith Butler: “El género es extramoral”. *Metrópolis, Revista de información y pensamiento urbanos*, jun.-set. 2008; disponível em <<http://www.barcelonametropolis.cat/es/page.asp?id=21&ui=7#>>.
- BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona, Icaria Editorial, 2002, pp. 55-81.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires, Paidós, 2008.
- COLLING, Leandro. Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 7-20.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- IRINEU, Bruna Andrade. 2012: para onde vão as proposições da II Conferência Nacional LGBT?, 5 jan. 2012; disponível em <http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=103:2012-para-o-nde-vao-as-proposicoes-da-ii-conferencia-nacional-lgbt-&catid=38:publicacoes>.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: a identidade sexual e a política no Brasil da abertura*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, Alexandre (Org.). *Caminhos cruzados – Linguagem, antropologia, ciências naturais*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 99-111. Texto republicado em COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 21-36.

- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Panorama das políticas culturais no Brasil e os conselhos de cultura. Palestra realizada durante o curso Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura, Salvador, 2011a.
- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane e RUBIM, Iuri (Orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador, Edufba, 2011b, pp. 259-270.
- MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos: notas sobre o declínio do essencialismo estratégico. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 37-56.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. *cadernos pagu* (28), janeiro-junho de 2007: 149-174
- PRECIADO, Beatriz. *Testo yonqui*. Madrid, Editorial Espasa, 2008.
- PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), jan.-abr. 2011, pp. 11-20.
- SÁEZ, Javier e CARRASCOSA, Sejo. *Por el culo. Políticas anales*. Madrid, Editorial Egales, 2011.
- SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas* 13(1), jan.-abr. 2005, pp. 11-30.
- SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SIMÕES, Júlio Assis. Marcadores de diferença na “comunidade LGBT”: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador, Edufba, 2011, p. 157-173.
- TRANSEXUALIDADE não é doença! Pela retirada da transexualidade do DSM e do CID! *Bagoas*, v. 4, n. 5, jan.-jun. 2010; disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/vo4no5art15_manifesto.pdf>.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 20/05/2013

Como citar este artigo:

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 405-427.

El monstruo en la política: defender la sociedad del hombre-lobo

Andrea Torrano¹

Resumen. Este artículo intenta problematizar la sentencia *homo homini lupus* (el hombre como lobo del hombre) en de la teoría del Estado de Hobbes; que puede identificarse con el hombre-lobo. Esta figura nos permite mostrar, por un lado, al lobo que deviene hombre (ciudadano) con la creación del Leviatán. Y, por otro, al hombre que deviene lobo, la constante amenaza de lupificación del hombre. El hombre-lobo habita la comunidad de los hombres; éste se presenta como antítesis del orden social y, a su vez, como el elemento necesario para justificar dicho orden.

Palabras claves: hombre-lobo; Leviatán; monstruosidad; biopolítica.

The monster in politics: society must be defended of the werewolf

Abstract. This article aims to problematize the maxim *homo homini lupus* (man is a wolf to man), in the State Theory of Hobbes; which can be identified with the werewolf. This figure allows us, on the one hand, to show to the wolf becoming man (citizen) with the creation of the Leviathan; and on the other hand, the man that becomes wolf, the constant threat of lupification of man. The werewolf lives in the human community; and is presented both as an antithesis of the social order, and, at the same time, as a necessary element to justify this order.

1 Facultad de Derecho y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Córdoba (UNC) - Córdoba - Argentina - andreatorrano@yahoo.com.ar

Keywords: werewolf; Leviathan; monstrosity; biopolitics.

Introducción

La reflexión sobre qué es el hombre se remonta a los orígenes del pensamiento filosófico occidental, tal indagación sobre aquello que constituye lo propiamente humano supuso, paradójicamente, una consideración de lo animal. El hombre siempre necesitó reflejarse en el animal para hallar aquello que le es propio. Como observa Agamben en *Lo abierto. El hombre y el animal* (2007), en la antigüedad se “humanizaba lo animal”, el hombre buscaba reconocer en el animal rasgos humanos (Agamben, 2007: 57-58); mientras que la modernidad “animaliza lo humano”, separa lo animal que habría en el hombre y lo excluye de sí (Ibíd.: 75). Más allá de sus diferencias, este mecanismo denominado por Agamben “máquina antropológica” produce una cesura en el interior del hombre, donde se fabrica su humanidad a partir de una exclusión-inclusiva; es decir, mediante la exclusión de la animalidad que, no obstante, incluye, se produce la humanidad en el hombre (Agamben, 2003: 38-43).

Lo que nos interesa señalar es la artificialidad que suponen estas operaciones, donde lo humano es producido a través de la oposición entre el hombre y el animal. Si bien en los últimos años ha cobrado una especial relevancia esta problemática demarcación, donde la animalidad se ha convertido en un tópico central de los estudios posthumanistas, sin embargo, consideramos que es necesario un análisis del ser vivo hombre desde un enfoque de la monstruosidad. Esto porque “los monstruos nos posibilitan comprender la precariedad de la identidad humana, la idea que la identidad humana puede ser perdida o invadida y que podemos ser, o podemos llegar a ser, algo distinto de lo que somos: los monstruos tienen algo que mostrarnos sobre nuestro mundo y nosotros mismos” (Neocleous, 2005: 5. Nuestra traducción).

La monstruosidad no debe entenderse tan sólo en un sentido biológico sino también en términos jurídico-políticos. Tal como expresan Del Lucchese y Bove, “si la presencia de los monstruos biológicos cuestiona el orden de la vida, el monstruo también interpela necesariamente el orden y las jerarquías en el universo ético y político de una historia. Éstas son entonces algunas preguntas sobre las relaciones de poder (dominación y resistencia) que la teratología dirige primero a la filosofía en general y a la filosofía política en particular” (Del Lucchese; Bove, 2008: 21. Nuestra traducción). Tal orientación política sobre la monstruosidad es denominada por estos autores “teratopolítica”. En definitiva, los monstruos no

sólo ponen en tensión lo que se concibe como hombre, sino que, además, permiten dar cuenta del funcionamiento de la política de lo viviente.²

En esta dirección Foucault señala en el curso *Los anormales* (1974-75), que el concepto monstruo presenta como marco de referencia la ley. El “monstruo es lo que combina lo imposible y lo prohibido” (Foucault, 2000: 61), es decir, excepción y violación. La monstruosidad es siempre una violación a la ley y una excepción, excepción de la naturaleza o excepción de la ley social, de allí que con su aparición pone en cuestión a la ley. El monstruo se encuentra, usando una expresión de Derrida, “fuera-de-la-ley” (*outlaw*), condición en la que la ley todavía no aparece o como violación de la misma (Derrida, 2010: 128).

Sin duda esta reflexión sobre la monstruosidad debe inscribirse dentro de la perspectiva biopolítica iniciada por Foucault.³ Ésta puede resumirse con su conocida frase en *Historia de la sexualidad I. La voluntad de saber* (1976; 2002): “durante milenios, el hombre siguió siendo lo que era para Aristóteles: un animal viviente y además capaz de una existencia política; el hombre moderno es un animal en cuya política está puesta en entre dicho su vida de ser viviente” (Foucault, 2002: 173). La particularidad de la política moderna consiste en que la vida natural se integra a la vida política, en otras palabras, que la vida del hombre como individuo biológico se inserta en la del hombre como sujeto político. Así, desde el momento en que la vida y la política se entrelazan, la política –que definía lo propiamente humano- se convierte en mera administración de la vida biológica.

2 Para una relación entre monstruosidad y economía política de lo viviente, ver (Bascetta, 2001).

3 En este punto se hace necesario aclarar dos cuestiones, la primera es que aunque el curso *Los anormales* Foucault no hace referencia al término biopolítica, no obstante, puede encontrarse esta perspectiva a lo largo de la genealogía del anormal, en tanto articula el cuerpo –como instanciación del ser viviente- con el saber-poder del discurso y las prácticas médicas y judiciales. El segundo punto es que si bien Foucault no fue el primero en emplear el término biopolítica –se la atribuye a Rudolf Kjellen en 1905-, sin embargo, a pesar de las ambigüedades que pueden encontrarse en el uso que realiza del mismo (Ver Cutro, 2005: 16-25), su mérito es inscribirlo en una reflexión propiamente política que busca dar cuenta del funcionamiento del poder en nuestras sociedades. Así, es posible distinguir tres etapas de la biopolítica antes de Foucault. La primera etapa de enfoque organicista, del primer trienio del siglo XX, de lengua alemana, dominada por el intento de pensar el Estado como un organismo viviente (Kjellen, von Uexküll, Roberts); la segunda puede caracterizarse como antropológica, registrada en Francia durante los años sesenta, se busca explicar la historia de la humanidad orientada hacia el bíos, pero sin reducir la historia a la naturaleza (Morin, Starobinski) y la tercera etapa naturalista, surgida en el mundo anglosajón a mediados de los setenta, donde se considera la naturaleza como único referente regulativo de la política (Caldwell, Davies) (Cf., Esposito, 2006: 27-41). En contraste, para Foucault, la biopolítica hace referencia a un poder que se ocupa de la vida para administrarla, multiplicarla; para ejercer sobre ella controles precisos y regulaciones generales a través del cálculo y la estadística. El cuerpo y la vida, se tornan objeto y objetivo de la política.

En esta articulación entre vida y política nos interesa abordar la figura del “hombre-lobo” presente en la teoría política más difundida de la modernidad: la teoría del Estado de Hobbes. No es de nuestro interés realizar un análisis crítico de la misma, sino centrarnos en la representación que aquí se hace del *homo homini lupus*, el hombre como lobo del hombre, que identificamos con el hombre-lobo. Aunque este monstruo ha sido opacado por el mitológico Leviatán⁴ –con el que Hobbes representa el Estado moderno–, no obstante, consideramos que se trata de una figura clave desde una perspectiva biopolítica porque permite mostrar la caracterización de la monstruosidad no tanto en términos metafóricos sino como subjetividad.⁵

En el presente artículo nos centraremos en el hombre-lobo, esto es, el lobo que se transforma en hombre (ciudadano) y el hombre que se convierte en lobo. Como vemos, el hombre-lobo señala dos mutaciones. En el primer caso, que denominamos devenir-*hombre*-del-lobo, la bestia que habita el hombre es puesta al margen; para de este modo presentar al hombre a distancia de la bestialidad. Pero esta operación de exclusión más que mostrar la diferencia, señala la relación entre lo humano y lo monstruoso. De allí la riqueza explicativa de la figura del hombre-lobo, ya que el monstruo no es “exterior y pura alteridad respecto del hombre, sino más bien un «interior externalizado» de lo humano” (Giorgi, 2009: 325).

La segunda mutación, el devenir-*lobo*-del-hombre, es decir, la constante amenaza de lupificación a la que se encuentra expuesto el hombre es la que nos interesa sobre todo destacar. Esto porque, como señala Gil, “la monstruosidad atrae como una especie de línea de fuga de su devenir inhumano (...). En ella se confunden dos fuerzas de vectores opuestos: una tendencia a la metamorfosis y el horror, el pánico de tornarse otro” (Gil, 2006: 125. Nuestra traducción). De

4 Hobbes identifica al poder absoluto del Estado con el monstruo marino bíblico llamado Leviatán que se opone a otro monstruo bíblico terrenal, Behemoth. Según Schmitt en “The Questions concerning Liberty, necessity, and Chance” (1682) de Hobbes, quien pensaba que debía titularse “Behemoth against Leviathan”, se encuentra la razón de la preferencia del jurista inglés por el Leviatán: mientras que Behemoth es un símbolo de la anarquía, el Leviatán representa el orden y la paz. “El Estado es para Hobbes evitación permanente de la guerra civil gracias a un poder gigantesco. De ahí que uno de los monstruos, el Leviatán, “el Estado”, sojuzgue siempre al otro, el Behemoth, la Revolución”. En consecuencia, el Leviatán es el poder absoluto del Estado, la soberanía, mientras que Behemoth aquello que se le opone, la anarquía (Cf., Schmitt, 2004).

5 Si bien la filosofía política moderna quiso mostrar que el Estado era el “Leviatán”, el monstruo frío que se alza ante nosotros, siendo éste una metáfora de trascendencia del poder que definía un orden social, más bien, advierte Negri, ocurrió lo contrario, lo que hizo en realidad fue convertir en monstruoso todo el resto, la sociedad y la vida en su totalidad. No es tanto el Leviatán el monstruo, sino más bien la plebe o la multitud (Cf., Negri, 2007: 95-96). En este sentido, señala Foucault que “el Estado (...) no es un monstruo frío [sino] una determinada forma de gobernar” (Foucault, 2007: 21).

acuerdo con esto, el devenir lobo del hombre no sólo muestra la inestabilidad de ese ser que llamamos “hombre”, sino también, la monstruosidad constitutiva que lo habita y el temor que esto genera. El hombre-lobo no se encuentra más en los márgenes de la comunidad de los hombres, sino que está en el interior, habita la ciudad. Como veremos, el hombre que deviene lobo no es otro que el enemigo interno, quien puede afectar el orden social.

Devenir-hombre-del-lobo

En la Epístola al *De Cive* (1642), Hobbes escribe la famosa sentencia *That Man to Man is a kind of God; and that Man to Man is an arrant Wolfe* (Hobbes, 1987: 24), que retoma de Bacon Verulamio, donde en el Estado el hombre es para el hombre un dios: “*homo homini deus*”; mientras que en el estado de naturaleza el hombre es para el hombre un lobo: “*homo humini lupus*” (Schmitt, 2004: 25).⁶ De este modo señala la transformación que se produce en el hombre con el pacto social, esto es, la transición del hombre-bestia al hombre-dios. Mientras que el hombre en el estado de naturaleza es como un animal, un lobo, al crear el Estado se convierte en algo más que mero hombre, es un ciudadano.⁷

Esta referencia que Hobbes realiza en relación al hombre en el estado de naturaleza nos permite identificarla con el hombre-lobo. Es decir, no apuntamos a la noción de lobo, al animal, sino al hombre-lobo, al híbrido entre hombre y animal. En consecuencia, no es la situación de animalidad en la que se encontraba el hombre en el estado de naturaleza lo que nos interesa analizar, sino esa mixtura entre hombre y lobo.

Ahora bien, el punto de partida de la construcción del Estado, tal como es expuesto por Hobbes en el *Leviatán* (1651), es el miedo en el estado de naturaleza y su meta la seguridad del Estado civil. Hobbes retoma al mitológico monstruo marino Leviatán (Génesis I, 1981: 21), tal como es descripto en el libro de Job, en donde Dios luego de haber establecido el gran poder del Leviatán –monstruo

6 Según Derrida la primera ocurrencia del “*Lupus est homo homini, non homo, quom qualis sit non nouit*” se debe atribuir a Plauto (Cf., Derrida, 2010: 93).

7 Tal como señala Hobbes, en la Introducción del *Leviatán*, el hombre a través del arte puede imitar a la Naturaleza, es por eso que puede “crear un animal artificial “crear un animal artificial (...). gracias al arte se crea ese gran *Leviatán* que llamamos *república* o *Estado* (en latín *civitas*) que no es sino un hombre artificial, aunque de mayor estatura y robustez que el natural para cuya protección y defensa fue instituido, y en el cual la *soberanía* es un alma artificial que da vida y movimiento al cuerpo entero; los *magistrados* y otros *funcionarios* de la judicatura y del poder ejecutivo, nexos artificiales; la *recompensa* y el *castigo* (mediante los cuales cada nexo y cada miembro vinculado a la sede de la soberanía es inducido a ejecutar su deber) son los nervios que hacen lo mismo en el cuerpo natural (...).” (Hobbes, 2000: 3. Cursivas del autor).

del caos primitivo- manifiesta que “no hay poder sobre la tierra que pueda comparársele, pues fue creado para no tener temor de nadie. Mira de frente cuanto hay de grande; es rey de todas las bestias feroces” (Job 41: 33-4, 1981: 673). Hobbes recupera esta alusión del monstruoso animal marino, pero lo inscribe en un registro político. El Leviatán es para el jurista inglés la representación de un Estado civil al que debemos obediencia a cambio de seguridad. En este sentido expresa que el Leviatán es “aquel *dios mortal*, al cual debemos, bajo el *Dios inmortal*, nuestra paz y nuestra defensa. Porque en virtud de esta autoridad que se le confiere por cada hombre particular en el Estado, posee y utiliza tanto poder y fortaleza, que por el terror que inspira es capaz de conformar las voluntades de todos ellos para la paz” (Hobbes, 2000: 141. *Cursivas del autor*).

Para establecer su teoría del Estado, Hobbes parte de la situación originaria de “guerra de todos contra todos” –*bellum omnium contra omnes*–, que caracterizaría la condición en la que se encuentra el hombre en el estado de naturaleza. Si bien no debemos olvidar que tal escenario es una hipótesis lógica, es decir, que no tiene pretensión de verdad histórica, sin embargo, ésta le permite representar la situación pre-política y el origen y fundamento del poder. Pero, además, la presencia de este razonamiento sobre el estado de naturaleza al interior de la teoría del Estado, como señala Mezzadra, “es más que un recurso teórico: éste expresa precisamente la incompletud del artificio político, manteniendo siempre vivo el «recuerdo» del conflicto originario (...), que puede en cada instante precipitar al hombre del *Commonwealth* al *bellum omnium contra omnes*” (Mezzadra, 1998: 36).

De acuerdo con Hobbes, la guerra originaria es consecuencia de la igualdad que presentan los hombres por naturaleza. Se trata de una igualdad que lejos de establecer la armonía, genera la competencia entre los hombres y conduce a la propia destrucción. La razón de esto es que “si dos hombres desean la misma cosa, y en modo alguno pueden disfrutarla ambos, se vuelven enemigos, y en el camino que conduce al fin (que es, principalmente, su propia conservación y a veces su delectación tan sólo) tratan de aniquilarse o sojuzgarse uno a otro” (Hobbes, 2000: 101). Es a causa de esta igualdad y la igual posibilidad en la consecución de los fines que se genera la situación de amenaza mutua, donde reina una propensión del hombre a dar muerte a otro hombre.

Este estado de amenaza mutua a causa de la igualdad originaria se convierte en un elemento central del razonamiento de Hobbes, ya que tal circunstancia trae aparejada el miedo. Para Hobbes es debido al miedo que reina en el estado de naturaleza, miedo a ser asesinado, que los hombres crean el Estado a través del pacto social. Pero para que el Estado pueda establecer las condiciones de paz

es necesaria una instancia decisoria que imponga el orden. En consecuencia, el miedo se convierte en la causa no sólo del pacto social sino también en el fundamento de un Estado omnipotente.

Así, frente al miedo que provoca la igualdad de la condición originaria, resulta necesario oponer el poder del Leviatán a fin de conseguir la seguridad. Como señala Trías en *La política y su sombra* (2005), “así arranca la idea de contrato social de Hobbes: un contrato libremente ejercido debido al *miedo* que provoca nuestra condición *fraterna*, o nuestra igual condición de asesinos potenciales. Ese temor que nos embarga el ánimo nos induce a enajenar nuestra elección mediante la construcción de un instrumento que es, de hecho y de derecho, *instrumento de terror*. El canje es, pues, de este orden: miedo por terror” (Trías, 2005: 42. *Cursivas del autor*).

En efecto, el Estado no elimina el miedo, sino que, como advierte Esposito en *Communitas. Origen y destino de la comunidad* (1998), lo estabiliza, lo hace “motor y garantía de su propio funcionamiento” (Esposito, 2007: 61). Para Esposito la novedad de Hobbes radica en que el miedo tiene una carga no sólo destructiva, sino también constructiva. El miedo determina no sólo el aislamiento sino también la unión, no se limita a inmovilizar sino, por el contrario, “impulsa a reflexionar y a neutralizar el peligro: no está del lado de lo irracional, sino del lado de la razón. Es una potencia productiva. Políticamente productiva: productiva de la política” (Ibíd.: 57-58). El miedo originario que caracteriza el estado de naturaleza se convierte en un miedo artificial, miedo al Estado que sólo puede proteger bajo la amenaza de sanción. En otras palabras, habría una transición del miedo “recíproco”, anárquico, al miedo “común”, institucional. Por lo tanto, en el Estado el miedo no desaparece, sino que se hace “seguro”, se produce una “estabilización racional del miedo” (Ibíd.: 59-61).

Lo que queremos resaltar es que el miedo es un elemento central tanto en el estado de naturaleza como en el Estado civil. En este sentido consideramos que adquiere relevancia la figura del hombre-lobo. El miedo del estado de naturaleza, que caracterizaría la condición del hombre como lobo –el hombre que es un lobo para otro hombre–, no se elimina con la creación del Estado. El lobo devenido hombre abandona su derecho natural de dar muerte, para así asegurar su propia existencia, pero esto lejos de apaciguar su temor, lo intensifica. El miedo se convierte ahora en terror⁸, terror que el Estado administra para de

8 Aunque Esposito observa que no se trataría de terror, sino más bien de miedo, en tanto no es una fuerza paralizante y negativa (Cf., Esposito, 2007: 58), nosotros preferimos utilizar el término “terror”, tal como lo hace Trías, para destacar la intensificación del miedo en el Estado.

este modo conservarse y obligar a la obediencia. Los lobos antes atemorizados por un miedo recíproco, por el poder que poseían de utilizar sus fuerzas, ahora son hombres atemorizados por el poder que ellos mismos confirieron al Estado.⁹

Tanto el devenir-*hombre-del-lobo* como el devenir-*lobo-del-hombre* –como veremos más adelante– deben comprenderse en su articulación con el miedo. El miedo a que el otro sea un lobo, al hombre-lobo, es lo que hace abandonar el estado de naturaleza a favor de un Estado, lo que llamamos devenir-*hombre-del-lobo*, pero, al mismo tiempo, nos alerta sobre la reversibilidad de esta transformación, esto es, el devenir-*lobo-del hombre*, lo cual reinstala el miedo en el Estado. Es en ambos casos el miedo a la condición de permanente amenaza de muerte lo que signa la vida del hombre-lobo.

En *Medios sin fin. Notas sobre la política* (1996) Agamben señala que la vida en el estado de naturaleza se define por el hecho de estar expuesta incondicionalmente a la amenaza de muerte y la vida que se desarrolla bajo la protección del Leviatán es esa misma vida, pero ahora expuesta a la amenaza del soberano. Esto tiene como consecuencia una nueva interpretación de la soberanía en la teoría del Estado, ya que, de acuerdo con Agamben, la soberanía no se fundaría sobre la voluntad política, sino más bien “sobre la nuda vida, que es conservada y protegida sólo en la medida en que se somete al derecho de vida y muerte del soberano o la ley” (Agamben, 2001: 15).

Esta observación ya había sido señalada por Agamben en un texto anterior, *Homo sacer I. Poder soberano y vida desnuda* (1996), donde expresa que se debe volver a leer el mito de la fundación de la ciudad moderna: “la fundación no es un acontecimiento que tenga lugar de una vez por todas *in illo tempore*, sino que opera continuamente en el Estado civil en la forma de decisión soberana” (Agamben, 2003: 141).

Lo que nos interesa destacar de la perspectiva de Agamben es que el estado de naturaleza no es abandonado por la formación del Estado, es decir, no habría un pasaje del estado de naturaleza al Estado civil. Esto no significa negar el establecimiento del Estado sino más bien reconocer la conservación en el

9 Como señala Shulman el hombre ocupa el lugar de Prometeo, pero paradójicamente, crea algo a lo cual estará sometido: “la máquina que Prometeo crea existirá aparte de ellos como «maquinaria de gobierno», pero al mismo tiempo esta máquina regulará los engranajes como si la sociedad misma fuera (hecha en) una máquina. Los creadores son conscientes de este artificio, el cual existe independientemente de ellos; en efecto, una vez que ellos han pronunciado el mandato divino y le han dado una vida propia, ellos deben obedecer su ley de movimiento. En aras de preservar la existencia que hace posible todos los demás bienes, es que Prometeo debe construir una máquina cuya operación requiere su impotencia” (Shulman, 1989: 403. Nuestra traducción).

interior del Estado del estado de naturaleza, el cual se presenta como “estado de excepción” (Ibíd.: 137).

Ahora bien, en *Teología política* (1922) Schmitt expresa que el “soberano es aquel que decide sobre el Estado de excepción” (Schmitt, 1998: 35), quien tiene el monopolio de la decisión sobre la suspensión del orden jurídico vigente para mantener su propia conservación. La soberanía es para Schmitt el “poder supremo y originario de mandar” (Ibíd.: 37). La excepción produce la decisión *extra ordinem*, fuera del orden normativo, en tal situación “la «decisión» se libera de todas las trabas normativas y se torna absoluta, en sentido propio” (Ibíd.: 48). Estas dos características, excepcionalidad y decisión, constituyen las competencias exclusivas del soberano.

Agamben retoma esta consideración del estado de excepción de la teoría schmittiana, especialmente en *Estado de excepción* (2003). Pero se trata de una articulación paradójica porque “el estado de excepción representa la inclusión y la captura de un espacio que no está ni afuera ni adentro (...) *Estar-fuera y, sin embargo, pertenecer*: ésta es la estructura topológica del estado de excepción” (Agamben, 2004: 75). La situación que se crea al promulgarse el estado de excepción no puede ser propiamente definida ni como de hecho ni como de derecho, ni como exterior ni como interior a la ley, consiste en una indiferencia entre ambos.¹⁰ En definitiva, la característica que permite definir el estado de excepción es que se ubica en el umbral entre dentro/fuera del ordenamiento jurídico.

Desde la perspectiva biopolítica agambeniana la decisión soberana que opera en es estado de excepción se refiere inmediatamente a la vida, y no a la libre voluntad de los ciudadanos. Pero no se trata ni de la vida natural, la *zoé*, ni de la vida cualificada, el *bíos*, sino de la vida desnuda del *homo sacer*¹¹, la inscripción

10 Para Schmitt el estado de excepción tiene un carácter transitorio, ya que el objetivo es volver aplicable la norma. En los casos normales se reduce al mínimo la decisión, porque es la norma la que rige. Pero en la situación de conflicto excepcional no puede aplicarse la norma, ya que ésta exige un medio homogéneo; el soberano es quien decide sobre la situación para que el orden y la seguridad pública sean restablecidos o para establecer otro nuevo. No obstante, Agamben sigue la lectura de Benjamin, quien expresa en *Tesis de Filosofía de la Historia*: “la tradición de los oprimidos nos enseña que la regla es el «estado de excepción» en el que vivimos” (Benjamin, 1994: 182). Esto significa que al convertirse el estado de excepción en regla, en una situación de duración indefinida, los límites entre ambos se disuelven, y el estado de excepción se torna una situación “normal”. En este sentido señala Agamben que estado de excepción “tiende a convertirse cada vez más en el paradigma de gobierno dominante de la política contemporánea” (Agamben, 2003: 13).

11 El *homo sacer* una antigua figura del derecho romano arcaico que Agamben analiza para mostrar el funcionamiento de la biopolítica y de este modo extenderlo hacia la antigüedad. El *homo sacer* es al que cualquiera puede darle muerte sin cometer homicidio ni celebrar sacrificios porque no pertenece ni al mundo de los vivos ni al de lo sagrado. De acuerdo con ello, presenta las características fundamentales de la vida sujeta al poder soberano: “pertenecer a dios en la forma de la insacralidad y está incluido

de la vida natural en el orden jurídico-político. Lo que Agamben señala con la figura del *homo sacer* es la relación entre vida y política a través de la excepción, pero se trata de una vida que no está completamente fuera del ordenamiento jurídico, sino que se ubica en el umbral entre fuera y dentro de la ley. Para Agamben, a diferencia de Foucault, lo característico del Estado moderno no es que incluya la *zoé* en la *polis*, sino que la vida que originariamente está al margen de lo jurídico coincide con lo político.¹²

De este modo se hace visible la relevancia de la figura del hombre-lobo para comprender el funcionamiento del poder, ya que se trata de un híbrido, un monstruo, que representa el umbral entre naturaleza y Estado, *physis* y *nomos*, una zona de indiferencia y tránsito entre la bestia y el hombre. Es en este sentido que debe interpretarse el *homo homini lupus* al que se refiere Hobbes, y no en tanto separación entre el lobo en el estado de naturaleza, momento pre-jurídico, y el hombre (ciudadano) en la ciudad, instancia política. Por el contrario, el hombre-lobo permite comprender la formación de la ciudad de los hombres a partir de la exclusión-inclusiva del lobo. El hombre-lobo no una figura de pura exclusión, sino de una inclusión a partir de la exclusión.

Como puede observarse existe una estrecha relación entre el Leviatán y el hombre-lobo, en tanto son dos figuras monstruosas que aparecen juntas o, para ser más precisos, podríamos decir que es el hombre-lobo quien da origen al Leviatán. Se trata de una complicidad entre ambos monstruos¹³, complicidad que ha sido sellada por la amenaza de muerte y el terror. El Leviatán sólo puede asegurar la vida entre los ciudadanos si los hombres renuncian a su derecho natural de ser lobos, no obstante, se trata de una vida que sigue estando expuesta a la muerte, abandonada ahora a la violencia soberana.

en la comunidad en la forma de la posibilidad de que se le dé muerte violenta. La vida insacristable y a la que, sin embargo, puede darse muerte, es la vida sagrada" (Agamben, 2003: 108. Cursivas del autor).

12 Si bien Agamben expresa que continúa los análisis de Foucault, no obstante realiza importantes críticas a la perspectiva foucaultiana de la biopolítica. Una de las diferencias que pueden señalarse es en torno al surgimiento de la biopolítica. Agamben extiende el concepto de biopolítica más allá del período histórico de la modernidad, lo que le permite revisar el funcionamiento general de la política. Mientras que para Foucault la inclusión de la *zoé* en la *polis* es lo que caracteriza a la modernidad, Agamben la remonta al derecho romano arcaico en la figura del *homo sacer* (Agamben, 2003:18-19).

13 Esto es desarrollado por Derrida en el seminario *La bestia y el soberano*, donde se ocupa de analizar la compleja relación entre ellas, explorando la lógica de las correspondencias entre bestialidad y soberanía política, así como la analogía entre ambas. Derrida señala que un término reenvía al otro, es decir, no podemos pensar en el soberano sin referirnos al mismo tiempo a la bestia, e, inversamente, pensar en la bestia sin aludir al soberano. Pero para el pensador argelino es la bestia, el lobo, más que el hombre-lobo, el centro de su análisis. Según él mismo afirma se trata una cuestión "zooantropolítica más que (...) biopolítica" (Derrida, 2010: 91), esto se debe a que su interés está puesto en la frontera hombre-animal y sus implicancias políticas. Lo que en este seminario quiere mostrar es la filiación entre el hombre en tanto sujeto con la figura del soberano y la crisis de la demarcación entre la soberanía y lo viviente no-humano.

Devenir-lobo-del-hombre

El Leviatán se erige en el momento en que los lobos se transforman en hombres, en el devenir-*hombre*-del-lobo. Pero esto no significa que el lobo, la bestialidad que habita en el interior del hombre, sea completamente expulsado. Por el contrario, existe la permanente amenaza de que el lobo devenido hombre se transforme nuevamente en lobo, lo que llamamos devenir-*lobo*-del-hombre. Es debido a esta metamorfosis latente que se legitima –sobre la noción de seguridad- la existencia del Leviatán, el gran monstruo que sometería a las monstruosidades individuales, es decir, a los hombres-lobos.

Si bien tradicionalmente la presencia de los monstruos definía los límites de la comunidad de los hombres, no obstante, desde nuestra consideración los hombres-lobos habitan la ciudad. Los monstruos integran la ciudad en la medida en que somos hombres-lobos, esto es, lobos devenidos hombres y, a su vez, hombres que pueden devenir lobos. En este sentido expresa Agamben que el hombre-lobo señala “una zona de indistinción entre lo humano y lo animal, licántropo, hombre que se transforma en lobo y lobo que se convierte en hombre: es decir *banido*” (Agamben, 2003: 137).

Para Agamben el hombre-lobo es quien ha sido *banido*¹⁴ de la comunidad, el sin paz (*friedlos*). El banido es aquel que es arrojado fuera de los márgenes de la comunidad de los hombres, pero que, sin embargo, sigue relacionado a ella. No se trataría de una exclusión de la comunidad, donde los límites entre la ciudad y el estado de naturaleza están delimitados, sino más bien de una inclusión a partir de la exclusión. Esto significa que el ha sido puesto en bando no queda completamente fuera de la ley, del derecho, ni tampoco es indiferente a ella, sino que se encuentra en una relación de *abandono* respecto de la ley. Se trata de una vida que es arrojada a la violencia soberana, que se encuentra en el umbral entre vida y derecho, entre exterior e interior. En esto consiste para Agamben la paradoja de la soberanía: “no hay un afuera de la ley. *La relación originaria de la ley con la vida no es la aplicación, sino el Abandono*” (Ibíd.: 44. Cursivas del autor). En otras palabras, el abandonado por la comunidad no es ajeno a la ley, sino que está en relación en tanto se encuentra fuera de relación.

A la luz de esta noción de bando puede reinterpretarse la oposición schmittiana amigo/enemigo como relación política originaria. En *El concepto de lo político* (1932), Schmitt señala que el soberano es quien decide quiénes son los amigos y los enemigos. Esta oposición no sólo permite determinar la

14 Agamben retoma la noción de banido de Nancy, término germánico que designa tanto la exclusión de la comunidad como el mandato y la enseñanza del soberano.

especificidad de lo político, sino también instaurar la unión o separación, que no es otra cosa que establecer la comunidad política.¹⁵ Por ello, aclara Schmitt, los conceptos amigo/enemigo deben tomarse en su sentido concreto y existencial, no como metáforas o símbolos, o en términos psicológicos. El concepto de enemigo supone la posibilidad real de dar o recibir la muerte física: “la destrucción física de la vida humana no tiene justificación posible, a no ser que se produzca, en el estricto plano del ser, como afirmación de la propia forma de existencia contra una negación igualmente óptica de esa forma” (Schmitt, 1999: 78). Esta posición se ha denominado “existencialismo político”, que se refiere no tanto al miedo a la muerte sino, podríamos decir, al miedo de ser asesinado. Es decir, a “*la muerte que se presenta siempre a través de la relación intersubjetiva*” (Trías, 2005: 59).

El enemigo puede ser exterior como interior, pero en cualquier caso se trata de un enemigo *público*, es decir, político. Por ello es que el enemigo se identifica más con el término *hostis*, que con el de *inimicus*, que remite a un adversario privado.¹⁶ Si bien para Schmitt el enemigo público “es el otro, el extraño, y para determinar su esencia basta con que sea existencialmente distinto y extraño en un sentido particularmente intensivo” (Schmitt, 1999: 57), desde la estructura del bando podemos decir que no se trata del radicalmente otro, del que está completamente excluido de la comunidad, sino el que se encuentra en una zona de indiferenciación entre *physis* y *nomos*. El enemigo público, el *hostis*, se encuentra en una relación de *abandono* con respecto a la ley. Se trata de una vida que es arrojada a la violencia soberana, a la excepcionalidad de la ley.

Lo que nos interesa en este punto es destacar la noción de enemigo público interno, es decir, el enemigo que se encuentra en el interior de la sociedad. En el curso *Defender la sociedad* (1975-1976), Foucault analiza el discurso histórico-político que emerge en el siglo XVII, que denomina *contrahistoria*, donde la historia es pensada a través del modelo de la guerra, particularmente de la guerra al interior de la sociedad. En esta lógica cobra relevancia la figura del enemigo interno, que no es el extranjero –bárbaro- ni el invasor, sino el individuo

15 Para Schmitt lo político no se define por el objeto de la actividad política, sino por el criterio de distinción entre amigo y enemigo. Lo político es lo que origina la política. Esto tiene como consecuencia que en el antagonismo amigo/enemigo que instaura la política, el enemigo presentaría una cierta preeminencia. Porque no hay nada sustancial que permita determinar la unidad, es por ello que esto debe ser suplido por la decisión soberana.

16 Aquí puede observarse una distancia entre Hobbes y Schmitt, mientras que el jurista inglés aplica el concepto de enemigo a una situación entre individuos, Schmitt lo hace entre grupos o colectivos: “enemigo es sólo un conjunto de hombres que siquiera eventualmente, esto es, de acuerdo con una posibilidad real, se opone *combativamente* a otro conjunto análogo” (Schmitt, 1999: 58).

peligroso, quien posee la capacidad de afectar el orden social. Foucault advierte la vigencia de esta lógica de la guerra al interior de la sociedad en el siglo XX, pero señala que lo que en el discurso revolucionario se designaba como enemigo de clase, en el racismo de Estado es un peligro biológico (Foucault, 1996: 74).

Unos años antes, en la cuarta conferencia de *La verdad y las formas jurídicas* (1973), Foucault se refiere al enemigo interno en relación al criminal. La sociedad disciplinaria que aparece a fines del siglo XVIII y comienzos del XIX necesita una nueva definición del criminal. “El criminal es aquél que damnifica, perturba la sociedad. El criminal es el enemigo social. (...) El crimen y la ruptura del pacto social son nociones idénticas, por lo que bien puede deducirse que el criminal es considerado un enemigo interno” (Foucault, 1999: 223).

Esta consideración del enemigo interno como aquel que puede afectar el orden social –sea bajo la concepción de clase, raza o criminalidad–, es lo que nos permite vincularlo con la noción de monstruo. En el curso *Los anormales*, Foucault realiza una arqueología de la monstruosidad, donde señala dos momentos en relación al monstruo humano. El primero, desde la Edad Media hasta el siglo XVIII, donde el monstruo es considerado un concepto *jurídico-biológico* y un segundo momento, desde finales del siglo XVIII en adelante, donde es entendido como un concepto *jurídico-moral*. Foucault identifica como figuras del monstruo jurídico-biológico al hombre bestial, a los hermanos siameses y al hermafrodita, mientras que figuras del monstruo jurídico-moral, cuya primera manifestación es el monstruo político, son las que se ubican por encima o por debajo de la ley.¹⁷ Los ejemplos paradigmáticos que brinda Foucault son Luis XVI y María Antonieta, por un lado, y el pueblo sublevado y el delincuente común, por el otro.¹⁸ Como puede observarse, en el monstruo jurídico-biológico la monstruosidad se presenta en lo biológico, por el contrario, en el monstruo jurídico-moral la monstruosidad se reconoce en el comportamiento.

En efecto, es necesario señalar que si bien el hombre-lobo es una figura híbrida, lo que nos permitiría considerarlo como un monstruo jurídico-biológico, específicamente como hombre bestial, no obstante desde nuestra consideración se trata de un monstruo jurídico-moral, de un monstruo político. Esto se debe a que el monstruo político es definido por su violación a la ley social. Podemos

17 Para Foucault a fines del siglo XIX Foucault el concepto monstruo se abandona por el de anormal (Foucault, 2000: 108). Esto se debe a que la monstruosidad deja de entenderse como una categoría jurídico-política y se convierte en una noción fundamental de la psiquiatría criminal.

18 Lo que diferencia a ambos es que el tirano es un déspota permanente y el delincuente es un déspota transitorio (Foucault, 2000: 100). Este último, advertirá Foucault, posteriormente, deja de ser considerado como monstruo y se convierte en casos de desviaciones, las cuales son objeto de estudio de la criminología y la psiquiatría.

decir, usando una expresión de Derrida, que el hombre-lobo está “fuera-de-la-ley”, en tanto puede violar la ley, transgredirla (Derrida, 2010: 36-37).

De acuerdo con Foucault el monstruo político es aquel que impone su propio interés sobre el de la sociedad. En este sentido puede identificarse como monstruo a quien se encuentra fuera del pacto social, el soberano, como a quien tras haber suscripto al pacto social lo rompe, el delincuente común (Foucault, 2000: 94). La monstruosidad irrumpe como violencia a la ley, pero ya no se trata de una ley de la naturaleza, sino de una ley social.

El hombre-lobo es aquel que está fuera-de-la-ley, en tanto se encuentra en una relación de *abandono* con la ley. El hombre-lobo es el hombre que deviene lobo, el que impone su interés por sobre el de la sociedad y rompe el pacto social. Pero no sólo se trata de quien *efectivamente* rompe con la ley, sino también de quien *puede* transgredirla.¹⁹ El hombre-lobo es el hombre que *puede* devenir lobo, de allí su peligrosidad. Es esta potencialidad, el peligro latente del devenir-lobo-del hombre, lo que permite legitimar y justificar el estado de excepción, es decir, una situación que no es de hecho ni de derecho, donde la vida queda expuesta a una violencia extra-normativa. De este modo, “la biopolítica crea y regula poblaciones de monstruos en orden de establecer y sostener una estructura particular de la sociedad” (Ghidotto, 2007: 48).

El hombre-lobo en tanto enemigo interno es considerado una amenaza para la comunidad de los hombres. Su peligrosidad radica no sólo en que es una amenaza para el hombre (ciudadano), sino que está en el interior de la sociedad. Es una bestia a la que se debe dar caza, que hay que combatir, eliminar. El hombre-lobo es sigiloso, como el lobo, se encuentra siempre al acecho.

Conclusión

Como vimos la figura del hombre-lobo nos permitió mostrar dos transformaciones centrales del hombre para la filosofía política moderna. Por un lado, el lobo que deviene hombre (ciudadano) a partir de la creación de Leviatán, del Estado. Por otro, el hombre que deviene lobo, la constante amenaza de lupificación a la que se encuentra expuesto el hombre. Mientras que la primera mutación intenta señalar el pasaje de la bestia al hombre, o en términos espaciales, de la naturaleza a la ciudad, una lectura en clave biopolítica nos permitió observar que no habría tal transición. Por el contrario, el discurso de la soberanía

19 En los análisis contemporáneos sobre el control social y la desviación se establece una distinción entre la desviación efectiva y la desviación posible. Ver (De Giorgi, 2005; 2006); (O'Malley, 2006).

posibilitó la inclusión del estado de naturaleza en el Estado. El hombre habita en el umbral entre naturaleza y ciudad, es más bien un hombre-lobo.

La segunda transformación, el devenir lobo del hombre, indica que el lobo que habita en el hombre no puede expulsarse completa y definitivamente. El hombre siempre puede devenir lobo, hombre-lobo, de allí el temor social que causa ya que siempre puede amenazar el orden social. De acuerdo con ello, es posible asociar al hombre-lobo con el enemigo interno. El enemigo interno, el enemigo público (político), es el que se encuentra en el interior de la sociedad, es el hombre-lobo que habita la ciudad.

Consideramos que este devenir lobo del hombre es central en el pensamiento político contemporáneo. El hombre-lobo se presenta como la antítesis del orden social, como el peligro siempre amenazante de romper con éste, y, a su vez, como el elemento necesario para justificar dicho orden. En este sentido señala Cavalletti que la “técnica de gobierno se precisa entonces a través de esta peculiar capacidad de definir siempre una posible amenaza y aislarla (...), el gobierno debe distinguir y exponer una potencial no-sociedad, un enemigo de la sociedad feliz, un riesgo que es propiamente un riesgo de disolución de la sociedad” (Cavalletti, 2010: 158). La peligrosidad del monstruo, del hombre-lobo, radica en la incertidumbre del riesgo social que conlleva si se libera del control. La consideración del peligro latente que presentan los hombres-lobos legitima y posibilita la aplicación de estrategias de prevención de riesgos y de aumento del control social. En consecuencia, podemos decir que se trata de “defender la sociedad” del hombre-lobo.

Referencias

- AA.VV. *Sagrada Biblia*. Barcelona, Editorial Herder, 1981.
- AGAMBEN, Giorgio. *Medios sin fin. Notas sobre la política*. Valencia, Pre-Textos, 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer I. El poder soberano y la nuda vida*. Valencia, Pre-Textos, 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de excepción. Homo sacer, II, I*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Lo abierto. El hombre y el animal*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo editora, 2007.
- BASCETTA, Marco. Verso un'economia politica del viviente. In: FADINI, Ubaldo; NEGRI, Antonio; WOLFE, Charles (Comps.). *Desiderio del monstro. Dal circo al laboratorio alla politica*. Roma, Manifestolibri, 2001.

- BENJAMIN, Walter. Tesis de filosofía de la historia. In: ID. *Discursos interrumpidos*. Barcelona, Editorial Planeta de Agostini, 1994.
- CAVALLETTI, Andrea. *Mitología de la seguridad. La ciudad biopolítica*. Buenos Aires, Editorial Adriana Hidalgo, 2010.
- CUTRO, Antonella. *Biopolítica. Storia e attualità di un concetto*. Verona, Ombre Corte, 2005.
- DE GIORGI, Alessandro. *Tolerancia cero. Estrategias y prácticas de la sociedad de control*. Barcelona, Virus Editorial, 2005.
- DE GIORGI, Alessandro. *El gobierno de la excedencia. Postfordismo y control de la multitud*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2006.
- DEL LUCCHESI, Filippo; BOVE, Laurent. Tératopolitique: récits, historie, (en)-jeux. *Multitudes*, n. 33, 2008, pp. 19-24.
- DERRIDA, Jacques. *Seminario La bestia y el soberano. Volumen I (2001-2002)*. Buenos Aires, Manantial, 2010.
- ESPOSITO, Roberto. *Bíos. Biopolítica e filosofía*. Buenos Aires, Amorrortu, 2006.
- ESPOSITO, Roberto. *Communitas. Origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires, Amorrortu, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Genealogía del racismo*. La Plata, Editorial Altamira, 1996.
- FOUCAULT, Michel. La verdad y las formas jurídicas. In: ID. *Estrategias del poder. Obras esenciales, Volumen II*. Barcelona, Paidós, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Los anormales. Curso en el Collège de France (1974-1975)*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad Vol. 1, La voluntad de saber*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Nacimiento de la biopolítica. Curso en el Collège de France (1978-1979)*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2007.
- GIL, José. Metafenomenología da monstruosidade: o devir-monstro. In: ID. *Monstros*. Lisboa, Relógio D'água, 2006.
- GIORGI, Gabriel. Política del monstruo. *Revista Iberoamericana*, v. LXXV, n. 227, University of Pittsburgh, abr.-jun. 2009, pp. 323-329.
- GUIDOTTO, Nadia. Monsters in the closet: biopolitics and intersexuality. *Wagadu*, special issue: "Intersecting gender and disability perspectives in rethinking postcolonial identities", v. 4, summer 2007, pp. 48-65.
- HOBBS, Thomas. *De cive: the english version*. New York, Oxford University Press, 1987.
- HOBBS, Thomas. *Leviatán o la materia, forma y poder de una República, eclesiástica y civil*. México (D.F.), Fondo de Cultura Económica, 2000.

- MEZZADRA, Sandro. Nel Leviatano. Immanini del numico all'origine della filosofia politica moderna. In: DAL LAGO, Alessandro. (comp.). *Lo straniero e il numico. Materiali per l'etnografia contemporanea*. Genova/Milán, Costa & Nolan, 1998, pp. 27-43.
- NEGRI, Antonio. El monstruo biopolítico. Vida desnuda y potencia. In: GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermín (Comps.). *Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida*. Buenos Aires, Paidós, 2007, pp. 93-139.
- NEOCLEOUS, Mark. *The monstrous and the dead: Burke, Marx, fascism*. Cardiff, University of Wales Press, 2005.
- O'MALLEY, PAT. *Riesgo, neoliberalismo y justicia penal*. Buenos Aires, Ad-Hoc, 2006.
- SCHMITT, Carl. *Teología política*. Buenos Aires, Editorial Struhart, 1998.
- SCHMITT, Carl. *El concepto de lo político*. Madrid, Alianza, 1999.
- SCHMITT, Carl. *El Leviatán en la teoría del Estado de Thomas Hobbes*. Granada, Editorial Comares, 2004.
- SHULMAN, George. Metaphor and modernization in the political thought of Thomas Hobbes. *Political Theory*, Sage Publications, v. 17, n. 5, aug. 1989, pp. 392-416.
- TORRANO, Andrea; LORIO, Natalia. Economía de la violencia y figuras de la excepción. Soberanía y biopolítica. *Revista Pléyade*, n. 9, CAIP, enero-junio 2012, pp. 101-118.

Recebido em: 28/01/2013

Aceito em: 05/06/2013

Como citar este artigo

- TORRANO, Andrea. El monstruo en la política. Defender la sociedad del hombre-lobo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, jul-dez. 2013, pp. 429-445.

Uma perspectiva marginal

Derek Pardue¹

Resumo: A hipótese deste artigo parece uma contradição. Baseado numa interpretação de exemplos empíricos de processos heurísticos em nível individual e coletivo, argumento que a margem é um centro de produção material e simbólica. A premissa do texto é que a margem não representa simplesmente os restos de arte, literatura, interação social, urbanização, desenvolvimento ou outras formas de produção humana. Ao contrário, a margem facilita a constituição de objetos cotidianos e noções de senso comum da vida humana.

Palavras-chaves: margem, teoria social, semiótica, urbanização, cotidiano

Marginal perspective

Abstract: The hypothesis of this article seems to be a contradiction. Based on a close reading of empirical examples of individual and collective heuristic processes, I argue that the margin is a center of both material and symbolic production. The premise of the text is that the margin is not simply the leftovers of art, literature, social interaction, urbanization, development or other forms of human production. Rather, the margin helps constitute everyday objects and common sense notions of human life.

Keywords: Margin, Social Theory, Semiotics, Urbanization, Everyday life

“Para nós, é uma mentalidade (e, sim, um lugar).”²

(editor de um *site* virtual sobre “exurbs”)

1 Department of Anthropology – Brown University and Southern Connecticut State University – Estados Unidos da América – dppardue@gmail.com

2 Veja www.exurbmagazine.com/about: What’s with the name Exurb?; acesso em fev. 2010.

“De que forma o espírito predominante se manifesta então?”
(geógrafo David Harvey)

“Sei que é horrível falar isso, mas frequentemente a moda mais
deslumbrante vem da gente mais pobre.”
(desenhista de moda Christian Lacroix)³

Utilizo este espaço textual como uma provocação para pensarmos sobre o “sentido” da palavra “margem”, ou seja sua definição e sua direção. Eu me concentro na “cidade” porque o conceito e a prática de “margem” assumem uma dimensão mais visível, mais padrão e mais efetiva sobre as formas e os sentimentos de nossa realidade. A “margem” nos leva e denomina a definição do objeto, centro, conteúdo e substância. Em sua essência, argumento que o *sentido* de “margem”, manifestada em formas materiais, conceitos socioculturais e ideologias históricas, depende de uma articulação entre a agência social (as práticas de pessoas) e a estrutura social de poder num certo contexto.

Essas três frases citadas acima revelam a heterogeneidade da margem em suas forças de definir estilos, modos de pensar e a mentalidade de residência. Defendo a primazia da “margem”, um termo apenas técnico nas áreas de *design*, e de significância pejorativa nas disciplinas sociopolíticas.⁴ Em ambas, porém, o conceito se limita ao senso comum do objeto ou do resultado, algo sem agência ou presença própria. Em sua análise sobre arte, Jacques Derrida (1987) sublinha a importância do enquadramento. Por meio de um diálogo com o sistema estético de Kant, Derrida recupera o termo *parerga*, que significa “acerca ou sobre a obra”. A margem não é nem a “figura” nem a ausência; ela destaca a substância do fenômeno. Para Derrida, a *parerga* é uma característica definidora de uma “gramatologia” ou “*shape grammar*” (Derrida, 1976; Stiny and Gips, 1972) potencial da arte visual. Além de impor definição na concepção e no reconhecimento do objeto, a “margem” se constitui como um espaço precário, que precisa ser protegido e monitorado. Essa ligação entre perigo e segurança faz que a margem se torne um *locus* de julgamento. A avaliação da margem nasce de vários pontos da sociedade, orgânicos e locais, tanto quanto do Estado e de agências internacionais (Das e Poole 2004).

3 1994, apud Klein, 2009: 63.

4 Refiro-me à leitura substancial nas disciplinas de ciências sociais sobre a “marginalidade” e suas ligações ao processo de desigualdade. Por exemplo, veja: Maricato, 1996; Kowarick, 1985; e Perlman, 1976, sobre o Brasil; e Omi e Winant, 1994; Wacquant, 1999, 2001, sobre os Estados Unidos e a Europa.

Neste artigo argumento que “a margem” deve ser pensada como um conceito que permite a percepção, a definição e a avaliação de fenômenos essenciais, como identidade, sociopolíticos, como o estado (Das e Poole, 2004:4), e espetáculos, como “a cidade”. A “margem”, no sentido de “outro” e de “fora” para “dentro”, se manifesta em nossos maiores atos de construção e imaginação. Como têm demonstrado inúmeros pesquisadores interdisciplinares, o processo de urbanização em lugares como Brasília e São Paulo ou Nova York e Chicago tem dependido da mão de obra do “outro”, a pessoa que teoricamente não era o sujeito ou o usuário da cidade.

Minha narrativa e análise se baseia em experiências de pesquisa e moradia. Morei quatro anos em São Paulo, passei três meses na cidade de Praia e morei sete anos na cidade de St. Louis, nos Estados Unidos. Longe de ser aleatória, minha seleção de campos nos Estados Unidos, Brasil e Cabo Verde demonstra estrategicamente uma escala variada de “margem” e suas influências na substância e no conceito do lugar. O tema que entrelaça todos os exemplos principais neste artigo é o cotidiano. Este ensaio não trata de espetáculos, rebeliões, invasões ou celebrações da margem sobre o centro. Repito que a diferença localiza-se na escala e nas histórias espaciais. No caso de muros no bairro de Lem Ferreira (Cabo Verde), sugiro que a ideia de margem seja algo significativo mesmo internamente de uma comunidade marginalizada socialmente pela sociedade *grosso modo*. Por sua vez, as reflexões do *hip hopper* Bronx (São Paulo) implicam uma interação entre a periferia suburbana e o centro metropolitano. Finalmente, o uso e o *marketing* do edifício *Pet Building/Pointe 400* (St. Louis) enfatiza a interdependência entre agentes e conceitos do “outro” na construção e no desenvolvimento de distinção social.

Base teórica

Minha constatação de que a “margem” é uma substância semiótica emerge de uma adoção tácita das teorias semióticas do filósofo de linguística e lógica Charles Peirce, mais do que as de “*semiosis*” de Ferdinand Saussure. Este texto não se define como um tratado sobre significação. Simplesmente quero argumentar que a contribuição da “margem” no sentido da cidade como uma formação de conteúdo e hierarquia social não somente se relaciona a um “centro” ou “objeto” (uma posição saussuriana normalmente afirmada em termos oposicionais), mas também frequentemente envolve a presença sensorial e estética, seja tátil, seja sonora, seja visual, aquilo que não pode ser explicado teoricamente como “diferença” ou contraste. A materialidade de muros de proprietários, portões de estilo barroco de bairro e pilhas de papel mal arrumadas, interpretada na análise a seguir, exige uma atenção formal ou o que o Peirce chamaria de “*firstness*”, o sentido em

primeiro grau (Peirce, 1992; 1998). Além disso, um foco meramente na comparação entre *emic/etic* na determinação de fenômenos pode potencialmente embaçar nossa percepção do papel da convenção. Por exemplo, o reconhecimento de brasilete como um atributo da favela e da periferia ou, no mesmo espírito, de colunas greco-romanas na *exurb* da cidade de Irvine, no estado da Califórnia, ocorre, em parte, devido a uma padronização formal e uma reprodução baseada numa “gramática formal” (“*shape grammar*”) operacional (Cagdas, 1996; Duarte e Rocha, 2007). Enquanto Peirce não descreve sua noção de “símbolo” ou “*thirdness*” (sentido em terceiro grau) como “padrões” ou em termos político-econômicos de capitalismo, sua discussão de convenção é útil para desenvolver um conceito mais completo de significação na medida que ele se relaciona à subteorizada “*margin*”⁵.

Enquanto é difícil concluir algo definitivo sobre percepção com métodos antropológicos e históricos, podemos inferir a ligação entre a presença sensorial e a categorização sociopolítica. A partir do momento em que um aspecto, uma forma, um símbolo seja reconhecido como algo distinto do objeto, começamos a estabelecer uma categoria. Criamos categorias de objetos, sejam materiais (salas de estar, formas de portas residenciais *versus* comerciais, carros), sejam sociais (adulto, estudante, operário, executivo, doméstica, sem-teto, fulano de tal).

As categorias se concretizam por meio do padrão. Percebemos que o padrão se mantém e desenvolve via reprodução “expandida”, novamente material e social (Marx, 1992). O discurso e a fábrica com seus efeitos operam paralelamente para desenvolver dinamicamente os tipos de “bom moço”, “o marginal” tanto quanto a fachada greco-romana das exúrbias norte-americanas, o “tijolo baiano” da periferia brasileira. O sentido da “coisa” é sempre um resultado de relações sociais, que tendem a reproduzir a hegemonia estrutural. A “margem” não é epifenomenal deste processo; ela é essencial na construção semiótica exatamente nas coisas que nos orgulhamos de ter criado – a cidade e o sentimento “moderno” de atualidade.

No caso de arquitetura, os aspectos materiais de padrão ajudam no processo não somente de desenhar edifícios, mas também em programar os mecanismos de reproduzi-los. Ou seja, podemos traçar uma relação entre o aspecto e o padrão, um conceito de julgamento, que envolve a dinâmica do senso comum e um

5 Como os termos *firstness* e *thirdness* indicam, Peirce se preocupava profundamente com a sequência de percepção, reconhecimento e determinação de fenômenos no processo de significação. Na minha opinião, a ordem de convenção, presença e indexicalidade (um tipo de “*secondness*”) no processo humano de significação é indeterminável e tal teorização não deixa de ser meramente imaginação. Minha apreensão e utilização de Peirce baseia-se na diversificação no modo como o sentido se realiza e na ênfase que Peirce colocou no elemento de ação na construção do sentido.

fenômeno empírico, que inclui a produção material e a espacialização de capitalismo. Segundo os críticos Ortega e Carpo, a padronização ou *standardization* nas profissões de desenho industrial atualmente não significa mais replicação. Devido à tecnologia digital, a orientação entre o cliente e o *designer* é capturada em oximoros, tais como “*mass customization*” (Tseng, Jiaoxin e Merchant, 1996). O produto é a mesma coisa (re)produzida em escala massiva, mas a “coisa” inclui um espectro de variação formal, que por razões de percepção e *marketing* não foge do reconhecimento de tal coisa.

Em termos políticos, o poder só estrategicamente reconhece a fonte do padrão. Seus articuladores estão mais interessados no desenvolvimento de acumulação de capital e por extensão influência. A presença da margem existe como uma oportunidade de ampliar ou interromper o fluxo de poder. No ponto de vista espacial, o padrão é um paradigma de atuação contemporânea (Carpo, 2009), que de uma perspectiva sociológica ajuda a refletir sobre a organização de segregação residencial e comercial. O padrão, como um resultado de reprodução e avaliação, registra a hierarquia e permanece como uma memória de vida na reflexão cotidiana de identidade.

A margem interna: o caso de Lem Ferreira

“Depois que o Deus fez a terra, ele esfregou as mãos e caíram uns migalhos, que virariam o arquipélago de Cabo Verde.”
(ditado popular)

“Costumávamos ter uma sociedade sem classes, mais ou menos todo mundo humilde, mas sem divisão, agora com os repatriados, o crime, e talvez com o turismo, temos esse problema de separação.”
(colocação durante um debate público sobre urbanização)

Recentemente estive em Cabo Verde, na capital, Praia, na ilha de Santiago, a pesquisar as práticas de cidadania através da língua/cultura *kriolu*. Apesar de ter uma população modesta, de cem mil habitantes, a cidade de Praia representa um quarto da população nacional e um exemplo de escalas múltiplas de margem. Durante muitas conversas com jovens, executivos e funcionários da mídia e de agências de assistência social, ouvi histórias sobre a marginalidade do bairro Lem Ferreira e especificamente sobre um grupo de jovens *rappers* chamado Karaka. Antes de apresentar o Karaka, considero o contexto de Cabo Verde e ressalto a sua importância distinta para a proposta deste artigo.

Em contraste com os Estados Unidos e o Brasil, Cabo Verde existe geograficamente, economicamente e arquitetonicamente, em sua grande maioria, em função do outro e do emigrante cabo-verdiano. O mito de origem religiosa e folclórica citado acima foi usado em várias ocasiões pelos interlocutores durante minha estadia para me explicar as dificuldades locais e, por bem ou mal, a influência do externo no cotidiano cabo-verdiano. Narrado com dados mais empíricos, as remessas dos emigrantes, que compunham mais do dobro da população nativa do território, correlacionam-se a 30% do PIB e mais 10% vêm de ajuda internacional. Além disso, desde os anos 1990, a urbanização da cidade de Praia e em outras ilhas, tais como Sal e Boa Vista, surge de planos de empresas, italianas e inglesas principalmente, de desenvolvimento turístico internacional e projetos residenciais de padrão luxo acompanhados de comércio e serviços (Moassab, 2013).

Esses projetos de “modernização” coincidiam com uma mudança no governo, na qual o MPD, o partido neoliberal em favor de privatização, tomou controle, e com um crescimento de circulação de produtos ilegais, isto é, armas e drogas. Quanto à cultura popular, os anos 1990 foram uma época de influência forte da cultura *hip hop*, mais intensa ainda considerando que o maior ponto diaspórico cabo-verdiano está nas áreas metropolitanas de Boston e Providence nos Estados Unidos. Atualmente, na cidade de Praia existe um discurso sufocante representado numa forma mais diplomática na segunda citação acima, que entrelaça a influência externa, um sentimento de medo dos *thugs*⁶, um crescimento de bairros precários na periferia com a presença dos *rappers* nos espaços públicos.

Lem Ferreira é um bairro ou *zona* (a palavra apropriada em *kriolu* local) que apesar de ser localizado dez minutos à pé do bairro mais central, nobre e o único planejado, consta como uma parte da periferia urbana. De fato, o nome “lem”, que também faz parte de “Lem Cachorro”, vem de “além” e, pois, implica algo à margem do conteúdo. Materialmente, não há nada que distinga esse bairro de um bairro vizinho, por exemplo de Achada Grande. Ambos consistem de ruas esporadicamente asfaltadas, casas de um ou dois andares, feitas na sua grande maioria de concreto, e poucos estabelecimentos de comércio ou espaços de lazer organizado. Porém, o sentimento claramente não poderia ser descrito como “harmonia mútua”, ele é de rivalidade. A filosofia *hip hop*, em geral, é utilizar os “elementos” para representar a realidade e produzir sabedoria na competição artística. Ao longo de sua existência, os praticantes de *hip hop* têm articulado a rivalidade nesta

6 Os cabo-verdianos deixam o termo “*thug*”, quer dizer, um membro de uma gangue ou grupo violento de criminosos, em inglês por motivos, ao meu ver, ligados à presença recente dos repatriados, que mal conseguem reintegrar-se numa sociedade na qual eles não cresceram.

forma. Os limites de violência simbólica e física se manifestam na relação entre a cultura *hip hop* e a presença de gangues ou *thugs*.

Com esse histórico, podemos começar a conceber a hegemonia de “margem” na construção física, psicológica e sociológica do cotidiano cabo-verdiano. A margem na cidade de Praia pode ser interpretada em termos de camadas ou níveis estruturais e discursivos. O conceito em comum na opinião pública era que de a imagem e as letras de *rap* do Karaka representavam uma espécie de gangsterismo, de briga e de rivalidade local, e consequentemente tinham contaminado qualquer tentativa de outros jovens em Praia de construir algo positivo. De uma certa maneira, pois, essa marginalidade formulava o âmagdo do que constituía a cultura expressiva da juventude.

“Karaka”, um nome curioso em português do Brasil devido às conotações negativas, tem um significado na língua *kriolu*, segundo o Pablo, de um “pagode” ou uma reunião festiva de amigos do bairro. Quando finalmente consegui marcar um encontro com a rapaziada do Karaka – uns dez homens na faixa de 20 a 25 anos – o que me chamou a atenção foi a preocupação deles com as margens do seu próprio bairro. Apesar de se identificarem com o bairro Lem Ferreira inteiro, um deles, Dog, o produtor principal do grupo, me explicou na saída que:

Aqui em Lem Ferreira é tudo nós. Tudo tranquilo aqui dentro. Mas a gente tem que ficar de olho, por exemplo, nessas casas. Tem uma divisa, tipo passando essa rua, as casas e os moradores são mais expostos. Você está vendo aquele muro, é diferente do que você viu perto da praça conosco. É menos forte. São pessoas novas na zona. Tem muita gente de outros bairros (Safende, Ponta D’água, mas especialmente Achada Grande) que quer mexer conosco, vê a gente como um alvo, se acha melhor que a gente... Todo mundo sabe quem é de onde, quem é de dentro e quem é de fora... Mas o Karaka deixa as coisas mais calmas pro nosso bairro¼

Em sua explicação, Dog articula não somente a lógica de inclusão e exclusão, mas a localiza nas estruturas residenciais, nas ruas e nas paredes. Como alguém de fora, não observei o que é nitidamente significativo para os moradores. Durante uma outra visita, reparei que os muros “marginais” dentro do bairro Lem Ferreira são mais finos e baixos. São mal acabados, com rachaduras estruturais expostas, aparentemente feitas com um concreto mais poroso. Prestei atenção na acumulação dos flocos de concreto no chão e poderia imaginar uma lixa a dissolver o muro. Geograficamente, os muros são mais visíveis aos passageiros nas ruas de divisa entre Lem Ferreira e Achada Grande, tanto quanto os meios de transporte transitando entre o bairro de comércio central, Plateau, e vários

pontos residenciais periféricos. A praça e as ruas mais internas do bairro onde o Karaka atua e mora não podem ser definidas como um setor de luxo, mas sim relativamente estável. Outrossim, é a presença estética, tátil das paredes em sua construção que representa uma marca de distinção e, por extensão, uma preocupação pelos próprios moradores, até os que supostamente atuam como um elemento corrosivo da sociedade juvenil em geral.

Podemos explorar mais ainda esse ponto de vista, porque a partir do momento em que foi aceita a teoria de que há uma relação entre o lugar e o discurso a “margem” virou, por exemplo, no Brasil, numa maneira literal, o “marginal”. O lugar contribui na construção da pessoa. Nos anos 1920 um dos fundadores da “escola de Chicago” de estudos urbanos, Robert Park, entendia o “marginal” como alguém que ocupa dois sistemas culturais e, por isso, representa um tipo de hibridez (Park, 1928). Para Park, a margem é um lugar de confusão, que no final das contas libera a pessoa para desenvolver sua criatividade. Na próxima seção analiso um exemplo que conecta um outro tipo de material “marginal” com a construção identitária e espacial sobre a cidade.

Caso de São Paulo: a margem como protagonista e epistemologia

A margem, representada na figura do marginal e, mais especificamente, do *hip hopper*, utiliza a cultura expressiva e popular não somente para estabelecer uma categoria reconhecida de identidade, mas também para ocupar e pois redefinir os espaços centrais da cidade. No Brasil, a margem se manifesta espacialmente no fenômeno da *periferia*. Ela é tanto um espaço material quanto uma ideologia contestada. Ela é um lugar de autoconstrução, de abandono do estado e de um preconceito marcante. Para a socióloga Janice Perlman, a marginalidade no Rio e no Brasil em geral não tem nada a ver com comportamento, vício ou efeitos psicossociais de migração, pois ela recusa as teorias da escola de Chicago. Nos anos 1960 e 1970 Perlman afirmava que a marginalidade é um resultado da exploração e da opressão pelo governo, na sua formação de uma ditadura militar, e das camadas de elite na sociedade brasileira. De fato, ao longo do século XX e até o período atual a presença da margem, em termos demográficos e discursivos, só tem crescido (Perlman, 1976; Maricato, 2001; Kowarick, 1985; IBGE, 2000).

Se o(a) “marginal” representa um arquétipo do conhecimento da periferia, o que ele(a) conhece? E, por extensão, que tipo de efeito tem sua sabedoria no padrão de senso comum sobre a cidade? A cultura expressiva do *hip hop* trata dessa questão em termos espaciais, nos seus sentidos materiais e ideológicos. O(a) *hip hopper* afirma sua autoridade por meio de sua experiência com a paisagem (sub)

urbana, que por sua vez se transforma em “pontos”⁷ narrativos de letras de *rap*, criações sonoras (composições dos DJs), imagens públicas (grafite) e movimento corporal (dança de rua). Em essência, estes são os pontos de interseção entre arte e urbanismo, os quais se constituem em significados renovados da periferia e portanto de São Paulo como um todo (Pardue, 2011).

No meu primeiro projeto etnográfico, em minha convivência com os praticantes de *hip hop* na periferia de São Paulo, percebi que o local “no fundão” continha uma base material e simbólica de autenticidade e autoridade. A questão é representar essa articulação entre espaço e produção estética e cultural. Apresento o caso de “Mister Bronx” para demonstrar uma força material e ideológica da periferia por meio do *hip hop* sobre a cidade.

Rapper, fanzineiro, *blogger* e ativista veterano de *hip hop*, Bronx cresceu e continua a morar no bairro de Parque Santa Madalena, na periferia de São Paulo, zona leste, perto da divisa entre os municípios de São Paulo e Santo André. Nós nos conhecemos em 1996 numa aula do idioma iorubá, no antigo centro cultural Canhema, no município de Diadema, o espaço atualmente conhecido como Casa de Cultura Hip Hop, reconhecida pelo governo como um “ponto de cultura”. Encontramo-nos novamente em 2007 num evento de *hip hop* numa escola pública na zona leste, patrocinado pelo CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente). Estávamos conversando sobre um tema muito comum entre os *hip hoppers*, a “correria”, quando o Bronx começou a refletir: “para ser um cara *informado* e respeitado, eu precisava desenvolver um senso melhor dos lugares e das coisas”; Bronx continuou:

Ser *hip hopper* é informação. A correria me levava aos lugares, às pessoas. Na procura pra ficar informado, eu fui conhecendo novos lugares, fui construindo uma imagem da cidade maior, uma imagem de mim maior também. Fui produzindo mais e mais coisas, fanzines, músicas, desenhos, rascunhos, *t-shirts*, logotipos, enfim, idéias para trocar com os manos. Estava muito envolvido, igual todo mundo de *hip hop*... Às vezes a gente conquistava um espaço no centro ou numa praça qualquer na cidade... você fica muito concentrado na expressão e se expõe ao público... é claro, tem as diferenças... Tenho essas memórias de uma senhora no ônibus me perguntando o que eu pretendia fazer com toda essa papelada (minha fanzine na época). Ela tentou ser mais clara^¼ que eu parecia diferente, obviamente eu não era mendigo coletando

7 Veja especificamente a descrição de Hecht sobre os “pontos” e “galeras” e a noção de agência social na geografia urbana (1998: 42-47).

papel de rua, sendo um belo sábado e tal (acho que ela me viu como um office boy, algo assim, negro jovem [fora do lugar]). Falei que esses papéis eram minha revista. A senhora gostaria de receber uma para a viagem?

A fanzine, o meio de comunicação mais popular e acessível nos 1980 e 1990 entre os *hip hoppers*, é um produto intencionalmente caseiro. Cheia de tipografias variadas entre manuscrito, “*courier*” de jornal, e cursivo-barrocas, até góticas, xerocadas no gráfico da esquina no centrinho do bairro, grampeada, às vezes, aleatoriamente, multiplicada de tamanhos diferentes, a fanzine exibe-se como uma espécie curiosa de material feito à mão. A fabricação e a reprodução da fanzine são uma farsa de capitalismo “mecânica”, um processo moderno, no qual cada exemplar reproduz um padrão da categoria. Além disso, é uma sátira de “arte” formal, na qual o ideal de individualismo modernista supostamente se manifesta. Por sua vez, a fanzine é uma farsa porque a insistência e a estética de uma colagem caseira faz que a categoria de “periódico” seja deslocada.

No momento de percepção, a pessoa, no caso empírico aqui a senhora no ônibus, fica na dúvida no processo de reconhecimento material do objeto. A presença da fanzine criava, e continua criando, quando aparece, anacronicamente hoje em dia, uma oportunidade de marginalidade nos termos propostos neste artigo, ou seja, em termos de agência e intervenção, expressada na intenção do *hip hopper*. Como vimos, o *hip hopper* Mister Bronx cresce e “ousa” a articular a função dessa pilha de papel num espaço fora do padrão esperado, mas dentro de um padrão “*emic*” de *hip hop* paulistano. Interpreto a frase do Bronx, “você fica muito concentrado na expressão e se expõe ao público” como uma reflexão sobre a hegemonia cultural do *hip hop*. Como qualquer outra cultura, a *hip hop* tem estabelecido conceitos de comportamentos, história, e jeitos de ser com um objetivo de tomar uma “atitude” (Pardue, 2010). Outrossim, ela é expressa explicitamente na produção material de som, letra, imagem e, no caso de fanzine, texto.

Por sua vez, a papelada, que representava uma espécie de lixo ou trabalho braçal no espaço moderno de um escritório, ganhou outro sentido na ocupação do “centro” pela margem, na expressão do marginal. Considerando que a anedota do Bronx relata uma experiência de um encontro de fanzineiros, podemos extrapolar e inferir uma ligação entre o material apresentado na fanzine e uma formação de identidade espacial. O caso do Bronx nos mostra a possibilidade de marginalidade ativa e definidora numa substância inerte, as viagens em transporte público, e um lugar classificado e regularizado como “centro”. Seguindo as palavras da geógrafa Doreen Massey, a margem é “construída de movimento, comunicação, relações sociais, que sempre expande além” (Massey, 1992: 14).

A margem acumula capital: um caso de interdependência em Saint Louis

“O lar está no lugar onde você o cria.”

(um morador de Ferguson, um município na área metropolitana de Saint Louis,
citado em Moore, 2008)

A frase acima é bastante trivial no cotidiano norte-americano. Ela quer dizer que um indivíduo ou uma família com uma atitude positiva pode criar o sentimento de pertencimento e transformar qualquer espaço num lugar identitário. Nesta seção pretendo amplificar a escala desse ditado popular para pensar o papel da “margem” na criação de um “lar” coletivo, que representa a padronização de uma distinção contemporânea. Enquanto o exemplo do “marginal” *hip hopper* nos revela uma dinâmica intensa entre espaço, movimento e material na construção de uma identidade individual e coletiva, no caso de *Pointe 400* podemos perceber que a “margem” frequentemente existe como uma contradição histórica e ideológica, mas isso não impede, e até pode facilitar, o processo de acumular capital e, por extensão, criar distinção e poder.

O lugar onde hoje existe a cidade de Saint Louis possui uma longa história, que abrange múltiplas ocupações e diversos desenvolvimentos coloniais, pré-coloniais, nacionalistas e translocais. Por estar à beira do rio Mississippi, esse lugar sempre teve importância, e junto a Kansas City representa a grande maioria da população do estado do Missouri. Na espacialização da escravidão no século XIX, o posicionamento do estado do Missouri foi interessante e revelador. O caso histórico de Missouri nos mostra uma trajetória da força da margem sobre a definição de um sentimento (racismo) e de uma afiliação política (contraditoriamente parte da “união” federal).

Hoje em dia é difícil imaginar que a cidade de Saint Louis era uma vez conhecida como a “Nova York do Oeste”, com a segunda maior parte de comércio por navio no rio Mississippi. Com o seu ápice de poder e influência nos meados do século XIX, Saint Louis usufruía não somente de seu posicionamento geográfico, mas também de sua herança geológica. Com reservas ricas de ferro e chumbo, a cidade de Saint Louis se tornou líder industrial na nova época do capitalismo.

No mapeamento socioeconômico dos Estados Unidos da época, o estado de Missouri e a cidade de Saint Louis eram anomalias. Com êxito em virtude da natureza, mas sem a exploração massiva de escravidão, Saint Louis contava com mais *free blacks* do que escravos em 1860. Porém, segundo a maioria dos historiadores, a visão ideológica e econômica era sulista (Shalhope, 1970; Primm, 1981). Nas décadas *antebellum*, que culminaram na Guerra Civil americana entre 1861 e

1865, o Missouri era um estado de escravidura cercado por estados “livres”. Além disso, ele era um estado composto de um número crescente de imigrantes, principalmente alemães. Eses fatos sociopolíticos de enquadramento e de “invasão” resultaram num sentimento por parte da população “nativa” e “branca” de medo e precariedade. Para complicar a situação, os alemães, como um bloco político, não apoiavam a escravidão e se inscreveram no Exército federal durante a Guerra Civil. Por consequência, os alemães sofreram ataques violentos por grupos vigilantes de cidadãos missourianos. A força alemã foi substancial e influenciou a decisão da Assembléia Estadual (*State Congress*) para que o estado de Missouri se alistasse ao lado da “união”, apesar de ser um estado com uma população de escravos (“*slave state*”). De fato, o Missouri foi o último estado a abolir a escravidão, quase um ano depois dos estados sulistas (Lee, 1951).

O excepcionalismo do Missouri e de sua cidade estratégica, Saint Louis, é fruto da margem. A noção e as leis de cidadania americana foram ajustadas devido à situação do estado de Missouri, e durante a primeira metade do século XIX houve várias tentativas de criar uma categoria para negros livres baseada nessa polêmica (Kettner, 1978). Em seu artigo, o antropólogo Philippe Bourgois (1989) destaca o poder ideológico e espacial de raça na sua interpretação dessa contradição:

A confusão de posicionamento político e a violência cercando o *status* de “estado-escravo” do Missouri durante a Guerra Civil demonstram bem a maneira que suas fronteiras estruturais norte/sul/oeste o capacitam a polarizar os debates nacionais sobre a raça num modo excepcional (Bourgois, 1989: 117).

Para a proposta deste artigo, eu prefiro interpretar essas dinâmicas, até contradições, como exemplos do papel da margem na formação material e semiótica do sujeito. A margem em relação a Saint Louis se compõe de traços imaginários expressados no racismo e na xenofobia, uma posição geopolítica fragmentada entre “*south*” e “*midwest*”, em termos contemporâneos, dependendo com quem se conversa, e uma urbanização estrutural e material. Tal como não foi aleatório que Missouri tenha sido o último estado a abolir a escravidão, não é à toa que a cidade de Saint Louis foi a primeira cidade nos anos 1920 a incorporar a “rua privada” e, por extensão, o “condomínio fechado” em seu plano residencial de urbanização. Muito antes do discurso terrorista do ex-presidente Nixon sobre as “*fortress cities*”⁸ de Nova York, Los Angeles e Chicago⁹, a “margem”, na manifestação e no imaginá-

8 Nixon utilizou a frase “*fortress cities*” no relatório de 1969 para a National Commission on the Causes and Prevention of Violence, estabelecida pelo presidente Lyndon B. Johnson em 1968.

9 O crítico Mike Davis descreve a cidade atual de Los Angeles como uma arquitetura que representa “uma sintaxe neomilitar [que] implica violência e inspira perigos imaginários” (2006: 226).

rio do outro, faz parte da essência da identidade de Saint Louis. Encontramos em Saint Louis atual um precedente histórico de uma estrutura urbana, isto é, condomínio fechado/*gated community*, que tem sido reproduzido em escala massiva no mundo inteiro. Paralelamente, encontramos uma nova “margem” vocal, rica e organizada de certos subúrbios e *exurbs* com poder político e econômico sobre o processo atual de “revitalizar” ou renovar o centro de Saint Louis. A influência desse tipo de “margem” se evidencia no discurso jornalístico suburbano, que em alguns casos começou nos anos 1920. Nesta seção interpreto esta voz de poder.

A margem e a interdependência

Meu argumento em favor de um conceito de “margem” mais amplo e engajado não é de forma alguma uma tentativa de separá-la da noção de “centro”. Pelo contrário, ofereço uma perspectiva da cidade contemporânea como um momento de uma relação constante de objetos imaginados e concebidos de distinção, que essencialmente são produtos de noções, presenças e estilos da margem. O que consta como a história particular de um lugar, tal como o estado de Missouri ou a cidade de Saint Louis, continua sendo visível na segregação espacial: os portões inspirados na arte barroca e ruas peculiares sem saída¹⁰. Tais presenças como parte de uma estética espacial e arquitetônica, porém, são cotidianas no meio das paisagens urbanas nos Estados Unidos inteiros. Em outras palavras, enquanto as histórias demográficas, por exemplo, de Saint Louis e Los Angeles são diferentes, pode-se encontrar estruturas parecidas constituídas por uma “margem”, seja um discurso de medo, seja de exotismo. Dessa maneira, a *gramática* dos padrões materiais de marginalidade é anistórica.

O relacionamento iniciado pela marginalidade também é recursivo, considerando que não é só que a presença do outro influencia a estruturação do centro da cidade, mas também, especialmente nos Estados Unidos, os que moram nas margens contemporâneas, os chamados subúrbios e os mais distantes *exurbs*, têm reimaginado, redesenhado e implementado o velho *downtown* nos seus, supostamente, espaços vazios.

Para a proposta desta parte do artigo tenho baseado minha metodologia neste fato, ou seja, tenho me concentrado nos acervos de textos jornalísticos

10 A área de Saint Louis como uma entidade tem se tornado mais segregada desde 1970. Utilizando o índice Farley, que é baseado nos números de “negros” e “brancos” nos distritos residenciais, Saint Louis continua sendo uma das mais segregadas cidades nos Estados Unidos, com um índice de mais de 90. Se o índice fosse zero, significaria que os dados demográficos seriam precisamente iguais. John Farley é professor da Southern Illinois University em Edwardsville e membro do Center for Urban and Environmental Research.

oriundos das *exurbs* e menos do jornal convencional de Saint Louis, *The St. Louis Post-Dispatch*. Por exemplo, *The Suburban Journals* é um grupo de jornais no nível de distrito na zona sul de Saint Louis, historicamente mais “branco” do que a zona norte, e município, especialmente nos condados oeste e leste da cidade. Em geral, os jornais representam uma perspectiva do morador, que na maioria das vezes nasceu na cidade de Saint Louis e se mudou para os subúrbios. Segundo minhas conversas com jornalistas que trabalham para o *Suburban Journal*, a visão desses jornais sobre a cidade é uma de uso e entretenimento, mas não de cotidiano. O dia a dia de Saint Louis representa um medo e uma falta de organização, felizmente evitados pelos moradores “marginais”. Porém, a imaginação do “centro” tem seu lugar no reconhecimento de estruturas arquitetônicas na paisagem residencial. A jornalista Laura Brunts relata a explicação de um profissional da área imobiliária:

É a ideia de trabalhar, brincar e morar na mesma área. Recebemos muita gente de cidades maiores, que já nem pensam duas vezes”, Cooksey diz. “Eles vão direto para esses lugares *mixed-use* (uso múltiplo), porque eles estão bem acostumados (Bruns, 2006).

Em sua matéria, Brunts implica que o modelo de *old town*, incentivado por iniciativas políticas envolvendo benefícios de impostos e financiamento ligado aos movimentos de patrimônio, é facilmente reconhecido pelos migrantes (com condições socioeconômicas) das cidades maiores. Alguns municípios, tais como Kirkwood e Richmond Heights, têm tido êxito em vender e reestruturar seus terrenos suburbanos como lotes historicamente enraizados e esteticamente atraentes (Jones, 2000). Frequentemente, tal imaginação “marginal” da cidade baseia-se na imagem reproduzida e circulada na arte popular, na mídia e na *memorabilia* familiar da aldeia/ *small town* americana dos anos 1950 (Bruns, 2006), incluindo fachadas de tijolo com toldos listrados e postes pretos de iluminação da rua que exibem cestas penduradas cheias de flores coloridas, dando um enquadramento linear e simétrico da rua de paralelepípedo, a Main Street.

Até este ponto, tenho descrito o fenômeno de Saint Louis através de generalizações e suposições anedóticas. A seguir, apresento e analiso o caso de um prédio, *Pointe 400*, localizado no centro de Saint Louis, de uma perspectiva marginal. Mapeado nos eixos epistemológicos de espaço e tempo, a construção e significância de *Pointe 400*, um fenômeno cotidiano, até trivial, na paisagem urbana americana, dependem de uma interdependência de intervenções marginais, a fonte da distinção local, e práticas convencionais de um planejamento padronizado. Central na renovação material desse prédio está um outro relacionamento

interdependente entre o gerenciamento da *exurb* e o estilo “urbano” de moradia ou uma espécie de urbanismo.

O contexto histórico é importante para compreender o impacto de marginalidade. O *Pointe 400*, até recentemente, era conhecido como *The Pet Milk Building*, que foi construído em 1969 e representava uma marca na arquitetura brutalista ou “*new brutalism*”. Esse era um movimento socioarquitetônico, particularmente influente na Europa, baseado no material cotidiano, deixado jogado fora durante a Segunda Guerra Mundial, e numa ideologia igualitária de interação entre as classes, tanto quanto uma exposição arquitetônica da função da estrutura (Banham, 1966). O estilo marcante do *Pet Milk Building* incluía blocos imensos de concreto áspero e painéis vastos de vidro. De fato, o prédio era e continua sendo estranho no contexto de Saint Louis, porque ele é um dos únicos edifícios no centro que não utiliza tijolo como o tema principal de sua composição.

Dito isso, a intenção empresarial era convencional. Em 1969, Pet Milk já era um conglomerado de produtos alimentares bem estabelecido e *multi-brand*, com uma forte história regional no sul do estado de Illinois, região vizinha a Saint Louis¹¹. No fim do século XIX a empresa se transformou com a inovação no formato de latas de leite tamanho-nenê (*baby-sized*), que resultou numa patente e na marca da corporação, “Our Pet Evaporated Cream”, em 1895²⁵. Ao longo da primeira parte do século XX, Pet desenvolveu um sistema consistente de *networking* favorável e de acumulação de capital que lhe rendeu muitos elogios na *World Fair* de 1904, que se realizou em Saint Louis, e contratos substanciais com o governo federal durante a Primeira Guerra Mundial. Com o crescimento na distribuição de leite fresco no começo dos anos 1950, Pet começou a se diversificar no mercado e até o momento de sua mudança para o prédio em Saint Louis já tinha adquirido várias empresas menores, que produziam comida de “passatempo” (*snacks*), queijos e geléias.

Porém, no fim dos anos 1960 a cidade de Saint Louis já tinha entrado num declínio e começou a se fragmentar, um processo referido como “desindustrialização”. A mudança da empresa para seu novo prédio na rua 4 Sul, número 400, ocorreu no meio de uma greve na empresa Haussmann de refrigeração, uma aquisição recente da corporação, e de uma fase de lentidão no mercado imobiliário e de construção de supermercados. As demissões subsequentes de centenas de funcionários, incluindo gerentes, dentro do espaço deste prédio, esteticamente inspirado em socialismo e modernismo, representa uma contradição palpável.

11 Em 2000, General Mills, Inc. comprou Pet Milk, atualmente conhecida por Pet, Inc.

Em 2005, a empresa Balke Brown Associates comprou o prédio e durante os dois anos seguintes transformou o *Pet Milk Building* num lugar chamado *Pointe 400*, um complexo residencial de apartamentos de luxo com aluguéis entre \$ 1,000 e \$ 4,000¹². Segundo o gerente do projeto, Andy McDonell, da Brinkmann Constructors, uma empresa localizada no condado *exurb* de Saint Charles, a manutenção da composição de concreto e vidro foi crucial para a integridade do projeto. Tal fidelidade estilística resultou na distinção peculiar ao prédio de ser formalmente reconhecido pelo National Register of Historical Places, uma agência do governo federal. Do ponto de vista do consumidor atual, os novos moradores, o *Pointe 400* é atraente, porque lembra de um passado quando o centro de Saint Louis era um sinônimo de cidade em crescimento demográfico e saldos positivos de impostos urbanos.

Segundo o vice-chefe do departamento policial de Saint Louis, Stephen Pollihan, o *Pointe 400* representa um centro “revitalizado”. Ele continua: “a cidade [St. Louis] está se reconstruindo. Vejo isso em todo bairro – gente fazendo reformas, empresas investindo no centro. É animador, e tem criado um sentimento de otimismo, que acho que vai continuar a crescer. Por isso, pensei que aqui [Pointe 400] seria um lugar bom para morar” (apud Mauriello, 2010).

O que é marcante sobre o projeto do *Pointe 400*, em termos de significação material e social, é o nível de interdependência entre os restos de material pós-Segunda Guerra Mundial e os ideais sociais e modernos, entre empresas enraizadas nos subúrbios e renovações do centro urbano, e entre o *marketing* capitalista de localidade e o conflito socioeconômico. No caso do *Pointe 400* podemos perceber que a construção do sentido espacial é dinâmica e essencialmente dependente da “margem” em escalas múltiplas. A semiótica do prédio consiste de uma ligação entre a presença visceral (*firstness*) da composição marcante do material do edifício e a padronização do mesmo (*thirdness*), gerenciado por uma empresa nas margens da cidade, mas em nome da cidade nostálgica e sensorial (*city feeling*). A ironia cotidiana do *Pointe 400* é que sua *makeover* ajuda a apagar os traços socioeconômicos de uma indústria convencional, mesmo quando seu atual êxito depende de uma nostalgia do passado (Mauriello, 2010).

12 Vale ressaltar que a cidade de Saint Louis nos *rankings* de 2009 foi considerada a segunda cidade mais barata dos Estados Unidos (lugares com mais de 1 milhão de habitantes na área metropolitana) em termos de custo de vida (http://www.kiplinger.com/tools/bestcities_sort/index.php?sortBy=cost&sortorder=ASC; acesso em 2 abr. 2010); portanto, aluguéis de 2 ou 3 mil dólares são até mais impressionantes.

Conclusão

O ponto de partida deste ensaio foi: a *margem* define a entidade. Além das conotações e aplicações traçadas aqui, gostaria de retomar brevemente o comentário sobre a associação entre a margem e a modernidade. Vimos, no caso do Brasil, que o *hip hopper* “marginal” tem ocupado um papel social reconhecido de uma certa maneira pela história nacional e até continental. Podemos inserir esse *hip hopper* numa “tradição” de marginalidade, que fundamentalmente tem constituído a modernidade e a modernização brasileiras. Podemos aproximar teoricamente as figuras calibanescas e antropofágicas, as vezes carismáticas, como Antônio Conselheiro, outras vezes triviais, como o fanzineiro Mister Bronx, com as configurações espaciais, tais como os quilombos, a periferia suburbana.

Neste artigo demonstrei que há várias camadas e escalas de gente, material e símbolos que compõem “a margem”. Por meio de uma observação crítica de sae material, podemos perceber que a lógica de muros residenciais num bairro marginal na cidade de Praia em Cabo Verde, de papel barato num ônibus em São Paulo e de mogno de Honduras incorporado a um bar na Califórnia, tanto quanto a lógica da favela e da *exurb*, oferecem alternativas ao raciocínio moderno. A margem fala e fala alto. O estigma/o *status* de Lem Ferreira, Parque Santa Madalena, Saint Charles, Missouri, ou Irvine, Califórnia, depende da coletividade na essência; um vem de exploração, lixo, cultura popular, e uma proximidade obrigatória, enquanto o outro vem de um projeto empresarial e especulativo, facilitado pelo trabalho braçal de migrantes. Ambos misturam material e ideias justapondo a localidade e o fetiche do estranho.

A ligação entre espaço e tempo pode se encontrar no processo de (re)produção. O fenômeno de padronização ou *standardization* entrelaça as dinâmicas semióticas da estética de *firstness*, uma força sensorial e atraente, que gera significância através de sua presença, e do hábito de *thirdness*, uma convenção na rotina de percepção e produção empírica que facilita a nossa organização espacial e social. A “gramática” de “*little boxes*” suburbanas¹³, de *faux* colunas e arcos romanos e de ruelas e paredes improvisadas se reproduz numa escala que, por consequência, reproduz a concepção social do lugar.

Como acadêmicos investidos nos projetos de *design*, representação, e explicação, nosso “sentido”, ao meu ver, não é uma celebração da margem. Não

13 *Little boxes* refere-se a uma música recentemente utilizada na trilha sonora de abertura de um seriado popular nos Estados Unidos, *Weeds*, cujas imagens demonstram numa maneira exagerada e caricaturizada o processo de padronização material e social nos subúrbios americanos. Pode-se assistir ao clipe no Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=i8StRAJCork>.

quero implicar uma reificação da margem como o lugar da verdade sobre o modernismo e a atualidade, um espelho definido da realidade. Outrossim, afirmo que, nas palavras da historiadora e crítica, Gayatri Spivak, podemos nos engajar numa “aceitação radical de vulnerabilidade” (Spivak, 1990: 18). Em geral, nós temos o privilégio de ter as condições de evitar as formas e os discursos essencialistas de Bauhaus, “favelado”, imigrante (a preocupação da Spivak) e/ou WASP (*white, anglo-saxon protestant*). Devemos usufruir das possibilidades da “margem” para desenvolver um vocabulário, um *design* urbano e um discurso de cidadania de “intimidade porosa” (Holston, 2008: 24), que abordem melhor a interdependência entre margens e centros, para apreciar a *diferença/difference* em nossas vidas cotidianas não somente como uma relação, mas também como uma presença, um *firstness*, que muitas vezes inspira as formas e os símbolos convencionais da atualidade.

Referências

- ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Editora UNICAMP, 2000.
- BANHAM, Reyner. *The New Brutalism: Ethic or Aesthetic*. London, Reinhold, 1966.
- BOURGOIS, Philippe. If you're not Black, you're White: A History of Ethnic Relations in St. Louis. *City and Society* 3(2), 1989, p. 106-131.
- BRUNTS, Laura. When “Downtown” Moves to the Suburbs. *Suburban Journals*, 23 ago. 2006.
- CAGDAS, G. A Shape Grammar: The Language of Traditional Turkish Houses. *Planning and Design* 23(4), 1996, p. 443-464.
- CARPO, Mario. La desapa de los identicos. La estandardizacion arquitectonica en la era de la reproduccion digital. In: ORTEGA, Luís (Ed.). *La digitalización toma el mando*. Barcelona, Gustavo Gili, 2009, pp. 59-65.
- DAS, Veena, e POOLE, Deborah. State and its Margins: Comparative Ethnographies. In: DAS, Veena, e POOLE, Deborah (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, School of American Research Press, 2004, pp. 3-34.
- DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Baltimore (MD), John Hopkins Press, 1976.
- DERRIDA, Jacques. *The Truth in Painting*. Chicago, University of Chicago Press, 1987.
- DUARTE, José P., e ROCHA, João. A Grammar for the Patio Houses of the Medina of Marrakesh: Towards a Tool for Housing Design in Islamic Contexts. *Generative Design Systems*, eCAADe 24, Session 20, 2007, pp. 860-866.
- GENOVA, Nicolas de. Migrant Illegality and Deportability in Everyday Life. *Annual Review of Anthropology* 31, 2002, pp. 419-447.

- HOLSTON, James. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton (NJ), Princeton University Press, 2008.
- JONES, E. Terrence. *Fragmented by Design: St. Louis: Why St. Louis Has So Many Governments*. St. Louis, Palmerston, & Reed, 2000.
- KETTNER, James H. *The Development of American Citizenship, 1608-1870*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1978.
- KLEIN, Naomi. *Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. New York, Picador, 2008.
- KLEIN, Naomi. *No Logo*. New York, Picador, 2009 (10th Anniversary Edition).
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- LEE, Bill. Missouri's fight over Emancipation in 1863. *Missouri Historical Review* 45(3), 1951, pp. 256-274.
- MADREDEUS. À Margem. O Paraíso. Metro Blue, 1997.
- MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- MARICATO, Erminia. *Brasil, cidades*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MARX, Karl. *Capital: Volume 1: A Critique of Political Economy*. New York, Penguin, 1992.
- MASSEY, Doreen. A Place Called Home. *New Formations* 17, summer 1992, pp. 3-15.
- MAURIELLO, Maria J. Pointe 400 building mixes modern feel with old look; disponível em <http://stlouis.bizjournals.com/stlouis/stories/2007/03/19/focus11.html>; acesso em 7 abr. 2010.
- MOASSAB, Andreia. Globalização, neocolonização e urbanização na África. *Teoria e Debate*. Disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/globalizacao-neocolonizacao-e-urbanizacao-na-africa>
- MOORE, Doug. Growth in Cities is Fueled by Whites. Across Metro Area, outer Counties are Slowly Becoming more Diverse. *St. Louis Dispatch*, 7 August 2008.
- OMI, Michael, e WINANT, Howard. *Racial Formation in the United States, from the 1960s to the 1990s*. New York, Routledge, 1994.
- PARDUE, Derek. *Brazilian Hip Hoppers Speak from the Margins: We's on Tape*. New York, Palgrave MacMillan Press, 2011.
- PARK, Robert. Human Migration and the Marginal Man. *American Journal of Sociology* 33, 1928, pp. 881-893.
- PEIRCE, Charles S. *Reasoning and the Logic of Things*. Cambridge, Harvard University Press, 1992 (The Cambridge Conference Lectures of 1898).
- PEIRCE, Charles S. *The Essential Peirce, Selected Philosophical Writings (1893-1913)*. Bloomington (IN), University of Indiana Press, 1998.

- PERLMAN, Janice. *The Myth of Marginality*. Berkeley, University of California Press, 1976.
- PRIMM, James Neal. *Lions of the Valley*. St. Louis, Missouri. Boulder, Colorado: Pruett Publishing, 1981.
- RACIONAIS MCs. *Vida Loka. Nada como um dia após o outro dia*. Unimar Music, 2002.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo, Studio Nobel, 1999.
- ST. LOUIS DISPATCH. Editorial. *Sprawling On*, 25 March 2008.
- SAVAGE, Charles. *Architecture of the Private Streets of St. Louis: The Architects and The Houses they Designed*. St. Louis, University of Missouri Press, 1987.
- SHALHOPE, Robert E. Eugene Genovese, the Missouri Elite, and Civil War. *Historiography*. *Bulletin of the Missouri Historical Society* 33 (2), 1970, pp. 94-102.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. Ed. Sarah Harasym. New York, Routledge, 1990.
- STINY, George e GIPS, James. Shape Grammars and the Generative Specification of Painting and Sculpture. *Information Processing* 71, 1972, pp. 1460-1465.
- TSENG, Mitchell M., JIAO, Jianxin, e MERCHANT, M. Eugene. Design for Mass Customization. *CIRP Annals Manufacturing Technology* 45(1), 1996, pp. 153-156.
- WAGMAN, Jake. Blacks join trek to far suburbs. *St. Louis Post Dispatch*, 17 August 2005.

Recebido em: 06/05/2013

Aceito em: 17/06/2013

Como citar este artigo:

PARDUE, Derek. Uma perspectiva marginal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, 2013, pp. 447-466.

A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia

Gustavo Villela Lima da Costa¹

Resumo: Este artigo pretende compreender, a partir de pesquisa etnográfica, alguns aspectos da dinâmica do comércio de roupas na fronteira Brasil-Bolívia na cidade de Corumbá (MS), explicitando alguns dos conflitos entre o comércio formal local, apoiado por políticas federais de segurança na fronteira, e os trabalhadores da Feira Bras-Bol, em sua grande maioria bolivianos. Utilizaremos como estudo de caso a “Operação Bras-Bol”, ocorrida em dezembro de 2009, como um marco na repressão ao comércio informal na fronteira por sua grandeza, seu alcance e pelos efeitos sociais decorrentes.

Palavras-chave: fronteira; comércio; Corumbá.

Bras-Bol Fair in Corumbá (MS): notes on the informal commerce on the border Brazil-Bolivia

Abstract: Through ethnographic research, this paper seeks to understand some aspects of the dynamics of the trading of clothes at the Brazil-Bolivia border in the city of Corumbá-MS, showing some of the conflicts between the local formal commerce, supported by federal policies on border security and “Feira Bras-Bol” workers, mostly composed of Bolivians. We use as a case study

1 Departamento de Ciências Humanas e Letras - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMT) – Corumbá – Brasil – guvillela75@ig.com.br

“Operation Bras-Bol”, occurred in December 2009, as a milestone in the crackdown on the border informal trade by its grandeur, scope and the resulting social effects.

Keywords: border; trade; Corumbá.

Introdução

A Feira Bras-Bol, conhecida pela população local como “feirinha”, espécie de “camelódromo” local da cidade de Corumbá (MS), existe há dezoito anos, em um espaço semiformalizado situado atrás do Cemitério Santa Cruz, próximo ao centro da cidade. Ao longo do tempo esses comerciantes vêm negociando sua presença no espaço urbano, costurando sua existência entre o legal e o ilegal. A própria construção desse espaço para os feirantes, com barracas de madeira, telhado, banheiro, entre outras melhorias, pode ser considerada uma conquista deles. Antes da Feira Bras-Bol esses vendedores, em sua maioria de origem boliviana, trabalhavam nas ruas de Corumbá de maneira precária. Embora os feirantes da Bras-Bol paguem ICMS, tenham CPNJ, alvará da Prefeitura de Corumbá e possuam uma Associação, tem havido cada vez mais questionamentos sobre a legalidade da feira, em uma situação parecida com a do “camelódromo” de Ponta Porã (Brasil)-Pedro Juan Caballero (Paraguai), descrito por Banducci Jr. (2012) como um “mercado legal de produtos ilegais”.

Em sua constituição original, por exemplo, a Feira Bras-Bol previa que apenas produtos artesanais poderiam ser comercializados, o que de fato constitui uma ínfima parte dos produtos da feira (que trabalha basicamente com produtos *made in China*, em sua maioria roupas). Este é um dos principais motivos de conflito em torno da existência da feira ao longo dos anos, sobretudo em sua concorrência com o comércio formal de Corumbá, já que a maior parte dos produtos ali comercializados não paga os impostos de importação. Neste sentido, tanto a feira quanto seus trabalhadores vêm negociando sua permanência e a legitimidade de suas atividades junto ao Estado (tanto no nível federal, a partir de interesses e prerrogativas da Receita Federal e da Polícia Federal, quanto no municipal, a partir de interesses concorrentes da Associação Comercial e Empresarial de Corumbá – ACIC –, fundada em 1910).

Neste artigo analisaremos uma grande operação de repressão a essa feira, ocorrida na véspera do Natal de 2009, conduzida pela Receita Federal, como um exemplo para discutirmos as dinâmicas do comércio em uma cidade de fronteira. A “Operação Bras-Bol” pode ser considerada um marco na repressão

ao comércio informal na cidade de Corumbá, por sua grandeza, seu alcance e pelos efeitos subsequentes, pois acabou abrindo espaço para a instauração de outras operações de repressão ao comércio de roupas não tributadas na cidade de Corumbá nos anos seguintes, ao mesmo tempo em que deslegitimou a Feira Bras-Bol como um espaço comercial da cidade. Além disso, a “Operação Bras-Bol” explicitou, na prática, os conflitos e tensões em torno do comércio na cidade de Corumbá, dando início a uma série de medidas de repressão que resultaram na interdição total da Feira Bras-Bol no ano de 2013.

A partir desse contexto, procuraremos entender algumas dinâmicas do comércio local, em sua lógica de organização na fronteira, e apontar alguns dos conflitos que se estabelecem entre o comércio formal de Corumbá, apoiados por políticas federais de segurança na fronteira e os comerciantes da “feirinha”, em sua grande maioria composta por bolivianos. Este estudo de caso pode apontar para o entendimento de algumas questões na cidade de Corumbá, como por exemplo: as disputas políticas pelo espaço, pelo trabalho e pelos negócios entre brasileiros e bolivianos na fronteira, revelando as próprias relações de poder na cidade; a real interdependência entre os municípios de fronteira nos âmbitos econômico, social, administrativo e político; e as relações complexas de trabalho na fronteira, entendendo Corumbá não apenas como passagem de bolivianos (que migram, principalmente, para São Paulo), mas como destino de muitos indivíduos e famílias.

A Feira Bras-Bol: uma feira de fronteira

A cidade de Corumbá, situada na fronteira com a Bolívia, a partir da cidade de Puerto Quijarro, possui pouco mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2010) e tem no comércio uma de suas principais atividades econômicas. Como a cidade está situada no meio do “corredor bioceânico”, entre os portos de Arica, no Chile, e de Santos, no Brasil, são inúmeras as atividades comerciais que aí se desenvolvem, seja a partir de grandes exportadores de soja, minério, gás natural, por exemplo, seja a partir dos pequenos comerciantes que fazem sua vida nessa fronteira. Existe na cidade um intenso fluxo de caminhões e um grande número de transportadoras que trabalham com esse comércio binacional de exportações e importações.

O município de Corumbá se encontra em uma área de fronteira seca (na verdade há uma pequena ponte sobre um riacho entre os dois países), o que favorece o trânsito entre as duas cidades vizinhas, que é praticamente livre, para os moradores fronteiriços, pois não há barreiras fixas de policiais (a não ser

quando ocorrem operações de segurança). A fiscalização acontece basicamente na Receita Federal e pelos fiscais de trânsito do lado brasileiro, que eventualmente param carros ou pedestres, desde que haja a suspeita de que possam estar realizando algum comércio considerado ilegal (nem todos os veículos são parados, por exemplo). O trânsito entre as duas cidades é intenso em virtude do comércio e das relações sociais intrínsecas que aí se estabelecem. Destacamos ainda que no período noturno a fronteira permanece aberta e os postos da Polícia Federal e da Receita Federal ficam fechados, mantendo apenas vigilantes privados que vigiam a estrutura desses postos e não o fluxo na fronteira.

Os documentos de entrada nos países só são exigidos pela Polícia Federal, no Brasil, e pelo Control Fronterizo, no lado boliviano, para as pessoas que vão prosseguir viagem para outras localidades do Brasil e da Bolívia, quando se exige o carimbo do visto ou *permiso*, em que devem constar tempo de permanência, motivo de viagem, número do passaporte ou identidade e outros dados. Apenas no caso de a pessoa pretender “entrar” no país, ou seja, afastar-se da área “liminar” de fronteira, é que deverá cumprir totalmente o “rito de passagem”. Tudo isso favorece a convivência entre brasileiros e bolivianos, que nesta região é muito intensa, existindo um alto grau de interdependência entre os dois lados (tanto econômica quanto política, cultural e social). Além disso, essa convivência de diferentes povos, etnias e culturas na região vem de longa data, pois Corumbá é um município que historicamente recebeu muitos imigrantes, desde sírios, libaneses, palestinos, paraguaios e italianos, no passado, até os bolivianos, mais recentemente, o que confere uma diversidade étnica e social arraigada na cultura local.

O que se depreende desse cenário é que a fronteira é vivenciada localmente, até mesmo pelos órgãos oficiais de ambos os países, como uma área relativamente “comum” em que não se exige o documento de entrada oficial no país para circular entre Puerto Quijarro/Puerto Suárez e Corumbá/Ladário. Entretanto, nos últimos anos essa percepção por parte do poder público no lado brasileiro vem mudando, a partir de uma série de ações de controle e vigilância, sobretudo pela posição estratégica de Corumbá na ligação entre os países vizinhos e os grandes centros urbanos brasileiros, o que lhe confere um caráter de “porta de entrada” do Brasil.

Esse processo de circulação de riquezas, possibilidades de negócios e acumulação de capital, que atrai pessoas para a região de fronteira, e para Corumbá especificamente, depende, portanto, de um espaço relativamente integrado em redes mais amplas (com outros centros urbanos), em circuitos do grande capital e com alguma infraestrutura de serviços do Estado. Não é, portanto,

qualquer região de fronteira entre países que reúne essas condições, e é a cidade (o núcleo urbano) de fronteira que vai se configurar como o espaço propício para as oportunidades de negócio e de atração de mão de obra e como um mercado consumidor. Neste sentido, as cidades de Corumbá e Ladário (Brasil), na fronteira com Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia), podem ser consideradas um dos principais núcleos urbanos de fronteira entre o Brasil e seus países vizinhos, um ponto de conexão entre portos dos oceanos Pacífico e Atlântico e que conta com rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos. Destacamos ainda o crescimento econômico do Departamento de Santa Cruz, na Bolívia, após da década de 1990, sobretudo pela produção de gás e pela produção agrícola (especialmente de soja), que deslocou o eixo econômico da Bolívia para o oriente, em direção ao Brasil, a partir da fronteira com a cidade de Corumbá.

Para Becker (1985), a estruturação da fronteira se viabiliza pela mediação do urbano, que é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação e de seu ordenamento territorial. Para essa autora os núcleos urbanos, entre outros aspectos, constituem-se como dispositivos espaciais que sustentam a circulação, principalmente da força de trabalho e do capital. Assim, a circulação, principalmente de capital, força de trabalho e de informação, é que constitui a base da integração da fronteira (Becker, 1985). Entre os fatores de atração de pessoas para os núcleos urbanos de fronteira destacamos a presença de escola e serviços públicos, maiores oportunidades de emprego e expectativa de acumulação de capital, como de fato ocorre em Corumbá, principalmente para os trabalhadores informais.

Como a cidade de Corumbá está situada a cerca de 450 km de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, ao longo do tempo criou-se uma interdependência muito grande em relação às cidades bolivianas vizinhas, como Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Essa distância em relação à capital do estado acaba por encarecer também os preços de vários produtos do comércio formal da cidade, desde supermercados até as lojas, em geral, que têm que pagar fretes caros para receber os produtos que são repassados aos consumidores, e mesmo pelas contas de luz, que são taxadas pela distância. Tudo isso acaba favorecendo o comércio com a Bolívia como alternativa de consumo para muitos corumbaenses. Em Puerto Quijarro, por exemplo, em seu distrito de Arroyo Concepción, existe um grande e cada vez mais intenso comércio, principalmente de roupas *made in China*, além de *free-shoppings* como a Casa China e Miami House, que vendem produtos importados originais (de eletrônicos a bebidas, por exemplo). Muitos corumbaenses também optam por fazer compras no supermercado de Puerto Suarez, o Tocale, que oferece preços mais vantajosos. Além disso,

compra-se de tudo na fronteira, desde material de construção até utensílios domésticos e alimentos, entre outros, além de serviços como médicos e dentistas, que são utilizados de ambos os lados da fronteira.

O trânsito de pessoas e mercadorias na fronteira, portanto, é cada dia mais intenso, e grande parte da população de Corumbá e de Ladário, cidade vizinha, encravada no município de Corumbá, depende desse comércio fronteiriço para adquirir produtos a preços mais acessíveis. Além disso, desde a década de 1990 o comércio de Arroyo Concepción vem atraindo os “sacoleiros” de várias partes do Brasil, mas principalmente dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, o que vem chamando a atenção das autoridades brasileiras, principalmente através da Receita Federal, que reforçam cada vez mais os controles e as operações de repressão ao comércio de roupas chinesas adquiridas na Bolívia.

As feiras de rua, a Feira Bras-Bol, na cidade de Corumbá, e o comércio do outro lado da fronteira representam um terreno fértil em que a vida na fronteira se desenvolve, propiciando as condições para as interações sociais e culturais, em torno das quais as vidas das pessoas ganham sentido, negociando não apenas mercadorias, mas suas identidades, ou seja, essas feiras não representam apenas a possibilidade de geração de lucros,

mas jogos permanentes entre planos institucionais diversos que ora regulam, ora desregulam essas atividades; trajetórias sociais de pessoas singulares que levam a vida e desenvolvem habilidades e vocações comerciais em movimento (Neiburg, 2010: 14).

Para entendermos de que forma os vendedores e consumidores circulam por esses espaços e, além de consumir, constroem suas vidas em torno deles, procuraremos compreender quais relações constituem esse espaço fronteiriço e que o tornam possível, considerando-o como “circuitos comerciais, migrações, ilusões e apostas governamentais sobre os limites e as definições que se atravessam e que se questionam, que se levantam e reproduzem” (Rabossi, 2004: 25). Para esse autor, a dinâmica social de uma cidade de fronteira não segue as divisões marcadas pelo limite internacional, nem com relação ao trabalho, nem com relação à residência, já que muitos cruzam as fronteiras diariamente, o que configura a fronteira como um lugar privilegiado:

para pensar sobre negócios, sobre limites, sobre intercâmbios no limite do regulamentado, sobre as vidas daqueles que ganham sua vida através desses limites (é no aproveitamento dos diferenciais derivados desse pertencimento a espaços econômicos diferentes que encontramos uma das motivações que mobilizam o comércio) (Rabossi, 2004: 26).

Como funciona então o comércio de roupas nessa fronteira? Aonde se insere a Feira Bras-Bol nesse comércio? O que se vende nessas feiras? Quem vende? Quem compra? Em primeiro lugar, para responder a essas perguntas, podemos dividir o comércio de roupas na fronteira em quatro “pontos” principais, que serão descritos brevemente: O Centro Comercial 12 de Octubre, em Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, na Bolívia; a Feira Bras-Bol; as feiras livres de rua de Corumbá e Ladário; e o comércio formal do centro da cidade de Corumbá.

Nas inúmeras visitas feitas à Feira Bras-Bol entre 2009 e 2012, não apenas para realizar pesquisas de campo, mas para fazer compras, conversei com alguns vendedores que trabalham nas “bancas” da feira. Peças de vestuário, roupas e calçados são os principais produtos comercializados por essas pessoas e os mais procurados por consumidores de Corumbá. Nests local é possível adquirir, por exemplo, calças *jeans* de boa qualidade, com etiquetas de marcas famosas, produzidas na China, por R\$ 18,00, por exemplo, ou ainda sapatos e casacos por até R\$ 35,00, preços pelo menos 50% menores do que nos mercados “formais” da cidade. Os preços mais baixos que atraem muitos consumidores geram também uma tensão muito grande entre os vendedores formais, a partir da Associação Comercial e Empresarial de Corumbá, e os trabalhadores da Feira Bras-Bol, que também estão organizados na Associação dos Pequenos Comerciantes Bras-Bol, em uma disputa política pelo comércio e pelos consumidores de Corumbá.

Do lado boliviano, no distrito de Arroyo Concepción, no município de Puerto Quijarro, logo após cruzar a fronteira, está situado o Centro Comercial 12 de Octubre, (com mais de 200 bancas) conhecido em Corumbá como “Shopping Chão”, em uma brincadeira local com o Shopping China, famosa loja de importados situada em Puerto Quijarro. Em geral, nesse local se encontram os mesmos produtos vendidos na Feira Bras-Bol do lado brasileiro, porém com preços mais baratos (até 20% mais baratos). Por exemplo, camisas “Lacoste” no lado brasileiro podem custar R\$ 15,00 e no lado boliviano R\$ 12,00.

Além das lojas de roupas e calçados do Centro Comercial, há pelo menos mais de 100 lojas nas ruas de Arroyo Concepción, independentes, sem vinculação com a Associação, e que vendem, além de roupas, produtos eletrônicos, brinquedos, instrumentos musicais, bebidas e artigos de perfumaria. Há também inúmeros hotéis, restaurantes, bares e mercados de alimentos no entorno da feira. O ritmo de construção de novas lojas e pequenos centros comerciais é muito intenso e a cada ano mais pessoas se mudam de outras regiões da Bolívia para a fronteira em busca de trabalho. A principal razão da existência

desse efervescente e crescente comércio em Arroyo Concepción não é apenas o consumidor corumbaense, mas a “descoberta” desse comércio pelos “sacoleiros”, que vêm de ônibus fretados de outros estados (São Paulo e Paraná, principalmente) e do próprio Mato Grosso do Sul (de Campo Grande, principalmente).

Essa procura por roupas a preços muito mais baixos do que no Brasil também provocou reações nos controles fronteiriços; além disso, toda uma política brasileira de segurança para as fronteiras vem se redesenhando nos últimos anos. Destacamos por exemplo que desde 2010 toda uma cadeia de produtores, comerciantes e “transportistas” foi afetada pela Portaria 440² do Ministério da Fazenda do Brasil, instaurada a partir de 30 de julho de 2010, que modificou as regras para a declaração de mercadorias adquiridas em viagens ao exterior. Essa medida afetou bastante a vida dos comerciantes de Arroyo Concepción, diminuindo consideravelmente o movimento de “sacoleiros” na região, que são

2 Art. 1º Os bens de viajante procedente do exterior, a ele destinado ou em trânsito de saída do País ou de chegada a este serão submetidos ao tratamento tributário estabelecido nesta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por: I – bens de viajante: os bens portados por viajante ou que, em razão da sua viagem, sejam para ele encaminhados ao País ou por ele remetidos ao exterior, ainda que em trânsito pelo território aduaneiro, por qualquer meio de transporte;

II – bagagem: os bens novos ou usados que um viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, puder destinar para seu uso ou consumo pessoal, bem como para presentear, sempre que, pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação ou exportação com fins comerciais ou industriais;

III – bagagem acompanhada: a que o viajante levar consigo e no mesmo meio de transporte em que viaje, exceto quando vier em condição de carga;

IV – bagagem desacompanhada: a que chegar ao território aduaneiro ou dele sair, antes ou depois do viajante, ou que com ele chegue, mas em condição de carga;

V – bens de uso ou consumo pessoal: os artigos de vestuário, higiene e demais bens de caráter manifestamente pessoal, em natureza e quantidade compatíveis com as circunstâncias da viagem; e

VI – bens de caráter manifestamente pessoal: aqueles que o viajante possa necessitar para uso próprio, considerando as circunstâncias da viagem e a sua condição física, bem como os bens portáteis destinados a atividades profissionais a ser executadas durante a viagem, excluídos máquinas, aparelhos e outros objetos que requeiram alguma instalação para seu uso e máquinas filmadoras e computadores pessoais.

Art. 7º O viajante procedente do exterior poderá trazer em sua bagagem acompanhada, com a isenção dos tributos a que se refere o art. 6º: I – livros, folhetos e periódicos; II – bens de uso ou consumo pessoal; e III – outros bens, observado o disposto nos §§ 1º a 5º, e os limites de valor global de: a) US\$ 500,00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, quando o viajante ingressar no País por via aérea ou marítima; e b) US\$ 300,00 (trezentos dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, quando o viajante ingressar no País por via terrestre, fluvial ou lacustre. § 1º Os bens a que se refere o inciso III do caput, para fruição da isenção, submetem-se ainda aos seguintes limites quantitativos: I – bebidas alcoólicas: 12 (doze) litros, no total; II – cigarros: 10 (dez) maços, no total, contendo, cada um, 20 (vinte) unidades; III – charutos ou cigarrilhas: 25 (vinte e cinco) unidades, no total; IV – fumo: 250 (duzentos e cinquenta) gramas, no total; V – bens não relacionados nos incisos I a IV, de valor unitário inferior a US\$ 10,00 (dez dólares dos Estados Unidos da América): 20 (vinte) unidades, no total, desde que não haja mais do que 10 (dez) unidades idênticas; e VI – bens não relacionados nos incisos I a V: 20 (vinte) unidades, no total, desde que não haja mais do que 3 (três) unidades idênticas.

obrigados a levar uma quantidade menor de produtos (apenas três peças iguais por pessoa, em uma cota total de US\$ 300 – trezentos dólares estadunidenses –, por exemplo) (Costa, 2011b).

Ao perguntar para as pessoas em Corumbá por que faziam compras na “feirinha” do lado brasileiro, em vez de ir à Bolívia, pois os produtos de lá seriam os mesmos e mais baratos, quase todos os entrevistados deram respostas do tipo *a feirinha é mais perto... é mais fácil ir até lá... não precisa ir até a fronteira*. Arroyo Concepción fica a apenas 5 km do centro de Corumbá e existe o ônibus municipal de Corumbá, “Fronteira”, porém a percepção dessa distância para os moradores da cidade os leva a comprar na Feira Bras-Bol, localizada próxima ao centro da cidade. Moradores de bairros distantes teriam que pegar dois ônibus para ir à fronteira, o que de acordo com eles não compensaria pela distância e pelo tempo gasto no trajeto.

Outro ponto peculiar do comércio de roupas na fronteira são as feiras livres de Corumbá, que vendem, em uma escala muito menor, os mesmos produtos da Feira Bras-Bol, com preços muito parecidos. Nessas feiras itinerantes, em que predominam produtos de hortifrúti, se vende de tudo, desde peças de bicicleta a brinquedos e roupas. Nessas feiras de rua também predominam os feirantes bolivianos, que vêm das cidades vizinhas do lado boliviano. A maior parte das hortaliças vendidas nessa feira é cultivada também no lado da Bolívia. Outra atração para os consumidores nas feiras de rua são as roupas usadas, oriundas de doações de ONGs estadunidenses, que também são vendidas nessas feiras a preços atraentes, movimentando ainda mais o comércio informal.

Por fim, temos o comércio “formal” do centro da cidade, em geral dominado por comerciantes sírios, libaneses e palestinos, mas que possui em sua Associação Comercial membros de famílias tradicionais de Corumbá. No centro da cidade estão lojas de eletrodomésticos, óticas, farmácias, lojas de calçados e roupas, entre outras. Nas lojas são vendidas roupas em sua maioria fabricadas no Brasil e de melhor qualidade, a preços muito mais altos do que as vendidas nas feiras citadas. Em geral, essas lojas atraem os consumidores de mais alta renda da cidade e também aqueles que precisam comprar a prazo, pois as feiras populares, do comércio informal, não aceitam cartão de crédito (na enorme maioria das bancas) e, portanto, não podem parcelar as compras. Nessas lojas é comum também que o cliente possa fazer um “carnê” e pagar por mês a compra parcelada, o que é um chamariz para os consumidores de mais baixa renda. Essas são as lojas “caras”, cujas roupas dão grande prestígio a quem as usa na cidade, ao contrário das roupas da “feirinha” ou das roupas adquiridas na Bolívia.

Como os outros pontos de comércio de roupas são comércios populares, existe um certo estigma sobre as roupas aí compradas, que pode ser exemplificado em falas que emanam principalmente das classes média e alta de Corumbá como essa: *Ih, eu não uso isso não! Isso é roupa da feirinha!*; ou então, mesmo quando adquirem roupas das feiras populares, escutam-se comentários do tipo: *Viu que legal? Nem parece roupa da feirinha*. Algumas pessoas entrevistadas também reclamaram da qualidade das roupas chinesas ali vendidas e do que consideram um “mau gosto” por parte dos bolivianos, especialmente o público feminino, sobretudo em relação às calças *jeans, que não vestem bem no corpo da brasileira... e as roupas “dos bolivianos” são muito coloridas...*

Grande parte dos vendedores da Feira Bras-Bol, distribuídos em 204 “bancas”, é composta por bolivianos que vêm de diversas partes desse país, mas principalmente do altiplano, para Corumbá. Além disso, muitos brasileiros trabalham na feira, como patrões ou como empregados, além de uma minoria de origem palestina, síria ou libanesa. De acordo com o presidente da Associação dos Pequenos Comerciantes Bras-Bol, em torno da feira trabalham cerca de 1.200 pessoas. Destacamos que este é um número muito difícil de medir, pois envolve desde o transporte das roupas a partir da rodoviária de Puerto Quijarro ou da estação ferroviária até os depósitos da mercadoria, no lado boliviano ou no lado brasileiro, passando pelos carros que levam e trazem mercadorias, até chegar ao pessoal que trabalha diretamente na feira. O entorno da Feira Bras-Bol também se tornou um local de comércio, a partir do movimento de frequentes e trabalhadores da feira, com depósitos de bebidas, lojas de material de construção, restaurantes, entre outros estabelecimentos.

Além dos feirantes, destacamos outro posto de trabalho muito importante em torno da Feira Bras-Bol: os motoristas bolivianos, que de fato são os atores sociais que cruzam a fronteira com mercadorias e pessoas que vão trabalhar na feira. O trânsito de veículos bolivianos na cidade de Corumbá ficou mais restrito a partir de 2010, o que afetou diretamente os trabalhadores da “feirinha”. Neste ano foi feito um cadastro, pela Agetrat (Agência Municipal de Trânsito e Transporte), de veículos bolivianos que realizam transporte para as feiras de Corumbá. A medida municipal visava a combater o que a prefeitura considerava “transporte clandestino” de passageiros, ou seja, apenas os veículos que trabalham nas feiras poderiam ser cadastrados e circular livremente no lado brasileiro. Esse acordo estabeleceu que os veículos bolivianos deveriam ser cadastrados e receber selos de identificação autorizando a circulação no Brasil, apenas com o intuito de abastecer os vendedores autônomos das feiras livres e da Feira Bras-Bol.

É preciso destacar que esse reconhecimento da importância dos veículos emplacados na Bolívia, que operam no lado boliviano como táxis e fazem o transporte de feirantes e mercadorias para o lado brasileiro, para o abastecimento da feira, foi uma reivindicação da Associação de Comerciantes da feira Bras-Bol. Nesse sentido, esses taxistas adquiriram com o acordo firmado legitimidade diante do Estado brasileiro para se tornarem intermediários no transporte de mercadorias, o que também demonstra a diversidade de trabalhadores que dependem da Feira Bras-Bol para viver. Por outro lado, o reforço do controle de veículos bolivianos no lado brasileiro é mais um indício de que, desde 2009 pelo menos, vem se fechando o “cerco” em relação à permanência dos comerciantes bolivianos no lado brasileiro, tanto nas feiras de rua, na “feirinha”, quanto em seus carros particulares e táxis “clandestinos” que rodavam em Corumbá, (Costa, 2011a).

Para entendermos quem são os trabalhadores da Feira Bras-Bol, procuramos saber, a princípio, qual a origem desses trabalhadores e como chegaram até Corumbá. A partir das entrevistas feitas na “feirinha” percebemos que muitos trabalhadores no local já possuem uma história anterior de migração interna na Bolívia, principalmente do altiplano para o departamento de Santa Cruz. Foi possível perceber nas trajetórias de vida de alguns desses trabalhadores que há um processo contínuo de êxodo rural no interior da Bolívia, em que as pessoas procuram melhores oportunidades nas cidades, abandonando suas atividades como trabalhadores rurais para se dedicar principalmente ao comércio informal.

Existe, portanto, uma rota de busca por trabalho que leva grande parte desses migrantes do altiplano a Santa Cruz de La Sierra e depois ao Brasil, tanto para Corumbá quanto para São Paulo (destacamos, porém, que essa migração para a cidade de São Paulo não será abordada neste artigo). Este é o cenário social predominante dos trabalhadores da Feira Bras-Bol: pessoas atraídas para a fronteira com o Brasil, que se apresenta como um local propício aos negócios, em função da ambiguidade de valores de moedas e do alto valor do real em relação ao boliviano e pelas possibilidades de lucro com a passagem de mercadorias não taxadas pelos governos (reatualizando a relação histórica entre povoamento de fronteiras e o “contrabando”). Embora seja possível afirmar que grande parte dos produtos vendidos na feira seja trazida diariamente por comerciantes que fazem o chamado “contrabando formiga” a partir de Puerto Quijarro, nos discursos dos comerciantes da Feira Bras-Bol a origem da mercadoria seria a da via legal: São Paulo ou Campo Grande (via Paraguai) e as mercadorias teriam nota fiscal. Alguns comerciantes, de fato, comercializam roupas oriundas de Goiânia e São Paulo (especialmente moda feminina), mas também adotam esse

circuito comercial legal como uma tática para legalizar parte de seus produtos, apresentando notas fiscais de parte de suas mercadorias.

A Feira Bras-Bol pode ser considerada, portanto, um exemplo típico da complexidade da vida fronteiriça e de sua difícil regulação por parte do Estado. As relações complexas que se estabelecem entre indivíduos e grupos sociais na fronteira Corumbá/Ladário, no Brasil, Puerto Quijarro/ Puerto Suarez, na Bolívia, que interagem sob condições econômicas e políticas específicas, produzem uma configuração social peculiar e complexa nessa região de fronteira. A partir de entrevistas realizadas na feira notamos que muitos pais bolivianos optaram por ter seus filhos no Brasil, na maternidade pública de Corumbá, e que essas crianças e esses adolescentes estudam em escolas no lado brasileiro. Uma parte considerável desses trabalhadores de origem boliviana mora também no lado brasileiro, adotando Corumbá como seu novo lar, possuindo documentos como identidade ou título de eleitor. Mesmo que suas famílias optem por viver no lado boliviano, esses jovens e crianças, que muitas vezes têm dupla nacionalidade, cruzam todo dia a fronteira para estudar e são totalmente bilíngues, revelando processos de interação social e de “hibridização” cultural muito interessantes. Muitos desses jovens ajudam seus pais no trabalho da feira, que acaba se tornando um espaço de interação social e de circulação cultural.

A feira é então muito mais do que um lugar de comércio, e pode ser considerada uma espécie de síntese do encontro com o “outro” na fronteira, como um local onde a cultura se “reinventa” a todo momento. Caminhando por suas “bancas” é possível escutar *cumbias*, pagodes, *funk*, música sertaneja, *huaynos* (músicas andinas), além de noticiários da televisão boliviana ou programas como *Caldeirão do Huck* ou *Domingão do Faustão*, da Rede Globo. As camisas de times de futebol são as mais diversas: desde de clubes brasileiros, como Flamengo e Corinthians, às de times bolivianos (Bolívar, Oriente Petrolero) e times de futebol europeu. Perguntando a alguns jovens, muitos dizem torcer por um time no Brasil e por outro na Bolívia. Muitas línguas são faladas na feira também, como o castelhano, o português, o *aymara*, o quíchua e o árabe, fora as “misturas” de portunhol, utilizadas pelos vendedores para se comunicar com os compradores brasileiros, que por sua vez não fazem a menor questão de falar o castelhano, o que denota, em grande medida, uma sensação de superioridade e indiferença também por parte dos brasileiros (que mesmo do lado boliviano não fazem questão de falar o castelhano, ou mesmo o “portunhol”).

A partir da Feira Bras-Bol os bolivianos que vivem e trabalham na cidade de Corumbá também reafirmam sua identidade a partir de festividades e cultos religiosos realizados no local. Na Páscoa, os feirantes celebram ali uma missa, e

em 2012 aproveitaram a data para realizar a posse do novo presidente da Associação, comemorando a data com uma *saltenhada* (a *salteña* é um salgado típico da Bolívia). No dia 26 de agosto de 2012 os feirantes de origem boliviana organizaram a festa anual da Virgen de Urkupiña, padroeira de Cochabamba e da Integração Nacional da Bolívia, que reúne devotos não apenas bolivianos, mas também brasileiros. Essa santa “boliviana” já encontra adeptos na cidade de Corumbá, como podemos notar nos supermercados da cidade que vendem velas para Nossa Senhora de Aparecida lado a lado com velas da Virgen de Urkupiña, revelando processos de circulação cultural e de invenção de novas tradições na cidade.

Na Feira Bras-Bol há uma “gruta” onde foi montado um altar em que ficam lado a lado a imagem da Virgem de Urkupiña e a de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e a da Virgem de Caacupé, padroeira do Paraguai, ressaltando o caráter fronteiriço da “feirinha”. No ano de 2012 acompanhamos a festa na qual foi celebrada uma missa, na própria Feira Bras-Bol, pelo padre brasileiro da Pastoral da Mobilidade Humana de Corumbá. Após a missa, os devotos seguiram em cortejo até a igreja Dom Bosco, em Corumbá, e depois prosseguiram em direção a Puerto Quijarro, onde organizaram uma festa em louvor à Virgem de Urkupiña, já em solo boliviano.

A Feira Bras-Bol, portanto, não está dissociada da cidade, do bairro, das ruas de Corumbá, muito pelo contrário, é parte indissociável da paisagem cultural e urbana. Além disso, como a feira existe há 18 anos em Corumbá, podemos considerá-la um verdadeiro “patrimônio” cultural da cidade. A Feira Bras-Bol já se tornou, inclusive, um ponto turístico de Corumbá, atraindo os turistas que visitam a região e o pantanal, curiosos com a “feira dos bolivianos” e interessados em comprar produtos mais baratos. A Feira Bras-Bol é entendida aqui como um “fato social total”, isto é, como um fenômeno que engloba várias dimensões, sejam elas econômicas, políticas, religiosas, sociais, culturais, entre outras, e ao estudá-la entendemos como, de fato, os limites não imobilizam as pessoas, mas são atravessados por elas, e como as culturas estão permanentemente em fluxo. A partir daí podemos compreender as zonas fronteiriças como locais privilegiados para observarmos que há lugar para a ação de indivíduos e grupos no manejo da cultura, a partir de uma reorganização da cultura e das identidades no espaço. As fronteiras são, portanto, espaços em movimento e os limites, assim, são entendidos como algo através do que se dão os contatos e interações (não marcando culturas isoladas) (Barth, 2000b; Hannerz, 1997). A existência de espaços de interação social como a Feira Bras-Bol, portanto, tem implicações sociais profundas, pois não se trocam apenas mercadorias, mas laços de

solidariedade, lealdades e sentimentos, ou seja, são coletividades que se vinculam na fronteira e contribuem para formar a vida social de Corumbá.

Apesar dessa interação intensa em espaços como a “feirinha”, entendemos que a vinculação entre as cidades de ambos os países ocorre em uma área de fronteira assimétrica, pois não apenas o Brasil acaba exercendo uma dominação econômica sobre a Bolívia, mas também, localmente, o município de Corumbá se caracteriza como um polo de atração para os moradores dos municípios bolivianos vizinhos. Neste diferencial de poder, a presença dos bolivianos no lado brasileiro é vista por alguns segmentos sociais, do lado brasileiro, como um problema social em Corumbá, por diversas razões, e existe, tanto no campo do discurso quanto no da prática, uma forte estigmatização em relação aos bolivianos e seus descendentes (que em alguns casos ou são brasileiros, ou possuem a dupla nacionalidade). De acordo com os próprios feirantes, alguns abusos foram cometidos por policiais na “Operação Bras-Bol”, que podem revelar uma sociodinâmica de estigmatização, a partir de um processo de exclusão social e de construção social de preconceitos em relação aos bolivianos em Corumbá, como veremos a seguir.

A “Operação Bras-Bol”: um marco na repressão ao comércio informal em Corumbá

No dia 15 de dezembro de 2009, uma ação conjunta entre o Ministério Público Federal (MPF), o Grupo de Atuação Especial em Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), as Polícias Federal, Civil e Militar de Corumbá, as Receitas Federal e Estadual, com o apoio da Polícia Militar Ambiental e do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), apreendeu 70 toneladas de mercadorias, causando grande surpresa e polêmica na cidade de Corumbá, pela força com que a ação aconteceu, sem precedentes na cidade. Essa operação de repressão à “feirinha” pode ser considerada um “marco repressivo”, que começou a instaurar uma nova ordem na cidade de Corumbá, apoiada por políticas federais. Destacamos, também, que fora o tráfico de drogas e armas o principal crime fronteiriço combatido na fronteira, em Corumbá, é o *descaminho*, a partir do comércio de roupas chinesas, ao contrário da fronteira com o Paraguai, cujo principal foco de ação da Receita Federal e dos órgãos de segurança em relação ao contrabando é barrar os produtos eletrônicos e os cigarros.

Para compreendermos as motivações para a deflagração da “Operação Bras-Bol” de 2009 é preciso destacar que ao longo do tempo a presença dos comerciantes bolivianos e principalmente do comércio das roupas “não tributadas”

vem causando incômodos e fomentando ações do poder público, influenciados tanto por demandas políticas locais, sobretudo da Associação Comercial de Corumbá, quanto por demandas nacionais de segurança na fronteira e que visam a coibir a entrada de produtos não tributados no Brasil.

Essa operação, inédita até então, abriu caminho para a legitimação da repressão das autoridades brasileiras. A partir daí teve início a uma série de ações do poder público no sentido de reprimir o comércio informal na cidade de Corumbá, realizado principalmente por indivíduos de origem boliviana, articulando setores locais (especialmente os comerciantes “formalizados” da cidade) e políticas federais. Além disso, a “feirinha” foi perdendo, pouco a pouco, sua legitimidade com um centro comercial de Corumbá, com as seguidas operações deflagradas desde 2009.

Em entrevista ao jornal *Diário Corumbaense* do dia 15 de dezembro de 2009, um procurador do Ministério Público Federal afirmou que a “Operação Bras-Bol” surgiu de um “clamor social” diante da situação vivida na fronteira entre Brasil e Bolívia, *alvo de críticas por diversos segmentos da sociedade por conta da fiscalização insuficiente*. Ainda segundo o procurador, a data foi escolhida por conta das festividades de Natal, quando os comerciantes se abastecem com maior quantidade de produtos para atender à demanda de vendas, aquecidas nessa época. A “Operação Bras-Bol”, portanto, visou causar o máximo de prejuízo aos comerciantes bolivianos, favorecendo ao máximo o comércio local, formal, na época de Natal.

Na mesma reportagem, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Corumbá disse que apoiava a iniciativa do Ministério Público Federal e que *já estava na hora de uma fiscalização mais atuante*. O presidente lembrou que:

se o comerciante estabelecido não pode vender produtos sem nota fiscal, feirantes também não. Não temos nada contra os que trabalham na Feira Bras-Bol, só que ali tem que ser comercializado somente o que é permitido, ou seja, artesanato, e não é o que acontece há muito tempo. O comércio corumbaense estabelecido sofre todo o tempo a fiscalização dos órgãos competentes, enquanto os feirantes não. Ninguém é contra ninguém, mas é preciso que haja ordenamento correto das coisas (www.diarionlie.com.br).

Em reportagem veiculada no dia 17 de dezembro pela TV Morena, o então cônsul da Bolívia em Corumbá afirmou que “houve exagero na operação”. Segundo ele, os produtos apreendidos eram de comerciantes bolivianos da Feira Bras-Bol. O cônsul afirma que todos eles pagam R\$ 70 por mês de ICMS e que

boa parte da mercadoria levada pela Receita Federal tinha nota fiscal. De acordo com suas palavras:

Nós estamos preocupados com a dimensão dessa operação muito publicitária e que arranha a imagem da feirinha Bras-Bol e da comunidade boliviana radicada em Corumbá. Podem pensar que todo boliviano é contrabandista, e nem todos os bolivianos são contrabandistas aqui em Corumbá (www.globo.com).

Se aproximamos nosso foco de análise para as regiões fronteiriças, observamos que não apenas as identidades, mas também as práticas sociais dos moradores fronteiriços se processam, em grande medida, na tensão entre o controle do Estado e a possibilidade de sua evasão (Grimson, 2000). A situação do comércio realizado entre os dois lados da fronteira, que na óptica do Estado e do dogma da soberania é visto como “contrabando” ou “descaminho”, ou ainda como uma prática comercial danosa ao comércio da cidade, é de fato uma prática comercial e de subsistência que faz parte da vida das cidades (da região fronteiriça) e da vida das pessoas (vendedores e consumidores). Todos os moradores da fronteira, de alguma forma, têm de lidar diretamente com essa questão no seu dia a dia, em função das vantagens comerciais decorrentes da existência de dois ou mais câmbios na fronteira (na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, além do real e do boliviano, utiliza-se o dólar, nas casas de produtos importados no lado boliviano). Nesse sentido, Neiburg coloca as seguintes questões:

Mas o que é “informal”? Para quem? E em que contextos? Mais ainda, qual é o sentido da legalidade ou da ilegalidade para as pessoas que comerciam em espaços nos quais ela é colocada em dúvida, como nas regiões das fronteiras nacionais, onde o comércio confunde-se com o contrabando? (Neiburg, 2010: 10).

Observamos, a partir de entrevistas, que essa questão propicia debates e demandas por parte dos feirantes da Bras-Bol para a criação de políticas comerciais específicas. Em entrevista, um membro da Associação reivindicava que a fronteira entre Corumbá e Ladário (Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) se tornasse uma zona mais livre, que permitisse a entrada de cotas maiores de produtos não taxados, ou ainda que se criassem impostos específicos e formas de legalizar os trabalhadores da Bras-Bol para manter os postos de trabalho. Além disso, alguns feirantes reivindicaram que os controles da Receita Federal fossem realizados na saída de Corumbá, na BR-262.

Demandas como essa apontam para o entendimento por parte de alguns atores sociais da especificidade do comércio fronteiriço em Corumbá, propondo uma diferenciação entre os comerciantes que vivem *na* fronteira, como é o caso dos feirantes da Bras-Bol, dos comerciantes que vivem *da* fronteira e que vão levar esses produtos para o interior do Brasil (como é o caso dos “sacoleiros”, por exemplo).

Esse comércio (de produtos “contrabandeados” ou “piratas”) é, de fato, a única oportunidade de emprego e de inserção social para um grande número de trabalhadores. De acordo com Telles e Hirata,

é justamente nas fronteiras porosas entre o legal, o ilegal, o formal e o informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho (Telles e Hirata, 2007: 174).

De acordo com Telles (2009), embora o comércio informal exista há muito tempo nas cidades brasileiras, nos últimos quinze anos houve uma mudança de escala, acompanhando os ritmos e as aceleradas evoluções da abertura dos mercados e circuitos transnacionais por onde circulam bens e mercadorias, ultrapassando fronteiras, regulamentações, restrições nacionais (sobretudo a partir do visível fenômeno de comercialização de mercadorias falsificadas e contrabandeadas) (Telles, 2009). Ressaltamos, porém, que as relações complexas que se estabelecem entre o formal/informal, legal/ilegal não são fenômenos exclusivos das cidades de fronteira (mas que nesses lugares adquirem um caráter peculiar), pois na verdade podem ser consideradas um “fenômeno transversal na experiência contemporânea” (ibid.).

É preciso destacar também que a própria categorização da mercadoria como legal ou ilegal é bastante frágil e problemática, pois desde sua fabricação na China até chegar à mão do consumidor esse produto muda seus *status*, passando da legalidade à ilegalidade, da formalidade à informalidade, dependendo da situação e da legislação dos países e também das conjunturas locais. No caso citado dessa operação em Corumbá é possível que algumas mercadorias não estivessem legalizadas, mas por outro lado os comerciantes bolivianos da Bras-Bol pagam ICMS, e pagam por seu espaço de trabalho, por exemplo. Para entender essa situação ambígua da mercadoria, Pinheiro Machado afirma:

Da linha de produção de uma mercadoria na China até o seu destino final em uma banca de camelô de uma cidade brasileira qualquer [...] há um sistema econômico complexo e multifacetado, alternando níveis de formalidade e informalidade ao longo de uma extensa cadeia mercantil. Nesse circuito global de bugigangas *made in China*, a noção de “ilícito” também se torna de difícil apreensão, ao se metamorfosear durante um ciclo transnacional, cujas fronteiras com o mundo ideal da regulamentação do Estado são extremamente tênues e confusas (Pinheiro Machado, 2008: 1).

Em entrevista realizada com o presidente da Associação de Comerciantes da Feira Bras-Bol, percebemos a produção de um discurso orientado no sentido da defesa de legalidade³, que procura legitimar o trabalho no comércio apenas a partir do pagamento de tributos ao Estado brasileiro (a questão da inserção social e do emprego raramente aparece nas arenas públicas do debate).

Algumas questões sobre os negócios fronteiriços nos parecem pertinentes em nosso debate sobre os efeitos da “Operação Bras-Bol”: a quem interessa, tanto localmente quanto no âmbito federal, reprimir o comércio informal nessa fronteira? Quais são os mecanismos de controle, vigilância e repressão para garantir a execução da lei? Quais os impactos sociais dessas medidas de repressão em Corumbá e nas cidades vizinhas do lado boliviano? Quais dinâmicas específicas das cidades de fronteira estão em jogo nesses comércios populares?

Em primeiro lugar, podemos pensar na grande lucratividade dessas atividades para os comerciantes, aliada à falta de empregos formais na região. Ao trafegar por dois ou mais regimes jurídicos e econômicos, algumas mercadorias adquirem o *status* de ilegalidade perante legislações nacionais, escapando ao recolhimento de tributos, o que propicia grandes lucros para os comerciantes e baixos preços para os consumidores. Em segundo lugar, essa operação de compra e venda característica das fronteiras não apenas fornece o mecanismo de capitalização de comerciantes como acaba por dinamizar a vida econômica dessas cidades fronteiriças, gerando parte significativa do trabalho (em sua maioria informalmente), movimentando o consumo, atraindo mão de obra fixa e transitória para essas localidades. Além disso, podemos questionar em que medida a peculiaridade da situação das fronteiras nacionais condiciona certas práticas de aquisição de lucro e configura um modo específico de fazer negócios, sejam

3 O antropólogo Álvaro Banducci Jr. (2012) identificou o mesmo tipo de discurso orientado no sentido da legalidade por parte de comerciantes no lado brasileiro da fronteira com o Paraguai e problemas muito semelhantes enfrentados pelos comerciantes nas cidades de Ponta Porã (Brasil), Pedro Juan Caballero (Paraguai), no Shopping Calçadão Mercosul.

eles legais ou ilegais. A fronteira é entendida, assim, como um lugar onde há a possibilidade de ascensão social para determinados indivíduos e onde existe certa liberdade de ação em relação às leis nacionais, em função da existência de dois ou mais regimes jurídicos, econômicos, políticos e sociais.

É justamente por ser um espaço liminar que a fronteira se constitui, por um lado, como uma área propícia à insubordinação de indivíduos e grupos sociais em relação à legislação nacional, ou seja, como um lugar onde existe relativa liberdade de ação (que a torna uma região mais fluida e não totalmente estruturada), e, por outro, como um lugar onde se exerce mais visivelmente o controle e a repressão do Estado, que pretende controlar e regular seu espaço soberano. Nesse sentido concordamos com Velho quando compreende a fronteira como “o *locus* onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor se combinam, e é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira” (Velho, 1979: 102). De acordo com Machado, nas fronteiras está sempre presente o:

desafio ao conceito de lei territorial representado pela situação de fluidez e imprevisibilidade nas faixas de fronteira, onde pouca lei e pouco respeito à lei desafiam os limites de cada Estado. Esse processo de diluição dos limites nacionais se deve não só à multiplicação de redes transfronteiras mas também à competição entre diferentes sistemas de normas, induzida pelos próprios Estados e por outras grandes organizações, legais e ilegais. Frente a essa instabilidade, a circulação informal, organizada em torno de relações de parentesco, amizade e mesmo etnicidade, é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei (Machado, 1998: 46).

Existe, portanto, em vários momentos, uma tensão entre a lógica do Estado e a lógica dos moradores, que desafiam e transgridem as normas e os limites estabelecidos pelo mapa, que representa um símbolo da soberania e da gestão administrativa do território. Essa ameaça ao monopólio de poder, pretendido pelo Estado, posta em prática pelos moradores fronteiriços é combatida na prática por um corpo de funcionários que atuam como “vigias da desordem, prevendo os perigos de criminalidade e sancionando os desvios”, representando um aparelho de Estado que se apoia em pequenos panoptismos⁴ regionais e dispersos

4 O conceito de panoptismo pode ser descrito, resumidamente, como uma invenção tecnológica na ordem do poder e do controle, executada historicamente a partir de instituições sociais como as escolas, casernas, hospitais, onde ocorreu a experiência da vigilância integral que é incorporada pelos aparelhos policiais e pela administração do Estado. Essa continuidade carcerária e a difusão da forma-prisão permitem legalizar e legitimar um poder disciplinar (Foucault, 1997).

(Foucault, 1979: 160). Podemos considerar que a indisciplina dos comerciantes que “insistem” em realizar o comércio nas fronteiras configura uma subversão ou uma insurreição contra os efeitos de poder centralizadores, ligados à instituição e ao funcionamento de discursos do Estado.

De acordo com Foucault, as relações de poder não podem estar dissociadas dos discursos, que pretendem produzir verdades, a que se acopla o direito, por exemplo. O direito deve ser visto, portanto, como um “procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida” (Foucault, 1979: 182). O estudo dos processos de vigilância na fronteira, não apenas a partir de grandes operações policiais, pode revelar mecanismos de atuação do poder nos locais onde é implantado e onde produz efeitos reais. Os postos fronteiriços de vigilância alfandegária e policial demandam certos procedimentos disciplinares que são incorporados também pelos moradores que cruzam a fronteira diariamente, impondo normas e padrões, gestos, olhares e comportamentos. O poder soberano exercido pelo Estado não se impõe somente sobre o território, mas também sobre os corpos e sobre os comportamentos.

Esse tipo de vigilância na fronteira faz parte do jogo fronteiriço a que estão acostumados os moradores de Corumbá e de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, em que a lógica do Estado é a todo momento desafiada pela lógica dos moradores locais, que remanejam localmente os próprios limites dos Estados nacionais, construindo, como agentes da história, a vida na fronteira, nas margens do Estado.

Considerações finais

Esse tipo de operação de apreensão de mercadorias na fronteira, como foi o caso da “Operação Bras-Bol”, por exemplo, não leva em conta as particularidades do comércio local ao impor um direito de abrangência nacional, que ignora as dinâmicas locais de compra e venda de mercadorias na área da fronteira, impondo ainda um caráter moral, que é sancionado pela opinião pública. Ao classificar o comércio fronteiriço apenas como “contrabando”, adota-se uma visão do Estado para esse tipo de comércio, e não a visão das populações locais, que veem essa prática como legítima (ver Flynn, 1997; Wilson e Donnan, 1999).

Nesse sentido, podemos considerar que o comércio considerado “ilegal” perturba não apenas a ordem econômica dos países, mas também o sentido do Estado como instância de poder e seu monopólio, não apenas como gestor de um território e de seus recursos econômicos e sociais, mas também como agente produtor de discursos e de uma moral que hierarquiza e estigmatiza certos grupos sociais. Esse caráter moral, que hierarquiza e criminaliza

as atividades de comércio tidas como “contrabando” (especialmente em uma cidade fronteira como Corumbá), se difunde pela sociedade, pela opinião pública e pelo direito, que visa a punir a atividade de modo a permitir a intervenção da opinião pública como sancionadora, ou seja, com o beneplácito da sociedade. Esse aspecto moral da sanção punitiva, que se difunde pela sociedade, nos ajuda a compreender a reprodução social de discursos e representações preconceituosas, reforçando na cidade de Corumbá o estigma sobre os bolivianos, que estariam associados às práticas comerciais consideradas ilegais pelo Estado.

Essa opinião pública ainda, justamente pelo caráter moral em que julga tal situação que está na margem da lei, praticamente não distingue o comerciante que vende roupas sem nota fiscal do traficante de armas ou drogas, por exemplo. Essa situação moral construída pela ação do Estado (e por discursos de atores sociais interessados), associada a esse tipo de comércio, transcende as práticas dos atores sociais e adere à própria região de fronteira, à qual se associam inúmeros preconceitos relativos ao isolamento, à violência, à anomia e à marginalidade, entre outros. São esses discursos e representações que justificam as políticas progressivas de “fechamento” e controle dos fluxos fronteiriços em Corumbá e que acabam por legitimar e colocar em prática ações do Estado como a “Operação Bras-Bol”. Localmente, setores políticos e econômicos de Corumbá inserem suas demandas na disputa pelo comércio local a partir dessas políticas públicas federais, que lhes dão suporte legal.

Por fim, observamos que todo esse processo gradativo de restrição de pessoas e mercadorias na fronteira Brasil-Bolívia, exemplificado em seus efeitos reais pela “Operação Bras-Bol”, além de ter um impacto social na região, acaba por negar a existência de uma lógica própria nas fronteiras, que poderiam ser pensadas a partir de políticas públicas específicas, que criassem espaços de negociação mais democráticos.

Referências

- BANDUCCI Jr., Álvaro. Mercado informal na fronteira Brasil-Paraguai: Shopping Calçadão Mercosul. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2-5 julho 2012, São Paulo (SP), Brasil.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000a.
- BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades contemporâneas. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000b.

- BECKER, Bertha K. Fronteira e urbanização repensada. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 47, n. 3/4, 1985, pp.315-476.
- COSTA, Gustavo V. L. Contrabando para quem? Controle e (in)disciplina na fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá (MS). In: *Anais do II Congresso Internacional do NUCLEAS*. Rio de Janeiro, 2010.
- COSTA, Gustavo V. L. Os taxistas na fronteira Brasil-Bolívia: comércios de fronteira, identidades negociadas. In: IX Reunião de Antropologia do Mercosul, 2011, Curitiba. IX RAM – GT40. *Fronteiras entre o legal/ilegal: mercados informais, dinâmicas criminais e dispositivos de controle*, 2011a.
- COSTA, Gustavo V. L. Fechar a fronteira: rituais, estratégias políticas e mobilização social em Arroyo Concepción/Puerto Quijarro – Bolívia. In: COSTA, E. A. da, COSTA, G. V. L. da, OLIVEIRA, M. A. M. de (Orgs.). *Fronteiras em foco*. Campo Grande, Editora da UFMS, 2011b.
- DONNAN, H., e WILSON T. M. *Borders: Frontiers of Identity, Nation and State*. Oxford/New York, Berg, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- FLYNN, Donna, K. “We Are the Border”: Identity, Exchange, and the State along the Benin-Nigeria Border. *American Ethnologist* 24(2), 1997, pp. 311-330.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- GRIMSON, Alejandro. Pensar fronteras desde las fronteras. *Nueva Sociedad*, Honduras, n. 170, nov.-dez. 2000.
- HANNERZ, Ulf. Fluxo, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 1, n. 3, 1997, pp. 7-39.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, T. M., DAMIANI, A., SCHAFFER, N. O., BAUTH, N., DUTRA, V. S. (org.). *Fronteiras e espaço global*, Porto Alegre, AGB Porto Alegre, 1998, pp. 41-49.
- NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia In: DIAS DUARTE, L. F. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil – Antropologia*. São Paulo, ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.
- NORDSTROM, Carolyn. *Global Outlaws. Crime, Money and Power in the Contemporary World*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 2007.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), n. 67, 2008.
- RABOSSI, Fernando. Nas ruas de Ciudad Del Este. Vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese de Doutorado, PPGAS – Museu Nacional – UFRJ, 2004.

- TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos Cebrap* [online], n. 84, 2009, pp. 153-173.
- TELLES, Vera da Sila, HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados* 21(61), 2007.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1979.

Sítios eletrônicos consultados:

Diário Corumbaense: 1º mar. 2010

www.capitaldopantanal.com.br: 15 dez. 2009

www.ibge.gov.br

Recebido em: 08/04/2013

Aceito em: 03/06/2013

Como citar este artigo:

- COSTA, Gustavo Villela Lima da. A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, 2013, pp. 467-489.

Resenhas

Judith Butler e a escrita política

Henrique Yagui Takahashi¹

Resenha do livro:

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. São Paulo, Autêntica, 2012

A edição inglesa do livro de Sara Salih foi publicada com o título *Judith Butler* (2002). Na versão brasileira, Guacira Lopes Louro, uma das primeiras intelectuais a sistematizar a Teoria Queer no Brasil, transformou o título da obra em *Judith Butler e a Teoria Queer* (2012).

Butler é professora de retórica e literatura comparada na Universidade de Califórnia, porém seus textos não abordam estritamente essas temáticas. A autora é conhecida por trabalhar no campo da “teoria queer”, “teoria feminista” ou “estudos de gênero”. Tanto no título do livro quanto nos seus campos de pesquisas há o que Butler denominará “desencontros”. O *desencontro* seria um modo de não-fixidez do sujeito, no qual as múltiplas classificações sociais contêm em si mesmas sua própria força política.

Procurarei demonstrar nesta resenha a importância dessa noção do *desencontro* enquanto um uso estratégico nas formas de enunciações e identificações, produzindo *sujeitos-em-processos*, frutos de uma política da escrita. Para isto me utilizarei da problematização discursiva feita por Spivak (2010) a partir da ideia de “prefácio”. Para Spivak, o prefácio permitiria duas possíveis leituras: a leitura do prefaciador que “traduz” o livro e a leitura do leitor que lê o texto prefaciado e o texto do livro.

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)/Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – henrique.takahashi@hotmail.com

Atentarei mais para a “escrita política” do que para a “leitura política”. Assim, as possíveis escritas políticas existentes neste livro de Salih seriam: a escrita de Sara Salih sobre os textos de Butler; a escrita de Guacira Lopes Louro (tradutora) com os textos de Salih e Butler e a minha escrita a partir da tradução de Louro. É nessas diferentes formas de enunciações que a política opera: “se os signos são instáveis, reiteráveis e nunca estão, em última instância, determinados pelo contexto ou pela convenção, deve ser possível ressignificar e recontextualizar as representações e as palavras [...]” (Salih, 2012: 139).

Para fazer a análise teórica nos livros de Butler, Salih também se utiliza dessa “escrita política”:

[...] então evidentemente minha descrição das teorias de Butler não poderá substituir a leitura direta dos livros. Embora eu não pretenda emular o estilo inimitável e exigente da escrita de Butler, este resumo necessariamente limitado de sua obra está escrito num espírito similar de abertura e de ausência de resolução ou fechamento. Não tento definir as teorias de Butler. [...] Os capítulos que seguem examinarão a obra de Butler em ordem cronológica, concentrando-se naquilo que poderia ser identificado como as cinco principais áreas de seu pensamento: *o sujeito; o gênero; o sexo; a linguagem; e a psique*. Poderia ser metódico e conveniente adotar certa “progressão” que levasse de um assunto ao outro, mas já vimos que sua obra rejeita esse tipo de padrão linear e veremos, a seguir, que cada um desses tópicos é tratado em maior ou menor grau em cada um de seus textos (ibid.: 27).

A ordem dos livros de Butler analisados é: *Subject of Desire* (1987), *Gender Trouble* (1990), *Boddies That Matter* (1993), *Excitable Speech* (1997) e *The Psychic Life of Power* (1997). Entretanto, para abordar “a” teoria de Judith Butler, em vez de fazer uma linha cronológica apresentando um possível desenvolvimento no seu pensamento, a escolha de Salih foi fazer a abordagem por meio de *idéias-chave* que possibilitam ressignificar temas de forma dialética. Essas *idéias-chave* são classificadas em “sujeito”, “gênero”, “sexo”, “linguagem” e “psique”.

A primeira ideia-chave a ser exposta é o “sujeito” utilizando o livro *Subjects of Desire* (1987), originário da dissertação de Butler apresentada à Universidade de Yale em 1984. Esse é um livro que apresenta a autora como estudiosa da filosofia continental², pois seu tema de pesquisa é a recepção da *Fenomenologia do espírito* de Hegel por duas gerações de filósofos franceses. A questão de Butler

2 Termo utilizado pela literatura acadêmica anglófona (britânicos e norte-americanos) para designar os europeus continentais, principalmente França e Alemanha.

nesse livro é a dependência necessária da subjetividade da negação do “Outro” pelo “Eu”. O que na teoria hegeliana seria um processo dialético de unidade dos opostos. É nesse sentido que o *sujeito hegeliano* é um *sujeito-em-processo*, pois essa instabilidade nega um lugar fixo, produzindo assim uma “reconstrução de si mesmo” constantemente. Nesse caso, o enfoque da produção do “sujeito” ocorre via “desejo”:

Hegel diz que é apenas através do reconhecimento e do conhecimento de um outro que o “Eu” pode conhecer a si mesmo, de modo que o desejo é sempre o desejo por algo que é “Outro”, o que acaba por ser um desejo pelo próprio sujeito (Salih, 2012: 41).

A segunda ideia-chave aborda o “gênero” pelo livro *Gender Trouble* (1990), o trabalho mais conhecido de Butler e no qual ela põe em xeque a categoria “mulher”, mostrando que esta é um *sujeito-em-processo* construído discursivamente:

O gênero é um ato que faz existir aquilo que ele nomeia. Neste caso, um homem “masculino” ou uma mulher “feminina”. As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem. O que significa que não há identidades de gênero que precedam a linguagem (Salih, 2012: 91).

Realiza-se uma genealogia feminista da categoria “mulher” e uma genealogia da ontologia de gênero. O “gênero” se aproxima das discussões a respeito da produção das identidades heterossexuais e homossexuais, a partir das teorias estruturalistas, psicanalíticas e feministas. A noção de que “não há identidades de gênero que precedam a linguagem” mostra que não há sujeito nem “antes” ou “depois”, ou seja, que a identidade é um construto *performativo* (noção de *performatividade*³), e que em relação à sexualidade haveria uma heterossexualidade compulsória. Na leitura freudiana, a heterossexualidade, por ser compulsória, também é *melancólica*. Porque para performatizar a heterossexualidade o sujeito precisa internalizar a identificação com o mesmo sexo, ou seja, uma identificação homossexual. Porém a compulsoriedade produz uma abjeção ao mesmo sexo, tornando-o melancólico.

3 A noção de *performatividade* não deve ser confundida com *performance*, pois pressupõe um ator que *performatiza*. No conceito de Butler, há um sujeito, mas não há um sujeito antes e depois do ato performativo. É como no caso da heterossexualidade, ninguém performatiza conscientemente durante o tempo inteiro uma *performatividade hetero*. A heterossexualidade, nesse caso, é compulsória, como no exemplo do bebê que identifica o seu “sexo”. O próprio bebê não performatiza um determinado gênero, mas já é esperado ele agir como “menino” ou como “menina”.

A terceira ideia-chave aborda o “sexo” no livro *Bodies That Matter* (1993), em que a análise genealógica passa a ser da construção discursiva dos corpos. O gênero é analisado enquanto processo de interpretar o corpo, dando-lhe uma forma cultural, por meio da linguagem e do discurso. Por isso a importância da noção de *citacionalidade*, que vem do latim *citare*, significando “pôr em movimento” ou “chamar”. Por exemplo, a nomeação de um bebê ao dizer “é menino!” ou “é menina!” produz simultaneamente as performatividades masculinas e femininas em relação ao bebê. Imediatamente surgem comentários como: “ele vai ser forte”, “ela vai ser delicada”, a compra de roupas: saias, de cor azul, de cor rosa, brinquedo, entre outros.

A quarta ideia aborda a linguagem no livro *Excitable Speech* (1997). Butler argumenta que a linguagem não é necessariamente um performativo efetivo, pois nem sempre coloca em ação aquilo que nomeia. Por exemplo, quando as autoridades a partir do discurso do Estado proíbem e censuram determinado tipo de crime. Ao “banir” o crime/criminoso, este não está colocando em prática a eliminação do crime, porém produzindo e proliferando discursos e representações que as autoridades propõem banir. A natureza produtiva e proliferativa da lei aciona o discurso do ódio para poder legislar sobre ele, o que produz um sujeito falante incriminável para poder processá-lo. Assim, não há um fazedor por trás do feito: “Pressupor um produtor isolado de um enunciado é, como veremos adiante, uma ficção fabricada pela lei para justificar a regulação do discurso e da representação” (Salih, 2012: 144).

A última ideia aborda a “psique” no livro *The Psychic Life of Power* (1997). Apresenta-se uma crítica a Foucault por deixar de fora a psique em suas teorizações sobre o poder, a alma e o corpo, afirmando seu potencial subversivo. Para isso a autora não define o “psíquico” ou a psique, mas se concentra na emergência da consciência no interior do discurso e da lei:

O desejo de desejar é uma disposição para desejar precisamente aquilo que excluiria o desejo, ainda que essa exclusão seja apenas a da possibilidade de continuar a desejar. Uma vez que o desejo é constitutivo, o sujeito pós-hegeliano, em vez de simplesmente não desejar nada, desejará a proibição, mas o fato de estar preso à sujeição não significa que seja incapaz de afirmar sua agência na subordinação (Salih, 2012: 170).

Porém, essas *ideias-chave* não são um meio de encerrar o pensamento de Butler em formato enciclopédico, antes de utilizar a “escrita política” de Butler como um modo de produzir múltiplas ressignificações. O capítulo final do livro de Salih é nomeado – ironicamente – *Depois de Butler*:

Sob esse aspecto, o título deste capítulo é, de certo modo, enganador, pois sugere que “Butler” foi um evento que aconteceu e que acabou, deixando para outros críticos e pensadores a tarefa de lidar com as consequências antes de decidir em que direção seguir daí em diante. A expressão que dá o título ao capítulo sugere erroneamente algum tipo de encerramento, ao passo que Butler continua mantendo uma relação ativa e dialética com os seus próprios textos, bem como com os textos de outros pensadores e pensadoras críticos (Salih, 2012: 190).

É o ato de reescrever que constitui uma relação de poder teoricamente. Salih faz uso desse saber na sua escrita: “E a *leitora* deveria aproximar-se com cautela daquilo que *parecem* definições, pois elas não pretendem ser finais nem carregar a marca da autoridade” (Salih, 2012: 27; grifo meu). A partir de uma decisão política Louro traduz quem lê no feminino, de forma que, em sua tradução da obra, Salih se direciona “à leitora”, *descrevendo* a própria ação política no ato de nomear quem lê no feminino, portanto partilhando a condição de alteridade explorada em toda a obra da filósofa norte-americana.

Louro, com sua ótima tradução de *Judith Butler e a Teoria Queer*, traz ao público brasileiro a interpretação de Salih do pensamento butleriano. Para além de uma tradução e interpretação, tanto Louro quanto Salih apresentam o desafio político e intelectual de Butler para a teoria social brasileira, contribuindo para problematizar uma certa forma de “teoria social colonizada”, aquela que bem conhecemos, mas apenas agora começamos a reconhecer como uma teoria social masculina e heterossexista criada pelos “homens brancos europeus”.

Referências

- SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

Recebido em: 07/05/2013

Aceito em: 30/08/2013

Como citar esta resenha

TAKAHASHI, Henrique Yagui. Judith Butler e a escrita política. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 493-497.

Normas para o envio de originais:

Artigos – O artigo deve ser inédito e enviado exclusivamente para a avaliação da *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. Deve ser enviado em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhado de resumo (no máximo sete linhas) e abstract, palavras-chave (no máximo cinco) e título, ambos em português e inglês. Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, no máximo, há dois anos e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Notas de Rodapé

Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders*- Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

Envio de originais por meio do Sistema Open Journal no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

E-mail do Comitê Editorial: revcontemporanea@gmail.com

Procedimentos de Avaliação:

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, o qual encaminha as peças para dois consultores *ad hoc*. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Não são aceitos trabalhos já publicados, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo dos trabalhos assinados é da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, assim como a seleção de descritores (palavras-chave). Ao publicar na revista, o/a autor/a está ciente de que tem garantido seus direitos como autor/a, mas cede os direitos de uso e difusão do trabalho para a *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar.

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão: Maurício Balthazar Leal

Diagramação: Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Impressão: Graphium Editora Ltda – EPP
www.graphium.com.br

Projeto Gráfico e Capa: Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br